



**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E  
EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**DAYSE ARAUJO LAPA**

**LINHAS ENTRELAÇADAS:** História da educação • arquitetura dos grupos  
escolares • cidade de Aracaju (1914 -1925)

**Aracaju - 2019**

**DAYSE ARAUJO LAPA**

**LINHAS ENTRELAÇADAS:** História da educação • arquitetura dos grupos escolares • cidade de Aracaju (1914 -1925)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 - Educação e Formação Docente.

**PROF<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> SIMONE SILVEIRA AMORIM  
ORIENTADORA**

**Aracaju - 2019**

---

L2991 Lapa, Dayse Araujo  
Linhas entrelaçadas: história da educação e arquitetura dos grupos escolares na cidade de Aracaju (1914-1925) / Dayse Araujo Lapa; orientação [de] Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Silveira Amorim – Aracaju: UNIT, 2019.

295 f. il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2019  
Inclui bibliografia.

1. Urbanismo. 2. Legislação. 3. Representação coletiva I. Lapa, Dayse Araujo II. Amorim, Simone Silveira. (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

---

CDU: 711 (094. 5)

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

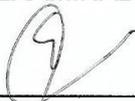
**LINHAS ENTRELAÇADAS: História da educação • arquitetura dos grupos  
escolares • cidade de Aracaju (1914 -1925)**

**DAYSE ARAUJO LAPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-  
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Educação na Linha de Pesquisa 2 - Educação e  
Formação Docente.

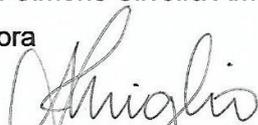
Aprovado em: /2019

**BANCA EXAMINADORA**



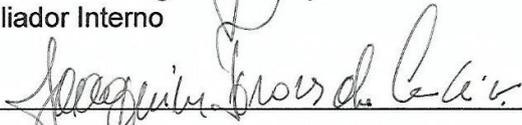
---

Profª Drª. Simone Silveira Amorim–PPED - UNIT  
Orientadora



---

Prof. Drª. Ilka Miglio de Mesquita – PPED - UNIT  
Avaliador Interno

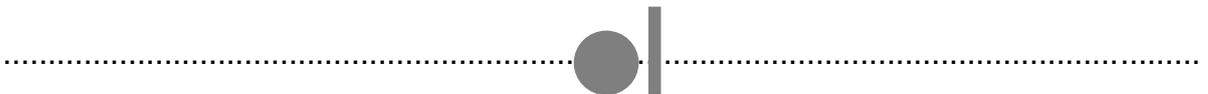


---

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Avaliador Externo

Aracaju – 2019

Á minha família, razão da minha existência;  
a meus pais Alonso (*in memoriam*) e Eulalia;  
à minha irmã Denise e à minha madrinha Bernadete;  
a meus sobrinhos Leonardo e Beatriz e,  
especialmente, a meu filho Lucas.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço

o dom da vida;

a todos os meus professores, em especial às mulheres professoras da família Araujo, a contribuição inestimável no curso da minha jornada;

aos meus professores do Mestrado, em especial minha orientadora, Simone Amorim, o incentivo e o apoio incondicional no mergulho do objeto de estudo deste trabalho;

a todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da UNIT, o profissionalismo e a dedicação;

à UNIT, a bolsa do Programa de Qualificação Docente (PQD);

aos meus alunos, o compartilhamento na construção do saber;

a meus colegas de turma das disciplinas do Mestrado, especialmente Ana Cristina, Ana Paula, Eliane, Elias, Gledson Lima, Isabela Araujo, Isabela, Luziane e Rita, a generosidade de compartilhar inseguranças e comemorar superações;

aos integrantes do grupo de pesquisa *Educação e Sociedade: Sujeitos e Práticas Educativas*, especialmente Gleidson e Gilvânia pelo acolhimento nas tardes de debate;

a meus pares do curso de Design de Interiores e Arquitetura e Urbanismo da UNIT, a convivência diária e cumplicidade no ato de ensinar;

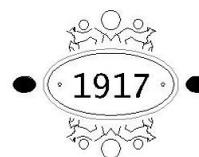
aos apaixonados por arquitetura e urbanismo, meu respeito pelo trabalho que cada um desenvolve dentro deste ofício – arquiteta Kátia Loureiro, arquiteto Givaldo Barbosa, arquiteto Ezio Déda, arquiteta Juliana Brandão, arquiteto Thiago Moura e arquiteto Matheus Menezes, obrigado pela troca de experiências;

a Chou e Marcilio (turma Ágora); Germana Gonçalves, Marcelo, Ricardo e Amilton (turma CRIED); Jane, Elis, S. Oscar, Aline (turma Trama); Silvia, Emerson, Demostenes, Valéria e Bruno (turma SENAI); Débora, Eduardo e Zenith (Turma pós); Lúcia, Paulo (*in memoriam*), Tânia, João, Jefferson, Marília, Beth, Roberto, Luís, Afro e Rosana (turma Belas Artes); a amizade sincera;

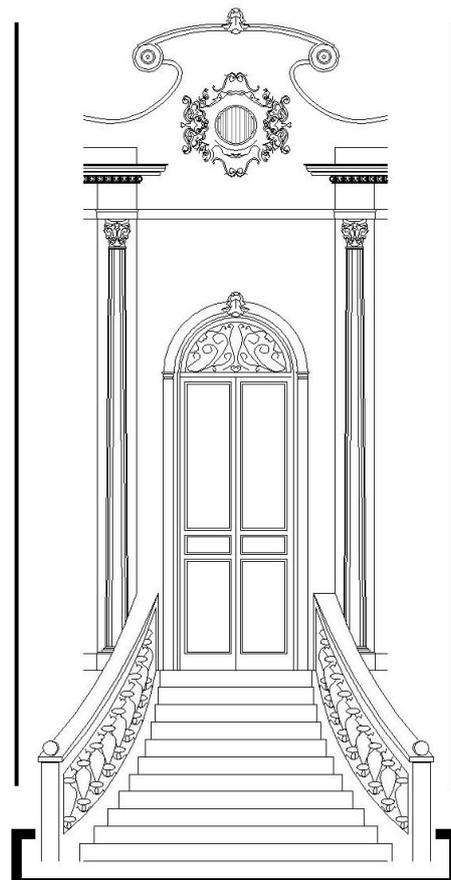
a meus clientes, o respeito às minhas ideias;

a minha fiel escudeira Sandra, a dedicação e o cuidado sempre zelosos;

aos pesquisadores e memorialistas, o legado.



Grupo Escolar Barão de Maroim



Por ser a dimensão espacial significativa, o espaço escolar possui uma dimensão educativa e o arquiteto, por sua vez, é um educador, cujo ensinamento se transmite através das formas que ele concebeu e que constituem o entorno da criança, desde a sua mais tenra idade.

[...]

O espaço não é neutro. Sempre educa.  
Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos:  
o espaço e a educação.

ESCOLANO; FRAGA, 2001

## RESUMO

Aracaju, instituída em 17 de março de 1885, nasce sob o signo de cidade-capital para escoar, via porto, a rica produção do açúcar da Província de Sergipe d'El Rei, transferindo o centro político e econômico para o estuário do Rio Sergipe. Esta micronarrativa se inicia em 1914, com a inauguração do Grupo Escolar Central, que, após três anos, homenageia o presidente que o inaugurou, recebendo a denominação Grupo Escolar General Siqueira. Diante da necessidade de compreender as linhas que demarcaram a cidade de Aracaju, retrocedemos aos atos que marcam esta conquista. Esse fato será interceptado com dispositivos legais impostos para a consolidação da cidade e dos grupos escolares - seis edifícios construídos no espaço temporal que se encerra em 1925, com a inauguração do Grupo Escolar José Augusto Ferraz. O pesquisador que aqui se apresenta pretendeu, com base em pressupostos metodológicos de coleta de dados documental e eletrônica, sendo a pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva do lócus, apropriar-se dessas informações, consciente de suas limitações, e imprimir olhar focado nos elementos físicos - a arquitetura e a cidade - e inter-relacioná-los com os fragmentos escritos, os mapas, as fotografias e os elementos sociais e culturais de forma a historicizá-los, construindo assim a inteligência da instituição educativa e sua institucionalização. O aporte teórico se assenta em Antonio Viñao (2005); Bruno Zevi (1996); Henri Lefebvre (2001); Justino Magalhães (2004); Michel de Certeau (1994); Peter Burke (1992 e 2017); Roger Chartier (2002), para entrelaçar a cidade, o edifício-escola e a legislação que moldaram o signo de civilização e progresso, com educação laica, obrigatória, gratuita e mantida pelo Estado. Tem-se como hipótese a indicação de que, quanto ao espaço urbano, a localização dos edifícios-escola e os discursos regulatórios das medidas deliberativas do Estado interferiam significativamente na organização administrativa e pedagógica da instrução pública na modalidade grupo escolar, sendo esta ação identificada através dos traços e indícios que formaram uma relação renovada e apropriada desta representação coletiva na cidade de Aracaju entre os anos de 1914 a 1925. A forma de ocupação do edifício no lote, sua configuração estética com o ornamento como peça chave desta distinção, a função de instituir os novos espaços onde os ritos foram consolidados, forjou a identidade deste novo modelo, com forte influência francesa e americana. A localização dos edifícios escolares públicos na malha urbana também são elementos importantes para o fortalecimento dos vetores

de crescimento norte, oeste e sul da cidade para além do Quadro de Pirro. Nossa contribuição, inédita, se faz através do desenho, com a geração de novos registros desse processo histórico, cultural e social. As mudanças ou não deflagradas pelas leis, decretos e regulamento também contribuem para a percepção das intenções e tensões provocadas pelos sujeitos na instrumentalização das instituições educativas. O texto estruturado em cinco segmentos convida o leitor a acompanhar a trajetória singular, em que se delineiam a cidade de Aracaju e seus condicionantes de território e sociedade, sistematizam-se e se filtram dos dispositivos legais promulgados (local e nacionalmente) e seus desdobramentos nas ações empreendidas nas instituições; apresenta-se, através de fichas técnicas, cada edifício-escola: sua relação com a tipologia e os elementos que compõem a arquitetura e o urbano; e se busca demonstrar como essa modalidade escolar se configurou na cidade de Aracaju e formou uma representação coletiva do espaço escolar.

**Palavras-Chave:** Urbanismo. Legislação. Representação Coletiva

## ABSTRACT

Aracaju, established on March 17, 1885, was born under the sign of capital-city to flow, through the port, the rich sugar production of the Province of Sergipe d'el-Rey, by transferring the political and economic centre to the estuary of the Sergipe River. This micronarrative begins in 1914, with the inauguration of the Central School Group, that, after three years, honored the president who inaugurated it, receiving the name of School Group General Siqueira. Due to the need to understand the lines that have marked the city of Aracaju forwards, we went backwards to the acts that marked this achievement. This fact will be trapped with the legal provisions imposed for the consolidation of the city and of the school groups - six buildings constructed in temporal space closed in 1925, with the inauguration of the School Group José Augusto Ferraz. The researcher here presented sought, on the basis of assumptions regarding methodology of data collection, documentary and electronic, being the research approach qualitative and descriptive of the locus, to take ownership of this information, aware of his limitations, and print look focused on physical elements - the architecture and the city - and inter-relate them with the fragments of writings, maps, photographs, and of social and cultural elements in order to make them historical, building understanding of the educational institution and its institutionalization. The theoretical approach is based on Antonio Viñao (2005); Bruno Zevi (1996); Henri Lefebvre (2001); Justino Magalhães (2004); Michel de Certeau (1994); Peter Burke (1992 and 2017); Roger Chartier (2002), for interweaving the city, the school building, and the legislation that shaped the sign of civilization and progress, with secular, compulsory and charge free education, maintained by the State. As hypothesis the research undertook the indication that, in urban space, the location of the school buildings and the regulatory discourses of State deliberative measures interfered significantly in the administrative and pedagogical organization of public instruction related to school group, observation made through the traces and evidences that formed a renewed and appropriate relationship of this collective representation in the city of Aracaju in the years between 1914 and 1925. The form of occupation of the building on the lot, its aesthetic setting with the ornament as a key part of this distinction, the function of setting up the new spaces where the rites have been consolidated, has forged the identity of this new model, with a strong French and American influence. The location of public school buildings in the urban mesh is also important element for the strengthening of the north,

west, and south growth vectors of the city beyond the Pyrrhic Square. Our contribution, unprecedented, is made through the design, with the generation of new records of this historical, cultural and social process. Changes or not triggered by laws, decrees and regulation also contribute to the perception of intentions and tensions caused by the subjects in the instrumentalisation of the educational institutions. The text, structured in five segments, invites the reader to follow the unique path, that outlines the city of Aracaju and its constraints of the territory and society; that systematizes and filters legal provisions enacted (local and nationally) and their impact on the actions undertaken in the institutions; that presents, through technical sheets, each school building: its relationship with type and the elements that compose the architecture and the city; and that seeks to demonstrate how this modality of school set up in the city of Aracaju and formed a collective representation of the school space.

**Keywords:** Urbanism. Legislation. Collective Representation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1● Vista Aérea Eixo Leste-Oeste (1924).....	41
Figura 2● Palácio do Governo (1905).....	43
Figura 3● Jardim Olympio Campos (década de 1910).....	44
Figura 4● Jardim Olympio Campos (1931).....	46
Figura 5● Praça da Matriz (década de 1920).....	46
Figura 6● Praça Fausto Cardoso (1931).....	47
Figura 7● Descrição do Rio Sergipe e de Sergipe d'El Rei.....	54
Figura 8● Configuração do Sítio de Aracaju em 1855.....	56
Figura 9● Configuração do Sítio de Aracaju em 1856.....	57
Figura 10● Rio de Janeiro – Esplanada do Castelo e Ponta do Calabouço.....	63
Figura 11● Vista Aérea de Aracaju - Morro do Urubu (1931).....	69
Figura 12● Vista Aérea de Aracaju (1971).....	74
Figura 13● Portos Marítimos e Fluviais de Sergipe em 1855.....	77
Figura 14● Feira da Colônia.....	80
Figura 15● Mercado Antônio Franco (1931).....	81
Figura 16● Bondes Tração Animal em Aracaju (década de 1920).....	84
Figura 17● Bondes Tração Elétrica em Aracaju (década de 1930).....	84
Figura 18● Estação de Trem de Aracaju (1923).....	86
Figura 19● Monumento Inácio Barbosa (1931).....	87
Figura 20● Portal de Entrada do Cemitério Santa Izabel.....	104
Figura 21● Av. Ivo do Prado e Rio Branco (década de 1920).....	116
Figura 22● Av. Barão de Maruim (década de 1930).....	116
Figura 23● Grupo Escolar General Siqueira.....	162
Figura 24● Fachada Principal do Grupo Escolar General Siqueira.....	165
Figura 25● Quartel da Força Pública (1931).....	167
Figura 26● Grupo Escolar Barão de Maroim (1931).....	176
Figura 27● Fachada Principal do Grupo Escolar Barão de Maroim.....	178
Figura 28● Grupo Escolar General Valladão (1920): 1º localização.....	186
Figura 29● Fachada Principal do Grupo Escolar General Valladão: 1º localização.....	188
Figura 30● Instituto de Química Industrial.....	191
Figura 31● Grupo Escolar General Valladão (1931): 2º localização.....	195
Figura 32● Fachada Principal do Grupo Escolar General Valladão: 2ª localização.....	197
Figura 33● Grupo Escolar Dr. Manoel Luís (1931).....	205
Figura 34● Fachada Principal do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís.....	208
Figura 35● Bairro Industrial – Fábricas Tecido (Década de 1920).....	215
Figura 36● Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1931).....	216
Figura 37● Fachada Principal do Grupo Escolar José Augusto Ferraz.....	218

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1● Parâmetros do Grupo Escolar General Siqueira .....	171
Tabela 2● Parâmetros do Grupo Escolar Barão de Maroim.....	182
Tabela 3● Parâmetros do Grupo Escolar General Valladão: 1ª localização .....	192
Tabela 4● Parâmetros do Grupo Escolar General Valladão: 2º localização .....	202
Tabela 5● Parâmetros do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís .....	211
Tabela 6● Parâmetros do Grupo Escolar José Augusto Ferraz .....	222
Tabela 7● Comparativo entre os Grupos Escolares (1914 – 1925).....	225

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1● Cartas Topográficas e Administrativas - Província de Sergipe (1848).....	51
Quadro 2● Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais).....	96
Quadro 3● Distritos de Aracaju (1912 e 1926).....	119
Quadro 4● Fase 1 - 1855 a 1872 – Conquista .....	284
Quadro 5● Fase 2 - 1872 a 1908 – Vicissitude .....	285
Quadro 6● Fase 3 - 1908 a 1926 – Efervescência.....	287

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1● Condicionantes Naturais do Município de Aracaju .....	58
Mapa 2● Quadro de Pirro (1855) .....	65
Mapa 3● Configuração Urbana (1857 – 1868).....	71
Mapa 4● Feira da Colônia e Porto (década de 1910).....	79
Mapa 5● Linhas de Bonde (1908 a 1951).....	83
Mapa 6● Primeira Estação de Trem (1913) .....	88
Mapa 7● Uso e Ocupação do Solo (1855-1926) .....	95
Mapa 8● Localização das Fontes e Cemitérios.....	109
Mapa 9● Entorno do Grupo Escolar General Siqueira .....	170
Mapa 10● Entorno do Grupo Escolar Barão de Maroim.....	181
Mapa 11● Entorno do Grupo Escolar General Valladão: 1º localização .....	190
Mapa 12● Entorno do Grupo Escolar General Valladão: 2º localização .....	199
Mapa 13● Entorno do Grupo Escolar Dr. Manoel Luí.....	210
Mapa 14● Entorno do Grupo Escolar José Augusto Ferraz .....	220
Mapa 15● Descontinuidades e Vetores de Crescimento (1925) .....	230
Mapa 16● Delimitação dos Bairros (1982).....	293
Mapa 17● Identificação dos Logradouros Público.....	294

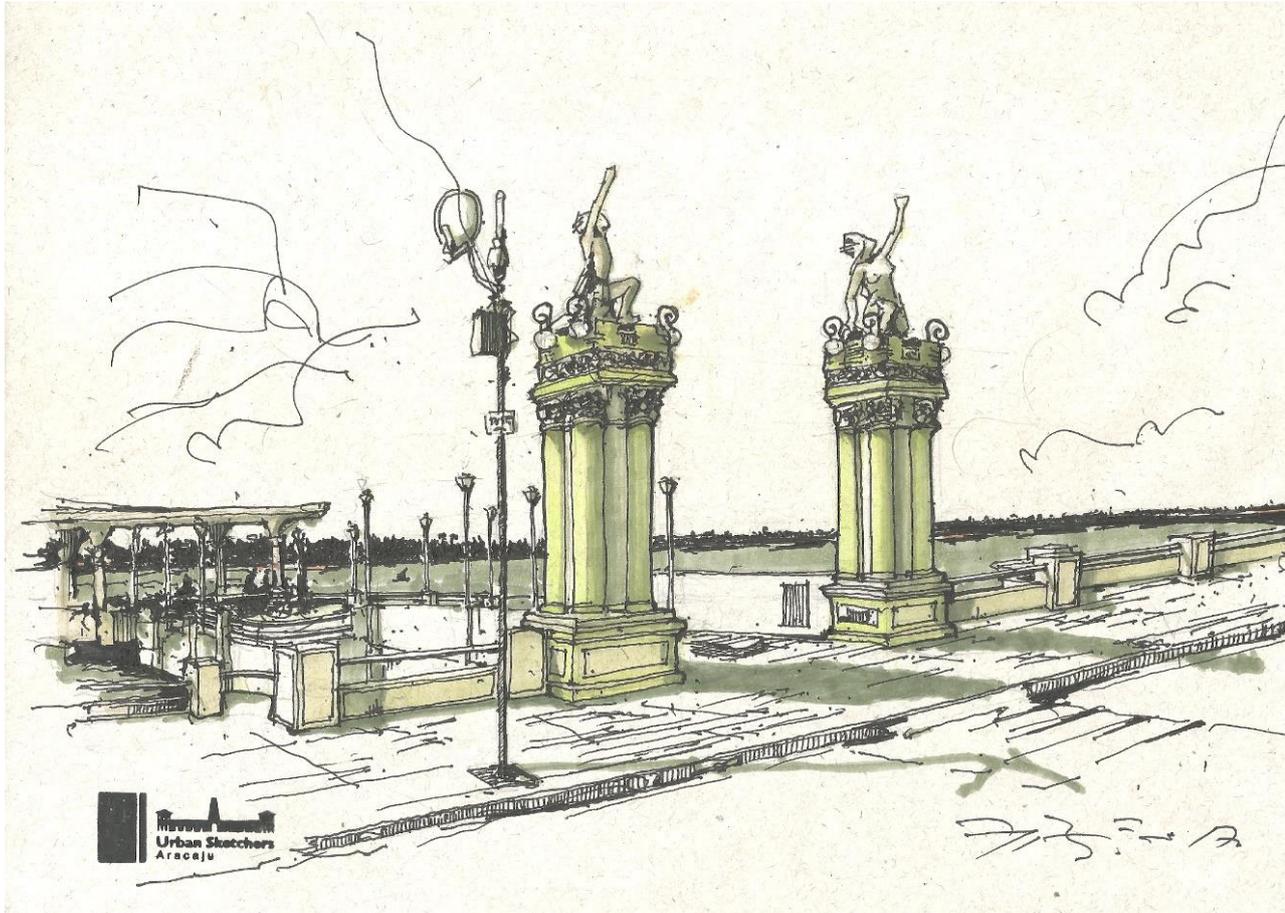
## LISTA FICHA TÉCNICA

Ficha Técnica 1● Grupo Escolar General Siqueira .....	171
Ficha Técnica 2● Grupo Escolar Barão de Maroim.....	182
Ficha Técnica 3● Grupo Escolar General Valladão: 1º localização .....	192
Ficha Técnica 4● Grupo Escolar General Valladão: 2º localização .....	202
Ficha Técnica 5● Grupo Escolar Dr. Manoel Luís .....	212
Ficha Técnica 6● Grupo Escolar José Augusto Ferraz .....	222

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>2. AS LINHAS DA CIDADE DE ARACAJU</b> .....	<b>36</b>
<b>2.1 Sítio Geográfico</b> .....	<b>48</b>
<b>2.2 Organização Urbana</b> .....	<b>59</b>
2.2.1 Circulação .....	75
2.2.1.1 Linhas de Bonde .....	81
2.2.1.2 Trem.....	85
2.2.2 Uso e Ocupação do Solo 1855-1926 .....	91
<b>3. AS LINHAS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS</b> .....	<b>100</b>
<b>3.1 Cidade de Aracaju</b> .....	<b>101</b>
<b>3.2 Instrução Pública</b> .....	<b>122</b>
<b>4. EDIFÍCIO-ESCOLA: O ENCONTRO DAS LINHAS</b> .....	<b>143</b>
<b>4.1 O Espaço-Lugar do Grupo Escolar</b> .....	<b>151</b>
4.1.1 Grupo Escolar General Siqueira .....	161
4.1.2 Grupo Escolar Barão de Maroim.....	174
4.1.3 Grupo Escolar General Valladão: 1ª localização .....	185
4.1.4 Grupo Escolar General Valladão: 2º localização .....	194
4.1.5 Grupo Escolar Dr. Manoel Luís.....	204
4.1.6 Grupo Escolar José Augusto Ferraz .....	214
<b>4.2 A Demarcação do Espaço-Território</b> .....	<b>227</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>236</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>250</b>
<b>Apêndice A - Documentação Cartográfica (1647-1936)</b> .....	<b>260</b>
<b>Apêndice B – Linha do Tempo Cidade de Aracaju (1855 – 1926)</b> .....	<b>284</b>
<b>Apêndice C – Linhas de Bonde (1908 – 1951)</b> .....	<b>291</b>
<b>Apêndice D - Aracaju – Bairros e Logradouros Públicos (2018)</b> .....	<b>292</b>

Ponte do Imperador  
Agripino da Silva Costa Neto



Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de meus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. A este oráculo que se confunde com o rumor da história.

[...]

Esse herói anônimo vem de muito longe.

É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo [...] pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas [...] privilegiam o anônimo e o cotidiano

[...]

- partes tomadas pelo todo.

CERTEAU, 1994

## INTRODUÇÃO

A cidade de Aracaju, a localização dos grupos escolares públicos e a legislação que os forjaram são as linhas que se interceptam e se cruzam nesta micronarrativa histórica. Essa jornada tem início em 15 de março de 1914 com a inauguração, pelo Presidente de Estado General Siqueira de Menezes, do primeiro<sup>1</sup> Grupo Escolar Central - posteriormente denominado de Grupo Escolar General Siqueira, em homenagem ao presidente de Estado que o inaugurou - localizado na Rua Itabaiana nº 336, e se encerra com a inauguração, pelo Presidente de Estado Maurício Graccho Cardoso, em 1925<sup>2</sup>, do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, localizado na Av. João Rodrigues nº 128.

Além desses, outros três grupos escolares foram inaugurados nesse marco temporal: Grupo Escolar Barão de Maroim, em 1917; Grupo Escolar General Valladão, em 1918 (transferido para novo local, em 1923); e o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, em 1924.

A palavra *entrelaçar*, escolhida para o título desta dissertação, pretende anunciar como o encontro desses fatos pode ser sistematizado, organizado e interpretado através do desenho e da escrita, contribuindo para explicitar o que se deseja demonstrar através deste plano. Segundo definição do dicionário Priberam<sup>3</sup>, *entrelaçar* significa: entretecer, enlaçar (duas coisas entre si), misturar. Tem-se, também, que *entretecer*, no mesmo dicionário significa: tecer fios de diferentes cores ou várias coisas entre si.

Pretende-se, através dessa metáfora, ver e perceber outros pontos de vista, descortinar, anunciar, registrar e dar progressão a essa história dos grupos escolares públicos na cidade de Aracaju, nesse tempo-espço. Utilizou-se a micronarrativa como estratégia de recontar essa história que, segundo Burke (1992, p. 341), “[...] é a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas”. O pesquisador que aqui se apresenta pretende, com base nos pressupostos

---

<sup>1</sup>Nota do autor. Considerei este o primeiro grupo escolar construído na cidade, mas alguns autores consideram que o Grupo Modelo, que se encontrava anexo à Escola Normal (1911), foi o precursor dessa modalidade. Justifico a escolha em virtude da oferta exclusiva dessa modalidade e a identidade que esses edifícios-escola criaram para permitir a análise desse espaço-lugar.

<sup>2</sup>Nota do autor. Não se identificaram as datas de inauguração do segundo edifício ocupado pelo Grupo Escolar General Valladão, do Grupo Escolar Manuel Luís e do Grupo Escolar José Augusto Ferraz.

<sup>3</sup>Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/entrela%C3%A7ar>. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/entretecer>. Acesso em: 2 jan. 2019.

metodológicos, apropriar-se dessas informações de maneira consciente de suas limitações e imprimir olhar focado nos elementos físicos - a arquitetura e a cidade - e inter-relacioná-los com os fragmentos escritos, os mapas, as fotografias e os elementos sociais e culturais de forma a historicizá-los, construindo, assim, inteligência da instituição educativa primária e sua institucionalização.

A partir das leituras iniciais, após ingresso, em fevereiro de 2017 no programa do mestrado em educação da UNIT, identificou-se a seguinte lacuna na análise das transformações e intersecções destes pontos: a) o espaço urbano, a localização dos edifícios-escola e sua correlação com as estratégias adotadas pelos sujeitos para instrumentalização das instituições educativas primárias; b) a legislação local e nacional imposta pelo Estado<sup>4</sup>, com seus avanços e retrocessos, de forma a articulá-la com as mudanças sociais e culturais e c) uma nova concepção arquitetônica para o espaço escolar projetado e edificado com essa função. Assim surgem a escola como lugar dotado de identidade e a exigência do edifício-escola como quesito imprescindível para o seu funcionamento.

Na relação educativa não há ações unidirecionais. [...] a instituição educativa, como um complexo organizado e um todo interativo e comunicacional, projetando e permitindo o discernimento da orientação e da coerência, da participação e da responsabilização dos membros para promover a educação. (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

Esse modelo de instituição escolar, implantado no Brasil no século XIX, será o fio condutor do signo de civilização e progresso que foi proposto a partir da Independência do Brasil (1822), com desdobramentos da Constituição de 1824, que estabeleceu como dever que a instrução primária fosse gratuita, laica e oferecida a todos os cidadãos, e os colégios e universidades serem responsáveis por ensinar os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes e ter, cada Província, autonomia para legislar e definir a forma de implantar e viabilizar a escola<sup>5</sup> pública primária<sup>6</sup> e

---

<sup>4</sup>Nota do autor. Denomina-se Estado o governo político do povo constituído em nação. O termo é usado para abarcar as diferenças vividas no Brasil na Monarquia e na República.

<sup>5</sup>Raphael Bluteau - Escola – Na Língua Portuguesa – no singular - lugar onde o menino aprende a ler, escrever e contar; no plural – os colégios ou universidades. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/escola>. Acesso em: 14 set. 2018.

<sup>6</sup>Em 15 de outubro de 1827, a Lei que criou as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, no art. 6º e 12, define os conteúdos mínimos obrigatórios a serem ensinados, apresentando uma diferença entre o currículo para meninos e meninas; no art. 5º, define o ensino mútuo como método pedagógico a ser aplicado onde for possível; e, no art. 16º, estabelece que os castigos serão aplicados pelo método Lancaster.

secundária, obedecendo aos instrumentos legais promulgados pelo Imperador que determinavam as linhas gerais dessa oferta.

O objetivo geral desta micronarrativa é articular, através do encontro da localização dos grupos escolares com a estruturação e consolidação da malha urbana da cidade de Aracaju, como os edifícios-escola foram constituídos e se incorporaram nas estratégias de representação dos sujeitos e do lugar, mediados pela legislação, que construiu e institucionalizou a identidade social e cultural da escola primária até 1971<sup>7</sup>.

Assim, entendida a escola como espaço de práticas culturais, de construção de identidades e de formação de representações, portador de discursos que “[...] em uma sociedade visam enquadrar o tempo e os lugares, a disciplinar os corpos e as práticas, a modelar, pela ordenação regrada dos espaços, as condutas e os pensamentos” (CHARTIER, 2002, p. 53), para, através das matrizes dessas práticas, construir a própria representação coletiva, na medida em que comandam atos e definem identidades, pode-se reinterpretar essa historicidade e essa significação através dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e legislativos dos edifícios-escola..

Chartier (2002) dialoga com Bourdieu e Durkheim, no sentido de que as representações coletivas sejam entendidas como verdadeiras instituições sociais, nas experiências coletivas da comunidade para além das sensações e imagens individuais. De Bourdieu, apresenta as lutas de representações nas quais existem imposições e as lutas pelo monopólio da visão legítima do mundo social; a violência simbólica que depende do consentimento (arbitrário) de quem a sofre; o ser-percebido dos indivíduos e grupos sociais, firmemente arraigados nas determinações sociais de produção e de classe<sup>8</sup>. De Durkheim, apresenta o conceito de indivíduo que se esforça para assimilar as representações coletivas e que o faz de forma imperfeita. “Cada um de nós as vê a sua maneira, palavras sem lhes dar o mesmo sentido”<sup>9</sup>.

A história cultural, segundo Chartier,(2002, p. 73), trabalha sobre,

[...] as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social [...] e dedica atenção as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser percebido’ constituído de sua identidade.(CHARTIER, 2002, p. 73).

<sup>7</sup>Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, mudando a lógica social vigente desde 1890.

<sup>8</sup>BOURDIEU, La distinction. Critique sociale du jugement, 1979.

<sup>9</sup>DURKHEIM, As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália. 1983.

Daí a abertura de dois caminhos possíveis para esta escrita segundo Chartier (2002). Uma, em que a relação de força se constrói a partir do confronto entre as representações; outra, em que se reconhece sua existência a partir da exibição de unidade instrumentalizada pela representação. Chartier se apoia em Carlo Ginzburg<sup>10</sup> e Luc Boltanski<sup>11</sup>, respectivamente, para explicar a primeira e segunda vias sobre as lutas de representações coletivas. A primeira

[...] que pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que tem poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. A segunda [...] que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir da exibição de uma unidade. (CHARTIER, 2002, p. 73).

Dessa forma, Chartier propõe construir projeto intelectual que comporte as tensões do mundo social e que abra a oportunidade de diálogo com as ciências sociais, que não podem ser esquecidas pelos historiadores em suas narrativas, pois “[...] as rupturas orgulhosamente reivindicadas mascaram com frequência continuidades ignoradas” (CHARTIER, 2002, p. 14).

A partir dessas falas, defini que essa escrita se espelha no segundo caminho, que reconhece a existência dessa representação através do espaço-lugar do edifício-escola a partir da exibição de unidade instrumentalizada por sua tipologia e localização na cidade de Aracaju; e sua aceitação pelos sujeitos, criando o **ser percebido**<sup>12</sup>: Templos de Civilização<sup>13</sup>. Chartier me despertou para as continuidades ignoradas, que, neste caso, foram os grupos escolares e as escolas isoladas<sup>14</sup>, na oferta do ensino primário, “[...] modelo imposto desde 1772, quando começaram a ser criadas no Brasil, as Aulas Régias.” (NUNES, 1984, p. 27).

As escolas isoladas conviveram, até a década de 1960<sup>15</sup>, com os grupos escolares, em Sergipe, e, reconstruir esta trajetória permite perceber os interesses de vários grupos sociais na defesa destas modalidades educacionais. Para os

<sup>10</sup>GINZBURG, I Benandanti. *Stregoneria e culti agrarita cinquecento e seicento*, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1966.

<sup>11</sup>BOLTANSKI, Les Cadres. *La formation d'un groupe social*, Paris, Les Editions de Minuit, 1982.

<sup>12</sup> Grifo Nosso.

<sup>13</sup>Nota do autor. Utilizei o termo de Souza (1998) para identificar esse ser-percebido.

<sup>14</sup>Nota do autor. Escolas isoladas ou avulsas e unidocentes são sinônimos para a identificação do modelo onde um professor em uma única sala de aula ensina todos os alunos de forma simultânea.

<sup>15</sup>Nota do autor. Não identifiquei a data para Aracaju, somente para o Estado. Ver maiores informações em Santos (2018).

republicanos, o grupo escolar nas cidades, criado para oferecer uma educação para todos, pois “[...] não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com maior visibilidade política e social” (SOUZA, 1998, p. 91). As escolas isoladas atendiam a uma população mais dispersa e em menor número, que apesar dos números desfavoráveis, era necessária para a institucionalização do ensino no Brasil do final do século XIX até a metade do século XX.

Necessário se fez retroceder, para compreender e assim, a educação pública no século XIX era oferecida aos nascidos no Brasil, ingênuos<sup>16</sup> ou libertos e aos cidadãos brasileiros livres brancos ou mestiços. Para os filhos das famílias mais abastadas, os pais optavam pela educação doméstica, por professores particulares - preceptores ou por colégios particulares. A escola deveria formar e educar uma nova nação, pautada pelos ideais de liberdade, deflagrando transformações interiores e inculcando posturas e valores, para poder adaptar a população ao modelo de sociedade pretendido pelos pensadores do século XVIII e necessário à formação da identidade desta nação (AMORIM, 2013).

Percebe-se que ao negro escravizado não era permitido aprender a ler, escrever e contar; a escola pública, gratuita, laica e obrigatória passou a representar elemento de distinção entre brancos e negros, entre letrados e incultos. A partir da ascensão dos profissionais liberais nas camadas mais abastadas da sociedade brasileira, a educação começou a ser percebida como ponte para o aumento de renda e a migração para distinção social, configurando, assim, no início do século XX, a burguesia industrial e comercial.

Em 1827, D. Pedro I, segundo Amorim (2013), configurou o ensino primário no Brasil, oferecido através da criação das Cadeiras de Primeiras Letras ou escola isolada, em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos onde esse tipo de ensino fosse necessário; da definição dos salários dos professores e do método a ser utilizado - o *mútuo*<sup>17</sup>; da assunção pela Fazenda Pública dos custos relacionados aos utensílios necessários às aulas e da obrigatoriedade de o professor que não conhecesse o método dever-se instruir nas escolas das capitais a sua própria custa.

---

<sup>16</sup>Raphael Bluteau - *Ingênuo*, consoante denominação dada pelos romanos, é o filho de pais livres e honrados. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/ingenuo>. Acesso em: 14 set. 2018.

<sup>17</sup>Informações adicionais em Siqueira (2006).

A partir da Reforma Pombalina (1759), a responsabilidade assumida pelo Império Português em instrumentalizar e oferecer escola laica levou à instituição do concurso público para a seleção dos professores independentemente da oferta no ensino público ou no particular. Essa mesma sistemática foi introduzida no Brasil, tendo o primeiro concurso para professores de Primeiras Letras em Sergipe acontecido em janeiro de 1829. “Nesse sentido, as peças normativas foram produzidas para cumprir a função de disciplinar e homogeneizar atitudes e comportamentos no fazer pedagógico” (AMORIM, 2013, p.57). Para os conteúdos obrigatórios, os professores deveriam comprovar conhecimento nas seguintes áreas:

[...] ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos. Preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL - Art. 6º - Lei de 15 de outubro de 1827).

O método mútuo utilizava a repetição e a disciplina rígida (punição moral e física) como base para o controle dos alunos, além do uso do aluno mais avançado como monitor ou *decurião* “que transmitia aos demais os conhecimentos aprendidos com o mestre. O ensino far-se-ia, assim, com rapidez e baixo custo” (SILVA, 1992, p. 113). O modelo de *layout*<sup>18</sup> das salas consistia na “[...] distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma extremidade do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola” (SAVIANE, 2013, p. 128), “[...] resolvendo o problema do número reduzido de profissionais capacitados para ensinar, além de fazer com que o custo fosse menos dispendioso” (AMORIM, 2013, p. 43). Somam-se ainda os “[...] poucos salários dos professores, a falta de prédios apropriados ao ensino, a pobreza material e metodológica da aula e a ausência de observância às prescrições higiênicas.” (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 23), características das escolas isoladas do ensino público primário no Brasil Colônia.

O Ato adicional de 1834, instituído por D. Pedro I, determinou sistema descentralizado para a educação no Brasil, que, “[...] transferia às Assembleias Legislativas Provinciais, então criadas, o direito de legislar em matéria de ensino

---

<sup>18</sup>Nota do autor. Projeção ortogonal em que a principal face de cada vista do volume retangular é paralela ao plano do desenho. No desenho da arquitetura, existem diferentes tipos de plantas para a representação das várias projeções horizontais de uma edificação. Dessa forma, o *layout* é a representação da distribuição interna do mobiliário e seus equipamentos.

primário e secundário” (NUNES, 1984, p. 53). Cada Província era responsável pelas ações e investimentos educacionais, que, em razão dos recursos financeiros disponíveis, estavam, no entanto, sempre sujeitos à conformação entre as necessidades locais e os interesses políticos e econômicos da oligarquia, constituída, em Sergipe, majoritariamente, por donos de engenho de açúcar. Na República essa relação também se manteve, mas dominada pela burguesia.

Nos anos de 1835, 1858 e 1877 são editados leis e decretos que impactam na estruturação das práticas escolares e na organização do ensino em Sergipe. Segundo Amorim (2013, p. 90), “[...] é possível ter uma ideia de como se deu esse processo de configuração da profissão docente no âmbito do ensino primário” através desses atos normativos. A Província de Sergipe, entre 5 de fevereiro de 1824 e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, contou com 115 presidentes, 54 dos quais foram nomeados pelo governo Imperial, tendo os demais exercido o cargo na condição de vice-presidente (NUNES, 2000). Foi época de muita instabilidade política e de constantes mudanças nas leis e regimentos que deveriam consolidar e homogeneizar o ensino público na Província, mas que, por sua intermitência, acomodaram algumas práticas e prolongaram e dificultaram o amadurecimento das instituições educacionais primárias e secundárias.

Esses foram os condicionantes que o povoado do Santo Antônio do Aracaju recebeu quando de sua elevação a capital da Província, em 1855, acontecimento histórico que, de acordo vários documentos apresentados em 1918, “resultou de plano previamente traçado e não ato de precipitação”. (SILVA, 1992, p. 62).

O plano do traçado da cidade, idealizado pelos engenheiros militares major Sebastião José Basílio Pirro e capitão Francisco Pereira da Silva, consiste de malha regular, simétrica e ortogonal, conhecida como Quadrado ou Quadro de Pirro, tabuleiro de xadrez ou Plano de Pirro, que configurou o núcleo inicial, o centro político, administrativo, comercial, educacional e cultural da nova capital. Para a disposição das ruas e edifícios nesse plano, os engenheiros a serviço da Província, teriam utilizado o formato de xadrez, solução chamada de hipodâmica<sup>19</sup>, que teria tido “[...] início aqui no Brasil no século XVIII com a cidade do Maranhão [...] recomendado e exigido pelas autoridades eram muitas vezes alterados em função das características

---

<sup>19</sup>Nota do autor. Termo que designa traçado retilíneo utilizando a forma de quadrícula, idealizado por Hipódamo de Mileto, na Grécia, 400 a.C, considerado o pai do planejamento urbano com aplicação dessa configuração.

do local e do pedestrianismo”. (LEMOS, 2016). Essa foi a solução para o traçado da atual capital sergipana, localizada à margem direita do rio Sergipe,

[...] o traçado das ruas em xadrez, tendo como centro o terreiro ou adro da igreja, que se constituía sempre na construção inicial. Tal desenho das ruas se cruzando regularmente em ângulos reto teve origem nas determinações renascentistas endossadas pelos Reis Filipe de Espanha, que durante 60 anos de 1580 a 1640, exerceram o seu domínio sobre Portugal [...] os engenheiros militares, a partir daqueles dias, foram os fiéis depositários dessas ordenações destinadas às urbanizações nas ‘Índias’ ocidentais, como eram chamadas indistintamente as regiões americanas recém-ocupadas (LEMOS, 2016, p. 31).

Existia, desde 1848, uma Cadeira de Primeiras Letras criada por Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente da Província, “[...] para meninos na povoação do Santo Antônio do Aracaju”, (SILVA, 1992, p. 56), então ainda povoado de pescadores que viviam em volta da capela de Santo Antônio. A Cadeira de Primeiras Letras pode ser compreendida como forma jurídico-institucional de existência de turma de instrução primária, em que,

[...] o professor era considerado proprietário da referida cadeira, sendo daí em diante plena e completamente responsável por ela perante o Estado, que, além de pagar o seu salário, submetia-o à fiscalização, segundo determinava o regulamento do ensino. (FARIA FILHO, 2010, p. 29)

Compreender os aspectos que regulamentaram o ensino no período do Império fez-se necessário, para identificarmos as mudanças impostas no ensino primário com a criação dos grupos escolares em 1890, na cidade de São Paulo. Assim, através de rápido panorama, pretende-se apresentar os marcos político-legislativos que antecederam essa mudança.

O Regulamento da Instrução Pública, promulgado em Sergipe em 1º de setembro de 1858, pelo presidente João Dabney D’Avelar Brotero, foi reflexo da Reforma do Ministro Couto Ferraz, através do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que regulamentou a instrução primária e secundária do Município da Corte e foi apropriado por algumas Províncias.

Nesse contexto, segundo Siqueira (2006, p. 22), a lei regulamentava os espaços e os tempos da aula, alterando o método de ensino do mútuo para o simultâneo, caracterizado pela leitura e escrita da língua materna, as quatro operações aritméticas e o catecismo, acompanhado de formação técnico-científica de caráter profissional. O professor continuava sendo o ‘agente do ensino’ e os alunos,

divididos em classes - primeira, segunda e terceira, ocupavam a mesma sala e desenvolviam as atividades de maneira simultânea, aprendendo principalmente a leitura e a escrita, respectivamente, na primeira e na segunda classes, ficando a terceira classe reservada aos conhecimentos mais complexos: gramática, ortografia e cálculo. A monótona repetição das tarefas e a pobreza do programa repercutiam em distrações, desânimo e sanções aos alunos.

A década de 1870 imprimiu mudanças significativas na Instrução Pública em Sergipe, destacando-se o estímulo à coeducação, a fixação da idade mínima para o ingresso em 7 e 8 anos e a máxima em 12 a 14 anos e a exigência de frequência obrigatória. Segundo Andrade (2009, p. 127), “[...] a forma mista de ensinar viabilizou conquistas significativas para a mulher. Na nova forma elas passaram a ter contato com os conteúdos que antes somente eram ensinados ao sexo masculino”.

Em Aracaju, no dia 3 de dezembro de 1872, na gestão do presidente Joaquim Bento de Oliveira Júnior, foi inaugurado o prédio do Atheneu Sergipense, situado na antiga Praça do Jardim do Palácio, atual Praça Almirante Barroso, cuja construção teve início na gestão do presidente anterior, Cardoso Júnior, que pediu recursos às pessoas abastadas da sociedade sergipana. Antes da inauguração do Atheneu, projetado pelo engenheiro João Gomes Vieira Dantas e orçado em 26:000\$000rs, segundo Amorim (2013, p. 80), “[...] as aulas eram ministradas em uma casa da Câmara Municipal, inadequada para a ministração destas aulas.”.

O Atheneu Sergipense, escola de ensino secundário, ofereceu de forma descontinuada o ensino normal para alunos do sexo masculino. Para atender ao público feminino, foi criada a escola que funcionou no prédio do Asylo Nossa Senhora da Pureza, localizado na antiga Rua Aurora, hoje Avenida Ivo do Prado, implantado em 1877, extinta em 1879 pelo Presidente da Província, Teófilo Fernandes dos Santos. Mais uma vez ele seria ofertado no mesmo local e para o mesmo público alvo, as asiladas e as alunas externas, entre 1882 e 1891 (NUNES, 1984). O asilo foi extinto e seu prédio abandonado em 13 de julho de 1891, pelo decreto nº 02<sup>20</sup>. A Escola Normal feminina

[...] atrai a classe média, que em 1883 contava com 55 alunas, sendo 20 matriculadas no 1º ano, 11 no 2º e 4 no 3º ano [...] em 1885 - 34 moças portavam o diploma do curso normal, sendo uma do antigo

---

<sup>20</sup>Nota do autor. Extinto por dificuldades financeiras para mantê-lo.

curso extinto em 1879, enquanto 23 concluíram em 1884 e 10 em 1885. (NUNES, 1984, p. 157).

O Curso Normal deve ser entendido como esforço do poder público em promover a formação do professor, na ampliação de seus conhecimentos e métodos. O curso foi idealizado, segundo modelo prussiano<sup>21</sup> como o verdadeiro centro de preparação técnica e profissional. Mas durante alguns períodos, em Aracaju, ele foi suspenso por falta de alunos matriculados e/ou por dificuldades da Província em mantê-lo em seu orçamento.

Essa situação foi resolvida em 1911 com a construção de edifício próprio, que abrigou a Escola Normal e o Grupo Modelo até 1954, localizado na Praça da Conceição, atual Praça Olímpio Campos nº 769, onde hoje funciona o Museu do Artesanato de Sergipe. A Escola Normal e o Grupo Modelo foram de fato implantados e estruturados segundo o modelo da Escola Normal de São Paulo (1890) no Governo do Presidente Rodrigues Dória.

[...] Rodrigues Dória, que construiu o novo edifício para a Escola Normal; amplo, bem localizado, obedecendo à planta do Major de Engenharia José Calasans e executado pelo Engenheiro Tenente Firmo Freire do Nascimento. Para a época era monumental, um dos mais importantes da Capital sergipana, tendo sido os móveis e o material didático importados dos Estados Unidos. (NUNES, 1984, p. 214).

Na década de 1880, iniciou-se no Brasil debate sobre o método adotado no ensino primário, que resultou na introdução da 'prática do ensino intuitivo ou lições de coisas', em 1886, através da adoção do livro *Primeiras Lições de Coisas*<sup>22</sup>, em que o professor também é peça chave para o sucesso e as 'coisas' são ensinadas a partir da contextualização e abordagens mais livres e intuitivas.

Em Sergipe, segundo Nunes (1984), esse período foi marcado por altos índices de reprovação e evasão, além de evidência de contrastes entre as populações mais pobres e as de posses. A classe mais abastada preferia colocar seus filhos em escolas particulares ou mandá-los para outras cidades e evitar o contato com os alunos que assistiam às aulas descalços e malvestidos. As modalidades de ensino ofertadas aqui

---

<sup>21</sup>Modelo que enaltecia a criação das escolas normais como essencial à formação do magistério primário. Até então dominara o sistema austríaco no recrutamento do professorado no Brasil, baseado na formação através da prática: passando de inspetores a monitores e finalmente a mestres adjuntos, quando então recebiam lições de pedagogia. Esse modelo começou a ser alterado a partir da década de 1860, após diversas críticas quanto aos resultados alcançados (NUNES, 1984).

<sup>22</sup>Traduzido e adaptado por Ruy Barbosa.

se equiparavam às do restante do Brasil, o ensino primário realizado em espaços improvisados, uma vez que,

[...] as aulas eram oferecidas nas igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres, contribuindo para um baixo rendimento dos alunos, que muitas vezes não tinham mobiliário adequado para realizarem as suas atividades, além da ausência de material didático, de livros suficientes e iguais.<sup>23</sup>(FARIA FILHO e VIDAL, 2000).

O último presidente da Província, Jerônimo Sodré Pereira, apresentou no Relatório à Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de outubro de 1889, a seguinte fala “dois são os problemas capitais na organização do ensino público, o primeiro pessoal habilitado e segundo a escolha das disciplinas, que melhor se adaptem às forças intelectuais dos alunos.” (NUNES, 1984, p. 301 - Anexo 11). Assim, pode-se finalizar a percepção da situação da Instrução Pública em Sergipe quando da mudança política com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Aqui em Sergipe,

[...] se fez de forma festiva, sem ter havido resistência dos que detinham o comando político da Província. [...] a junta provisória composta [...] do Capitão do Exército José de Siqueira Menezes e pelo Professor Baltazar de Araújo Goís começou a legislar para as adaptações, ao novo regime, das instituições vigentes. (NUNES, 1984, p. 175).

Com a República<sup>24</sup>, inicia-se novo momento político em que o discurso deveria conduzir à criação de um novo modelo, pautado pelas modernas pedagogias existentes no mundo da educação. Em 8 de novembro de 1890, o Decreto nº 981, proposto por Benjamin Constant, instituiu “[...] sistema educacional que definia claramente todos os graus de ensino, regulamentava o regime de trabalho dos professores e avançava sobre o atendimento das demandas nacionais” (FRANCO, 2015, p. 89). Assim, a República começava a propor mudanças importantes para as transformações exigidas pelos integrantes do novo regime político e pelas necessidades de uma sociedade que ocupava cada vez mais os espaços urbanos.

---

<sup>23</sup>Barbanti, 1977; Hilsdorf, 1986.

<sup>24</sup>Nota do autor. A palavra República foi por muito tempo expressão de aspirações democráticas, na qual o povo deveria ter um lugar central e dela participar ativamente. Tipo de governo em que o Estado prioriza o interesse do povo.

A educação popular se encontrava difundida em nível mundial, no final do século XIX e início do XX, e seguia os moldes da escola graduada<sup>25</sup> baseada na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores. No Brasil, essas escolas se constituíram nos grupos escolares, e, no interior de São Paulo, encontra-se o primeiro protótipo desse modelo. “Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação.”. (SOUZA, 1998, p. 15). Assim, a escola primária tornou-se símbolo da divulgação desses valores, era preciso, para tanto, exibí-la e solenizá-la.

Entre 1914 e 1925, para ampliar o número de alunos no ensino público primário em Aracaju, foram inaugurados seis edifícios escolares para os cinco grupos escolares, em prédios, “[...] construídos para tal finalidade e função de acordo com disposições ou desenhos próprios que os identificam como tal instituição educativa”. (BENCOSTTA, 2005, p. 18).

A arquitetura monumental e suntuosa dessas escolas, segundo Souza (1998) e Faria Filho (2000), criou nova identidade para o espaço escolar e sua inserção na paisagem urbana; é o que me motivou para a escrita desta micronarrativa, incorporando o homem ordinário de Certeau (1994), que se personifica aqui como murmúrio das sociedades, como caminhante inumerável, aluno que se desloca durante tantos anos e dias, sob o sol ou na chuva, pelos mesmos caminhos, podendo seus passos ser percebidos como linhas invisíveis que se entrelaçam através da compreensão dos movimentos e das marcas destes no espaço urbano.

Outro aspecto importante para a criação dos edifícios próprios para as instituições educativas está posto no Decreto nº 2.141, em 14 de novembro de 1911, emitido pelo Presidente do Estado de São Paulo, que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado e determinou aspectos normativos sobre a Inspeção Médico-Sanitária das Escolas, modelo de legislação que foi adotado por outros Estados.

A adoção da organização espacial dos grupos escolares, aqui no Brasil, assemelhou-se ao das escolas graduadas de Portugal implantadas a partir de 1866, com várias salas de aula (repetidas na sua forma, dimensões e funções), mas também na especialização de outros espaços – biblioteca, secretaria, gabinete da direção, sala

---

<sup>25</sup>Nota do autor. Este novo modelo organizacional afetou a concepção do espaço escolar, encontrou-se registro na legislação de 1866 do distrito de Lisboa. Informações adicionais ver Silva (2009).

de reuniões, sala dos professores (SILVA, 2009); traduzindo mudança no modelo até então vigente – um cômodo ou uma sala, quase sempre na casa do professor.

Implantada pela primeira vez no Brasil no ano de 1893, em São Paulo, correspondeu, na época, a um novo modelo de organização administrativo-pedagógico da escola primária com base na graduação escolar. Segundo os estudos de Viñao<sup>26</sup> (1990) sobre a escola graduada, este tipo de organização implicava uma determinada ordenação do espaço, das atividades, dos ritmos e dos tempos, assim como uma distribuição de usos desses espaços e objetos, e uma classificação–valorização de professores e alunos. (BENCOSTTA, 2001, p. 108).

Percebeu-se também a influência de modelos arquitetônicos implantados em países da Europa e nos Estados Unidos através do livro *School Architecture*, de E. R. Robson, onde são apresentados projetos de escolas londrinas desenvolvidos após 1870 e de relatos de experiências de viagens aos Estados Unidos, à Alemanha e à Suíça (KOWALTOOWSKI, 2011); e da atuação do Ministro da Educação francês, Jules Ferry (1832-1893), que, em 1868, determinou:

[...] não ser mais admissível uma sala de aula de uma instituição pública sem material, mobiliário e um agenciamento do espaço completamente específico. Dentre outras especificações, Ferry regulamentou, desde 1882, que a sala de aula deveria ter uma forma retangular, o piso de parquet de madeira resistente, uma altura do teto de aproximadamente quatro metros, oferecer uma superfície mínima de 1,25 m<sup>2</sup> por aluno e não exceder a cinquenta lugares. (BENCOSTTA, 2001, p.115).

No Brasil, a construção dos grupos escolares promoveu a reunião de várias escolas ou cadeiras isoladas de determinada área em um único edifício, oferecendo ensino seriado, com professor para cada série, além de diretora que organizava e supervisionava as professoras, e com salas de aula, museu e outros espaços apropriados ao método intuitivo. Além dos aspectos de organização, a localização desses prédios, segundo Bencostta (2005, p. 97), “[...] deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime”.

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central

---

<sup>26</sup>VIÑAO, A. *Inovación pedagógica y nacionalidad científica. La escuela Graduada Pública em España (1898 - 1936)*. Madrid: EdicionesAkal, 1990, p.7

ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescentado um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas (FÁRIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 24).

Segundo Azevedo (2010), o engenheiro Tenente Firmo Freire do Nascimento, responsável pela construção do segundo Grupo Escolar Barão de Maroim, na cidade de Aracaju, em 1917, na solenidade de inauguração do prédio, declarou em discurso publicado na imprensa, matéria veiculada pelo Correio de Aracaju<sup>27</sup>, que não teve a pretensão de construir edifício irrepreensível, mas prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos. Afirmou Freire: “[...] procurei dar a divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: - seis salões, amplos, confortáveis, com pés direitos altos, bem arejados, iluminados fartamente, higiênicos enfim”.

O Governo Gracho Cardoso (1922-1926) demarcou o final do marco temporal deste estudo e é neste período que ocorre o maior número de edifícios de grupos escolares construídos em nosso Estado. Segundo Santos (2009), ao todo foram 11, dos quais 8 no interior do Estado, nas cidades de Capela, Estância, São Cristóvão, Lagarto, Boquim, Propriá, Vila Nova (atual Neópolis) e Anápolis (atual Simão Dias), e 3 em Aracaju, além do novo prédio para o Atheneu Sergipense, Instituto de Química e o Liceu Profissional Coelho e Campos.

Outra ação, segundo Franco (2015), de Gracho Cardoso definiu o desalojamento dos edifícios onde funcionavam as delegacias, para ocupá-los como escola, nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras, Estância, Capela, Vila Nova, Santo Amaro das Brotas, Lagarto e São Cristóvão. O uso de prédios de instituições religiosas ou de cadeias onde não era possível a construção de edifício próprio era prática bastante comum nesse período de estruturação dos Grupos Escolares. (SANTOS, 2011)

O grupo escolar General Valladão, situado na Praça Pinheiro Machado, atual Praça Tobias Barreto, foi transferido em 1923 para novo edifício na Rua da Vitória, atual Avenida Carlos Burlamarqui, o antigo prédio abriga atualmente a Secretaria de Estado de Segurança Pública, confirmando a forte relação entre os espaços de vigiar

---

<sup>27</sup>Correio de Aracaju. Aracaju, p.1, 10 de julho de 1917.

- hospitais, escolas, cadeias, quartéis e fábricas -, que, segundo Foucault (1986), tinham configuração espacial muito específica, as planificações panópticas<sup>28</sup>.

Os grupos escolares e demais edifícios públicos inaugurados por Gracho Cardoso tinham como característica estética a 'águia' - estátua de cimento, posicionada na platibanda ao centro ou nas extremidades do edifício -, signo utilizado para marcar seu legado (FRANCO, 2015). Nesse período, os intelectuais e republicanos defendiam que a educação devia ser o mecanismo de manutenção da ordem e da prosperidade da pátria.

Percebe-se que as redes construídas entre os diversos sujeitos, a circulação de periódicos, as viagens, as conferências, os livros e artigos constituem meios de divulgação e propagação de ideias para a consolidação da instrução pública em nosso país, assim como o são as assembleias, palco das disputas políticas e de poder do Estado, refletidas na enorme quantidade de leis e decretos promulgados, que, em muitos momentos, fazem o pêndulo do avanço andar de forma mais lenta ou até mesmo retroceder, mas a legislação está no plano das intenções, por meio delas podem-se legitimar as práticas. Buscou-se aqui, através desta sucinta dimensão histórica, apresentar algumas das inquietudes que serão retomadas e ampliadas em cada segmento.

No início do século XX, a relação entre o espaço escolar, a arquitetura e as práticas educativas rompem o modelo vigente, modificam-se para dar lugar a uma escola que busca mudar o seu signo de atrasada e sem espaço físico adequado para moderna, civilizatória e monumental. Nesta narrativa, o olhar será focado sobre esse *modelo* de instituição educativa pública e a forma como ela foi posicionada para ser o signo de civilização e progresso, com educação laica, obrigatória, gratuita e mantida pelo Estado. Assim

[...] a leitura dessas diferentes dimensões torna o estudo da arquitetura e do espaço escolar eixos potenciais de pesquisa e de compreensão das instituições educativas, uma vez que a análise sendo intrinsecamente relacional põe em destaque a internalidade da gramática escolar articulada com a construção da escola como processo histórico, cultural e social. (BENCOSTTA, 2005, p. 8).

A arquitetura e o urbanismo, como campo de conhecimento e de formação desta pesquisadora na graduação, me permitem inseri-las neste conjunto de conceitos

---

<sup>28</sup>Pan-óptico é um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados (HARVEY, 2014)

e saberes, para, através desse entretecer, dar visibilidade a elementos técnicos e estéticos do repertório manipulado pelo arquiteto na criação dos signos e dos significados de que o edifício escolar necessitava para as escolas de formação primária, a partir das novas propostas de educação da República.

Os estudos e as investigações limitar-se-ão às contribuições filológicas - os dados sociais, isto é, da função; os dados construtivos, isto é, da técnica; os dados volumétricos e decorativos, isto é, plásticos e pictóricos [...] para entender o valor da arquitetura. (ZEVI, 1996, p. 19).

O valor da arquitetura está na análise e interpretação do espaço, o que está contido no interior da edificação e, também, o que se encontra em seu entorno - “[...] nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado vazios, isto é, tenha criado espaços fechados” (ZEVI, 1996, p. 25), porquanto é com o espaço arquitetônico que o homem se relaciona.

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos. (ESCOLANO e FRAGO, 2001, p. 26).

A localização do edifício-escola também será analisada sob a ótica da relação com o espaço da cidade, projetando seu significado de símbolo cultural e social quando localizado em pontos estratégicos que afirme esta “inteligência invisível” (ESCOLANO e FRAGO, 2001, p. 33), contribuindo, assim, para a identificação e consolidação desse *modelo*, muitas vezes descrito como ‘Templos de Civilização’ (SOUZA, 1998) - *locus* especializado em ministrar ensino.

O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho do docente. [...] dessa forma, os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! (SOUZA, 1998, p. 123).

Os edifícios escolares identificados neste estudo estão classificados no Estilo Eclético - o ecletismo, para impor a sua monumentalidade, segundo Zevi (1996, p. 145), identifica-se com a “[...] expansão industrial, que, quando surge o contraste entre a utilidade e a vida, entre o mito e a arte, evidencia os dois aspectos da civilização industrial: o romantismo dirigido ao passado e o mecanicismo dirigido ao futuro”.

Assim, a estética marcada pela mistura de elementos clássicos, sobreposição de formas de diferentes períodos e imitação é utilizada para criar identidade do edifício que se distancia das edificações góticas e barrocas que antecedem, com desejo de se “[...] impor, através da fantasia, uma representação da afirmação social da burguesia industrial” (SÁ, 2005, p. 67).

A análise do espaço escolar, segundo Viñao (2005), deve estar pautada em três aspectos: 1) sua forma ou estrutura morfológica; 2) sua função e as atividades que nele se realizam; 3) sua organização ou relações existentes entre seus diferentes espaços e funções; a partir dos quais será possível visualizar como esse modelo se organizou, se firmou, convenceu e foi percebido enquanto representação coletiva.

Compreender os planos e suas especificidades fez alicerçar a redação deste trabalho em textos de autores que já se apropriaram desse tempo e espaço e que podem ser percebidas nas referências aqui destacadas. Para o referencial teórico metodológico e conceitual, utilizaram-se Burke (2011 e 2017); Certeau (1994); Chartier (2002) e Magalhães (2004).

Para a fundamentação do espaço urbano, a localização dos edifícios e sua correlação com as estratégias adotadas pelos sujeitos para instrumentalização das instituições educativas, destacam-se os trabalhos de, Agache (1930), Cacciari (2009), Lefebvre (2011), Porto (1991 e 2011), Pesavento (1995), Santos (2007 e 2014) e Rothe (2017).

Para a fundamentação da legislação local e nacional imposta pelo Estado na instrução pública, destacam-se os trabalhos de Amorim (2013), Azevedo (2010), Faria Filho e Vidal (2000 e 2005), Franco (2015), Oliveira (2004) e Nunes (1984 e 2000).

Para a fundamentação do espaço escolar projetado e edificado com esta função, destacam-se os trabalhos de Bencostta (2005 e 2011), Escolano e Frago (2001), Faria Filho (2010), Santos (2009, 2011), Souza (1998) e Viñao (2005).

O conhecimento científico gerado através desta pesquisa, segundo Carl Schorske<sup>29</sup>, é história cultural, indicando dupla dimensão de trabalho desenvolvido pelo historiador

[...] situar e interpretar a obra no tempo e inscrevê-la no cruzamento de duas linhas de força: uma vertical, diacrônica, pela qual ele relaciona um texto ou um sistema de pensamento a tudo o que os precedeu em um mesmo ramo de atividade cultural; e a outra, horizontal, sincrônica, pela qual o historiador estabelece uma relação

---

<sup>29</sup>Fin-de-Siècle. Vienna: Politics and Culture, New York, 1979.

entre o conteúdo do objeto intelectual e o que se faz em outras áreas na mesma época. (CHARTIER, 2002, p. 57).

A pesquisa aqui estruturada relaciona o universo de significados, motivos e aspirações que moveram nossos sujeitos diante dos fenômenos<sup>30</sup>, apresentados de maneira cronológica para revelar o passado da cidade de Aracaju, seus grupos escolares, sua arquitetura e a legislação imposta, para entretecê-los e formar a representação coletiva desta escola.

Nesta pesquisa o olhar desta historiadora em educação se fortalece através do encontro e da articulação entre a linguagem do desenho e dos documentos, construindo pontes e gerando esquemas interpretativos que auxiliam a identificação de significado e de significantes para este marco temporal.

Para o desenvolvimento do projeto arquitetônico, o arquiteto precisa de método que o auxilie na elaboração de sua proposta, assim como o pesquisador também o faz. Diante do problema, procurei determinar a hipótese e construir todo o rol de informações necessárias para falseá-la ou não, organizando a pesquisa ao abrigo do método hipotético-dedutivo (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009), que se justifica em face das características aqui anunciadas.

A inquietação que definiu a construção da hipótese a indicação de que, quanto ao espaço urbano, a localização dos edifícios-escola e os discursos regulatórios das medidas deliberativas do Estado interferiam significativamente na organização administrativa e pedagógica da instrução pública na modalidade grupo escolar, sendo esta ação identificada através dos traços e indícios que formaram uma relação renovada e apropriada desta representação coletiva na cidade de Aracaju entre os anos de 1914 a 1925.

A partir dessa hipótese estruturei os seguintes objetivos específicos para contribuir com os fenômenos que se pretende apresentar: 1) considerar a cidade como história e suas estratégias de circulação e ocupação do espaço urbano para, a partir dessas linhas, perceber a cidade e seus condicionantes<sup>31</sup> de território; 2) perceber os instrumentos normativos promulgados no âmbito de Brasil e de Sergipe e seu papel como linha visível ou não no entrelaçamento entre a cidade e o edifício-escola dos grupos escolares construídos em Aracaju entre 1914 e 1925; 3) desvelar as linhas que

---

<sup>30</sup>Nota do autor. É a percepção que o observador/historiador tem do fato.

<sup>31</sup>Nota do autor. No meu projetar diário os condicionantes são elementos essenciais para a tomada de decisão que o arquiteto tem sob sua responsabilidade. O leitor pode entendê-la como sinônimo das categorias de análise.

se entrelaçam entre o edifício-escola e os condicionantes dos diversos elementos urbanísticos e arquitetônicos utilizados para sua configuração espacial, de forma a apoiar e dar condições de operacionalização dos métodos de ensino, tempo e ordenamento das práticas educativas para a repetição e aperfeiçoamento desse modelo.

A primeira etapa - o levantamento de dados e de fontes, identificá-los, organizá-los e sistematizá-los - foi importante para consolidar algumas informações e descobrir outras. O *córpus* documental da presente pesquisa é formado por: a) leis, resoluções e regulamentos expedidos pelo Estado nesse período; b) revisão da literatura bibliográfica e eletrônica, para o desenvolvimento do estado do conhecimento e c) fontes imagéticas, abrangendo fotografias, mapas, desenhos e cartões postais.

Na segunda etapa - a análise e interpretação das fontes -, buscou-se apoio no aporte teórico de Burke (1992, 2011 e 2017), Certeau (1994), Chartier(2002), Magalhães (2004), Viñao (2005) e Zevi (1996). O pesquisador precisa despir-se de suas ideias pré-concebidas para dar visibilidade aos fatos que ele observa e conectar os sujeitos e o objeto de estudo, para gerar novos olhares sobre a história da educação e a cidade de Aracaju. Aqui também foram desenvolvidos os novos registros em duas linguagens: o desenho manual através dos *sketches*<sup>32</sup> e o desenho técnico através dos mapas e projetos arquitetônicos.

Na terceira e última etapa, fase mais delicada do processo de corroboração da hipótese ou não, a redação da conclusão do discurso a partir das fontes, interpretaram-se e se analisaram as informações coletadas, para discernir padrões, rupturas ou evolução e, assim, contribuir para a apresentação dessa cena – “[...] legitimada socialmente pela união social, da história com a ideologia, que produz sentidos” (CAREGNATO & MUTTI, 2006)<sup>33</sup>.

Na escritura deste texto, optei em manter a grafia original, como estratégia de aproximar o leitor da atmosfera vivida na época, para as citações diretas de documentos, recortes de jornal e o nome dos grupos escolares. Nas citações indiretas ou nas referências que fiz a respeito das citações diretas, atualizei a grafia para dar

---

<sup>32</sup>Termo em inglês que significa – observar e desenhar uma paisagem urbana, um edifício, um objeto ou um espaço interior usando técnica manual e artística. Todos os *sketches* aqui apresentados são de autoria do arquiteto e urbanista *Agripino da Silva Costa Neto*, gentilmente cedidos.

<sup>33</sup>GERHARDT; RAMOS, *et al*, 2009.

mais fluidez à leitura, bem como na denominação das ruas e avenidas, excetuados os nomes dos grupos escolares.

Para redação desta dissertação, construí três seções, precedidos de uma Introdução e sucedidos pela Conclusão. A Introdução, amadurecida através da imersão na fase investigativa, iniciada em janeiro de 2017 e jamais encerrada, apresenta convite para o leitor se debruçar sobre as demais seções e caminhar com a autora nesse tempo-espaço. Nesta análise, as evidências de imagens foram utilizadas para apoiar a nossa fala, pois, segundo Burke (2017), a importância das imagens para os historiadores se faz através do uso delas em conjunto com outras fontes documentais, para permitir “crítica das fontes”.

Na segunda seção, apresento os condicionantes da cidade de Aracaju e retrato os aspectos relacionados com a história social e cultural, os aspectos naturais e urbanísticos, construindo relação entre eles para ampliar a percepção da linha do tempo da conquista, da consolidação e da evolução da cidade.

Na terceira seção, apresento os diversos instrumentos normativos promulgados no Brasil e em Sergipe e seus sujeitos, que estabeleceram e consolidaram a cidade de Aracaju e o modelo de educação primária através da modalidade dos grupos escolares construídos entre 1914 e 1925 em Aracaju.

Na quarta seção represento graficamente, de maneira inédita, a configuração urbanística do entorno dos seis edifícios ocupados pelos cinco grupos, e as características arquitetônicas de suas fachadas principais. Analiso e relaciono a localização desses edifícios-escola com os vetores de crescimento ou descontinuidades da cidade de Aracaju percebidas até nossos dias.

Na Conclusão, a fala se apoia em tudo o que foi posto nas seções anteriores e aponto a resposta, alargando a historização da educação primária em Aracaju através das linhas visíveis e invisíveis da cidade, idealizadas pelas leis e decretos impostos pelo Estado, os desdobramentos no espaço-lugar dos Grupos Escolares, na institucionalização dessa modalidade do ensino primário na cidade-capital de Sergipe, e como se percebe através da arquitetura forjada na valorização dos elementos decorativos clássicos do invólucro mural, criou a identidade dos palacetes exuberantes em contraste ao casario simples e as ruas de terra batida, com espaços internos exíguos e pequena especialização dos espaços pedagógicos, administrativos, diretivos e de apoio.

O olhar se apoia na fotografia, no desenho, no resgate e na geração de novos registros, como representação fundamental para recontar essa história da educação pública primária em Sergipe, na modalidade grupo escolar.

Escola Normal  
Agripino da Silva Costa Neto



Mas a cidade não conta o seu passado,  
ela o contém como as linhas da mão,  
escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,  
nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios,  
nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado  
por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

CALVINO, 1972

## 2. AS LINHAS DA CIDADE DE ARACAJU

A transferência do centro político da Província de Sergipe d'El Rei de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, ocupando praias inóspitas sobre uma planície flúvio-marinha na margem direita do estuário do Rio Sergipe, na Barra da Cotinguiba<sup>34</sup>, próximo ao Povoado de Santo Antônio do Aracaju, impôs-se frente às necessidades de comunicação via porto para o escoamento de nossa maior riqueza - o açúcar.

Esta micronarrativa se consolida através da sistematização de dados da cidade de Aracaju e suas estratégias de mobilidade e ocupação do espaço urbano, para, a partir dessa racionalização, entrelaçar a história da evolução da cidade com os condicionantes do território e da sociedade. A forma de expressão é o desenho, em que se esquematiza o pensamento com base em fotografias e mapas e se elaboram novos cruzamentos, gerando novos registros.

O aporte teórico deste capítulo inclui as estratégias e o conceito operatório de cidade de Certeau (1994), de cidade de Cacciari (2009) e de Lefebvre (2001). Busca-se situar e interpretar os acontecimentos de forma diacrônica, conduzindo o texto de maneira cronológica e apresentando os acontecimentos significativos que marcaram a urbanização da cidade e sua relação com os edifícios; dialoga-se com a arquitetura e o urbanismo, que institui significados simbólicos e se materializa através dos valores técnicos, funcionais e estéticos.

Apresentar os acontecimentos e aspectos que antecederam, determinaram e concretizaram essa mudança através dos condicionantes para organizar e categorizar esses elementos: político-administrativos, socioeconômicos e ambientais, além da evolução urbanística, legislação local, mobilidade, uso e ocupação da cidade e sua relação com a localização dos edifícios públicos, que marcaram a paisagem da cidade nesse marco temporal, construindo, assim, rol de informações inter-relacionadas com a instrução pública primária e os edifícios-escola dos grupos escolares, permitindo novo e inédito cruzamento de informações.

Aracaju, oficialmente instituída em 17 de março de 1855, pelo então presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa, através da Resolução nº 413, concentrou todos

---

<sup>34</sup>Barra da Cotinguiba, assim era a denominação da região que produzia cana de açúcar entre os séculos XVII e XX - formada pelos "Rios Sergipe e Japarutuba, com os municípios de Laranjeiras, Divina Pastora, Riachuelo, Japarutuba, Maruim e Santo Amaro, incorporando a antiga Vila do Carmo, hoje Carmópolis (LOUREIRO, 1999).

os esforços do presidente para lançar as bases da urbanização da nova capital, nascida sob a pressão de atender os interesses da burguesia latifúndio-mercantilista do Segundo Império, impulsionadores da migração do campo para a vida urbana na nova capital da Província.

A cidade projetada e idealizada foi assentada no aterramento de muitos riachos, charcos, manguezais e a canalização de rios, principalmente para e em prol de melhor articulação com o porto no envio e recebimento de mercadorias, interrompendo a dependência de Salvador e a dificuldade de controlar e arrecadar os impostos e taxas provenientes da rica produção açucareira. “A atração que o mar exerce numa economia de exportação como era a do Brasil e a concepção de que para lograr um bom sistema técnico era preciso aproveitar os elementos naturais.” (ALVES DE LIRA e NETO, 2013, p. 139). Assim, a cidade-porto se estabeleceu e alterou de maneira significativa a paisagem natural da margem direita do estuário do Rio Sergipe.

Para a construção da compreensão desses planos e a forma de viver nesse período de conquista e consolidação do Quadro de Pirro, buscou-se apoio no método qualitativo, com coleta documental e eletrônica de dados, constituindo o *corpus* documental utilizado neste capítulo de leis, resoluções e regulamentos expedidos pelo Estado nesse período, de revisão da literatura bibliográfica para o desenvolvimento da compreensão dos elementos-chave da cidade de Aracaju e de fontes imagéticas: fotos, mapas e cartões postais.

Entre os autores, destacam-se: Agache (1930), Porto (1991), Pesavento (1995), Rothe (2017) e Santos (2007 e 2014) que se detiveram em aspectos diversos dos condicionantes aqui apresentados.

O conceito de **cidade-capital**<sup>35</sup> articulado no Segundo Reinado é uma das bases para se compreender a consolidação da mudança da capital da Província em Sergipe, que deve ser entendida como estratégia de articulação entre o poder político e econômico para construção de projeto civilizador nacional que tinha no deslocamento e aumento da permanência da população nos centros urbanos a raiz

---

<sup>35</sup>Grifo nosso. O termo é usado no sentido de identificar o projeto político imperial e os planos de viação elaborados por engenheiros entre 1869 e 1889 – plano Moraes (1869); plano Queiroz (1874, 1882); plano Rebouças (1874); plano Bicalho (1881) e plano Bulhões (1882) para promover a integração do território brasileiro através das técnicas de circulação disponíveis: estradas, vias férreas e vias fluviais”. (ALVES DE LIRA e NETO, 2013).

da mudança, favorecendo a centralização das ações do Império e a articulação entre a gestão territorial e a dimensão identitária de seu povo.

A cidade capital adquiriu um sentido mais amplo e estratégico. Dessa maneira, ela deveria possuir uma geografia e geometria favorável e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições: ao mesmo tempo, sede do poder político, do poder econômico e do saber. Contudo, a consolidação e hegemonia de Aracaju no território sergipano só veio a se concretizar durante a República. (SANTOS, 2014).

Aracaju é cidade projetada, sem passado, segundo Cacciari (2009), livre de tradições - *mores*, em que as pessoas aportavam na busca da consolidação de nova vida urbana, de novo signo, de nova *urbs*. A cidade romana, base de nossa formação urbanística, influenciou o modo de viver e de se relacionar nesse lugar - a *civitas*, que reúne pessoas livres, mas não pertencentes a determinado grupo, estirpe ou raça - *gens*. Assim, surgem os cidadãos - *cives*; conjunto de pessoas que se reúnem para dar vida a um lugar e que seguem as mesmas leis - *nómos*.

Identifica-se que a cidade cria e impõe as “[...] estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada grupo ou meio, um [...] ser-percebido constitutivo de sua identidade”. (CHARTIER, 2002, p. 73). Assim, a vida urbana indica pluralidade e multiplicidade e essa identidade será reconhecida na cidade elitista, com construções sólidas seguindo os padrões determinados pelas leis locais – as Posturas e os Códigos de Postura<sup>36</sup> - dentro dos limites do Quadro de Pirro e a cidade de casebres, que abrigava os que não podiam arcar com os padrões impostos em casas simples e de cobertura de palha, sempre marginal - na periferia. Assim, nasceu Aracaju, cidade sem passado e livre, onde as pessoas que aqui chegavam não estavam aqui por sua origem étnica ou religiosa e, sim, por desejo e propósito da conquista de nova vida urbana.

Os primeiros habitantes tiveram que aprender a conviver com o clima quente e a natureza peculiar do local. Esse desenvolvimento que se impôs aos condicionantes naturais, deflagrando a moléstia do *Cholera Morbus*<sup>37</sup>. Em Aracaju, muitos atribuíram a proliferação dessa doença, de difícil controle na época, às condições de

<sup>36</sup>Decretos e leis que regulamentavam diversos aspectos da vida urbana, além da higiene e cuidados médicos. Em Aracaju, houve posturas sancionadas em 1856, 1858, 1871 e 1872 e códigos de posturas de 1912, 1926 e 1938. A diferença entre eles, os códigos são leis mais complexas e abrangentes pelo volume dos temas que regulamentam e a quantidade de artigos que os compõem (SANTOS, 2014).

<sup>37</sup>Nota do autor. Doença endêmica, ocasionada pelo bacilo do *Vibrio cholera*. Propaga-se por água ou alimento contaminado, provoca diarreia e desidratação e é fatal se não for tratada adequadamente.

insalubridade da cidade, fazendo com que aterros fossem instrumentos do controle dos focos, que na época tinham como vetor as águas paradas e sujas. A epidemia iniciou-se em outubro de 1855 e fez várias vítimas, entre elas o presidente Inácio Joaquim Barbosa, que faleceu em 6 de outubro de 1855 na cidade de Estância.

As primeiras impressões da cidade foram notadas pelo terceiro vice-presidente da Província, o Comendador José da Trindade Prado, em 25 de setembro de 1855. Conforme Prado, a insalubridade vigente à época deveria ser combatida, visto que a moléstia do *Cholera Morbus* arrebatara alguns representantes locais dentre eles o Presidente Ignácio Barbosa, o próprio comendador e o quarto vice-presidente. Após sete meses da transferência da capital, o empreendedor desta ação e presidente da Província sucumbiu à doença.(ALMEIDA e FREIRE, 2006).

A paisagem era inóspita, “[...] da barra do Rio Real até a barra do Rio S. Francisco, 160 quilômetros de costa; de uma costa cega, em cuja silhueta se não via brilhar o casario de um vilarejo ao menos.”(PORTO, 1991, p. 14). Mas, no momento da decisão política, Inácio Joaquim Barbosa considerou a embocadura do Rio Sergipe mais importante e com melhores condições de navegabilidade - além da proximidade da pequena povoação de pescadores, o arraial de Santo Antônio do Aracaju, distante apenas 1.300 metros da praia, encarapitado no topo de uma colina - para sediar o porto e a nova capital, por permitir melhor aproximação dos navios de maior calado demandados pelo progresso e pela necessidade de contato mais intenso entre as vias marítima e terrestre.

A necessidade de consolidação de nova política de desenvolvimento baseado nos preceitos de civilidade e modernidade, na pujança do ciclo do açúcar e na transformação de uma sociedade oligárquica para a burguesia urbana e pré-industrial são os principais argumentos identificados para a mudança da capital da Província de Sergipe d’El Rei de São Cristóvão para Aracaju.

O aristocrata João Gomes de Melo (1809-1890), Barão de Maroim, iniciou em 1848, na Assembleia Provincial, no cargo de deputado, a articulação para a transferência da dominação dos senhores de engenho do vale do Vaza Barris para o vale do Cotinguiba, onde ele já exercia liderança. Assim, negociou com Imperador D. Pedro II a indicação de Inácio Joaquim Barbosa para o cargo de Presidente da Província, nomeado por Carta Imperial em 7 de outubro de 1853, conseguiu maioria na Assembleia Legislativa da Província e fez acordos na Corte com o partido e aliados em apoio ao projeto de mudança da capital.

O plano apresentado na Assembleia Legislativa para a mudança da capital foi previamente discutido no Engenho Unha do Gato, de propriedade do Barão de Maroim, e, apesar das críticas e oposição por parte de vários grupos, principalmente daqueles ligados a São Cristóvão, foi sancionada a Resolução que elevou o povoado do Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e transferiu para a Praia do Aracaju a capital da Província.

Coube ao bacharel Inácio Joaquim Barbosa trazer para Sergipe a política conciliatória do Ministério Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), nomeado a sete de outubro de 1853, empossou-se a 17 de novembro do mesmo ano, recebendo o governo das mãos do bacharel Luís Antônio Pereira Franco. (SILVA, 1992, p. 45).

Foi nesse contexto de acordos políticos que o Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, iniciou as obras de demarcação da cidade, aterrando e dominando o sítio natural. Assim, a cidade foi palco das mudanças que se registram ao longo do nosso marco temporal e através desses fatos a cidade fala e pode ser entendida “[...] por si só como comunicação e fornece a construção de um roteiro de leitura através dos signos observados nos traços da vida na cidade e do significado que esta atribui àquela.” (LEITE, 2005, p. 02).

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

No Quadro de Pirro foram construídos, nesse período, todos os edifícios públicos necessários para a consolidação da cidade, sua malha viária urbana, os serviços de infraestrutura (água, energia, telegrafo e transporte) e quatro dos doze<sup>38</sup> edifícios escolares construídos com essa finalidade.

No projeto de Basílio Pirro, a cidade foi traçada em estrutura urbana ortogonal bem simplificada: 32 quadras simétricas de 110mx110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13,20m (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188m (540 braças)

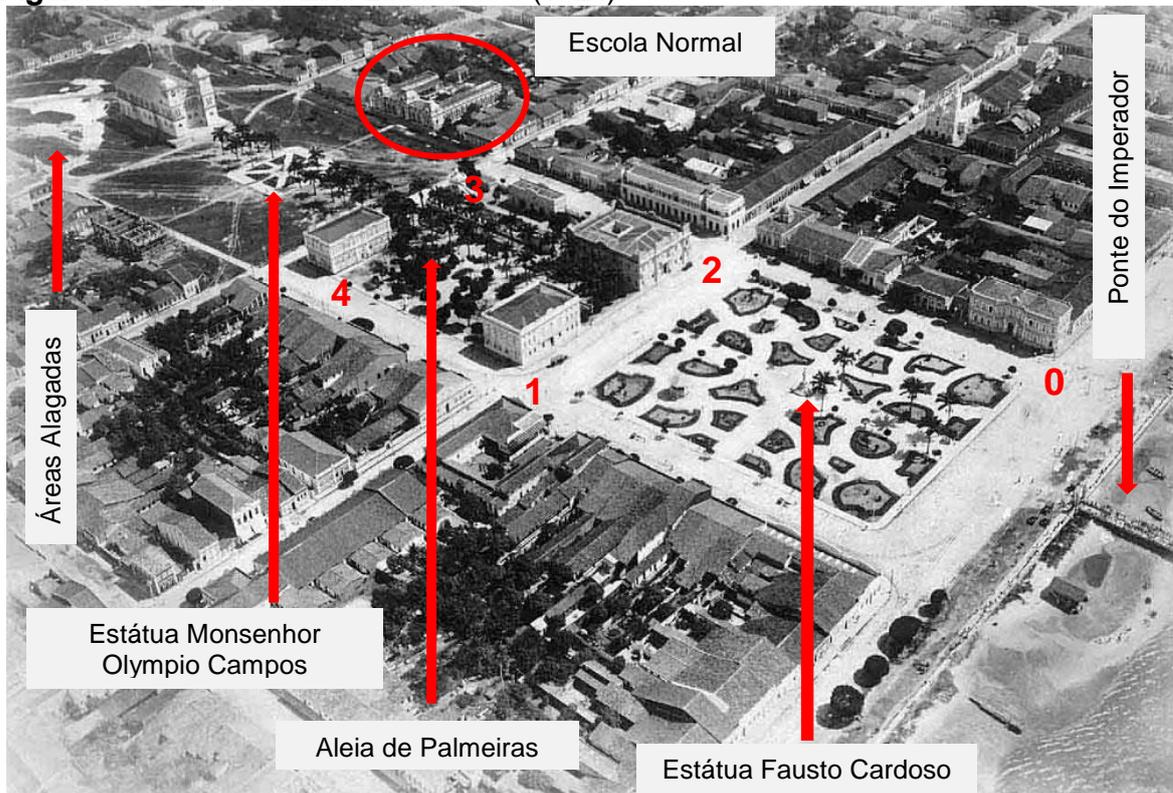
---

<sup>38</sup>Doze edifícios escolares: (A1) Atheneu Sergipense, na Praça Almirante Barroso (1872 a 1913), (B) Escola Normal (1911 a 1950), na Praça Olímpio Campos, (A2) Atheneu Sergipense, na Praça Camerino (1913 a 1926), (C) Grupo Escolar General Siqueira (1914 a 1925), (D) Grupo Escolar Barão de Maroim (1917 a 1950), (E1) Grupo Escolar General Valladão, na R. Itabaiana (1918 a 1923), (E2) Grupo Escolar General Valladão, na Av. Carlos Burlamarqui (1923 até dias atuais), (F) Liceu Profissionalizante Coelho e Campos (1923 até dias atuais), (G) Grupo Escolar Dr. Manoel Luís (1924 até dias atuais), (H) Instituto de Química Industrial (1924 a 19??), (I) Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1925 até dias atuais), (A3) Atheneu Sergipense, na Av. Ivo do Prado (1926 a 1969). Destes somente quatro se localizavam no Quadro de Pirro: Atheneu Sergipense, 1ª e 2ª localização, Escola Normal e Grupo Escolar General Siqueira.

iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso.(SANTOS, 2014, p. 64).

Escolheu-se a nomenclatura Quadro de Pirro por entender a regularidade do seu traçado, seu formato quadrado e ortogonal, com as quadras e vias de dimensões idênticas. Como signo desse marco inicial, adotaram-se as três praças atualmente designadas de Praça Fausto Cardoso (localizada na margem do Rio Sergipe), inicialmente identificada como Praça do Império, ou do Mercado<sup>39</sup>, ou do Palácio; ao centro, a Praça Benjamin Constant, atual Almirante Barroso, e, na extremidade leste, a Praça Olímpio Campos, inicialmente identificada como Praça da Matriz ou da Catedral, alinhadas com a Ponte do Imperador<sup>40</sup>, criando a nossa *ágora*<sup>41</sup>, como ilustrado na Figura 1 – Vista aérea (1924).

**Figura 1** • Vista Aérea Eixo Leste-Oeste (1924)



**Fonte:** Palácio Museu Olímpio Campos - Acervo Lineu Lins.

Nesta fotografia (1924), percebe-se a demarcação dos canteiros e a arborização das Praças Fausto Cardoso e Almirante Barroso, com a aleia<sup>42</sup> de

<sup>39</sup>Nota do autor: No Mapa de 1868 essa Praça está identificada como Praça do Mercado.

<sup>40</sup>Ponte do Imperador – denominação dada ao “píer de madeira” utilizado como atracadouro para a visita de D. Pedro II em Aracaju em 1860 (FRANCO, 2015).

<sup>41</sup>Ágora (do grego) área aberta usada para mercado, encontro, limitada por uma sequência de edifícios públicos. Em cidades gregas do período helenístico, era em geral ladeada de *stoas*. (ROTHER, 2017)

<sup>42</sup>Aleia – Caminho ladeado de árvores da mesma espécie (CHING, 2003).

palmeiras que se interliga com a entrada principal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. A Praça Olímpio Campos apresenta ao fundo da igreja, áreas alagadas, uma presença ainda marcante na paisagem da cidade. Entre o edifício da Igreja Matriz e o Jardim Olympio Campos, na parte central, inaugurou-se a estátua do Monsenhor Olympio de Souza Campos, em 16 de julho de 1916.

Os quatro edifícios construídos na Praça Almirante Barroso - o primeiro da esquerda, com a face principal voltada para a Praça Fausto Cardoso – Assembleia Legislativa (1); o segundo, na extremidade oposta o Palácio do Governo (2) e seu anexo (3), ao fundo na lateral com a Travessa Benjamin Constant. Ao fundo da Assembleia, na face com a Praça Olímpio Campos, o primeiro edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense (4), já reformado, com o segundo andar abrigando neste momento a Biblioteca Pública. Na extremidade norte da Praça Fausto Cardoso com o rio Sergipe, a Delegacia Fiscal (0), antigo Palacete Provisório, reformado em 1906 alterou seu estilo para o Eclético.

Assembleia Legislativa, atual Palácio Fausto Cardoso, teve sua construção iniciada em 1868, na administração do Presidente da Província Coronel José da Trindade Prado, Barão de Propriá. O Palácio abrigou a Assembleia Provincial, com algumas interrupções, até 1874. No início do século XX, o Palácio, que ainda apresentava os traços arquitetônicos característicos do neoclássico, sediou a Assembleia Legislativa e outras repartições até 1987. Atualmente no Palácio estão localizados a Escola do Legislativo, Deputado João de Seixas Dória, e o Memorial do Legislativo, Deputada Quintina Diniz. Foi tombado pelo Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987;

Praça Fausto Cardoso recebe essa denominação no primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade para Praça Fausto Cardoso e, em 15 de agosto, os restos mortais do deputado foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do Monumento. Em 8 de setembro de 1912, recebeu um monumento para homenagear o líder político Fausto Cardoso e ganhou novos jardins com dois coretos em estilo *art-nouveau*.

A ideia de construir um monumento a Fausto Cardoso foi pensada por Siqueira de Meneses durante a campanha para suceder a Rodrigues Dória. Em abril de 1911, presidida por Olegário Dantas, surgiu a comissão promotora do Monumento, que se empenhou para arrecadar fundos para a realização da obra. Em novembro de 1911,

os promotores da campanha celebraram contrato com o escultor italiano Lorenzo Petrucci. Após a assinatura, foi necessário fazer a escolha do local onde o Monumento seria erguido. Em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano. A estátua tem um braço estendido em posição de oratória e segura um chapéu nas mãos. Em sua base, além dos restos mortais do homenageado, se encontram os de Nicolau Nascimento, outro personagem importante da revolta. Na coluna, lê-se a frase: *Vou morrer defendendo a honra de minha terra*. O monumento foi o primeiro de Sergipe com estátua em local público.

A Escola Normal e o Grupo Modelo foram instaladas em prédio eclético que apresenta torreões cobertos por cúpulas metálicas inaugurado pelo Presidente Rodrigues Dória. Localizado na Praça da Matriz, atual Praça Olímpio Campos nº 769, funcionaram até a década de 1950, quando foram transferidos para outra localização, construída pelos engenheiros José Calazans e Tenente Firmo Freire do Nascimento. Apesar de sua identificação estar bastante comprometida, em função da distância da fotografia aérea, não posso deixar de registrar esse edifício na composição desse espaço do poder político, religioso, cultural, educacional e de lazer.

Palácio do Governo (1905), como ilustrado na Figura 2, apresenta o projeto original da sede do governo Provincial, em estilo neoclássico, projeto do Engenheiro Francisco Pereira da Silva.

Figura 2● Palácio do Governo (1905)



Palacio do Governo Palaeete da Assemblha Legislativa — Praça de Palacio — Aracajú — Sergipe — Brazil

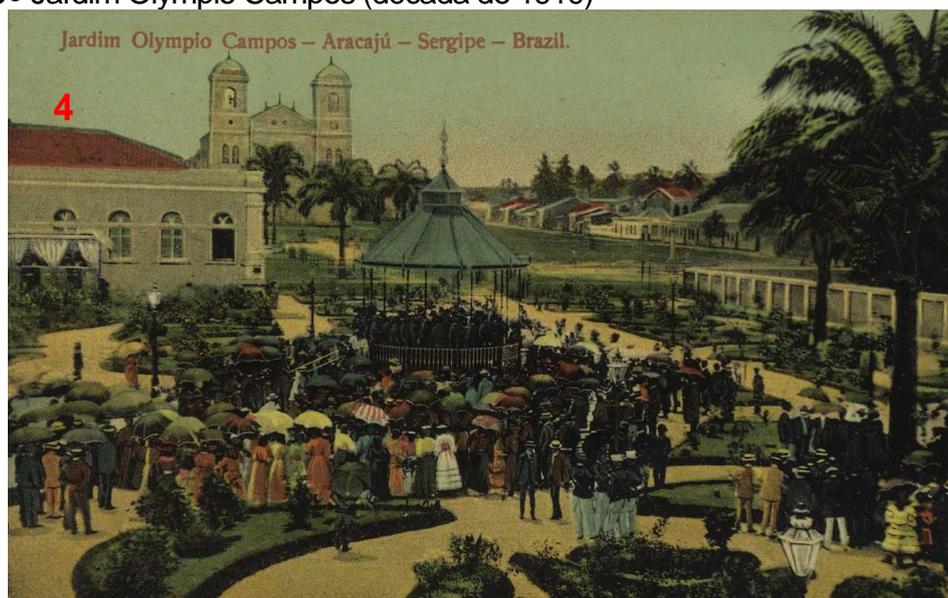
Fonte: IHGSE - II - 0091 (frente)

A construção do edifício ocorreu entre 1859 até 1863. Percebe-se no registro fotográfico que a palavra “Palacete<sup>43</sup> da Assembleia Legislativa” está riscada, e que, segundo Porto (2011, p. 27), “[...] este prédio se localizava no lado sul do Palácio, com uma disposição aberrante, pesado, enfim um desastre e que futuras reformas o tornaram mais contemplável”; e que o diminutivo talvez fosse para não fazer sombra ao próprio Palácio. Em 1918, o Palácio passou por reformas de embelezamento a cargo da missão italiana, que desenvolveu este e outros projetos em nossa cidade, alterando o estilo neoclássico para o eclético.

As Figuras 3 e 4 ilustram o Jardim Olympio Campos, em períodos diferentes. A Figura 3 é um cartão postal colorido do início da década de 1910, logo após sua inauguração. No primeiro plano, os canteiros sinuosos ocupados pela população, onde se percebe a atenção para o grupo de pessoas posicionadas no coreto metálico, para a solenidade de inauguração; na lateral esquerda, o edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense - 4 (1872-1913), ao fundo, a Igreja Matriz e algumas casas, compondo uma cena urbana do início de século.

Os cartões postais, segundo Barreira (2008, p. 107) ... “história dos modos de exposição de cidades. Situações, personagens e lugares delimitam representações a serem divulgadas a um público amplo, revelando singularidades históricas e padronizações estéticas.”.

**Figura 3**● Jardim Olympio Campos (década de 1910)



**Fonte:** Acervo Biblioteca Digital Luso-Brasileira

<sup>43</sup>Nota do autor. Palacete – palácio pequeno e imponente que pode abrigar um edifício público ou residência particular, sinônimo de mansão quando de uso residencial.

Jardim do Palácio Olímpio Campos, atual Praça Almirante Barroso, inaugurado em 24 de outubro 1907 - o evento foi realizado no dia do aniversário de 87 anos da emancipação política de Sergipe, como nos mostra o Jornal Correio de Aracaju: A 1 hora da tarde, inaugurou-se, perante compacta multidão, o “Jardim Olympio Campos”, com o orador oficial pronunciando longo discurso adequado ao ato. Em seguida foi aberto à frequência do público. Na ocasião tocaram duas charangas militares.

Um dia festivo marcado pela inauguração do espaço que fazia os aracajuanos lembrarem Monsenhor Olímpio Campos (1899-1902), líder político, Presidente do Estado entre 1899 a 1902, Senador da República e Deputado Federal e Provincial durante o Império. Esse político sergipano foi assassinado no Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1906 pelos filhos do Deputado Fausto Cardoso, que o acusaram de matar seu pai no episódio conhecido por “Revolta de Fausto Cardoso”. O nome dado não partiu da população, pois o governante da época era justamente o irmão do homenageado, Guilherme de Campos.

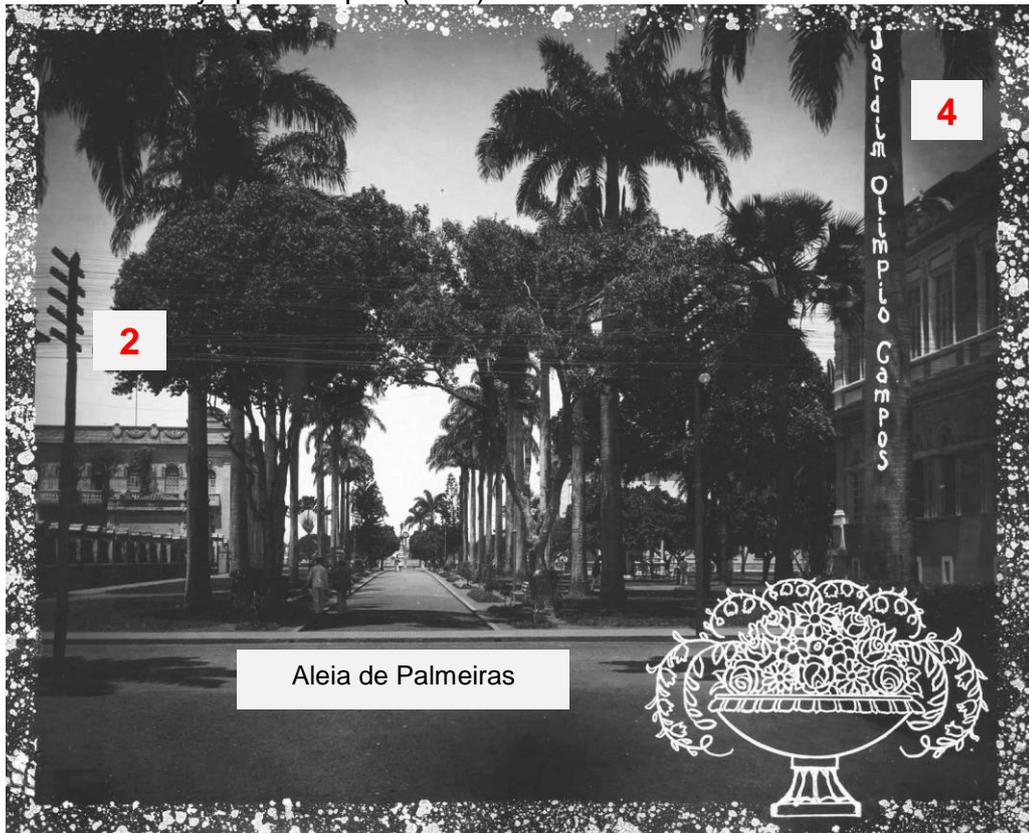
A figura 4 apresenta o Jardim em 1931 - ao centro a aleia de palmeiras que articula e demarca o caminho de pedestres entre os quatro edifícios e as duas praças. Nas extremidades, o Palácio do Governo (2), atual Palácio-Museu Olímpio Campos, do lado direito, o edifício já alterado, com a construção de um segundo andar, para sediar a Biblioteca Pública (4). Os livros passaram por três prédios desde a sua transferência da cidade de São Cristóvão: o edifício da Tesouraria Provincial da Fazenda (1855-1857); a Secretaria da Assembleia Legislativa (1857-1861); secretaria do Palácio do Governo até sua transferência para esse prédio, recém-reformado após a transferência do Atheneu Sergipense (1913) para o prédio na Praça Camerino. Atualmente sedia a Câmara Municipal de Aracaju.

Olympio de Sousa Campos (1853-1906), sergipano nascido em Itabaianinha, ordenou-se em 1877, foi deputado provincial (1882 e 1884); participou da primeira Assembleia Constituinte do Estado de Sergipe, destituída em 1891; presidiu os trabalhos legislativos na segunda Assembleia Constituinte; foi Deputado Federal (1894-1899), Presidente de Estado (1899 -1902) e Senador (1902-1906)<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup>Ver maiores informações no Dicionário da Elite Política Republicana. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAMPOS,%20Monsenhor%20OI%C3%ADmpio.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

**Figura 4**● Jardim Olympio Campos (1931)



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

A Praça da Matriz - Década 1920, ilustrada na Figura 5, apresenta a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1875.

**Figura 5**● Praça da Matriz (década de 1920)



Fonte: Acervo Rogério Freire Graça.

A Figura 6 ilustra a Praça Fausto Cardoso (1931). Em primeiro plano, podem-se observar os canteiros que delimitam o espaço do jardim e do passeio, demarcação típica do jardim francês, composição sinuosa, os dois coretos, os postes da rede elétrica e de iluminação; na lateral esquerda, a estátua de Fausto Cardoso e três palmeiras imperiais em frente ao antigo Palacete. Na rua lateral direita, atual Travessa Benjamin Constant, pode-se observar o bonde elétrico e, ao fundo, a Ponte do Imperador, construída inicialmente de madeira, foi o *pier* de atracadouro para o desembarque de D. Pedro II em 1860, passou por reformas de embelezamento em 1926. A reforma da ponte, em estilo eclético, incluiu as novas duas pilonas ornamentadas e encimadas por duas estátuas de índios – projeto de Hugo Bozzi -, além do cais e balaustradas que foram levadas para o sul, até a Rua Estância e, para o norte, até a Alfândega.

Figura 6● Praça Fausto Cardoso (1931)



Fonte: Biblioteca Nacional

Mapear esses condicionantes permitiu a leitura da cidade e das intersecções que se formaram através dos caminhos e percursos dos alunos do ensino público primário, normal e secundário e dos indícios que foram sendo percebidos e

registrados em mapas para poder progredir, dar novos significados e recontar essa representação.

Esse capítulo se subdivide em dois segmentos para apresentar a pesquisa filtrada e organizada sob os aspectos que moldaram Aracaju desde sua fundação. Inicia-se com os condicionantes naturais para descortinar a paisagem do sítio que se moldará em face da pressão do progresso e do desenvolvimento urbano. Finaliza-se com os condicionantes urbanos, a localização dos principais edifícios e a circulação com os meios de transporte utilizados no período.

## 2.1 Sítio Geográfico

Dominar os condicionantes naturais, para promover o progresso e a fixação da sociedade em sítios urbanos, há muito é prática na evolução da sociedade humana. As primeiras civilizações urbanas, que se firmaram na Mesopotâmia ou no Egito, estavam ligadas à terra, à produção do alimento e ao desenvolvimento da agricultura. Desde então, a cidade evoluiu, as transformações advindas da Revolução Industrial impulsionaram novas conquistas, tornando as cidades lugares simbólicos de produção e de troca, dominados e conquistados pelo avanço da cartografia e da geografia.

Apresentam-se neste segmento os elementos identificados através da cartografia do sítio natural de Aracaju. Esse mosaico permitiu a compreensão do registro através do desenho; os mapas de 1647 a 1936, em que se apresenta síntese descritiva dos elementos naturais, das toponímias, da evolução da identificação dos elementos físicos e da intervenção do homem. Soma-se a esses registros a geografia com a classificação dos elementos naturais e o registro de sua importância para a definição do espaço virgem a ser dominado e da conversão deste na cidade de Aracaju.

Quando da chegada da família Real ao Brasil, em 1808, houve preocupação do Império Português de realizar a mudança do acervo do Observatório da Marinha e da Sociedade Real Marítima para o Rio de Janeiro, constituindo-se, assim, o acervo do Real Arquivo Militar, que funcionou na Casa do Trem de Artilharia, na Ponta do Calabouço, junto com a Aula Militar, criado por decreto em 7 de abril de 1808. Os mapas geográficos e topográficos, documentos estratégicos e informações militares privilegiadas poderiam chegar ao conhecimento dos franceses, se permanecessem em Portugal, e por isso foram trazidos.(MAPA).

Entre os séculos XV e XVII, o mapa ganha autonomia. Sem dúvida, a proliferação das figuras “narrativas” que o povoam durante muito tempo (navios, animais e personagens de todo o tipo) tem ainda por função indicar as operações - de viagem, guerreiras, construtoras, políticas ou comerciais – que possibilitam a fabricação de um plano geográfico. Bem longe de serem “ilustrações”, glosas icônicas do texto, essas figurações, como fragmentos de relatos, assinalam no mapa as operações históricas de que resulta.”. (CERTEAU, 1994, p. 206).

Assim, o Brasil se beneficiou desse valioso acervo para planejar e fortalecer a ocupação do território nacional, implantando políticas de expansão e de dominação.

Portugal possuía uma grande tradição cartográfica, apoiada tanto nos descobrimentos dos séculos XV e XVI, considerado o seu período áureo, como também na renovação da técnica que se deu no século XVIII. A cartografia portuguesa teve outro impulso com a criação, em 1798, da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, que foi incumbida da tarefa de levantar e publicar as cartas náuticas e geográficas, bem como de produzir instrumentos de navegação.(MAPA)

Nesse contexto, a informação sobre os territórios, registrada através da Cartografia e da Corografia<sup>45</sup>, se mostra como símbolo de poder. A conquista dessas novas terras e de suas riquezas foi fundamental para a ampliação da hegemonia de poder dos nobres, iniciando processo de monetização e de regulação do espaço-tempo.

O saber geográfico se tornou uma mercadoria valiosa numa sociedade que assumia uma consciência cada vez maior do lucro. A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele. (HARVEY, 2014, p. 221).

Dominar esse registro era criar um mundo racional, organizado e planejado, sobre os preceitos do perspectivismo<sup>46</sup>, da geometria euclidiana, do cálculo, dos relógios de precisão e da óptica newtoniana. Criando nova relação social e de dominação pelo poder estatal centralizado, os mapas, segundo Harvey (2014), auxiliaram a construção da visão global da Terra e permitiram planejar e sistematizar ações que visavam a delimitação de novos padrões de sociedade; domínio técnico

---

<sup>45</sup>Termo que designa as obras que têm como fundamento a descrição pormenorizada de um objeto espacial, estabelecido pelos gregos que assim o definem: khôrographia representando o caráter único das regiões (khôroi). Utilizado aqui no Brasil, no início do século XIX, para apresentar a descrição qualitativa das características espaciais do território (CASTRO, 2017).

<sup>46</sup>Ptolomeu inseriu nos mapas de Alexandria, importados para Florença no século XIV, a objetividade na representação espacial, a grade ptolemaica propunha unidade matemática imediata. (HARVEY, 2014).

sobre os condicionantes naturais adversos; delimitação clara das fronteiras territoriais; rotas de comunicação e de expansão; identificação de áreas a serem ocupadas em prol do processo de modernização idealizados pelos capitalistas no final do século XVIII e início do XIX.

Apresenta-se, no Apêndice A - Documentação Cartográfica (1647-1936), quadro-resumo da base cartográfica, com foco no Brasil, na Província de Sergipe e na cidade de Aracaju. Convida-se o leitor a fazer esse percurso onde a grafia dos acidentes geográficos, rios e afluentes, desembocaduras, vilas, cidades e comarcas estão transcritas conforme registrado nos mapas, evidenciando a nomenclatura primitiva da região de Sergipe, Aracaju e seu entorno, permitindo, assim, leitura imagética dos registros ao longo do marco temporal abrangido por este trabalho.

“É por meio dos mapas que compreendemos a conformação do território, a sua estruturação e os agentes responsáveis por sua transformação.” (CRUZ e OLIVEIRA, 2016). Os mapas disponíveis nas bases cartográficas digitais do David Rumsey *Historical Map Collection*, da *Library of Congress*, da Fundação Digital do Patrimônio Iberoamericano, da Fundação Biblioteca Nacional, do Senado Federal e do Observatório de Sergipe, além dos mapas encontrados em Porto (1991) compuseram a pesquisa cartográfica que apresenta dados importantes para a composição dessas informações e convenções.

A identificação, a análise e a interpretação desses mapas permitiram a compreensão da evolução da ocupação do território sergipano, e as informações existentes até 1855 permitiram visualizar os motivos que decretaram a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, como ela foi responsável por articular o crescimento econômico da região e a ligação entre as demais cidades e províncias vizinhas, principalmente como rota de ligação entre Salvador e Pernambuco.

Alguns dos mapas selecionados trazem informações sobre dados brutos ou estatísticos importantes e vitais para o controle e planejamento de ações no Brasil; em Sergipe e em Aracaju. Merecem destaque as Cartas Topográficas e Administrativas de 1848<sup>47</sup> - Províncias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, onde se identifica o número de escolas e alunos. Apresenta-se, no quadro 1, a transcrição do

---

<sup>47</sup>Cartas Topográficas e Administrativas das Províncias do Brasil, no total de 16 cartas, sendo uma carta topográfica e administrativa das Províncias Do Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm). Acesso em: 17 de mar. 2018.

texto na íntegra e na grafia da época dados sobre a Província de Sergipe extraído dessa fonte. Evidencia-se nesse texto, além dos dados brutos, julgamento de valor quando se constata que a produção de mantimentos é excedente.

**Quadro 1● Cartas Topográficas e Administrativas - Província de Sergipe (1848)**

Noções Diversas: 4 Comarcas, 2 Cidades, 16 Vilas e 23 Freguesias. 194.451 homens livres e mais de 240.000 população total. 22 escolas primárias para meninos com 865 alunos e 7 de meninas com 170 discípulas. Guarda Nacional com 12.000 homens. Mais de 2.000.000 arrobas de açúcar de produto provincial. Rendimento Provincial de 180.000\$000 e despesa de 160.000\$000 - Gado abundante, algodão bem reputado, assucarepao brasil e quantias consideráveis, mantimentos muito além da precisão local.

**Fonte:** Mapa 1848

Compreender as convenções gráficas utilizadas nesses mapas, ao longo do tempo, sua consolidação ou não, além das alterações ou complementação dos limites físicos, do relevo e dos cursos d'água foram determinantes para a conquista e conhecimento do território e, com base na *Corographia Brazilica*<sup>48</sup>, de Manoel Ayres de Casal (1817), ampliou a lente sobre outros aspectos apresentados sobre a Província de Sergipe d'El Rei. Esse texto de 1817, escrito e dedicado a Sua Majestade D. João VI pelo Grã Priorado do Crato, foi o primeiro livro impresso no Rio de Janeiro e é constituído por dois volumes, o primeiro apresenta introdução e as províncias do centro-sul, o segundo apresenta dados relativos à Província do Rio de Janeiro e demais províncias setentrionais. As informações das províncias estão separadas, catalogadas e sistematizadas segundo o paradigma da corografia, “[...] que é a taxonomização do mundo e hierarquização dos elementos que o compõe.” (CASTRO, 2017).

A Província de Sergipe d'El Rei está presente no Tomo II. Descreve a Província a partir da ocupação, por Cristóvão de Barros (1590), das terras do Rio Real até Itapicurú, no Rio S. Francisco; informa que aqui viviam os *Tuppinambazes* que foram dizimados ou subjugados pelos portugueses e missionários, segundo o texto, “[...] por não permitirem o crescimento da Colônia” e contextualiza o decreto de 8 de março de 1820, que determinou, em teoria, a independência da Bahia, relação que, na prática, perdurou por mais algumas décadas (NUNES, 2000).

Apresenta a descrição das características físicas da Província, dos aspectos da mineralogia, da zoologia, da fitologia (botânica) e da produção agrícola - (mandioca, milho, feijão, algodão, tabaco, cana de açúcar) com destaque para a quantidade de “mais de trezentos engenhos produzindo para exportação” - a cana de

---

<sup>48</sup>Grafia original.

açúcar (cannas bastas), além do azeite de mamona (em abundância) e as melancias (grandes e boas), e acrescenta informações detalhadas sobre cada uma das 8 vilas que compõem a Província, divididas em duas partes, oriental e ocidental, conforme texto na grafia original “ [...] villas na parte oriental - Seregipe<sup>49</sup>, Villa de Santo Amaro, Villa Real de Santa Luzia, Itabayanna, Villa Nova de Santo Antônio; e na parte ocidental - Lagarto, Thomar e Propilhá”.

Os aspectos relacionados com o relevo e a hidrografia e denominação das vilas, transcritos abaixo com a grafia da época, legitimam a necessidade de se estabelecer porto que atendesse aos anseios da corte, promovendo a ocupação e integralização desta com as demais províncias.

Sergipe d’El-Rei: 26 léguas de costa, desde Rio Real, que divide da Provincia da Bahia, até o de S. Francisco que a separa da de Pernambuco: e perto de quarenta para o centro do Continente, onde termina quazi em angulo no riacho do Xingó, que fica perto de duas léguas abaixo da cachoeira de Paulo Affonso. [...] Em toda a provincia não há uma só serrania, nem também montanha de altura assáz considerável, ou cauzeaspectação, a da Itabayannahe a unicanotavel: fica entre o Rio Real e o Vazabarris, além da Serra Negra na parte Occidental e a Serra da Tabanga, cuja bazehe banhada pelo R São Francisco. [...] O Rio Cotindiba ou Cotinguiba só heconsideravel por espaço de cinco, ou seis leguas que a maré sóbe por elle, dando-lhe assaz de profundidade para sumacas e muita largura: suas margens aãocubertas de mangues, e na proximidade do mar com arêa branca, e d’ um aspecto deleitavel, ornadas com formozos coqueiros em partes.[...] Não há cabos, nem ilhas; nem portos senão dentro dos rios, cujas barras, geralmente mais ou menos perigozas, só dam passagens a sumacas. (CASAL, 1817).

Esse texto reforça as características espaciais do sítio natural de Sergipe e da cidade de Aracaju, definida em virtude dos rios que a margeiam, e demonstra como o registro, através dos mapas, se configurou como instrumentos de poder e disseminação do discurso regional e da identidade territorial cívica nacional, “[...] uma identidade para além da roça, do engenho de açúcar, da fazenda de café e gado, da aldeia, da província. [...] A multidão se civilizaria pela história-pátria associada ao território.”.(BARROS, 2007).

A cidade, implantada na parte baixa do sítio composto pelos seguintes condicionantes geográficos: limite leste, o estuário do Rio Sergipe; limite norte, o Rio do Sal e a Serra do Aracaju (atual Morro do Urubu), formação do Tabuleiro Costeiro e

---

<sup>49</sup>Seregipe ou S. Cristovam; Christophorepolis. Residência do Governador e do Ouvidor, com o título de cidade.

dos vales entalhados nos sedimentos da Formação Barreiras, encostados nas falésias fósseis da mesma formação, que tem como variação de altitude 50 metros, contido entre o cume e o sopé da serra (BITTENCOURT, MARTIN, *et al.*, 1983); limite sul, a foz do Rio Vaza Barris e o Rio Santa Maria. Completando os cinco rios que permeiam Aracaju, o Rio Poxim se encontra na porção central, próximo do encontro com o Oceano Atlântico.

A região onde o Município de Aracaju foi implantado pertence ao depósito quaternário costeiro, composto pelos terraços marinhos, depósitos flúvio-lagunares, depósitos de mangue, depósitos de leques aluviais coalescentes e depósitos eólicos. Nessa zona litorânea e pantanosa, segundo Bittencourt, Martin, *et al* (1983), são encontradas, ao longo de toda a costa, largas faixas de terraços marinhos arenosos mais baixos e que sempre apresentam na superfície contínuas e bem marcadas cristas de cordões litorâneos, estreitamente próximos e paralelos entre si.

O Império, desde a Independência, procurou articular e prover base cartográfica que demonstrasse a unidade do território e da nacionalidade, garantindo o reconhecimento internacional e apresentando aos vizinhos latino-americanos os limites geográficos que delimitam as fronteiras nacionais, estando o Brasil equipado e à frente de seus vizinhos nesse campo, conforme referido anteriormente.

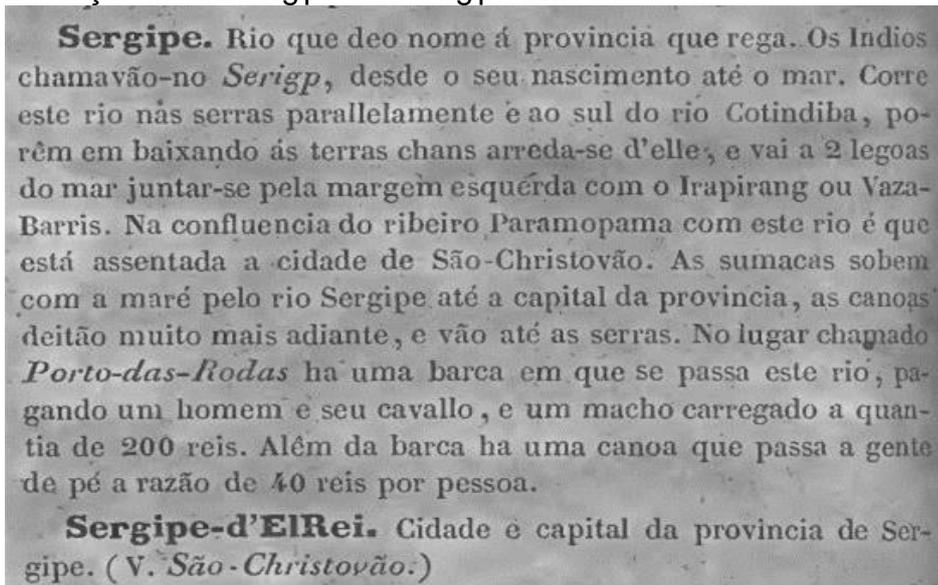
[...] a maioria dos planos se assenta sobre a Carta do Império do Brasil de 1875 e 1883 [...] os mapas são vistos como textos que representam uma época do passado, fontes estas que são particularmente propícias num período de criação e modernização dos Estados Nacionais, do surgimento de novo poderes e traçados de fronteiras. (ALVES DE LIRA e NETO, 2013).

Uma das primeiras obras a ultrapassar o recorte provincial e oferecer descrição geral e circunstanciada de todo o Império brasileiro foi o Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil (SAINT-ADOLPHE, 1845), que fornece panorama do estágio de desenvolvimento de cada província, cidade, vila e aldeia do país. No âmbito da geografia, traz o nome e a descrição dos rios, lagoas, serras e montes. Publicado em dois volumes, sobre Sergipe, contém a descrição da cidade de São Cristóvão - capital da Província de Sergipe, "*agradavelmente situada num têsóá beira do ribeiro Paramopâma, perto do rio Sergipe, a 5 legoas em direitura do mar, em 11 graos e 14 minutos de latitude.*" Esta ocupação refere-se à segunda e atual localização da cidade. Identifica-se também no mesmo texto a mudança do prédio da

alfândega em 1843 transferida para o porto dos Coqueiros (atual Barra dos Coqueiros) por ficar mais vizinha do mar.

Identificaram-se indícios da necessidade de saída para o oceano através de porto que oferecesse situação mais adequada do que a cidade de São Cristóvão oferecia. A Figura 7 apresenta descrição do Rio Sergipe e de Sergipe d'El Rei constantes no Dicionário.

Figura 7● Descrição do Rio Sergipe e de Sergipe d'El Rei



**Fonte:** Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil, 1845.

A proximidade com a região do Cotinguiba e a supremacia sobre a ribeira do Vaza Barris, com suas várzeas adubadas por enchentes que produziam o massapê<sup>50</sup> e suas colinas de encostas suaves, vitais para a produção de cana de açúcar, concentrava grande quantidade de engenhos impulsionando a decisão pelo fator econômico. A praia do Aracaju, com suas areias e seus brejos, não empolgou a decisão, pelo olhar dos deputados provinciais, sobre a mudança da capital da Província, mas não se encontraram registros de grandes resistências<sup>51</sup>, e, assim, a capital foi transferida para o pequeno povoado do Santo Antônio do Aracaju.

Geograficamente Aracaju derrotou a velha São Cristóvão situada no fundo do Paramopama, mal acessível até mesmo às menores embarcações, construída no topo de um estreito contraforte, rodeada de encostas íngremes terminando em vales estreitos e que não poderia oferecer as mesmas facilidades de expansão que a planície do Aracaju.”. (PORTO, 1991, p. 17).

<sup>50</sup>Terra preta dos canaviais (PORTO, 1991).

<sup>51</sup>Ver estudos de José Calasans, Clodomir Silva, Enoque Santiago e Manoel Passos.

Para a escolha da margem do lado direito do estuário do Rio Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa em março de 1855, assim a descreveu: “[...] porque tem boas águas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil município do Socorro, [...], porque tem uma mais curta comunicação por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoados, sem lhe faltar a comunicação fluvial.”. (PORTO, 1991, p. 21-22).

Assim, abscisão de ocupação desse território permitiu o deslocamento da centralidade das ações do Estado para o que hoje se conhece como Região Metropolitana de Aracaju<sup>52</sup>, que interliga e articula as microrregiões do menor Estado da federação brasileira.

Esse bioma natural, cenário típico de estuário tropical e adverso ao anseio de cidade projetada, impôs prática de aterro, em que o meio ambiente deveria ser vencido pela técnica. Inicia-se “[...] o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. [...] água parada, estagnada, traiçoeira.”. (SILVA, 1992, p. 81).

Percebe-se cortina de fumaça em relação à qualidade das águas e à salubridade do local. Aracaju, durante muitos anos, sofrerá com a má qualidade de suas águas potáveis, vencida somente depois da instalação da infraestrutura básica, sistema de abastecimento de água, e dos melhoramentos advindos no período republicano, quando o Estado implantou uma série de serviços que mudou as más condições iniciais da cidade a partir de 1908.

Aracaju nasceu e se ampliou pela movimentação de aterros, que segundo Chou (2005), em determinadas ocasiões, consolidavam ruas e praças ou serviam de matéria-prima para as olarias ou para a construção das edificações. Assim, é comum, identificarem-se, na extensa literatura que aborda esse período inicial, registros da prática de descaracterização do sítio geográfico que impedisse o avanço da cidade projetada, ortogonal e meticulosamente traçada por seus engenheiros.

A prática de aterros, no século XIX, iniciou-se com a transferência da capital, em 1855 e possuiu uma motivação sanitária, devido à insalubridade presente na época, para evitar a proliferação de doenças como o *Cholera-morbus* e o Impaludismo. Diante das águas pútridas, paradas, focos de moléstias, os presidentes de Província viram-se obrigados a aterrar lagoas, mangues, apicuns e pântanos. Anos mais tarde, em princípios do século XX, os ecossistemas de

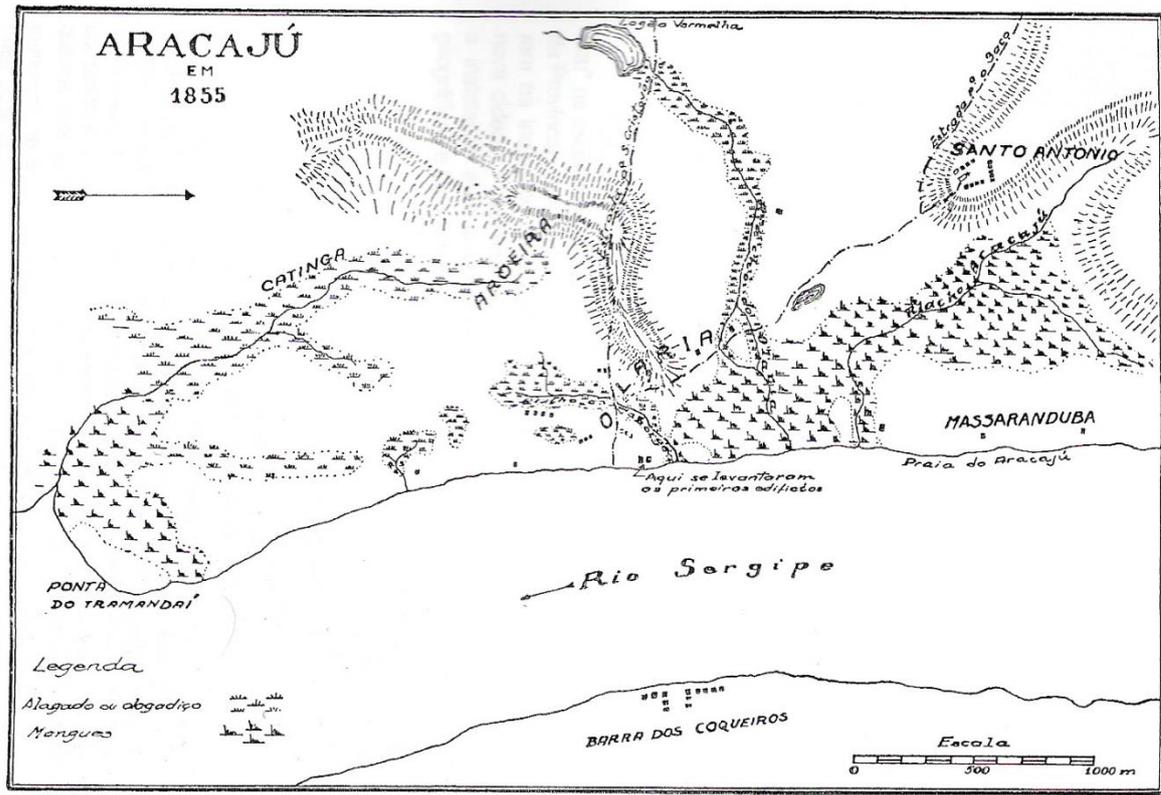
---

<sup>52</sup>A Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o município de Aracaju.

manguezais e apicuns cederam lugar ao bairro Industrial, localidade em expansão e de grande relevância econômica para a época (ALMEIDA e FREIRE, 2006).

Geograficamente a cidade ainda será modificada ao longo de sua evolução. Este trabalho se ateve à área central, pois é a partir do núcleo inicial idealizado por Pirro e a construção dos primeiros edifícios públicos que a cidade inicia a sua trajetória como centro da Província. A planta de Aracaju de 1855 apresenta a representação das áreas alagadas e mangues e condicionantes geográficas, abrangendo ao centro, o riacho da Olaria, a estrada para São Cristóvão e o Lagoa Vermelha; ao sul, a Aroeira, Catinga e a ponta do Tramandaí; e, ao norte, o morro do Santo Antônio, a estrada para o Saco, o riacho Aracajú, Massaranduba e a praia do Aracajú. A figura 8 ilustra a configuração do sítio de Aracaju em 1855.

**Figura 8** • Configuração do Sítio de Aracaju em 1855

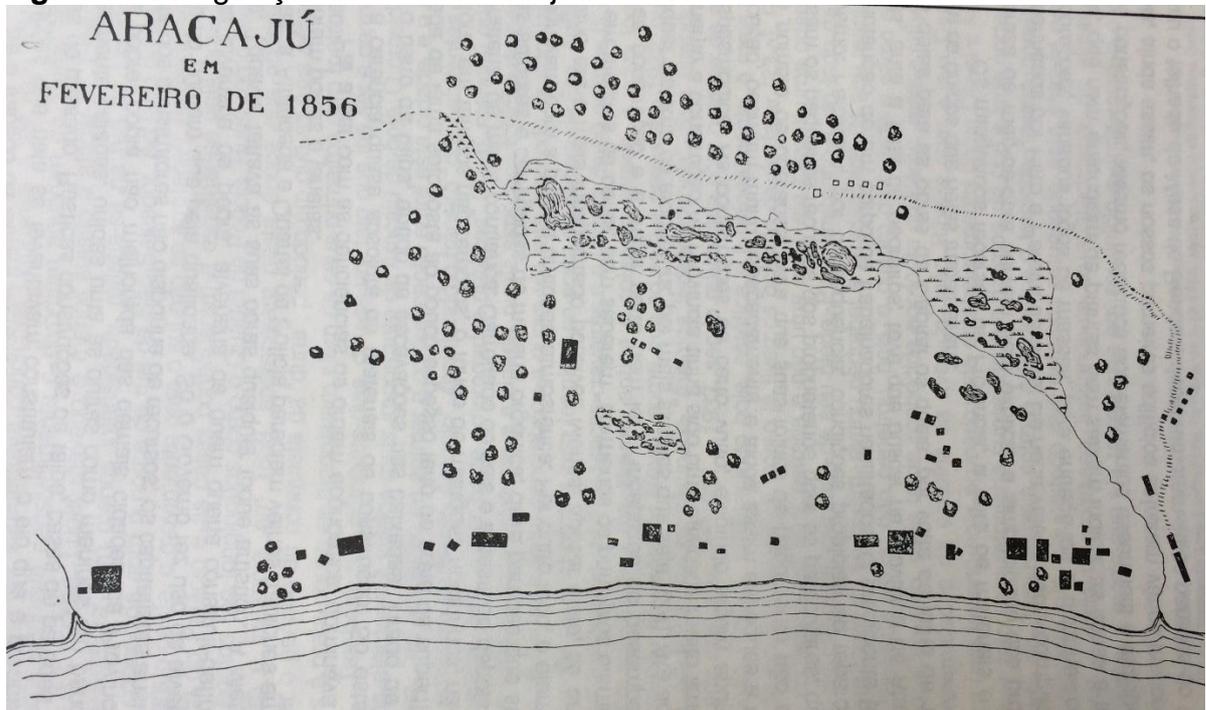


Fonte: Porto, 1991, p.20

A planta do engenheiro Pereira da Silva de 1856, como se constata na figura 9, apresenta a representação bastante simplificada das áreas alagadas, dos mangues, dos pequenos lagos e dos brejos e dos limites geográficos da área inicial ocupada pelas primeiras edificações públicas. Esses mapas demonstram como a forma e a localização dos elementos naturais afetaram as continuidades e rupturas no traçado simples e ortogonal do núcleo inicial para além do Quadro de Pirro, permitindo

compreender como eles foram alterados ou não, na dinâmica de apropriação do espaço urbano e na expansão da cidade. “[...] Aracaju foi uma das mais felizes vitórias da Geografia!...” (PORTO, 1991, p. 17).

**Figura 9**● Configuração do Sítio de Aracaju em 1856

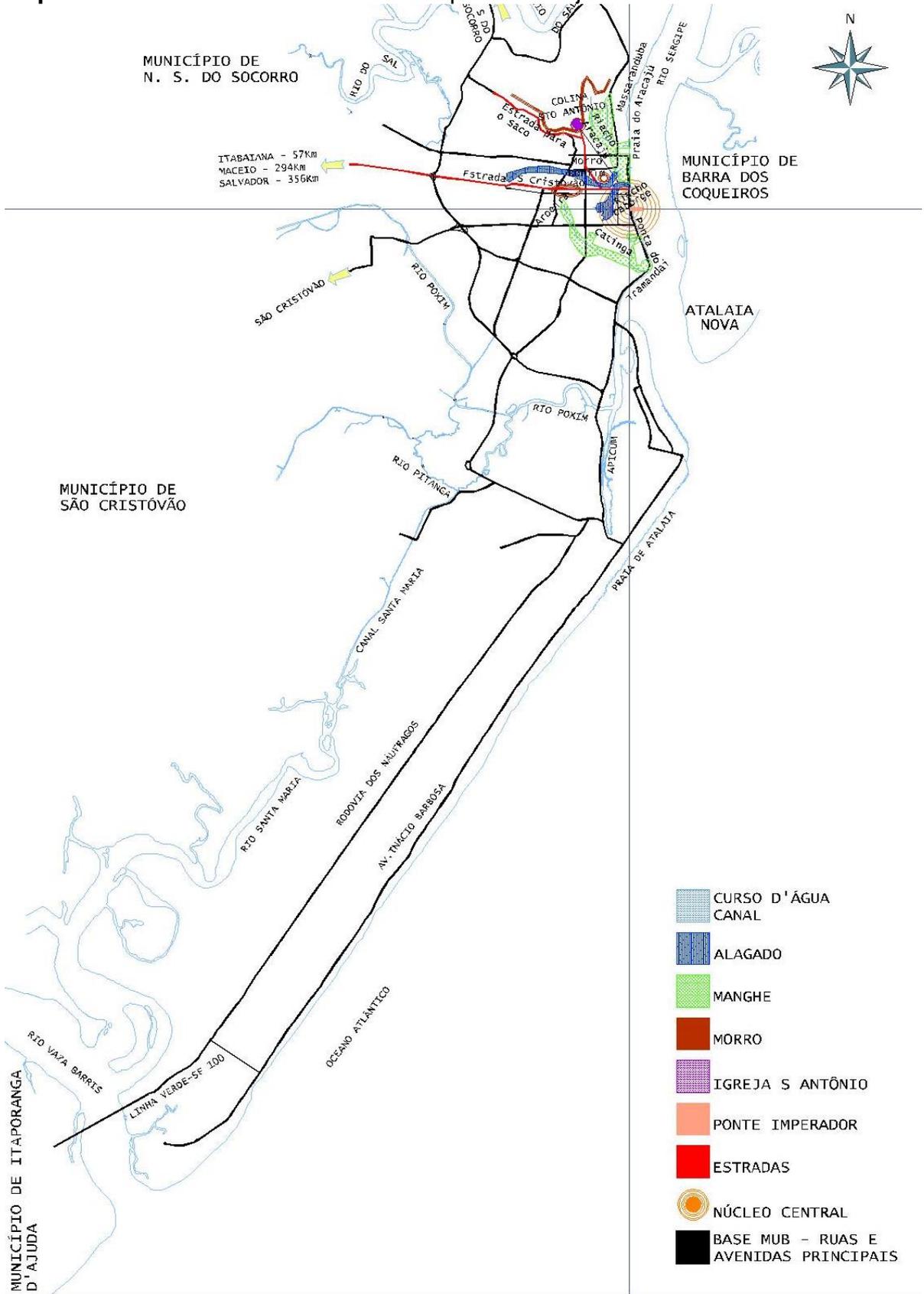


**Fonte:** Porto, 1991, p.40

De posse dessas informações, elaborei o Mapa 01 – Condicionantes Naturais do município de Aracaju, amplia-se a representação destes registros (1855 e 1856), onde se locou o Quadro de Pirro - entre o Riacho do Aracaju (limite norte), a ponta do Tramandai (limite sul), o Rio Sergipe (limite leste) e a Lagoa Vermelha (limite oeste) para apresentar os outros limites geográficos da cidade sobrepostos à atual base cartográfica da cidade de Aracaju - Mapa Urbano Base<sup>53</sup>(MUB). Utilizei o limite do município, regulamentado pela Lei nº 554, de 6 de fevereiro de 1954, Anexo II, com área de 181,8Km<sup>2</sup>, tendo os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas, e cinco bacias hidrográficas ao seu redor - Rio Sergipe, Rio Vaza Barris, Rio do Sal, Rio Poxim, Rio Pitanga e Canal do Santa Maria, seus confrontantes.

<sup>53</sup>MUB - base cartográfica digital (arquivo extensão dwg) disponibilizado pela PMA em março de 2018, com os limites territoriais, lotes, bairros, meio ambiente natural e construído.

Mapa 1 • Condicionantes Naturais do Município de Aracaju



Fonte: Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

As terras fronteiriças ao rio Sergipe, tidas como as melhores, foram ocupadas inicialmente por prédios públicos e por aqueles que consideravam essa área a mais agradável em termos de paisagem natural e que possuíam recursos financeiros para atender aos instrumentos normativos. Assim, iniciou-se processo de segregação social, imposto por esses regulamentos e pelo próprio plano urbanístico de Pirro, que impunha seu traçado retilíneo ao traçado natural das encostas e margem do litoral. Os registros históricos são insuficientes para traçar com exatidão como as questões geográficas foram determinantes para a ocupação inicial da cidade e a sua expansão.

Apresentar esses condicionantes confirma que

“[...] no século XIX, a razão com a qual Aracaju foi projetada partiu de um pressuposto de desenvolvimento que em sua base negava a natureza e afirmava o progresso como parte de um processo civilizatório da modernidade, cujo fundamento principiou na racionalidade econômica e instrumental.” (SANTOS, 2007, p. 18).

e que foi mais além, configurou-se de forma a promover segregação social e espacial que será apresentada e analisada a seguir.

## 2.2 Organização Urbana

A vida urbana surge do agrupamento de casas, do comércio e das relações de troca; segundo Lemos (2016), forma-se e se inicia como arraial, que evolui para aldeia, lugarejo, corrutela, freguesia e vila, para se tornar cidade. As cidades brasileiras, em sua maioria, nasceram em torno de igreja ou de capela, sob as bênçãos de santo padroeiro, e evoluíram de forma lenta e gradativa, exceto Aracaju, que já nasceu com *status* de capital projetada da Província, em 1855, e sob as bênçãos de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

A organização espacial exigiu a construção de novos edifícios, influenciados pelas relações sociais e culturais, e a arquitetura ganhou discurso simbólico, “[...] a arquitetura é uma representação física do pensamento e das aspirações humanas, um registro das crenças e valores da cultura que a produz.” (ROTHER, 2017, p. 143).

As civilizações urbanas vivem essa contradição, querem uma cidade onde se possam reconhecer e encontrar como lugar de troca humana - *otium*, onde a casa seja refúgio e abrigo, mas as relações comerciais - *negotia* impõem outra dinâmica, uma máquina, uma função (CACCIARI, 2009). Assim, a sociedade vem congelando ou transformando suas cidades, e, no caso em tela neste estudo, a ruptura matou a

cidade de São Cristóvão enquanto lugar de negócios da Província e fez Aracaju florescer justamente para criar nova relação com o porto, com o comércio exportador, com outras cidades e com novas pessoas, aqui recebidas para administrar e consolidar esse desejo.

A formação de cidades na cultura ocidental é herança dos romanos, que constituíram a sua organização espacial em torno do *foro* - o grande espaço aberto cívico, ladeado por *stoas* - pórtico ou colunata, e edifícios públicos, a mesma estrutura encontrada na *ágora* dos gregos (ROTHER, 2017). Assim, o traçado das cidades contemporâneas, inicialmente ortogonal, definia o traçado das ruas, a posição dos principais edifícios públicos e privados, os limites de controle ou ocupação regidos por legislação que impõe as normas de ocupação das edificações e determina o grau de adensamento que ela pode atingir.

A criação de novos edifícios também é um indício da evolução das nossas cidades, hoje convive-se com multiplicidade de usos, mas eles evoluíram basicamente através dos espaços cívicos (instituições do governo) e dos deuses (templos e igrejas), o espaço da feira e das trocas (mercado), os espaços culturais e esportivos, além das residências. O planejamento não deve ficar restrito a delimitação das principais atividades de acordo com a importância econômica e social local, o uso e ocupação do solo deve considerar os diferentes tipos de uso (residencial, comercial, industrial, institucional, religioso, cultural e lazer), os fluxos migratórios, as diferentes classes sociais e as restrições impostas pelos condicionantes naturais.

O urbanismo ou planejamento urbano tem evoluído como ciência e campo de estudo desde a formação inicial das cidades na Mesopotâmia, mais precisamente no vale dos rios Tigre e Eufrates em 3500 a.C. A partir do momento em que a tecnologia da construção de abrigos se aperfeiçoou, o próximo passo foi a ampliação dos assentamentos humanos, que se tornou possível graças à agricultura (ROTHER, 2017). Dessa forma, a invenção da arquitetura e da cidade irá permear todas as civilizações ao longo, permitindo diversidade de propostas, de soluções técnicas, funcionais e estéticas, Sempre buscando contribuir para a melhoria de vida nos centros urbanos.

As cidades no século XIX nasceram da necessidade de se adequarem as mudanças impostas pela Revolução Industrial. Com os avanços tecnológicos e dos meios de locomoção, rompem-se os limites dos antigos centros urbanos medievais e se deflagra a necessidade de ressignificação das áreas externas, do espaço urbano, que se caracteriza por ser “ [...] espaço estruturado que não está organizado ao acaso

e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, o determinismo de cada tipo e de cada período de organização social.”. (CASTELLS, 2000, p. 182).

Dessa forma, analisar os aspectos que nortearam as relações na cidade de Aracaju deve considerar as influências de outros modelos, como a experiência francesa do século XIX, com o engenheiro chefe do Departamento do Sena, o barão Georges-Eugène Hausmann (1809 -1891), em Paris 1852-1870.

Paris iniciou sua reconstrução para promover melhorias na circulação, através da interligação das diversas estações de trem espalhadas pela periferia, novos aquedutos foram construídos, os lendários esgotos foram canalizados e enterrados sob o novo sistema viário, dois bosques públicos e várias praças e largos foram criados. Hausmann idealizou a capital ordenada sobre a geometria de avenidas e bulevares: 12 avenidas amplas em volta do Arco do Triunfo. Essa reforma da cidade medieval retirou as ruas estreitas, sujas e tortuosas e criou nova identidade - a da modernidade. (ROTHER, 2017).

No Brasil, esse modelo foi seguido por outras cidades, e a imagem geral de modernidade se expandiu além da percepção de cidade-capital, para a de cidade-jardim, que deveria possuir geometria favorável e lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições políticas, sociais e culturais.

Outra experiência também percebida por Aracaju foi a do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, engenheiro de formação, que alterou significativamente a paisagem edificada da região central da cidade entre 1902-1906, promovendo mudanças importantes no desenho das vias centrais; expulsando as camadas mais pobres para os morros e promovendo a gentrificação, através da reprodução do modelo de Paris.

Em fins de julho de 1927, o arquiteto francês Alfred Agache (1875-1959) esteve na cidade do Rio de Janeiro, a convite do Prefeito da cidade, Antonio Prado Junior, para fazer uma série de conferências sobre o desenvolvimento e a remodelação das cidades, além de elaborar o Plano Director para o Rio de Janeiro. Pretendia-se nesse momento, “[...] que as obras a serem empreendidas sob a sua administração, fossem englobadas num programma geral de remodelação, que interessasse o futuro da cidade no seu conjunto, estabelecendo este ultimo, de modo a ser continuado pelos seus sucessores.” (AGACHE, 1930). Apesar da data posterior ao marco temporal aqui estabelecido, essa publicação é uma referência para a compreensão do urbanismo no Brasil na década de 1920.

Nesta publicação, Agache (1930) definiu uma série de conceitos e outros aspectos que devem ser considerados para a elaboração do Plano de uma cidade, classifica e distingue “Cidades Jardins”, “Cidade Tentacular” e “Favelas”, a importância no registro das condições atuais da cidade através das photographias aéreas e da planta da cidade. Apresento abaixo o conceito de urbanismo, assim definido, por ele:

O Urbanismo é uma Sciencia e uma arte, e sobretudo uma Philosophia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras applicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias publicas, E' a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo methodico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras. (AGACHE, 1930).

No Brasil, o urbanismo e seus planos são identificados em quatro momentos: primeira fase, Plano de Embelezamento (1875-1930), caracterizou-se pela importação dos modelos europeus e consistiu basicamente no alargamento de vias, erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas centrais, implementação de infraestrutura, especialmente saneamento e ajardinamento de parques e praças. Limitou-se a intervenções pontuais em áreas específicas, na maioria das vezes, no centro da cidade. E os demais momentos, assim identificados: Planos de Conjunto (1930-1965); Planos de Desenvolvimento Integrado (1965-1971) e Planos sem mapas (1971-1992).(SABOYA, 2008).

Os planos idealizados e característicos do primeiro momento, os de embelezamento, eram discutidos abertamente pelos poderes políticos e econômicos, antes de serem implementados. Segundo Saboya<sup>54</sup> (2008), isso era possível porque o caráter hegemônico da classe dominante era tão acentuado que lhe era possível impor o conjunto de soluções que lhe parecesse mais adequado, sem se preocupar em encontrar subterfúgios para ocultar suas verdadeiras intenções.

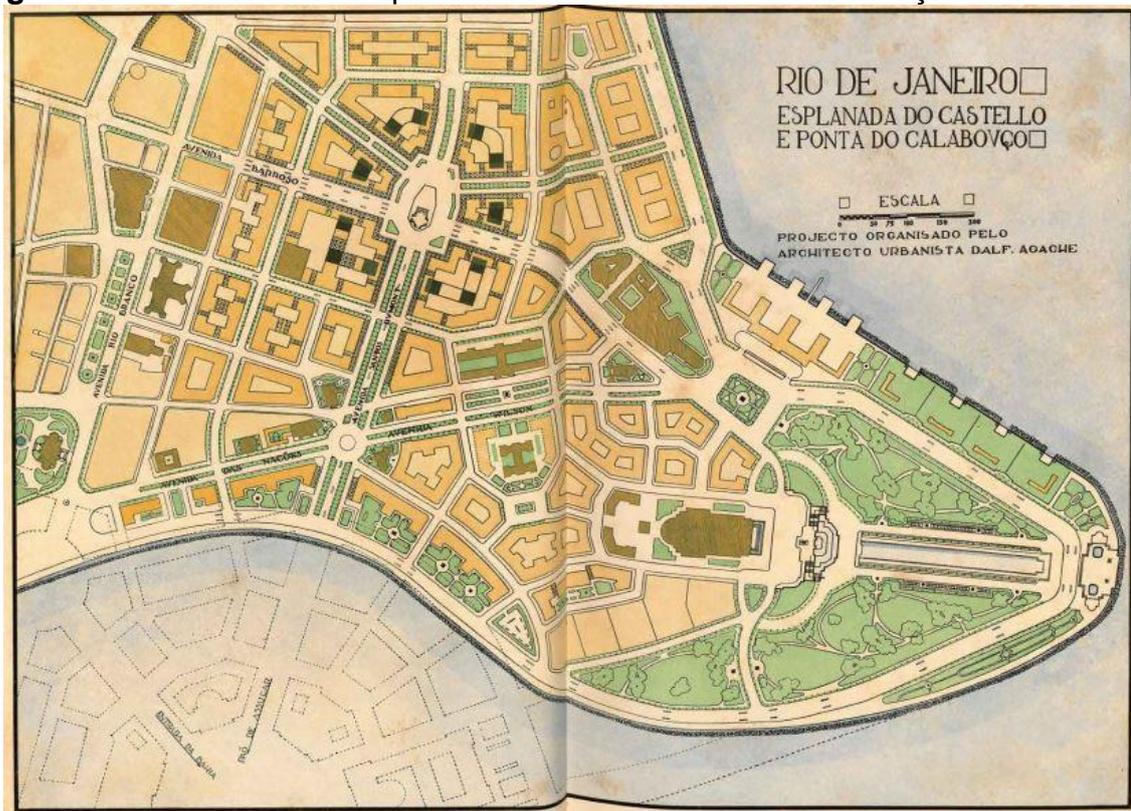
Agache apresenta, em seu estudo de remodelação urbana para o Rio de Janeiro, além da descrição geral da trama da cidade, a análise dos elementos funcionais (os bairros, os meios de circulação, os jardins, os espaços livres e as reservas arborizadas), a sua adaptação ao meio e a sua distribuição lógica na cidade. Ver Figura 10 – Rio de Janeiro – Esplanada do Castelo e Ponta do Calabouço (Atual Píer Mauá). Nesse período, o Rio de Janeiro estava organizando o bairro dos

---

<sup>54</sup>Villaça (1999).

ministérios, pois era a nossa sede federal e pode-se perceber também a representação gráfica das grandes avenidas e do posicionamento dos espaços de jardins e praças, principal foco de atuação destes planos - o ordenamento das construções e o traçado das vias de circulação.

**Figura 10**● Rio de Janeiro – Esplanada do Castelo e Ponta do Calabouço



**Fonte:** Agache, 1930

Inserir a figura 10, põe em relevo a importância da planta da cidade para conhecê-la e através desta planificação, propor as ações necessárias para a execução de um plano diretor, como o que ocorreu com o Rio de Janeiro ou como o que ocorreu com Aracaju, que nasceu como cidade projetada através do Quadro de Pirro. O plano do traçado da cidade contava com malha regular, simétrica e ortogonal, formada por 32 quadras de 110mx110m e vias de 13,20m de largura. A delimitação das vias de circulação foi o elemento de ordenação e articulação deste espaço.

A formação do núcleo inicial de apropriação desta urbanística, se conquista e se consolida pela Rua da Frente, atual Av. Rio Branco e Ivo do Prado, a partir da via paralela ao traçado do Rio, tornando esse o eixo principal de ligação entre os limites norte-sul da cidade e inicialmente ocupada e demarcada com os edifícios – limite norte Alfândega, Mesa de Rendas Provinciais e o Porto; no centro, ponto inicial do traçado,

o provisório Palacete da Presidência e a marcação da base da Matriz; e, mais ao extremo sul, o Quartel da Polícia. No traçado original de Pirro, não se identifica qual seria o destino do limite sul entre a linha projetada e a margem sinuosa do Rio, mas este trecho mais sinuoso foi incorporado, pelo

[...] Presidente Barbosa, desejando fazer concessões aos que desejassem edificar na nova capital, mandou que a Rua da Frente acompanhasse a curvatura da praia, onde ele poderia conceder aforamentos de terrenos de marinha, que não existiam na reta projetada. Foi o primeiro entrevero entre o técnico e o 'quero-possomando' do administrador. (PORTO, 1991).

O mapa 2, Quadro de Pirro (1855), nasceu da necessidade de planificar e localizar as informações extraídas de Porto (1991 e 2011) e Santos (2014); o Quadro de Pirro foi sobreposto ao MUB, escolha que se deveu ao fato de o traçado urbano do centro manter-se, de modo geral, fiel ao plano urbanístico original. Atualmente esta área está sob proteção municipal, como Área de Interesse Urbanístico<sup>55</sup> (AIU) nº 1 - Anexo X, definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju - 2010 (PPDDU).

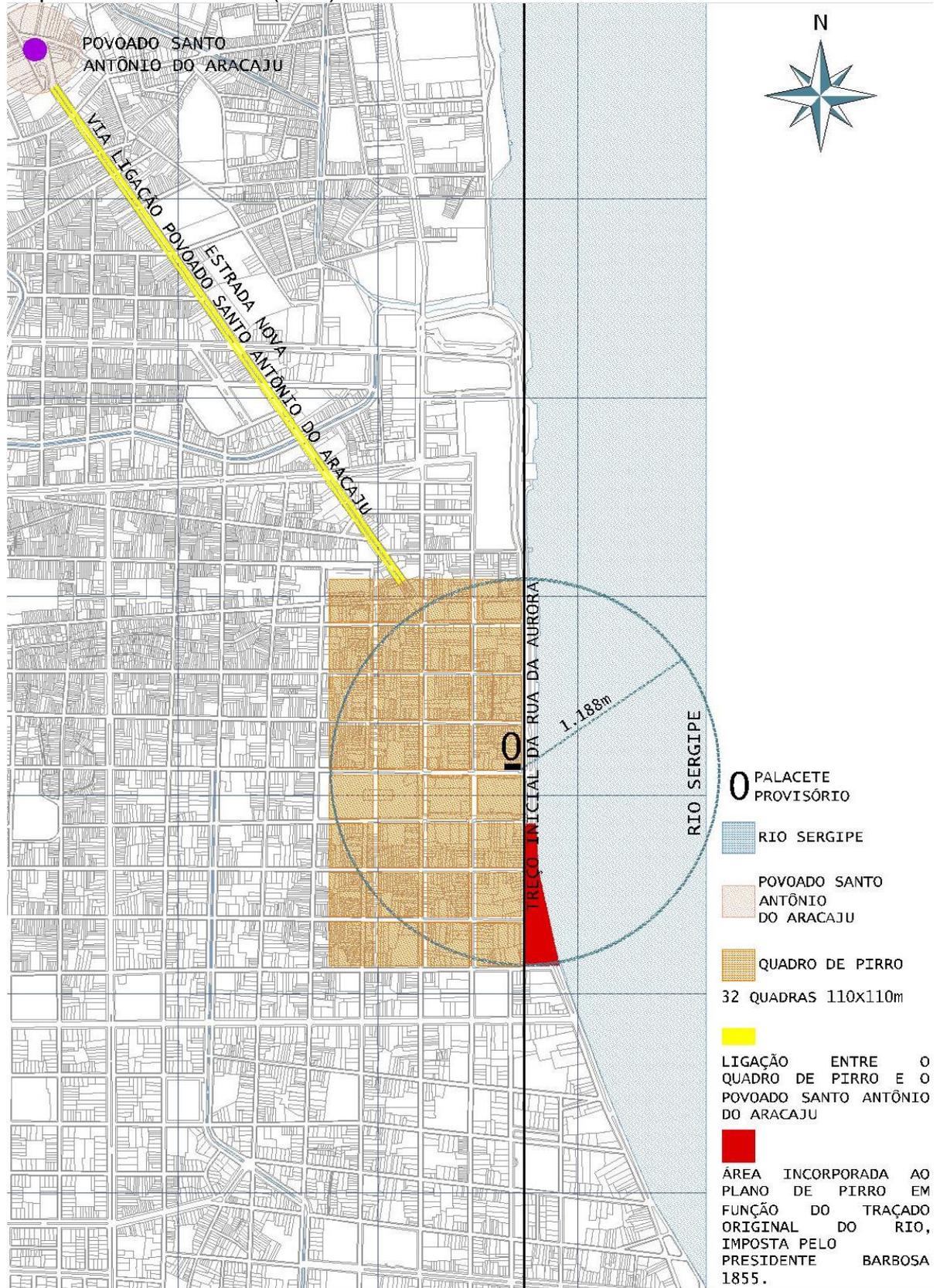
Sobre esse território, o poder público irá impor legislação específica de posturas e códigos de postura<sup>56</sup>, inicialmente em 3 de setembro de 1856, através da Resolução nº 458; que surge no rastro do controle das doenças endêmicas e das questões de higiene, coleta de lixo, salubridade e cuidados médicos. Assim, os aterros foram alvo da legislação, para que as práticas da extração da água - nas nascentes e no lençol freático, tão importantes para abastecer a população que ainda não possuía água encanada -, e as águas estagnadas que se formavam com as constantes chuvas impedissem a propagação das doenças, tudo em prol da melhoria das condições ambientais para Aracaju.

---

<sup>55</sup>Área da cidade que por suas características tem uma legislação específica para promover e/ou resgatar a paisagem natural e/ou edificada inscrita no perímetro entre as Ruas e Avenidas atualmente denominadas de: Av. Rio Branco, Ivo do Prado, Boquim, Itabaiana, Maruim, Santa Luzia, Praça Olímpio Campos, Santo Amaro, Travessa João Quintiliano Fonseca, Apulcro Mota, Santa Rosa e Otoniel Dórea. A Av. Otoniel Dórea atualmente designada de Av. Rio Branco.

<sup>56</sup>As posturas de 1856, 1858, 1871 e 1872 se encontram na Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED). In: SERGIPE. Resolução n. 458 de 03 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. Coleção de leis e resoluções da Assembleia Provincial de Sergipe. 1853 - 1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do Estado de Sergipe. No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) - a de 1912 e de 1926.

Mapa 2 • Quadro de Pirro (1855)



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Estas e muitas outras preocupações no que refere à higiene e cuidados médicos estiveram presentes nesse e em outros instrumentos normativos promulgados no período. Na próxima seção, as linhas dos instrumentos normativos - cidade de Aracaju e Instrução Pública, se entrelaçam com esta análise urbanística.

Ao longo dos anos seguintes, essa legislação irá impor regras rígidas e multas, para afastar da cidade projetada quem ou o que maculasse o signo de cidade moderna, o que levou os moradores menos abastados a iniciar ocupação na periferia, com um traçado mais sinuoso, acompanhando os condicionantes naturais. Infelizmente, como essas áreas não pertenciam ao Quadro de Pirro, os mapas iniciais não apresentam nenhuma informação sobre eles, “[...] o desenvolvimento da cidade não se dá a partir do antigo povoado situado na colina do Santo Antônio, mas da ocupação que se efetiva na planície, [...], numa área de intensa fragilidade ambiental” (FRANÇA, 2005, p. 95), identificada no mapa de 1855 como Olaria.

Porto, (2011) apresenta a “vala da cidade”, Riacho Caborge, como limite oeste imposto pelo meio físico, além do qual moradores lutaram, nos primeiros 10 anos, para firmar as primeiras edificações residenciais. Outra descontinuidade foi o Morro do Bonfim ou Alto da Boa Viagem, que pode estar relacionado com o acesso ao Cemitério Nossa Senhora da Conceição, atual Cemitério de Santa Isabel, inaugurado em fevereiro de 1862, para cujo acesso era preferível subir, descer e contornar. Seu desmonte ocorreu na década de 1950 para abrigar o Terminal Rodoviário Governador Luís Garcia, popularmente conhecido como Rodoviária Velha, que tinha como limite as Ruas Divina Pastora, Lagarto, Vitória (atual Av. Carlos Burlamarqui) e Apulcro Mota. Nele morou o engenheiro Pirro, razão por que muitos inicialmente o denominaram de Morro do Pirro.

As obras de infraestrutura em Aracaju iniciaram em 1872, com a implantação dos fios dos telégrafos. Em 1908 veio o abastecimento de água encanada de que não se tem registro das áreas inicialmente servidas, mas infere-se que a região do Quadro de Pirro deve ter sido a primeira a ter esse serviço dispensado em benefício da população que ali residia, até então abastecida por fontes espalhadas pela cidade. Depois seguiram-se a energia elétrica e a rede de esgoto, em 1913. A oferta do bonde elétrico, em 1926, em substituição ao bonde movido à tração animal (1908-1926) e o início de funcionamento da Empresa Tração Elétrica de Aracaju (ETEA), atual Energisa.

Essas são as principais conquistas de infraestrutura da cidade, mas também me permito destacar ações para promover o lazer. Em 10 de outubro 1909, fundou-se o Cotinguiba Esporte Clube, agremiação esportiva que começou com o remo e, em 1916, criou time de futebol, que disputou o primeiro Campeonato Sergipano Série A1 no ano de 1918. A festa religiosa de Bom Jesus dos Navegantes, iniciada em 1º de janeiro de 1857, permanece até os dias atuais.

As obras de embelezamento de Aracaju se caracterizaram na pavimentação das ruas consolidadas. Em 2 de abril de 1919, pelo Decreto Estadual nº 688, aprovou-se projeto de embelezamento da Av. Rio Branco, incluindo obras do cais de proteção e a balaustrada correspondente à frente da Praça Fausto Cardoso e demolição do velho arco de alvenaria, com o garbo militar de suas ameias, na entrada da Ponte do Imperador, remodelada, em 1926, com a construção das duas novas pilonas ornamentadas e encimadas por duas estátuas de índios, projeto de Hugo Bozzi. Em seguida, cais e balaustradas foram levadas para o sul, até a Rua Estância e, para o norte, até à Alfândega, criando a primeira barreira física entre a cidade e o rio. Consolidando importante eixo de ligação norte-sul.

Outra importante obra ocorreu na Rua do Barão, atual João Pessoa, que teve seu calçamento realizado também em 1919, desde a Praça Fausto Cardoso até a Estação Ferroviária (1913), soando como preparativo para os festejos do centenário da Emancipação Política de Sergipe, no ano seguinte. As obras do Jardim de Olímpio Campos e da Praça Fausto Cardoso já tinham sido realizadas em 1907 e 1912.

Não encontrei em nenhum relato, informações sobre a erradicação de ocupações de baixa renda, outra ação promovida pelos planos de embelezamento, no centro de Aracaju, infiro que ela nunca chegou a se consolidar nessa área, fruto das posturas municipais, do controle e da fiscalização já exercidos sobre o Quadro de Pirro.

O calçamento foi feito com paralelepípedos de rochas magmáticas, identificadas aqui em Sergipe pelo italiano Rafael Alfano, que chegou com o grupo de italianos para as obras de embelezamento da cidade. Pouco tempo depois, começou-se a usar os paralelepípedos da cidade do Tomar do Geru, de melhor qualidade, escolhidos também por Alfano (PORTO, 2011).

Quando Aracaju começou a se expandir para além do Quadro de Pirro, esse avanço seguiu a mesma estrutura das ruas já existentes, mas se adequou aos condicionantes geográficos, graças ao projeto de saneamento elaborado pelo

engenheiro Saturnino de Brito<sup>57</sup> (1923), na gestão de Mauricio Graccho Cardoso, e alguns acidentes geográficos que serão vencidos mais à frente da nossa linha do tempo, a exemplo do desmonte do Morro do Bonfim (década de 1960).

Aracaju nasceu projetada, porém anárquica e desarticulada de política de planejamento urbano e ambiental, esse era o padrão da época, mas sujeita a controle do uso e ocupação do solo, imposto por legislação que serviu de instrumento de especulação e valorização imobiliária e de segregação espacial, uma vez que o Quadro de Pirro mantinha em seus domínios apenas os que podiam arcar com os custos desta transformação.

As terras da Olaria, região central, conforme mapa Aracaju em 1855, onde foram construídos os primeiros edifícios públicos, ocupam a mesma área onde já existiam algumas casas e pequena e simples olarias, que manufaturavam adobes secados ao sol. Essa tradição também foi identificada por Ayres do Casal, quando ele esteve aqui em 1806 para a obra da Coreografia Brasília. Segundo Porto, (1991), essas terras Olaria do finado capitão Alexandrino, olaria do Aracaju, oleiro Cristóvão de Mendonça - todas próximas ao atual cruzamento entre Coelho e Campos e João Ribeiro) iriam no futuro ser alvo de disputas de posse de terra, já que todas acabaram sendo absorvidas pela consolidação da cidade.

Iniciou-se em Aracaju processo de valorização da terra e, conseqüentemente, de disputa por ela, abrindo mercado promissor de compra-venda e de formação de ativos financeiros. Muitos sítios e áreas rurais foram incorporados às áreas urbanas, através de loteamentos ou construção de conjuntos habitacionais, a partir de 1980 num processo que culminou com a inexistência de áreas rurais no Município.

Assim, o Estado impôs ocupação que não considerou esses aspectos, deixando seus habitantes, a maioria deles “[...]funcionários públicos e comerciantes, concentrados nas proximidades da região portuária” (CHOU, 2005, p. 54) completamente desassistidos. As ocupações periféricas pela população excluída - as classes sociais menos abastadas e os escravos libertos – ocorreram na porção norte e oeste, ficando a porção sul disponível para a parcela da população mais abastada,

---

<sup>57</sup>Francisco Saturnino Rodrigues de Brito ou Saturnino de Brito (como é mais conhecido) foi um dos maiores expoentes do urbanismo brasileiro e até hoje é referência para os estudos urbanos e da paisagem das cidades para as quais realizou projetos: Vitória (1895-1896), Campinas (1896-1897), Petrópolis (1898), Campos dos Goytacazes (1902-1903), Santos (1905-1910), Recife (1910-1917), João Pessoa (1913), Pelotas (1926-1929) e Aracaju (1923). (FARIA, 2015)

dando início, assim, a processo de “segregação socioespacial na cidade tendo em vista que foram ocupadas áreas fora do quadrado de Pirro.” (FRANÇA, 2005, p. 96).

A figura 11 apresenta tomada aérea de Aracaju em 1931. Tem-se vista panorâmica da cidade de Aracaju a partir do Morro do Urubu: a planície flúvio-marinha, o Rio Sergipe, a vegetação nativa, o porto com embarcações, a descontinuidade do núcleo central (Quadro de Pirro) com a estação de trem, os trapiches e as fábricas de tecido e, mais próximo do morro, a área conhecida como Chica Chaves, atual Bairro Industrial.

**Figura 11** • Vista Aérea de Aracaju - Morro do Urubu (1931)



**Fonte:** Biblioteca Nacional.

A primeira fábrica têxtil a se instalar em Aracaju foi a Sergipe Industrial. Criada em 15 de fevereiro de 1882 por João Rodrigues, esse empreendimento expandiu o limite Norte do Quadro de Pirro, uma vez que se situou além do Riacho Aracaju, em área denominada Massaranduba. José Augusto Ferraz, fundador da fábrica, criou e manteve grande área de lazer para os operários e suas famílias, denominado Parque Sergipe Industrial<sup>58</sup>, o qual possuía cinema e teatro, além de palco para apresentações musicais. Situada na Avenida João Rodrigues (antiga Rua Cruz & Cia), a fábrica tinha casas para aluguel, a Igreja São João Batista e o terreno que foi doado para a construção do Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1925).

A segunda fábrica instalou-se próximo à primeira. A Têxtil Confiança foi fundada em 18 de outubro 1907 pelo Coronel Sabino José Ribeiro, sob denominação

<sup>58</sup>Nota do autor. A fábrica foi demolida. Atualmente em construção *shopping center* no local, somente a Igreja foi preservada.

comercial de Ribeiro Chaves & Cia. Esse local foi ocupado pelas residências mais modestas, em que moravam os operários que vinham da zona rural em busca de melhores condições de vida na cidade.

Com a chegada destas indústrias, Aracaju, se insere no panorama das cidades que se viram transformadas pelo novos meios de produção, de locomoção e de ocupação deste espaço urbano. Segundo Lefebvre (2001), a cidade preexiste à industrialização, mas o processo de industrialização se torna motor das transformações do espaço urbano e da sociedade moderna. A cidade é uma mediação entre mediações, por isso o urbanismo utilizado como técnica e como ideologia responde às demandas oriundas da vasta crise que acometeu as cidades.

O planejamento de uma cidade deve estar, portanto, assentado em base definida de metas e prioridades por seus planejadores, sem mistificações, reconhecendo o patrimônio imaterial e material que se configura nesse espaço-tempo, sem desrespeitar os condicionantes naturais e afugentar as classes menos favorecidas dos centros que inicialmente ofereciam melhor infraestrutura. Esse ideário reforça a percepção de que Aracaju não pode ser considerada cidade planejada, ela foi apenas projetada.

A consolidação das quadras e arruamentos do início da década de 1870 pode ser demonstrada através da junção dos três mapas disponíveis dessa fase: 1857 – 1865 - 1868. O Mapa 3 - Configuração Urbana (1857-1868) representa esta junção.

O primeiro mapa utilizado foi o de 1857<sup>59</sup>, em que estão representadas as quadras iniciais ocupadas com os prédios públicos e o porto, a indicação dos cursos d'água, a vala da cidade (Riacho Caborge canalizado) e a vegetação nativa, destacando-se a estrada que rompe o desenho ortogonal das quadras e faz a ligação com a Capela de Santo Antônio, a Estrada Nova – “Inácio Barbosa pediu para Pirro traçar a ligação entre a cidade antiga a cidade nova - com 60 palmos e 706 baças até a porta da igreja, iniciando na Fonte do Coqueiro” (PORTO, 1991, p. 38).

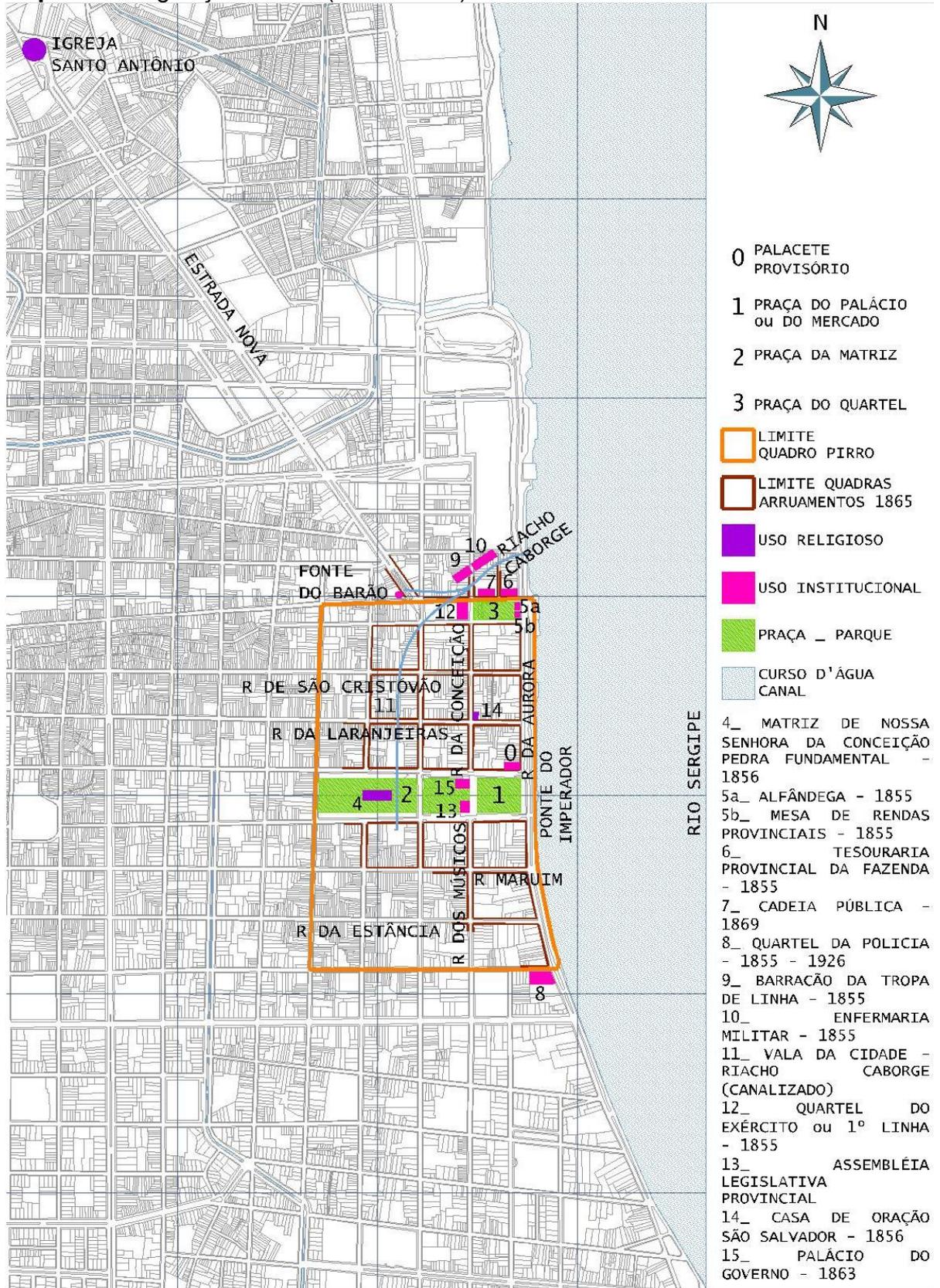
O segundo mapa utilizado foi o de 1865<sup>60</sup>. Ele identifica o arruamento do centro da capital, com a nomenclatura de suas ruas e detalhes da Praça do Palácio com a representação do Palácio do Governo e da Praça da Matriz com a representação em linha tracejada da Igreja, a Fonte do Barão e a vala da cidade.

---

<sup>59</sup>Elaborado por Porto, com base nos originais do Eng. Francisco Pereira da Silva, publicado no Caderno de Aracaju nº 2, de 1944 (PORTO, 1991).

<sup>60</sup>Elaborado por Porto, com base nos originais do Eng. Francisco Pereira da Silva (PORTO, 1991).

**Mapa 3 • Configuração Urbana (1857 – 1868)**



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

O terceiro mapa utilizado foi o de 1868<sup>61</sup> - Atlas do Império do Brasil - Província de Sergipe. Esse é o primeiro atlas do Brasil, idealizado e destinado à Instrução Pública pelo Imperador D. Pedro II. Nele se identificam a Praça do Mercado<sup>62</sup>, Praça da Matriz, a Praça do Quartel, Igrejas da Matriz e de S. Salvador. e os principais edifícios públicos – Palácio da Presidência, Assembleia Provincial, Tesouraria da Fazenda, Tesouro Provincial, Alfândega, Quartel de Polícia, Hospital de Caridade e o Quartel de Primeira Linha.

Com base nessas informações e outras que foram se somando, julgou-se necessário sistematizá-las e organizá-las em torno de três marcos temporais para este recorte, que tem início em 1855, com o decreto de fundação da cidade, e se estende até o final da Gestão de Mauricio Graccho Cardoso, em 23 de outubro 1926. O primeiro marco, designado **Conquista**, encerra-se em 1872 com a inauguração do primeiro edifício-escola projetado para receber o Atheneu Sergipense; o segundo, **Vicissitude**, abrange o período de 1872 a 1908, quando se inauguram o sistema de abastecimento de água e o bonde movido a tração animal; o terceiro, **Efervescência**, estende-se 1908 a 1926, período em que ocorre a inauguração de 11 (onze) edifícios-escola - os grupos escolares (6), a Escola Normal, o Atheneu Sergipense (2º localização e 3º localização), Instituto de Química e o Liceu Profissional Coelho e Campos. Ver Apêndice B - Linha Tempo da Cidade de Aracaju (1855 – 1926).

O primeiro período - **1855 a 1872 – Conquista** - inicia-se com o decreto de fundação da cidade e se encerra com a inauguração da primeira sede do edifício-escola do Atheneu Sergipense e tem como características:

- alternância de poder - continua a política de enviar para a Província administradores sem vínculo com o local e de permanecerem pouco tempo no cargo, o que irá perdurar até o final do Império;
- aporte de recursos públicos e privados para garantir a fixação da capital nesse local;
- desmonte de morros e dunas, aterros e destruição dos ecossistemas de manguezais - ações antrópicas que foram prática em todas as fases que sucedem esta;

---

<sup>61</sup>Atlas do Império do Brasil, organizado por Mendes, Cândido de Almeida e publicado por Lithographia do Instituto de Philomathico, 1868.

<sup>62</sup>Atual Praça Fausto Cardoso, referencia a praça dos gregos – ágora.

- construção dos primeiros prédios para garantir a oferta dos serviços públicos administrativos; movimento do porto com a exportação do açúcar, base da economia sergipana, e a importação de todos os produtos necessários para o cotidiano dos habitantes.

O segundo período - **1872 a 1908 – Vicissitude** - inicia-se com a inauguração do primeiro edifício-escola do Atheneu e se encerra com a inauguração da oferta do abastecimento de água e da primeira linha de bonde movido a tração animal e se caracteriza por:

- crescimento da cidade fora do Quadro de Pirro impulsionado por seus novos habitantes vindos da zona rural à procura de emprego nas fábricas;
- déficit nas finanças públicas;
- dificuldade de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade provocada pela seca;
- início da industrialização da cidade.

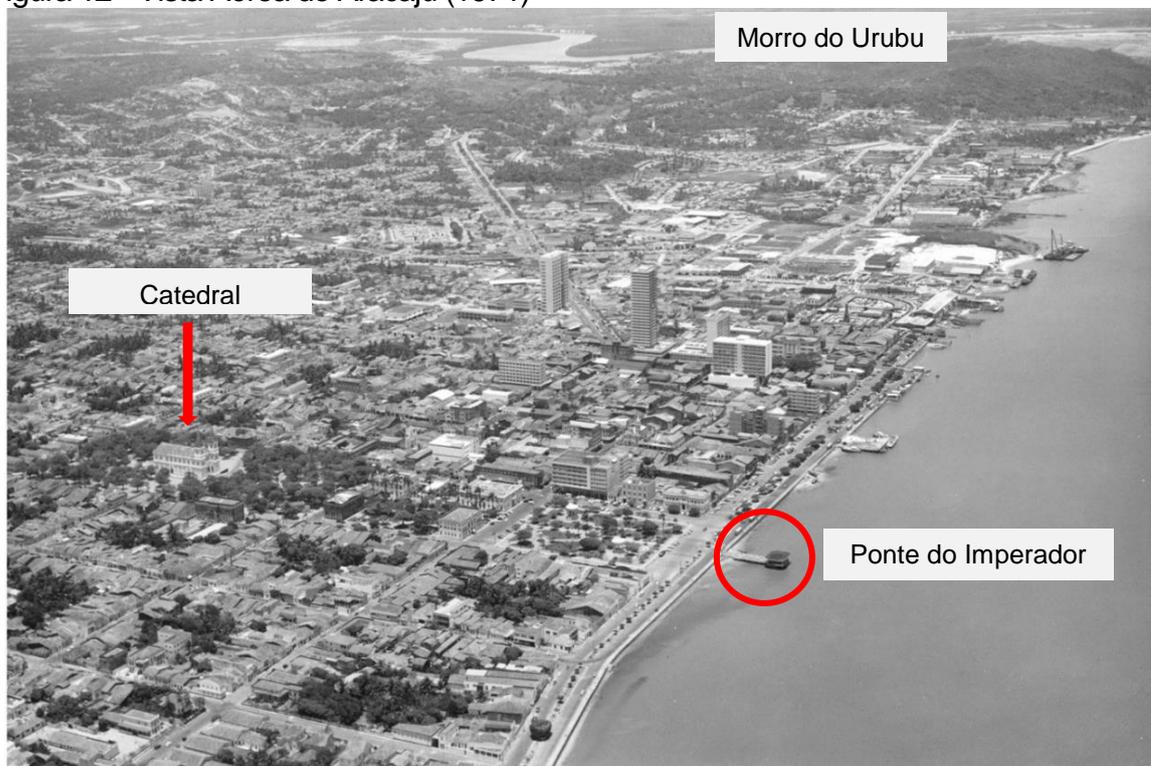
O terceiro período - **1908 até 1926 – Efervescência** - inicia-se com a inauguração da primeira linha de bonde tração animal e se encerra em 23 de outubro de 1926, com o final da gestão do Presidente Mauricio Graccho Cardoso e se caracteriza por:

- organização da oferta do ensino primário com a inauguração de 5 grupos escolares na cidade, além da Escola Normal;
- reformas de embelezamento, consolidação dos espaços urbanos e ampliação das áreas periféricas;
- inauguração do Mercado Modelo (atual Antonio Franco), Associação Comercial, Instituto Parreira Horta e Hospital de Cirurgia;
- operações com o bonde elétrico e ampliação do número de linhas.

A apropriação dessas informações sobre a cidade de Aracaju e seus primeiros 70 anos de história impõem três percepções: a primeira, as práticas de dominação e alteração do meio natural - os aterros e desmontes; a segunda, a demora e dificuldade na oferta da infraestrutura urbana; a terceira, as obras de embelezamento das áreas centrais e nobres, ocupadas pelas instituições políticas, institucionais, educacionais, culturais e religiosas, o comércio e a moradia da elite a partir do início do século XX.

Montar este mosaico, permitiu a compreensão deste avanço da ocupação urbana, desde 1855. Apresento na Figura 12, Vista Aérea de Aracaju (1971), tem-se vista panorâmica da cidade de Aracaju a partir do Rio Sergipe. Apesar da imagem não estar circunscrita no marco temporal objeto deste trabalho, percebe-se que a configuração espacial urbana da área central pouco se alterou, comparada com o que ilustra a Figura 11, confirmando a visão de que os elementos ainda estão perceptíveis e auxiliam a compreensão dos fatos aqui apontados e corroboram a identificação dos fatores que articularam a localização dos principais edifícios públicos com a infraestrutura implantada a partir do início do século XX.

Figura 12● Vista Aérea de Aracaju (1971)



Fonte: Biblioteca IBGE.

Esta imagem, comprova que o núcleo central da cidade, planejado pelo engenheiro Sebastião Pirro, no quadro de Pirro, com um traçado ortogonal que previa a ordenação deste território, com a delimitação de ruas e quadras quadradas, teve no encontro com o Rio Sergipe, a primeira linha visível desta acomodação, a incorporação deste e de outros limites físicos impostos pelos condicionantes naturais do sítio, assim a cidade se adaptou e se modificou.

Segundo Zevi (1996, p. 120), “a grande redenção do século XIX realiza-se nos espaços exteriores, isto é, na urbanística. Diante dos grandes fenômenos que se

seguem à Revolução Industrial, e, principalmente, do urbanismo e do advento dos novos meios de locomoção, [...] defronta-se com os problemas do espaço urbano”, e que “[...] comandam os gestos e as condutas dos seus cidadãos e instituições, para formar e transformar essa nova identidade social, realidade percebida, construída, mostrada e reconhecida (ou negada) por este grupo social”. (CHARTIER, 2002, p. 11).

Para ampliar essa visão, fez-se necessária a análise das linhas que permitiram a circulação de pessoas e de mercadorias, como elas se deslocavam na cidade, como os edifícios-escola se adequaram a esse panorama e o modificaram. “Como a sociedade urbana se forma enquanto se procura” (LEFEBVRE, 2001, p. 7), o encontro entre a cidade e os edifícios-escola não deve ser entendido como via única, pois ele modificou a cidade e o edifício-escola também foi modificado por conta das características da cidade – sistemas de circulação e dimensão da quadra/ lote.

### 2.2.1 Circulação

A ocupação do território brasileiro iniciou-se pela faixa litorânea, principalmente a partir das pequenas povoações, com acesso de mercadorias através de seus portos. Consolidaram-se como importantes centros urbanos, as cidades de São Vicente (SP), fundada em 22 de janeiro de 1532; Olinda (PE), fundada em 12 de março de 1535; Salvador (BA), fundada em 29 de março de 1549; São Luís (MA), fundada em 8 de setembro de 1612; Rio de Janeiro (RJ), fundada em 1 de março de 1565. Todas, exceto São Vicente, vindo a ser capitais de Província. Uma das características dessa permanência eram as condições geográficas, a proximidade com fontes de água potável, e a topografia que favorecia a construção das cidades-fortes para a proteção de suas encostas.

Deve-se analisar essa mobilidade através da exploração das riquezas - o extrativismo do pau-brasil e o açúcar com plantio da cana de açúcar, tão importante para a implantação da economia e o fortalecimento da independência perante Portugal. A ocupação holandesa ocorrida entre 1630 e 1654 na cidade do Recife é passagem importante para destacar a cobiça de outros povos por nossas terras.

O primeiro meio de transporte utilizado por nossos colonizadores foram embarcações marítimas e/ou fluviais e foi no curso natural dos rios e do oceano Atlântico que as primeiras redes de abastecimento se consolidaram. Assim, de acordo com Ferreira (1957), o comércio era abastecido pelo sistema de navegação de

cabotagem, na faixa Norte e Sul do país, respectivamente pelas bacias do Amazonas e do Prata. Outra bacia importante, a do Rio São Francisco, não conseguiu exercer papel de ligação entre as regiões Nordeste e Sudeste, em virtude da difícil transposição da cachoeira de Paulo Afonso (BA).

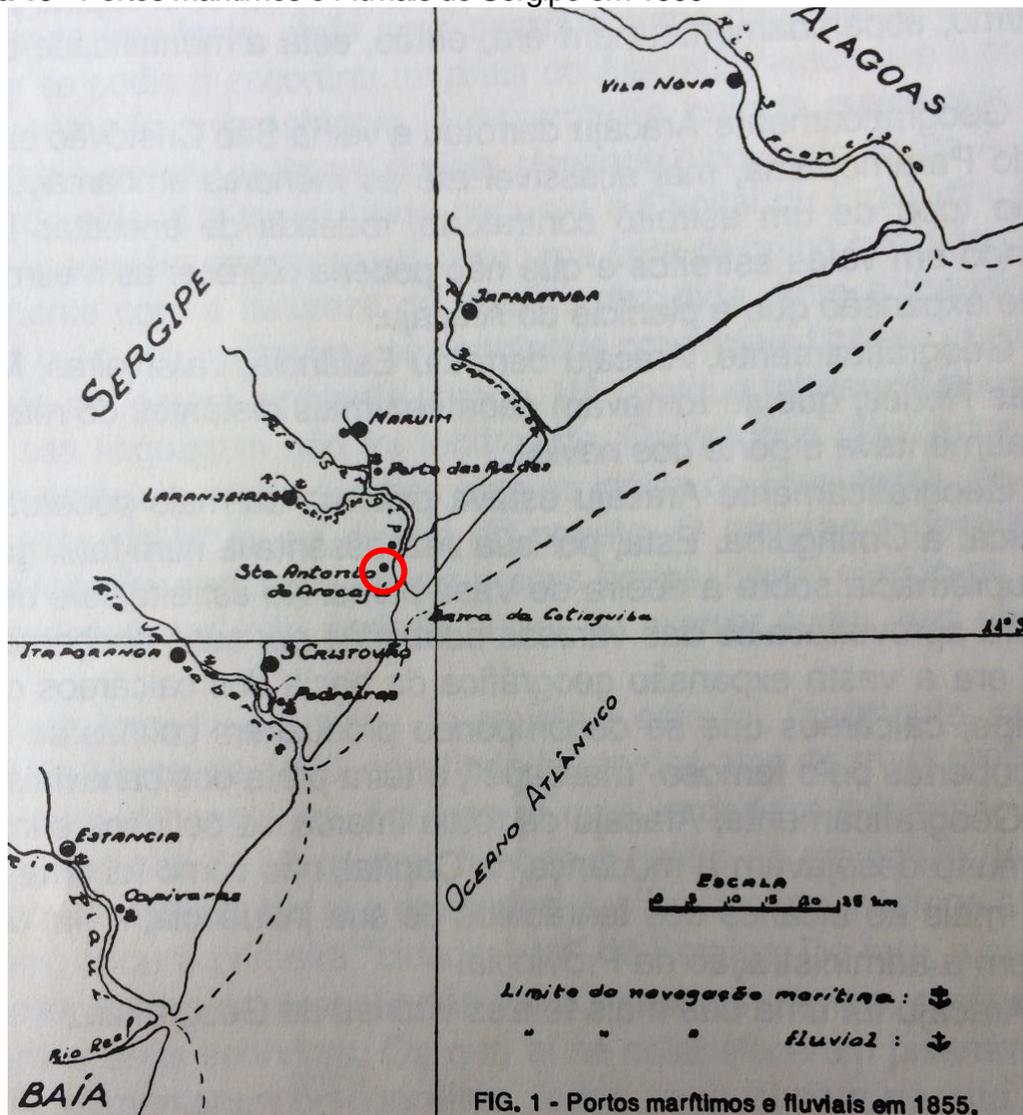
Outro vetor de crescimento se deu através dos caminhos abertos pelos bandeirantes, com utilização de tração animal para transportar mercadorias e conseguir descobrir as minas de ouro e prata ou capturar e vender índios, como mão de obra escrava para a lavoura da cana de açúcar, em expedições de apresamento (ou preação). Tornam-se as primeiras vias de interligação entre o litoral e o interior, com destaque para a ligação entre São Vicente e São Paulo e Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Sergipe se tornou independente mediante Carta Régia de D. João VI, em 8 de julho de 1820. Com a emancipação do Estado de Sergipe em relação à Bahia, iniciou-se processo de fortalecimento econômico e urbano especialmente através do porto. A dependência da Bahia precisava ser interrompida e a submissão dos trapicheiros e a falta do comércio direto com o estrangeiro dificultavam ainda mais a forte concorrência provocada pela produção das colônias inglesas, que encareciam o nosso produto em mais de 400 réis por arroba por terem que ser despachadas via Salvador (NUNES, 2000).

A solução encontrada foi a criação da Companhia de Reboque à Vapor a funcionar na Barra do Cotinguiba, a maior em termos de produção na Província. Capivara, Pedreiras e Porta das Redes, respectivamente nos Rios Piauí, Vaza Barris e Sergipe, marcavam os limites da navegação marítima. Mas neste encontro não existia porto, apenas uma pequena colina, sua pequena povoação de pescadores e a capela de Santo Antônio do Aracaju. Assim entende-se a mudança da capital para a Barra da Cotinguiba e como o porto moldou essa ocupação.

Sumacas e patachos, barças e vapores, tudo aprofundando em terras Sergipanas. A navegabilidade se fazia principalmente entre os estuários, como ilustra a figura 13 - Portos Marítimos e Fluviais (1855), do Rio Real (sul), do Rio Sergipe e o do Rio São Francisco (norte) por onde as mercadorias eram escoadas, vindas do interior por vias terrestres em lombo de burro e carro de bois; e por embarcações menores – canoas e saveiros -, que podiam adentrar na parte mais central do Estado, via navegação fluvial.

**Figura 13** ● Portos Marítimos e Fluviais de Sergipe em 1855



Fonte: Porto, 1991, p.18

Os colonizadores se abasteciam de gêneros alimentícios e de riquezas da terra - açúcar, a importação era significativa, todos os produtos manufaturados e industrializados chegavam por via marítima. Assim, nasce a cidade-porto. Para consolidar a mudança, Inácio Joaquim Barbosa autoriza a construção, em novembro de 1854, da Alfândega, Mesa de Rendas Provinciais, Agência dos Correios e Subdelegacia Policial; “[...] pintou-se a Atalaia, o porto ia aparecer...” (PORTO, 1991, p. 16).

Não se identificou nenhum documento descritivo ou cartográfico capaz de nos apresentar visão detalhada da configuração do porto, pelas imagens escassas de sua fase inicial, percebe-se que toda a Rua da Frente (Av. Barão do Rio Branco), entre o trecho do Palacete Provisório e a Alfândega, era utilizado para o embarque e

desembarque de mercadorias e pessoas, bem como para realização da feira, que se estabeleceu nesse mesmo trecho.

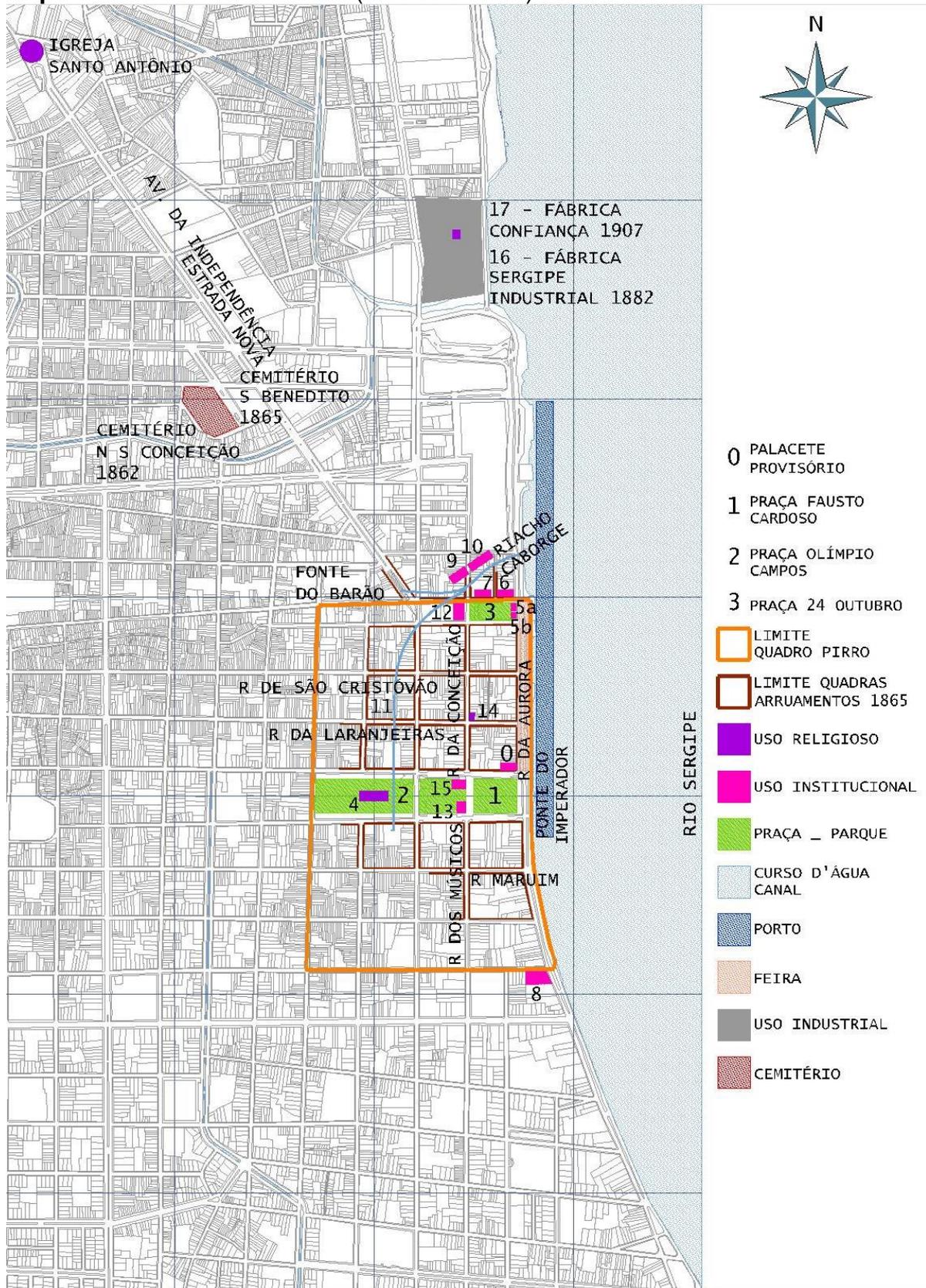
Somente após a chegada das fábricas de tecido, em 1882, é que esse limite se expande mais para o norte, transpondo o riacho do Aracaju (atual canal Tales Ferraz). Porto (1991) e Silva (1992) concordam em que muitos dos nomes que eram utilizados para identificação desses elementos naturais caíram no esquecimento ou foram substituídos por outros. O livro de Porto (2011) faz resgate de alguns nomes antigos do Aracaju e contribuiu para a elaboração desta micronarrativa. A falta de preservação dos mapas dessa fase reforça a escassez de registros. O silêncio das fontes.

Explica-se este esquecimento: a toponímia transmite-se pela tradição e está para se estabelecer exige continuidade. A primeira população de Aracaju, constituída de advenas, não encontra em sua praia deserta um grupo humano que lhe transmitisse a toponímia local (PORTO, 1991, p. 23).

O porto, como elemento de ligação e articulação entre a produção e o mercado consumidor, também deve ser entendido como elo de ligação entre os outros meios de transporte e a cidade de Aracaju, que nasceu com suas vias de 13,60m de largura bem posicionadas. Segundo Porto (2011), a primeira rua locada no chão aracajuano foi a Rua da Aurora, (atual Av. Ivo do Prado e Rio Branco) mais conhecida popularmente por Rua da Frente, alguns apontam o nome Aurora como alusão a seu posicionamento na face leste, onde o sol desponta nas primeiras horas do dia. Não há, no entanto, nenhum registro oficial dessa denominação. Elaborei o mapa 4 - Feira e Porto de Aracaju, na ocupação do espaço físico no final do século XIX, para perceber estas linhas urbanas.

Observa-se o traçado do Plano de Pirro, com suas ruas ortogonais e simétricas e a via, atual Av. João Rodrigues, que interliga os dois pontos, o primeiro no limite noroeste; - atuais Rua Apulcro Mota e Travessa João Quintiliano da Fonseca, formando o Largo Esperanto; o segundo, a pequena povoação do Santo Antônio do Aracaju, atual Colina do Santo Antônio, denominada de Estrada Nova – ladrilhada em 17 de abril de 1857 -, com 60 palmos e 706 baças até a porta da igreja, iniciando na Fonte do Coqueiro, que, a partir de 1922, recebeu o nome de Av. da Independência, alterada para Av. João Ribeiro, em 1933, quando de sua duplicação.

**Mapa 4** • Feira da Colônia e Porto (década de 1910)



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Com o Porto, a feira livre ocupou, ver Figura 14 - Feira da Colônia, o primeiro trecho da Rua Laranjeiras e adjacências até a Rua da Frente, expandindo-se progressivamente até atingir o trecho entre o antigo Palacete Provisório até a Alfândega. A agricultura nesse momento era de subsistência, o que impunha a entrada de gêneros alimentícios via porto, por isso a proximidade entre as vias de chegada e de escoamento e a primeira população que se fixou no Quadro de Pirro.

O primeiro trecho era conhecido como 'feira da colônia', onde se vendiam potes, panelas e outros utensílios da chamada "louça de barro"; "cocos" de beber água, cabides, espanadores e demais artigos fabricados na Penitenciária local; purga de bucha, milhome e outra especialidade da farmacopeia silvestre; bananas, melancias, legumes. No trecho mediano, o segundo, charque, carne do sol e salgados, queijos e requeijões. No terceiro trecho, conhecido como 'cais da lenha' ou 'feira da lenha', também eram vendidos tijolos e telhas, e por fim, junto ao antigo casarão da Alfândega, o 'cais da cana', que funcionava diariamente, ao contrário da feira semanal. Farinha e cereais estavam no primeiro trecho da Rua de Laranjeiras (PORTO, 2011, p. 87).

**Figura 14** • Feira da Colônia



**Fonte:** PORTO, 2011, p.81

Percebe-se como essa ligação rompeu a ortogonalidade do traçado das ruas estabelecida por Pirro no início de sua formação e como o formato das quadras ortogonais vai sendo rompido depois de ocupado esse limite, ocupação mais espontânea, que se acomodou aos contornos e acidentes geográficos e impôs novo traçado entre a cidade projetada e a cidade consolidada. Localiza-se também as

primeiras indústrias têxtil – Fabrica Sergipe Industrial, que aqui se instalou em 1882, e a Confiança em 1907.

As condições de comercialização e operação da feira semanal somente será modificada quando da inauguração do Mercado Antônio Franco, prédio mais antigo do atual conjunto dos três edifícios. Leva o nome do empresário que financiou sua construção - Antônio do Prado Franco e, desde sua inauguração em 1926, é um dos símbolos da cidade, com seu emblemático relógio central, como ilustrado na figura 15.

**Figura 15**● Mercado Antônio Franco (1931)



**Fonte:** Antiguidade Coleções e Artes.

As mudanças dos meios de transporte efetuadas a partir da construção das primeiras estradas de ferro no Brasil, em 1850, reorientam radicalmente o modo de movimentação das riquezas. Assim, segundo Ferreira (1957), após muitos anos utilizando-se o rio como meio de transporte entre o local da produção e o mercado consumidor, principalmente com a exportação do açúcar e do café, a base é alterada e, em vez de ser ampliada, é abandonada em razão das limitações existentes.

#### 2.2.1.1 Linhas de Bonde

Com a intensificação das ocupações urbanas e o aumento progressivo das indústrias, as linhas de trem passaram a exercer papel de destaque. A evolução dos diferentes sistemas de transporte precisa ser analisada não só no contexto da ligação

a grandes distâncias e centros urbanos, mas quando as cidades começaram a atrair maior número de moradores e estes precisaram se deslocar em menores distâncias. Assim surgem os bondes - *bonds*<sup>63</sup>, termo utilizado em muitas cidades brasileiras para designar os *carris*, palavra portuguesa traduzida do termo em inglês *tramways*. Em Aracaju, iniciou-se com os *horsecars*, bondes movidos a tração animal, parelha de burros, com lotação máxima de vinte passageiros,

[...] a Empresa Carris Urbanos (1908 - 1919) inaugurou em 24 de outubro de 1908 um bondinho mula em Aracaju. A linha inicial de 1,3 km, com o trecho partindo da Praça Fausto Cardoso, passando pela Rua Itabaianinha e chegando até o Cemitério Santa Isabel. Os *horsecars* da cidade foram adquiridos em segunda mão da cidade de Salvador (Bahia), que começou a eletrificar suas linhas em 1897. Em 1920, 55 animais estavam puxando 17 bondes em 13 km de bitola de 800 mm em Aracaju (MORRISON).

Em 1924, a Empresa Tração Elétrica de Aracaju (ETEA), atual Energisa, é formada por

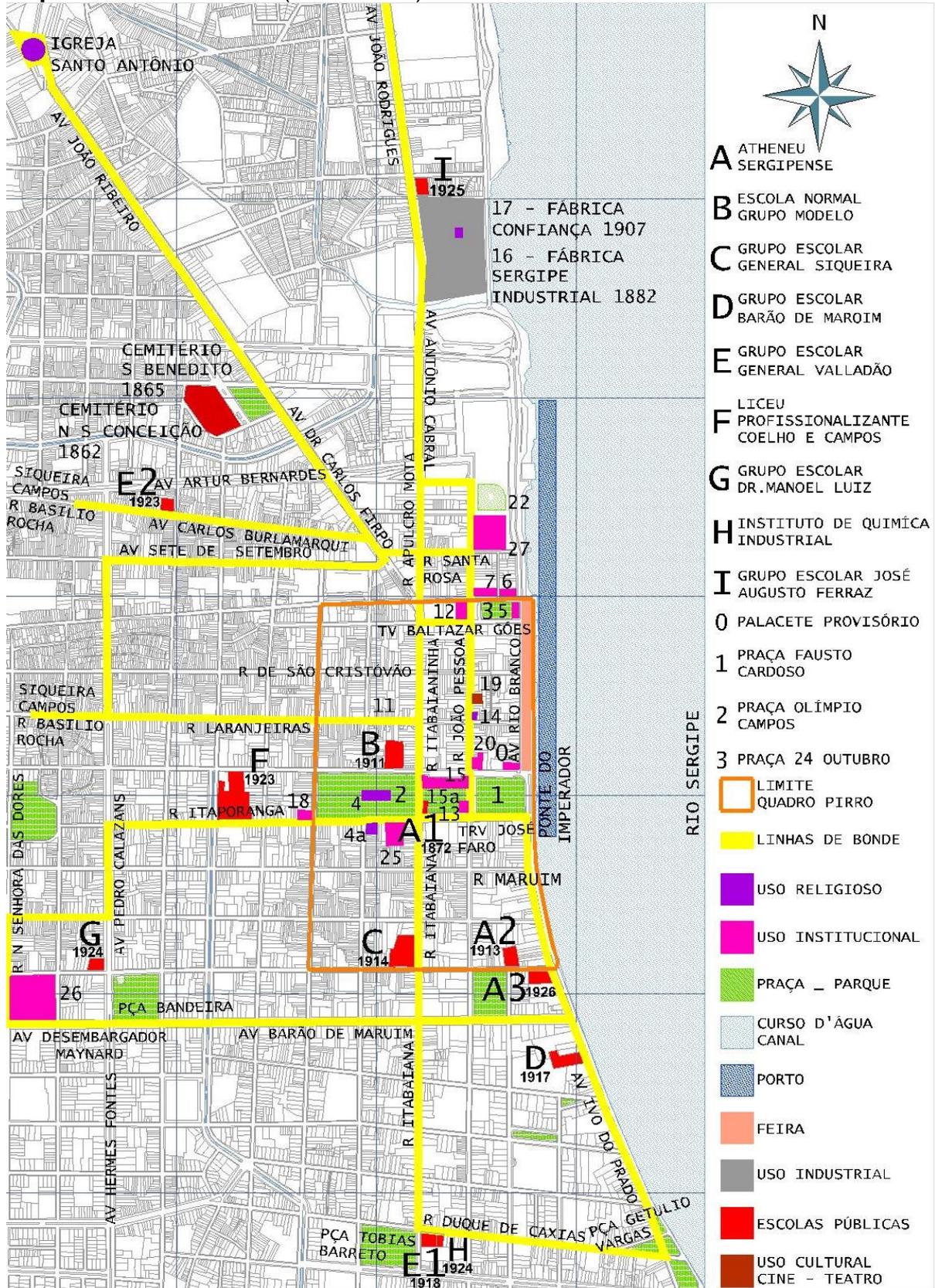
[...] um grupo de capitalistas locais que assinou um contrato com João Andrade de Almeida & Companhia de Salvador, que era um agente da Siemens-Schuckertwerke de Berlim. Os engenheiros alemães encomendaram uma frota de 10 vagões de passageiros e dois vagões motorizados da Van der Zypen&Charlier em Colônia (Alemanha) para operar as linhas em Aracaju, que passariam a ser eletrificadas a partir de 1926. A primeira linha de bonde elétrico em Aracaju correu do centro da cidade ao norte até as lojas e garagem da Empresa Tração Elétrica, no distrito Industrial. A bitola da pista era de um metro. Dínamos, turbinas, trilhos, arames e outros materiais começaram a chegar ao Brasil no final de 1924. Os 10 carros de passageiros e dois carros de trabalho chegaram em dezembro de 1925. Os primeiros testes na linha ocorreram em março de 1926, o serviço de receita começou em 2 de junho e o bonde elétrico de Aracaju foi formalmente inaugurado em 13 de agosto de 1926, na presença de Washington Luís Pereira de Souza, o recém-eleito Presidente do Brasil (MORRISON).

Esses registros, com o mapa de Aracaju e as linhas de bondes elétricos de Allen Morrison, tornaram-se a fonte principal para desenhar e interpretar o sistema de bondes estruturado em 6 linhas. Elaborei o mapa 5 - Linhas de Bonde de Aracaju (1908-1951), seguindo o mesmo princípio dos anteriores, desenvolvidos para ilustrar o avanço da consolidação urbana no território do Quadro de Pirro e suas áreas adjacentes.

---

<sup>63</sup>Este termo aparece na Lei 112, de 16 de abril de 1912, no Art.102, na seção 3ª no capítulo II, p. 28.

**Mapa 5** • Linhas de Bonde (1908 a 1951)



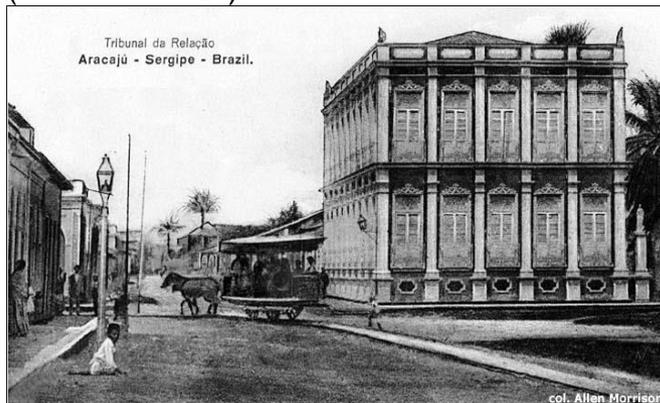
Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

A operação de bondes passou em 1936 para os serviços públicos de luz e força. Em 1951, esse sistema foi abandonado, com o aumento da circulação de automóveis e marinetes na cidade.

Percebe-se que o traçado das linhas ocorre justamente nas áreas mais consolidadas do nosso espaço urbano e aponta a presença de alguns equipamentos urbanos como vetor desta ligação. Apesar de não existir identificação das linhas no mapa de Morrison nem a data de sua abertura e fechamento, o Apêndice C - Linhas de Bonde contém informação complementar sobre esse meio de transporte.

O site de Allen Morrison na internet tem como ponto forte seu extraordinário acervo de imagens sobre os bondes na América Latina e algumas imagens de Aracaju. Seleccionaram-se duas que se distinguem pelo tipo de tração, a primeira, na década de 1920, a segunda, na década de 1930, como ilustra a figura 16 e 17.

**Figura 16**● Bondes Tração Animal em Aracaju (década de 1920)



Fonte: Allen Morrison

**Figura 17**● Bondes Tração Elétrica em Aracaju (década de 1930)



Fonte: Allen Morrison

O primeiro automóvel chegou em Sergipe em 1913; até a década de 1920 não existiam revendedoras de automóveis, todos eram trazidos de outras localidades, e os jornais anunciavam a venda de veículos usados (MAYNARD, 2009). Era preciso normatizar a convivência conflituosa entre os pedestres, bondes e automóveis. Por isso, em 1912 o Código de Posturas proibiu estacionar nos passeios, abandonar veículos em qualquer lugar e parar em pontes, pontilhões e bueiros, conforme consta na 3ª seção do capítulo II.

Segundo Pesavento (1995, p. 13), é através da materialidade das formas urbanas que identifica-se sua representação icônica preferencial ou hegemônica, seja pela arquitetura das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. E de

posse desta representação, estes traços não podem apagar os conflitos e as contradições daqueles que viveram aqui.

A cidade não possuía condições favoráveis para a circulação de veículos motorizados. Somente a partir das obras de embelezamento e melhorias da infraestrutura urbana, iniciadas em 1919, para as comemorações do centenário de emancipação política de Sergipe, calçaram-se as principais ruas e avenidas com pedra bruta.

O Código de Posturas de Aracaju de 1926 determinou, no segundo capítulo, como deveria ocorrer o trânsito de veículos. “Apesar de querer regulamentar o trânsito de pedestres e veículos para evitar acidentes, as cidades contavam ainda com um grande número de veículos a tração animal, ou mesmo equinos e muares que eram usados como meio de transporte.”(MAYNARD, 2009, p. 149).

A oferta crescente de automóveis e as transformações ocorridas na cidade atestam o sucesso desse tipo de transporte, que se expandiu a partir da década de 1950, privilegiando a mobilidade por meio de transporte individual motorizado.

#### 2.2.1.2 Trem

A primeira e única estrada de ferro que alcançou Aracaju chegou em 1913 como extensão do ramal de Timbó<sup>64</sup>, que em 1887 ligou a estação de São Francisco, em Alagoinhas, à cidade de Timbó, atual Esplanada, estendendo, em 1915, de Aracaju até a cidade de Propriá, às margens do Rio São Francisco.

Segundo Porto (2011), a estação, ilustrada na Figura 18, foi locada nas proximidades da Rua do Araçá e era ponta de linha. O edifício da primeira estação ficava sobre plataforma elevada com rampas nas extremidades. Construído com linhas arquitetônicas muito simples, na fachada sul, voltada para a Praça Inácio Barbosa, havia frontão mais rebuscado, para marcar a entrada principal, ladeado por duas pequenas plataformas de dimensões bastante modestas, com alpendre para proteger as pessoas da chuva com telhado aparente e mão francesa<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup>Nota do autor. Inicialmente administrada pela Compagnie des Chemins de Fer Federaux Du l'Est Brésilien - 1913 - 1922; e depois pela Companhia Ferroviária Este Brasileiro - 1922 - 1935; Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (V. F. F. Leste Brasileiro) - 1935 - 1975; Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - 1975 - 1996; Companhia Ferrovia Centro Atlântico - 1996 até os dias atuais.

<sup>65</sup>Mão Francesa - peça disposta obliquamente unindo dois elementos da construção para reforço da estabilidade de um deles. Aqui ela está apoiando a ripa do beiral até o frechal. Também conhecido como escora (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**Figura 18** • Estação de Trem de Aracaju (1923)



**Fonte:** Revista Ilustração Brasileira de 2 de junho de 1923

Constitui-se de edifício com pavilhão central que podia receber o trem pelo lado sul ou norte e se caracteriza pela simetria. Seu acesso ao interior é reforçado por uma platibanda<sup>66</sup> que esconde o beiral do telhado, posicionado no centro do edifício.

A entrada principal da estação apresentava três frontões<sup>67</sup> com cimalha e modenatura<sup>68</sup> simples, dois frontões abatidos<sup>69</sup>, com três pináculos<sup>70</sup>, em formato pinha alongado no arremate de cada pilar, posicionados nas extremidades e no ponto mais alto do arco. No centro, o frontão mais alto, com o arco abatido, encontra-se um óculo<sup>71</sup> e uma marcação em alto-relevo, acima da entrada principal com a inscrição “ARACAJU - 1911” (data da sua construção). No arco superior outro pináculo. No vão de abertura de acesso da porta principal, entre as ombreiras do vão, encontra-se arco de meio-ponto ou pleno. Patamar de chegada, para demarcar a escadaria externa, existe uma diferença de nível entre a calçada e a plataforma. Em estilo neoclássico,

<sup>66</sup>Platibanda - elemento vazado ou cheio disposto no alto das fachadas, coroando a parede externa do prédio, formando uma espécie de mureta que esconde as águas dos telhados e eventualmente serve de proteção em terraços (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>67</sup>Frontão - elemento de coroamento da fachada em forma triangular, situado na parte superior do edifício ou de parte da edificação ou sobre portais, portadas ou portões. É composto por cimalha, a base horizontal, empenas, os lados inclinados, e tímpano, a superfície central limitada pelas outras duas partes (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>68</sup>Modenatura - tratamento plástico dado ao conjunto dos elementos que compõem o edifício. Composto de molduras, cunhas e cornija. Estes elementos conferem efeitos estéticos específicos na edificação, por criar pontos, linhas, planos e volumes diferenciados, por gerar uma relação entre cheios e vazios e claros e escuros diversificada (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>69</sup>Frontão abatido - contorno tem a forma aproximada de um arco abatido ou de um triângulo obtusângulo acentuado. Também conhecido como frontão esparramado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>70</sup>Pináculo - arremate ornamentado no coroamento do edifício, usualmente com forma cônica, piramidal ou octogonal. Também conhecido por coruchêu ou grimpá. (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>71</sup>Óculo - abertura ou pequena janela, geralmente na forma circular, oval ou arredondada, disposta nas paredes externas ou em frontões. Quando abertos, sua função é ventilar, mas pode ser só ornamental. Também conhecido por gateira (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

com suas colunas destacadas em meio-relevo do pano da alvenaria, com cornija<sup>72</sup> e moldura. Continha, segundo Melins (2001), salões para passageiros de 1ª e 2ª classes; salão de bilheteria; sala de telégrafo; inspetoria e alguns sanitários.

Segundo Jesus (2017), a primeira Estação de Trem em Aracaju se localizava entre os atuais mercados Tales Ferraz e Albano Franco próxima ao antigo cais do porto fluvial da Rua da Frente (atual Av. Rio Branco com Av. Coelho e Campos), nas imediações do antigo Trapiche Brown (atual mercado governador Albano Franco) e Entrepasto ou Trapiche Cruz & Irmãos, em frente à Praça Pereira Lobo (atual Mercado Thales Ferraz - 1949), conforme illustrei no mapa 6. O trem chegava à estação, que se enquadrava como tipologia terminal ou de ponto final, pela antiga Avenida Artur Bernardes (atual Avenida Coelho e Campos).

Este obelisco, em forma de coluna isolada, erguido para homenagear o Presidente de Província Inácio Barbosa (ver Figura 19), fundador da cidade, tem o plinto<sup>73</sup>, pedestal<sup>74</sup> e coluna quadrada com diferentes planos; sua base mais larga, afunilando de forma piramidal, de pequena base e grande altura até o capitel<sup>75</sup> com ábaco quadrado, encimado por uma grimpa de ferro fundido em forma de estrela<sup>76</sup>.

Figura 19● Monumento Inácio Barbosa (1931)



Fonte: Brasileira Fotográfica

<sup>72</sup>Cornija - na arquitetura clássica, parte superior do entablamento. A depender da sua ordem clássica pode possuir diferentes ornatos. Moldura ou conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior a elementos arquitetônicos ou ao edifício (ALBERNAZ e LIMA, 1998)

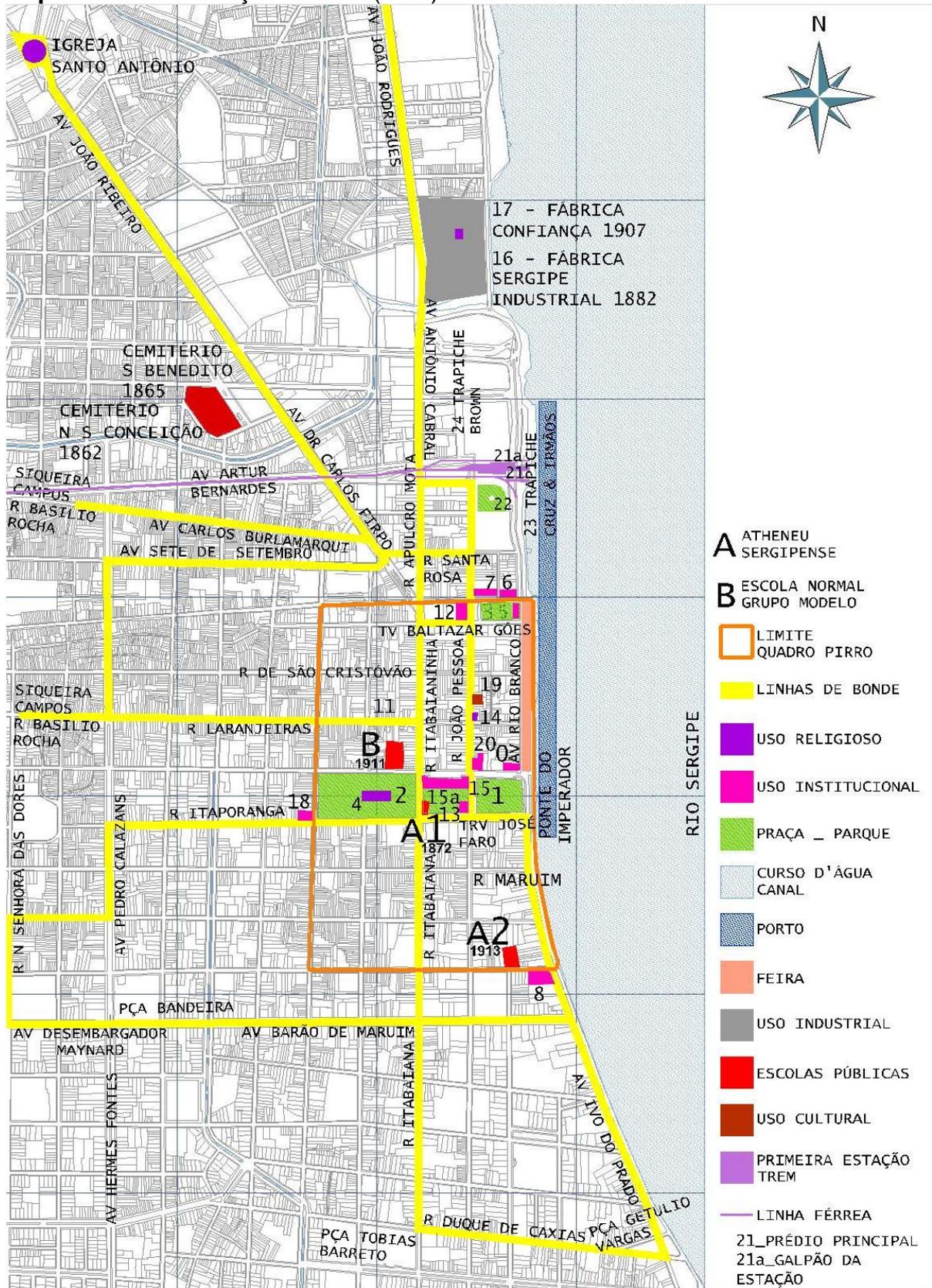
<sup>73</sup>Plinto - peça quadrada que serve de base a um pedestal ou a uma coluna (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>74</sup>Pedestal - elemento que serve de suporte para a coluna (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>75</sup>Capitel - parte superior de colunas, pilastras ou balaústres (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>76</sup>Grimpa - elemento decorativo feito de chapa metálica usado no alto das torres de edifícios. Assume diversas formas, muitas vezes simbólicas (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**Mapa 6 • Primeira Estação de Trem (1913)**



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

A estação transportava passageiros e mercadorias, sendo os principais produtos ali embarcados agrícolas (açúcar, algodão e coco); animais de tração (cavalos) e maquinário (tratores). Essa estação de trem também interligava o transporte marítimo através do porto fluvial, com a chegada e saída de produtos via oceano, ampliando o fluxo de mercadorias com as outras linhas que se interceptavam em Timbó e Propriá.

Esta estação ferroviária, tinha, na fachada norte, em toda a extensão do edifício uma segunda plataforma com alpendre que se posicionava em frente ao galpão de locomotivas e armazém de expedição e recepção de mercadorias, um galpão de linhas simples; ao fundo deste, localizava-se o Trapiche Brown. (JESUS, 2017). O prédio das oficinas de reparo de locomotivas e vagões da Ferrovia ficavam no bairro Aribé (atual Siqueira Campos), que depois viria a abrigar a segunda estação de trem, inaugurada em 7 de setembro de 1950 e desativada em 2013.

A Linha Estrela do Norte (Salvador - Aracaju - Propriá), expresso de luxo que trafegava por extensão de 320km, seguia o seguinte roteiro: Salvador - Simões Filho - Camaçari - Dias d'Ávila - Mata de São João - Pojuca - Catu - Sítio Novo - Alagoinhas - Entre Rios - Esplanada - Rio Real - Cardeal da Silva - Aracaju - Rosário do Catete - Propriá. Aos domingos, quartas e sextas o trem chegava da Bahia e partia com destino a cidade de Propriá. Às terças, quintas e sábado, o trem chegava de Propriá e partia com destino à Bahia (MELINS, 2001). As informações sobre horários e valor das passagens eram amplamente divulgadas nos jornais sergipanos e baianos.

Identifico, na narrativa apresentada por Jesus (2017), algumas críticas sobre as condições da estação, principalmente em relação a seu formato e tamanho e aos atrasos constantes nos horários de chegada e partida, o que ensejou que, na década de 1940, surgisse corrente na imprensa local para a mudança da localização do edifício para melhor acomodar os usuários e armazenar cargas. Outra preocupação apresentada pelo autor refere-se à ligação que a estação tinha com a linha de bondes que ligava a Estação à Praça Pinheiro Machado (atual Praça Tobias Barreto), cobrindo percurso de grande concentração populacional, conforme ilustrado no Mapa 05 - Linhas de Bonde.

Durante os primeiros 30 anos de seu funcionamento dessa estação, ela impulsionou seu entorno, no eixo norte, as novas indústrias (fábricas de tecido), a área comercial e feira no centro; no eixo sul, o polo político-administrativo nas três praças

centrais (Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos) e, no eixo oeste, o bairro Aribé.

Como não havia espaço suficiente na Estação para se fazer o retorno das locomotivas, porque se tratava de uma estação final ligada ao Porto fluvial, as manobras eram efetuadas no local das Oficinas da Ferrovia, localizadas no Bairro Aribé (atual Siqueira Campos), a cerca de dois quilômetros da Estação, e os comboios voltavam em marcha a ré para a Estação. Quando os trens chegavam à Estação Ferroviária e seguiam para o Norte do Estado, paravam na parte da frente da Estação; os que seguiam com destino ao Sul do Estado, paravam na parte do fundo da Estação. (JESUS, 2017, p. 46).

Depois da inauguração da segunda estação, em 1950, a primeira foi desativada para embarque e desembarque de passageiros, passando a operar somente embarque e desembarque de cargas até 1968. A partir da década de 1970, a área e seu entorno sofreram processo de degradação urbanística que se agravou com a demolição do edifício em 1976. Somente com a construção do atual Mercado Governador Augusto Franco, no final da década de 1990, a área foi reurbanizada pelo poder público.

Apesar dos diversos planos elaborados entre 1869 e 1882, através das técnicas de circulação disponíveis: estradas, vias férreas e vias fluviais, cada um, a seu tempo, defende proposta de circulação para o Brasil: integração prioritária no sentido Leste-Oeste ou Norte-Sul, a ligação das vias férreas com os portos litorâneos ou com as nascentes dos rios, divisão das bacias hidrográficas e suas interconexões, trilhos feitos de madeira ou outros materiais, bitolas largas ou estreitas para as vias férreas. Pouco se concretizou e, ainda hoje, sente-se o reflexo, as poucas ações efetivadas se pulverizaram e se fragmentaram, reforçando a sensação de descontinuidade tão presente até os dias atuais.

Aqui em Sergipe isso também foi - e é - realidade, a mudança de prioridades no sistema de transporte, que se inicia com o fluvial, seguido do ferroviário e por último o rodoviário, demonstrou como esse abandono foi prejudicial à interligação entre as localidades e as comunidades.

A evolução dos meios de transporte reverbera na cidade através das diversas ligações e descontinuidades geradas, que comprometem a mobilidade dos usuários do espaço urbano. Assim, identificar essas ligações fez o olhar focar se essas linhas, cicatrizes urbanas que podem ser percebidas até os dias atuais? Apresenta-se panorama das interferências geradas por cada tipo de transporte, primeiro,

transferência da capital - Ligação Fluvial – Porto; segundo, bonde com tração animal e depois elétrico; terceiro, trem e, por último, automóvel. Não considerei o transporte realizado através das “marinetes”, por não estar no nosso marco temporal.

Segundo Santos (2014, p. 122), Aracaju assumiu centralidade em relação aos outros centros urbanos, perceptível através do Mapa de Distâncias de Sergipe, elaborado pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva por ordem do Presidente Manoel da Cunha Galvão, em 1860, e publicado em 9 de maio de 1860 pelo periódico conservador, *Correio Sergipense*. Não se pode deixar de registrar a utilização do percurso como forma de articulação entre os diversos atores que moraram ou precisaram de algum serviço só ofertado na cidade de Aracaju como capital da Província ou do Estado.

#### 2.2.2 Uso e Ocupação do Solo 1855-1926

A forma como a **não**<sup>77</sup> ocupação planejada do solo em Aracaju esteve posta, neste marco temporal, auxilia demonstrar que a ausência denota preocupação dos engenheiros e poderes públicos somente com o controle e a racionalidade técnica, comprovada pelo traçado retilíneo, a configuração viária do Quadro de Pirro e pela legislação que regulamentou o signo de cidade moderna e sua manutenção com essa identidade. Essa situação só foi alterada em 1995, quando se elaborou o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

A inexistência de plano anterior de uso e ocupação do solo que promovesse a cidade-capital, fez com que sua administração obedecesse às diretrizes vigentes, segundo as quais, de acordo com Cacciari (2009), as cidades entre os séculos XV e XX se configuraram ou se transformaram em cidade mercado – indústria e o espaço urbano do negócio e das relações do capital se impuseram e modificaram as características das cidades barrocas brasileiras, ou seja, as cidades ditas planejadas, como Aracaju, eram meramente projetadas, com esboço cartográfico inicial, e deixadas seguir livremente, à revelia do que pensa Certeau (1994, p 172) “[...] planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”.

Entender essas relações, compreender a forma de nascimento desse espaço próprio, que aqui se destaca através dos condicionantes naturais e da análise da

---

<sup>77</sup>Grifo nosso. Para identificar que essa ausência de planejamento é o padrão da época.

mobilidade urbana e da legislação local, considera-se o uso e a ocupação do solo - o Quadro de Pirro e áreas periféricas - sob os seguintes aspectos: institucional, industrial, a feira, o mercado e o porto (não se tem informação suficiente para apresentar o uso comercial), religioso, educacional (escolas públicas), áreas de lazer e espaços de cultura. A área residencial também foi excluída pela dificuldade de recuperação de dados.

Na **cidade da ordem**, em que se permite mapear e classificar, combinam-se as marcas e as ausências, mas, a **cidade da desordem**, esta continuará escondida atrás do véu do descuido e do descaso da manutenção e organização dos registros históricos (mapas) e das próprias lacunas das narrativas que nunca permitiram apresentá-las. “A Cidade da Ordem, ideal, estruturada, dotadas de vários serviços, vigiada; e a Cidade da Desordem, periférica, desestruturada, carente de serviços e dependente de políticas que as integrem com o restante da cidade” (SANTOS, 2014, p. 155).

Dessa forma, identifiquei como signo da cidade da ordem a ocupação das quadras de 100x100m, a consolidação do traçado das ruas e avenidas, que pode ser identificada nos diversos mapas aqui apresentados e que demonstra que as 32 quadras originais do Plano de Pirro, ver Mapa 2, não se consolidaram de acordo com projetado. Pode-se perceber que essas mudanças se impuseram e se entrecruzam, apresentando “[...] história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra” (CERTEAU, 1994, p. 171).

Reconheci inconsistência entre a legislação local e o desenho do miolo das quadras – o formato dos lotes e a ocupação das quadras de Pirro, principalmente nas quadras mais ao sul da Praça Fausto Cardoso em que alguns lotes chegam a ter de 4 m a 5m de largura e profundidades de até 50m, sendo a maioria das casas térreas construídas em alinhamento com calçadas, naquela tipologia vernacular *porta e janela*. Outra característica do miolo das quadras é o beco com ruelas e travessas e vilas. O Beco do Açúcar<sup>78</sup>, o primeiro a se configurar na cidade, foi remodelado por Teófilo Dantas, em sua primeira gestão como Intendente da Capital, em 22 de junho de 1929, pelo Ato nº 22.

---

<sup>78</sup>Nota do autor. Atual Travessa Deusdédite Fontes.

Para quem manuseia os documentos oficiais dos primeiros tempos da vida aracajuana e percebe o firme vigor com que eram aplicadas as rígidas linhas do plano de Pirro para a nova capital, será uma surpresa verificar o aparecimento de um beco, num dos primeiros e principais quarteirões que foram edificadas. [...] O nome primitivo foi Beco do Açúcar, oriundo de uma pequena refinaria de açúcar montada na esquina com a Rua de Laranjeiras, do lado leste, e que funcionou até princípios do século XX.[...] amontoado de pequenas oficinas de funileiros, sapateiros, marceneiros e outros ofícios, e bem assim de pequenas bodegas, infecto e mal pavimentado, com água a escorrer por suas pedras (PORTO, 2011, p. 15).

A vila, que ocupa os espaços centrais das quadras, as “[...] dimensões exageradas permitem a sua configuração” (LOUREIRO, 1983, p. 56), foi onde parte da camada menos abastadas se instalou, permanecendo algumas com a mesma configuração até os dias atuais. Através da leitura dos mapas, pode-se extrair as vilas mais próximas ao núcleo central: Vila José Domingos Fontes, na Rua Lagarto, entre o trecho da São Cristóvão e Laranjeiras; Vila Rosângela, na Rua Siriri, entre o trecho da Boquim e Estância; Vila Angélica, na Rua Arauá, entre o trecho da Barão de Maruim e Boquim; a Vila Eunice, na Rua de Boquim, entre o trecho da Siriri e Gonçalo Rollemberg Leite; Vila Marta Maria, na rua Itabaiana, entre o trecho da Barão de Maruim e Senador Rollemberg.

Apesar não estarem inseridas no Quadro de Pirro, as vilas estão nas quadras adjacentes, e se percebe espraiamento da continuidade do sistema viário com as mesmas dimensões (110x110m) das primeiras. Assim “[...] essas vilas vão acompanhando o surgimento dos bairros e escondem a população pobre que se abriga em pequenos quartos, desprovidos de conforto e de condições sanitárias adequadas” (FRANÇA, 2005, p. 96).

Entre as ruas e avenidas que ganharam destaque durante a reforma urbana de Pereira Lobo (1918-1922), a Av. Rio Branco chamou a atenção da população aracajuana. Nesse local, às margens do Rio Sergipe, foi construído, segundo Cruz (2016, p. 54) um “[...] cais de proteção, com balaustrada e passeio em grande extensão da Avenida Ivo do Prado, e também da Avenida Rio Branco”. O próprio Pereira Lobo, em mensagem à Assembleia Legislativa, elucidou a importância de Aracaju possuir avenida bela e charmosa, no momento em que ela passava por obras de embelezamento e remodelação urbana.

As antigas ruas já não são mais identificadas e denominadas como na aurora de sua designação, assim muito se perdeu e muito se ganhou. A cidade **sem**<sup>79</sup> passado, sem vícios, porque se assentou numa área inóspita, sobre poucos casebres, de um ponto de vista criou a sua própria estória, mas também perdeu, porque o antigo não se eternizou. Para a população que aqui chegou e se fixou, tudo era novo e tudo se transformou, a paisagem natural deu lugar as ruas batidas no chão de terra que depois foram sendo pavimentadas, a ocupação urbana retilínea e simétrica impôs ordem e padrão estético a seus moradores.

O movimento dos barcos, trens e bondes deu lugar ao automóvel e à marinete, modificando e consolidando a vida urbana. O morar na cidade já não é novidade, é regra, e seus moradores criam estratégias para eternizar o tempo, o registro fotográfico demarca essa cronologia, que, apesar do acervo reduzido, é capaz de perpetuar as feições iniciais da cidade e proporcionar regressão no tempo-espço para que essa micronarrativa pudesse ser desenhada.

As principais características da forma e estruturação básica da cidade são edificações de uso privado, edificações de uso público, espaços livres públicos e espaços livres privados, que se interligam através das avenidas, ruas e travessas. É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com forma própria “[...] a arquitetura é uma representação física do pensamento e das aspirações humanas, um registro das crenças e valores da cultura que a produz.” (ROTHER, 2017, p. 147).

Os edifícios agrupam-se em diferentes tipos e estilos, decorrentes de sua função, de sua estética e das tecnologias construtivas neles aportadas. O traçado da rua estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território, além de ligar os vários espaços, designados como zonas, e partes da cidade, definindo o plano e intervindo na organização da forma urbana em diferentes dimensões (PMA, 2015).

Com base nessas informações e nas leituras realizadas, elaborei o mapa 7 – Uso e Ocupação do Solo (1855-1926), posicionando os edifícios para registrar a ocupação e, através das linhas, perceber como a configuração da cidade recebeu e foi modificada pelas edificações e uso de seu espaço público e privado.

---

<sup>79</sup>Grifo nosso. A população que aqui já residia quando da elevação do Povoado a capital em 1855 não consegue perpetuar os signos.



Identificaram-se 6 usos: praças/parques, religioso, institucional (edifícios de uso do Estado), instrução pública (apesar de poder estar contida no uso institucional, essa separação permite melhor compreensão do objeto de estudo), cultural e industrial. Algumas informações precisaram ser ampliadas para melhor compreensão dessa evolução, organizadas seguindo uma lógica cronológica, onde os números do mapa significam uma edificação, e as letras os edifícios-escola. Assim, criei o Quadro 2 - para apresentar uma cronologia e distinção entre as edificações apresentadas e permitir melhor compreensão e leitura do Mapa 7.

**Quadro 2 • Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais)**

<b>0 PALACETE PROVISÓRIO 1855</b>	Antiga Delegacia Fiscal Federal; atualmente o prédio encontra-se desativado; sob a tutela da Secretaria do Ministério da Fazenda
<b>1 PRAÇA DO PALÁCIO 1855</b>	Atual Praça Fausto Cardoso
<b>2 PRAÇA DA MATRIZ 1855</b>	Atual Praça Olímpio Campos
<b>3 PRAÇA DA CADEIA</b>	Urbanizada em 1869, atual Praça General Valladão
<b>4 MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO 1856</b>	Catedral de Aracaju em 1875
<b>4a CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE ARACAJU</b>	Antiga residência do Industrial Italiano do Sr. Nicola Mandarino, estilo eclético, em 1917 a 1958
<b>5 ALFÂNDEGA 1928</b>	Antiga Receita Federal; atual Centro Cultural da Cidade; sob a tutela da Prefeitura Municipal de Aracaju
<b>5a ALFÂNDEGA 1855</b>	Demolido para a construção do novo prédio da Alfândega em 1928
<b>5b MESA DE RENDAS PROVINCIAIS 1855</b>	
<b>6 TESOURARIA PROVINCIAL DA FAZENDA 1855 a 1869</b>	Demolido para a Construção da Cadeia Pública (1969-1930)
<b>A1 ATHENEU SERGIPENSE 1º localização 1872 a 1913</b>	Funcionou a Biblioteca Pública (1913 – 19XX); Secretaria de Justiça e Bem-Estar Social; atual Câmara de Vereadores de Aracaju
<b>7 CADEIA PÚBLICA 1869 a 1930</b>	Demolido; atual Palácio Serigy
<b>8 QUARTEL DA POLICIA 1855 a 1926</b>	Demolido; construído o terceiro prédio que abrigou o Atheneu Sergipense 1926 à 1969; recebeu diversas instituições e órgãos públicos até ser totalmente desativado em 1996, entre elas a Secretaria do Estado da Educação; abandonado durante 15 anos; atual Museu da Gente Sergipana, em 2011
<b>9 BARRACÃO DA TROPA DE LINHA 185?</b>	Demolido
<b>10 ENFERMARIA MILITAR 185?</b>	Demolido
<b>11 RIACHO CABORGE</b>	Vala da cidade, antes da canalização do riacho
<b>12 QUARTEL DO EXÉRCITO ou 1º LINHA e depois designado de 28º BC 185?</b>	Demolido; Hotel Palace 1962 – ocupado nos três primeiros andares com área comercial com a torre de apartamentos atualmente abandonada; sob a tutela do Governo Federal
<b>13 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL</b>	com algumas interrupções, até 1874; antigo Tribunal de Contas do Estado; atual Palácio Fausto Cardoso; Tombado pelo Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987
<b>14 CASA DE ORAÇÃO SÃO SALVADOR 1856</b>	Atual Igreja São Salvador
<b>15 PALÁCIO DO GOVERNO 1863</b>	Atual Palácio Museu Olímpio Campos; Tombado pelo Decreto nº 6.818 de 28 de janeiro de 1985.
<b>15a PALÁCIO DA JUSTIÇA</b>	Antiga Vice Governadoria; atual PGE Procuradoria Geral do Estado

<b>16</b> FÁBRICA SERGIPE INDUSTRIAL 1884 a 20??	Demolido; atualmente em construção Shopping Center somente a Igreja foi preservada.
<b>17</b> FÁBRICA CONFIANÇA 1907 20??	Demolido; atualmente em construção Shopping Center
<b>18</b> TRIBUNAL DA RELAÇÃO 1890	Atual Fórum Desembargador Vasconcelos
<b>19</b> CINE TEATRO CARLOS GOMES 1904	Antigo Cine Teatro Rio Branco (1912 - 1961); Cine Rio Branco (1961); demolido em 2002
<b>20</b> DELEGACIA FISCAL 1906; INTENDÊNCIA MUNICIPAL 1908	Demolido; atual Edifício Walter Franco
<b>B</b> ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA 1911 a 1950	Atual Museu do Artesanato; Tombado Decreto nº 6.129, de 06/01/1984; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls.7 e 8
<b>21</b> ESTAÇÃO DE TREM – PRÉDIO PRINCIPAL 1913 - 1976	Demolido; atual Praça dos Mercados
<b>21a</b> GALPÃO DA ESTAÇÃO 1913 - 1976	Demolido; atual Praça dos Mercados
<b>22</b> PRAÇA INÁCIO BARBOSA 191? – 194?	Demolido; atual Mercado Thales Ferraz
<b>23</b> TRAPICHE CRUZ & IRMÃOS	Demolido; em construção o Terminal Pesqueiro
<b>24</b> TRAPICHE BROWN	Demolido; atual Mercado Albano Franco
<b>A2</b> ATHENEU SERGIPENSE 2º localização 1913 a 19??	Funcionou em conjunto com a Escola de Comércio, e, na década de 1940, também no turno diurno, um anexo do Atheneu Sergipense (que não mais comportava o número de alunos que ocupavam o terceiro prédio), Faculdade de Ciências Econômicas. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, passou a integrar seu patrimônio, instalando-se o Centro de Civismo e Educação Física até a transferência para o campus universitário em 1981; atual Juizado Especial Federal
<b>C</b> GRUPO ESCOLAR GENERAL SIQUEIRA 1914 a 1925	Atual prédio do Comando Geral da PM de Sergipe; Tombado pelo Decreto nº 18.775, de 02/05/2000; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 28
<b>D</b> GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MARUIM 1917 a 1950	Faculdade de Direito (1950 até 1970); atual prédio do CULTART; Tombado pelo Decreto nº 4.989, de 23 de abril de 1981, inscrito no Livro de Tomo nº 01 – Geral – fls. 5 e 6
<b>E1</b> GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO 1º localização 1918 a 1923	Faculdade Livre de Direito 'Tobias Barreto' (1924 – 1926); nele foram alojados também os alunos do Grupo Escolar General Siqueira, cuja sede havia sido transformada em Quartel da Força Pública. Em 1926, o edifício passou a sediar a Diretoria de Segurança Pública, posteriormente transformado em Departamento de Segurança Pública e, na década de 1960, em Secretaria de Estado da Segurança Pública; Tombado pelo Decreto nº 6.821, de 28/01/1985; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9
<b>E2</b> GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO 2º localização 1923	Até os dias atuais. Escola Fundamental General Valladão
<b>25</b> PALÁCIO INÁCIO BARBOSA 1923	Atualmente o prédio encontra-se desativado, sob a tutela da Prefeitura Municipal
<b>26</b> HOSPITAL DE CIRURGIA 1926	Até os dias atuais
<b>27</b> MERCADO ANTÔNIO FRANCO 1926	Até os dias atuais
<b>F</b> LICEU PROFISSIONALIZANTE COELHO E CAMPOS 1923	Antigo Lyceu Profissional Coelho e Campos e atual SENAI Coelho e Campos
<b>G</b> GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL LUÍZ 1924	Até os dias atuais. Escola Fundamental Dr. Manoel Luiz
<b>H</b> INSTITUTO DE QUÍMICA 1924 a 19??	Atual Palácio Governador Albano Franco
<b>I</b> GRUPO ESCOLAR JOSÉ AUGUSTO FERRAZ 1925	Até os dias atuais. Escola Fundamental José Augusto Ferraz.

A3 ATHENEU SERGIPENSE 3º localização 1926 a 1969	Atual Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, sob a tutela do Instituto BANESE, em 2011
---	--

**Fonte:** Elaborado pela Autora, mar 2019

Os cidadãos livres que aqui se fixaram e se reuniram para dar vida a este lugar, que aqui foram escolarizados, que aqui deixaram suas vidas em virtude das epidemias e que viveram e contribuíram com a expansão do território inicial do Quadro de Pirro, são homenageados nesta narrativa, pois só a partir desses caminhos, pude regatar a narrativa e construir esta cena.

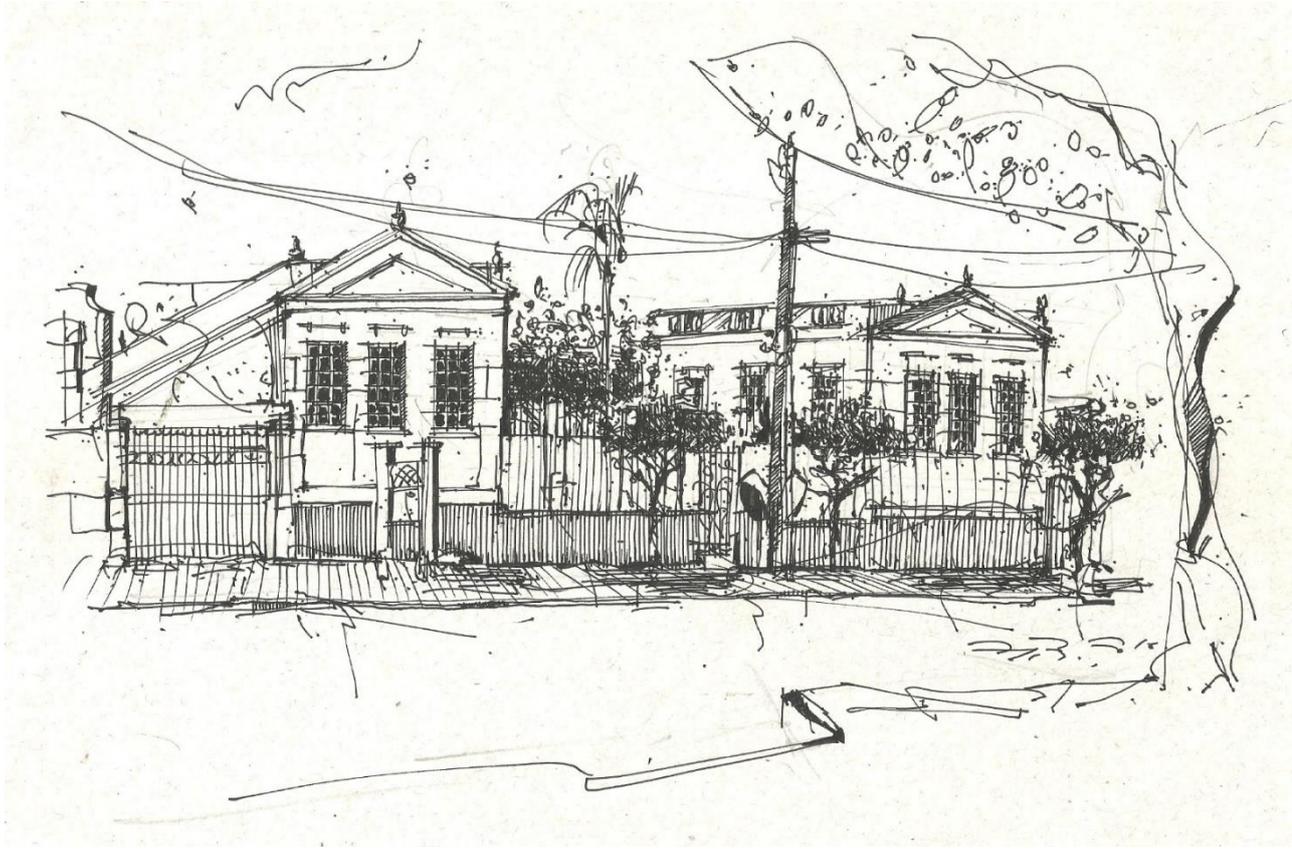
[...] a 'circularidade cultural' que permite a troca de signos entre o que se poderia chamar a 'cidade real vivida' dos consumidores da urbe e a 'cidade sonhada' dos produtores do espaço, ou ainda entre a contra cidade dos excluídos do sistema, na 'contramão' da vida, e a cidade ordenada, bela, higiênica e segura das propostas burguesas. (PESAVENTO, 1995, p. 284).

Trazer os vários aspectos e condicionantes para compor este segmento e reconectá-los nesta fala, traduz a certeza de que a cidade é organismo vivo e complexo. Não se pretendeu congelar ou valorizar um aspecto em detrimento de outro, mas, sim, apresentá-los e construir novas inter-relações entre eles, descortinar e apresentar os eventos que marcaram a face da evolução urbana, sua gente, seu modo de viver, de se apropriar, de se acomodar com as teias invisíveis que moldam e fazem repetir velhas posturas e códigos, que não são mais normatizados pelos instrumentos legais e, sim, pelos valores sociais e culturais.

Muitos hábitos estão pautados por essa identidade construída desde os tempos remotos da sociedade, desbravadora no sentido de ocupação do território, da conquista de novos modos de negócio e da articulação da tríade: homem - economia - meio ambiente.

Esta escritura se fez através do olhar da arquiteta urbanista, minha formação base, e das relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento, no sentido de progresso, pois, através dos registros historiográficos, pude compor a cena com imagens selecionadas que configuram a visão e meu olhar: **a cidade moderna; a cidade segregada; a cidade dos operários; a cidade dos funcionários públicos; a cidade dos pescadores; a cidade da elite; a cidade dos intelectuais; a cidade dos alunos, a cidade dos excluídos; a cidade dos desmontes; a cidade dos aterros; a cidade controlada; a cidade eclética ...** e, assim, interceptar os edifícios escolares e as políticas públicas da Educação, que se apresenta no próximo segmento.

**Segunda Sede do Atheneu Sergipense – Praça Camerino**  
Aripino da Silva Costa Neto



Os historiadores, assim como os outros,  
nem sempre fazem o que pensam fazer  
e que  
as rupturas orgulhosamente reivindicadas  
mascaram com frequência  
continuidades ignoradas.

CERTEAU, 1994

### 3. AS LINHAS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS

As determinações emanadas do poder dos presidentes da República na esfera nacional e dos presidentes de Estado na esfera local foram responsáveis por promulgar leis, decretos e resoluções que impuseram a normatização de uma série de regras, desde a criação de órgãos para a administração pública, despachos específicos para a utilização de cornija nos edifícios construídos no Quadro de Pirro e outros, que aqui julguei necessários para a compreensão e desdobramento desta escrita. Nosso recorte se deu no âmbito desses poderes entre 1889 e 1930, com foco na cidade de Aracaju e no ensino público primário.

Os grupos escolares, objeto de estudo desta micronarrativa, tiveram sua implantação iniciada no Estado de Sergipe, na cidade de Aracaju, na década de 1910, para entender esta modalidade educacional, fez-se importante retrocesso. Iniciei em 1889, a partir da Proclamação da República, para compreender como o ensino primário estava sendo ofertado e o que motivou essa nova proposta; defini o marco final, que se estende até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Dessa forma, pretende-se entender como o processo se inicia, tem seu ápice e é alterado pelo movimento escolanovista na década de 1930.

A materialidade desta micronarrativa se apoia na documentação preservada das peças legislativas encontradas nos arquivos físicos e digitais, além de pesquisadores que adentraram nesse objeto de estudo, com destaque para Amorim (2013), Azevedo (2009 e 2010), Nunes (1984); Franco (2015); Oliveira (2004); Faria Filho e Vidal (2000 e 2005) e Santos (2007 e 2014).

O aporte teórico deste segmento inclui instituição educativa de Magalhães (2004) e estratégia de Certeau (1994). É preciso compreender que as linhas visíveis - os documentos oficiais, preservados e disponíveis, da esfera federal encontram-se digitalizados; mas aqueles das esferas estadual e municipal encontram-se, em sua maioria em meio físico e alguns em condições precárias de manuseio - não oportunizaram a nossa consulta, principalmente para dirimir algumas poucas divergências encontradas em fatos apresentadas por alguns dos estudiosos aqui utilizados.

Os diversos instrumentos normativos, promulgados no Brasil e em Sergipe para a cidade de Aracaju, para o ensino primário e os grupos escolares nesse período, trazem como linha visível as intenções que podem legitimar as práticas. É nesse

encontro que está alicerçado o objetivo deste segmento, em que apresento, de forma diacrônica e cronológica, os sujeitos e seus rebatimentos nesse espaço-lugar, no espaço-território da cidade e no edifício-escola dos grupos escolares construídos entre 1914 e 1925.

Identifiquei grande número de instrumentos normativos que demonstram a disputa entre os poderes para viabilizar ou não as mudanças necessárias nesse campo. Segundo Magalhães (2004, p. 38), “[...] a instituição educativa, como um complexo organizado e um todo interativo e comunicacional, projetando e permitindo o discernimento da orientação e da coerência, da participação e da responsabilização dos membros”, cuja concretude pode ser percebida ou não através da legislação que lhe foi imposta.

Separados em dois segmentos, a primeira parte apresenta a legislação para o controle e ordenação da cidade de Aracaju; a segunda aborda a educação pública primária e em alguns momentos a Escola Normal, por entender que elas se entretecem pela relação entre a formação do professor e sua prática profissional no ensino público. A legislação médica higienista está imbricada com a cidade e com a educação e vamos encontrá-la misturada. Este segmento apresenta longos trechos de citações de Leis e Decretos, que podem cansar o leitor, mas eles foram transcritos, para demonstrar, através da forma de escrita, que em muitos casos preservei a grafia original, como algumas palavras ou termos ainda se mantêm até os nossos dias.

### **3.1 Cidade de Aracaju**

A legislação local promulgada e apresentada neste segmento configura-se como elemento regulador aplicado pelos governantes ao espaço urbano e à conduta da população que aqui veio morar. Assim, compreendê-la como mecanismo de controle, através dos diversos registros aqui transcritos, permitiu leitura das estratégias e dos conflitos vivenciados por seus diversos atores na consolidação da cidade-capital, para entender ou não sua evolução, onde a legislação afrouxa, onde ela é mais rígida, que fatores se mantêm, como eles se alteram e como se articulam na prática, no desenho da cidade e dos edifícios.

Infere-se visão de projeto e não de planejamento urbano para o Plano elaborado por Pirro, avançado no seu tempo, mas que, ao elaborar traçado técnico e racional das vias-quadras, não se preocupou com a localização dos usos, a divisão

em áreas administrativas, de comércio, de lazer, de moradia e de áreas verdes e a implantação de vias mais largas que pudessem no futuro determinar os vetores de expansão.

Não se pode falar de uma cidade planejada, pois o planejamento, de modo abrangente e sem definições complexas, requer além de um traçado urbano definido, uma projeção de onde estariam localizadas as principais atividades, de acordo com a importância econômica e social local, uma previsão de possíveis correntes migratórias, de diferentes classes sociais, reflexos de um contexto regional. No caso de Aracaju, a cidade recém-construída deveria ser pensada em função de suas cidades próximas e de um raio de abrangência econômica, chegando a Salvador e Maceió (semelhante ao que hoje se denomina de polarização) o que não aconteceu. (NOGUEIRA, 2004).

Não se analisou somente as posturas e os códigos de postura<sup>80</sup>, incluiu-se a legislação que se complementa com as questões relacionadas com o controle das doenças endêmicas e das questões de higiene, coleta de lixo, salubridade e cuidados médicos.

Foram difíceis os primeiros dias da capital, o *cholera-morbus* que se tinha espalhado pelo mundo chegou a Sergipe e em Aracaju justamente no ano de sua fundação, o que contribuiu para diminuição do ritmo das obras e acentuado número de mortes.

Segundo Cardoso (2009), essa epidemia instaurou quadro calamitoso, a Província ficou sem recursos, sem dinheiro, sem alimentos, sem remédios e sem veículos de condução. As filhas da peste - a fome, a miséria e a morte - atacaram toda a população, indistintamente da classe social, da cor da pele ou da localidade. Elas são coadjuvantes da precariedade de infraestrutura que as cidades coloniais apresentavam e levaram o flagelo, em maior ou menor intensidade, à sociedade sergipana nos anos de 1855 e 1856.

Além do *cholera-morbus*, as muitas e indefinidas febres também representaram elemento negativo para o trabalho na nova capital. Assim consoante o discurso médico higienista, as epidemias e endemias revelaram forte ligação com os fatores urbanos de uso e ocupação do solo: a insalubridade, que se evidenciava na insuficiência de ventilação e na pouca insolação das habitações; na falta de

---

<sup>80</sup>A legislação municipal inicia-se em 3 de setembro de 1856 - Resolução nº 458; e se sucedem com: a Resolução nº 537, em 12 de julho de 1858; a Resolução nº 698, em 7 de julho de 1864; a Lei nº 926, em 6 de Abril de 1872; Lei nº 1196, em 11 de maio de 1881; e os Códigos de Postura - são eles: Lei nº 84, em 27 de janeiro de 1903, baseada no ato nº 8, em 05 de julho de 1902; Lei nº 112, em 16 de abril de 1912; e encerro com a Lei nº 338, em 6 de Setembro de 1926.

calçamento dos logradouros públicos; na destinação final precária do lixo e do esgoto; na poluição das águas potáveis e nas emanações miasmáticas dos poços e charcos. Dessa forma, percebi que alguns dos instrumentos legais aqui apresentados foram elaborados para modificar e dar condições específicas para minimizar ou controlar estes fatores identificados.

O Presidente Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1856, proibiu o enterro dos corpos nas Igrejas, em nome da higiene, apelando às Câmaras Municipais para construção de cemitérios. Essa prática era comum nos oitocentos, a igreja era o local das missas, dos batizados, dos casamentos, e do sepultamento da população em seu espaço interno ou entorno.

A elite era enterrada perto da nave do altar ou próximo dos santos e a população menos abastada no entorno, todos pagavam a taxa obrigatória dos emolumentos paroquiais. A preocupação das autoridades era “[...] combater a proliferação dessas doenças com a reorganização do espaço urbano, o combate às práticas não higiênicas e, sobretudo, aos miasmas oriundos da decomposição da matéria orgânica em putrefação no solo.” (CERQUEIRA, 2016, p. 34).

Essa decisão de não poder enterrar os entes queridos no espaço sagrado da igreja foi sendo aos poucos alterada, quando, em razão das epidemias, tornou-se difícil enterrar o grande número de mortos nas igrejas. Os párocos e legisladores tiveram que encontrar solução que atendesse aos anseios de todos. Criaram-se, então, cemitérios – campos santos, espaços “bentos” que pudessem acomodar os corpos dos fiéis de forma a garantir o respeito aos dogmas católicos.

O primeiro cemitério da recém-criada Aracaju foi construído em 1856 e se denominava *Cemitério do Alto da Santa Cruz*. Esteve localizado no final da Rua São Cristóvão, no trecho compreendido entre as Ruas Capela e Lagarto (PORTO, 1991). Segundo Galvão (1860), era cercado de varas e foi visitado pelo Imperador D. Pedro II, em 1860, que, não satisfeito com o que observou, fez doação de 1:000\$000 para a construção de novo cemitério em outro novo local.

O cemitério construído em 1860 com a doação do monarca foi o de Nossa Senhora da Conceição, atual Cemitério Santa Isabel, localizado na atual Rua Engenheiro Pirro, no bairro Santo Antônio - ver Figura 20. Inaugurado em 25 de fevereiro de 1862, permaneceu sob administração pública (em data não identificada), que, por determinação do Estado, passava rendas para o Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição, atual Hospital Santa Isabel. A Associação Aracajuana de

Beneficência é atualmente a mantenedora dos Cemitérios Santa Isabel e Cruz Vermelha.

**Figura 20**● Portal de Entrada do Cemitério Santa Izabel.



**Fonte:** Aracaju Antiga.

O pórtico da entrada principal do cemitério apresenta frontão triangular com dois pináculos em formato agulha<sup>81</sup>, no arremate de cada pilar, posicionados nas extremidades; no centro, um medalhão<sup>82</sup> retangular feito em alto-relevo com a cruz de Santo André (em formato de X) e uma caveira; no vértice superior do triângulo, a cruz. Nas ombreiras do vão de abertura de acesso, encontra-se arco de meio-ponto ou pleno. Patamar de chegada para demarcar a escadaria externa (existe uma diferença de nível entre a calçada e o pórtico). Em estilo neoclássico, com suas colunas destacadas em meio-relevo do pano da alvenaria, com cornija e moldura em papo de

<sup>81</sup>Agulha - arremate em forma piramidal ou cônica de pequena base e grande altura, disposto no ponto mais alto de torres, sobretudo de igrejas (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>82</sup>Medalhão - ornato oval ou circular, dotado de cercadura que circunda figuras representativas, monogramas ou datas. Em geral é feito de baixo-relevo ou alto-relevo. (CHING, 2003).

pomba<sup>83</sup> ou gola<sup>84</sup>. No lado direito de quem entra, placa em que se lê: “Cemitério Santa Isabel servindo a comunidade desde 25/02/1862”.

Em 1865, inaugurou-se o Cemitério São Benedito, sob a administração da Arquidiocese de Aracaju, localizado na atual Praça Santa Isabel, no bairro Santo Antonio, vizinho ao Cemitério Santa Isabel, e, em 1902, inaugurou-se o Cemitério da Cruz Vermelha, localizado na atual Praça Dr. Ranulfo Prata, no bairro Getúlio Vargas.

Esta mudança sociocultural atendia também aos preceitos da ciência e dos discursos higienistas da época. Outro ponto para reflexão - como foi decidida a localização deles? Sabe-se que a especulação imobiliária se fez presente de maneira muito forte no quadro de Pirro desde sua fundação. A implantação desses “campos sagrados” nas margens da cidade projetada pode comprovar que eles foram escolhidos para não macular a imagem de cidade moderna, todos os três estão situados fora do Quadro de Pirro, dois mais a noroeste e outro mais a leste. Seria indicio dos vários artifícios utilizados pela legislação para afastar da cidade projetada os malefícios que esse vizinho poderia causar? Pode-se presumir que sim.

As providencias relativas ao serviço de polícia sanitária, que adotou medidas para impedir ou atenuar o desenvolvimento de quaisquer epidemias, se ampliavam e, em 18 de dezembro de 1889, o Decreto Federal nº 68, estabeleceu medidas sanitárias federais que se tornaram aplicáveis no Estado de Sergipe, por determinação do poder local. “Eram medidas de combate as epidemias; notificação compulsória de algumas doenças (febre amarela, *cholera-morbus*, peste, difteria, varíola, escarlatina e sarampo); obrigatoriedade do isolamento e da desinfecção, conforme a exigência do caso.”. (BRASIL. Resolução nº 68, 1889).

No período de 1892-1899, a legislação na área da saúde começou a se intensificar. Apesar da existência de atenção à saúde, que “[...] resumia-se aos cuidados exclusivos de tratamentos emergenciais dos até então chamados de indigentes” (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012, p. 442), com serviços hospitalares oferecidos pelo hospital militar, no extremo norte do Quadro de Pirro, as condições de salubridade se mantiveram nos mesmos patamares, em virtude da falta de recursos

---

<sup>83</sup>Papo de pomba - perfil composto por duas curvas contrárias, uma côncava na parte superior e outra convexa na parte inferior. É usado em molduras de coroamento e cornijas. Também conhecido como papo de rola ou papo de pomba (ALBERNAZ e LIMA, 1998)

<sup>84</sup>Gola - moldura projetada com o perfil de uma curva dupla formada pela união de uma linha convexa e uma linha côncava (CHING, 2003).

financeiros para as melhorias do saneamento e das campanhas de combate efetivo das epidemias (SOUZA, 2011).

Em 29 de julho de 1892, a Lei nº 15 estruturou a inspeção sanitária; no governo de José Calasans, criou o cargo de Inspetor de Higiene do Município de Aracaju e, quatro meses depois, aprovou-se, em 30 de novembro de 1892, pelo Decreto nº 38, o Regulamento Sanitário do Estado. Criou-se o cargo de Delegado de Higiene para os municípios, que, com o Inspetor de Higiene, eram as autoridades máximas da Saúde Pública, de livre nomeação do Presidente do Estado. Esse regulamento criou em Sergipe estrutura independente da federal, a partir da mudança da Constituição de 1891, que permitia que os estados pudessem assumir, estruturar e definir os mecanismos de controle das práticas de combate médico higienista.

Em 1895, a Lei nº 71 ampliou a estrutura da Inspetoria, com a criação do cargo de “encarregado do lazareto<sup>85</sup> e desinfetador”, para onde foi nomeado o enfermeiro Canuto Severino de Araújo, baluarte do combate à varíola no Estado. Em 1896, através do Decreto nº 214, a estrutura da Inspetoria ganhou um amanuense<sup>86</sup>. Em 23 de dezembro de 1899, criou-se o Serviço de Higiene do Município de Aracaju, que era responsável pelo asseio da viação pública e pela coleta do lixo. (SOUZA, 2011).

Os programas de saúde tornados efetivos pelo médico Oswaldo Cruz na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1903 tornaram-se, anos mais tarde, referência no país e foram sendo cada vez mais aplicados nos Estados, com base nas práticas médico-sanitárias, para institucionalizar concepção de cidade sadia. As normas de higiene, tanto da cidade quanto dos próprios indivíduos, foram estudadas e ampliadas seguindo conduta técnica e científica a partir da ampliação e da aproximação dos médicos com os problemas da cidade.

Em Aracaju, se transformou em prática corriqueira o combate aos casebres de taipa e cobertos com palha, presentes antes mesmo da demarcação do Quadro de Pirro. Assim, esse tipo de construção foi objeto de regulação em todos os instrumentos normativos de 1856 até 1938, analisados e apresentados nesta pesquisa.

Em 1905, o Regulamento de Serviços de Higiene do Estado de Sergipe de 1892 foi substituído, através do decreto nº 536. Com 236 artigos, criava o Conselho Geral Sanitário formado pelo Inspetor de Higiene, o Médico de Saúde do Porto e o Intendente da Capital. Nesse novo código percebe-se um maior afinamento com o que havia de

---

<sup>85</sup>Lazareto - hospital de quarentena ou leprosário.

<sup>86</sup>Amanuense - segundo o Dicionário Raphael Bluteau (1728), significa aquele que escreve as obras, cartas ou papéis de alguém. Atualmente designado de escrivão ou escrevente.

novo no campo do combate as epidemias, como a preocupação com a demografia sanitária, um laboratório de análise química, um serviço geral de desinfecção e um hospital de isolamento. Porém, na prática, muitas dessas medidas não foram concretizadas (SOUZA, 2011, p. 49).

A água encanada em Aracaju, disponível somente a partir de 1908, impôs à população dos primeiros 53 anos a utilização de dois métodos de coleta e uso da água. O primeiro era a extração através do lençol freático, bastante imprópria para o consumo; o segundo era a compra de barris de água de duas qualidades, uma mais transparente e outra mais avermelhada, assim a população pagava por esse serviço que era oferecido pelas ruas pelos aguadeiros. (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012).

A prática de banhar o corpo apresenta hábitos diferentes em virtude da população a que se destina. Os banhos pagos a proprietários de fontes também foram alvo de espaços próprios destinados para esse fim. Assim, na cidade eram oferecidos banheiros públicos e a fonte de José da Mota Maia oferecia serviço de banho público. O banheiro de Dona Carolina Pessoa cobrava 40 reis para o banho por usuário, com a possibilidade de adquirir sabonete de alcatrão por 20 reis. A prática era a pessoa se banhar, com uma cuia, sem contaminar o poço ou a fonte (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012).

Porto (2011) apresenta a história e localização das fontes públicas e particulares e, de posse dessas informações, entendeu-se que elas são essenciais para entender os vetores de proximidade com o uso residencial. Iniciou-se breve relato, primeiro com as fontes públicas, depois com as particulares. A do Barão, a primeira a ser construída na cidade e assim denominada por ter sido construída pelo Barão de Maruim, que, por ele não ter boa relação com Pirro, a designou de Fonte do Coqueiro, localizava-se no início da Estrada Nova, atual João Ribeiro com atual Apulcro Mota; fonte da Aroeira e a Grande situava-se nas proximidades das Ruas São João e Rua do Arame, atual Rua Sargento Duque, nos primórdios de sua fundação. Esses espaços vão-se multiplicando em virtude da demora na oferta de água encanada. Surgem a Fonte da Rua de São Cristóvão, que se localizava em seu terceiro trecho, lado norte; a da Nação, situada no meio da Rua Geru com a Rua Santo Amaro; a da Mata, no cruzamento entre a Rua Simão Dias e a Avenida Airton Teles; a da Catinga, na Praça da Bandeira.

As de uso particular abrangem a de José da Mota Maia, na esquina da Rua Itabaianinha com São Cristóvão; as do Dr. Tomás Leopoldo e do Sr. Ramiro Costa,

ambas no segundo trecho da Rua de São Cristóvão; a da Chácara, do capitão Guerra, localizada na rua Itabaianinha com Geru.

A partir dessa narrativa, Porto (2011) auxiliou na geração do Mapa 8 - Localização das Fontes e Cemitérios de Aracaju, que amplia a percepção de que a população que estava na periferia do Quadro de Pirro também era abastecida pelas fontes públicas, primeiro indicio de que, por mais que o Estado não desejasse legislar sobre a área periférica, a população ali residente era percebida, vigiada, e que a ordem do Quadro de Pirro também se mantinha sob controle.

Ler a cidade dos excluídos, pobres e marginais conduz o historiador a 'escovar a história a contrapelo', como diz Benjamin<sup>87</sup>, buscando os cacos, vestígios ou vozes daqueles que figuram na história como 'povo' ou 'massa' ou que se encontram na contramão da ordem, como marginais. [...], nos acontecimentos singulares que quebram a rotina da vida urbana que podemos encontrar suas 'vozes' ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem, chegando às representações coletivas de uma 'outra' cidade. (PESAVENTO, 1995, p. 284).

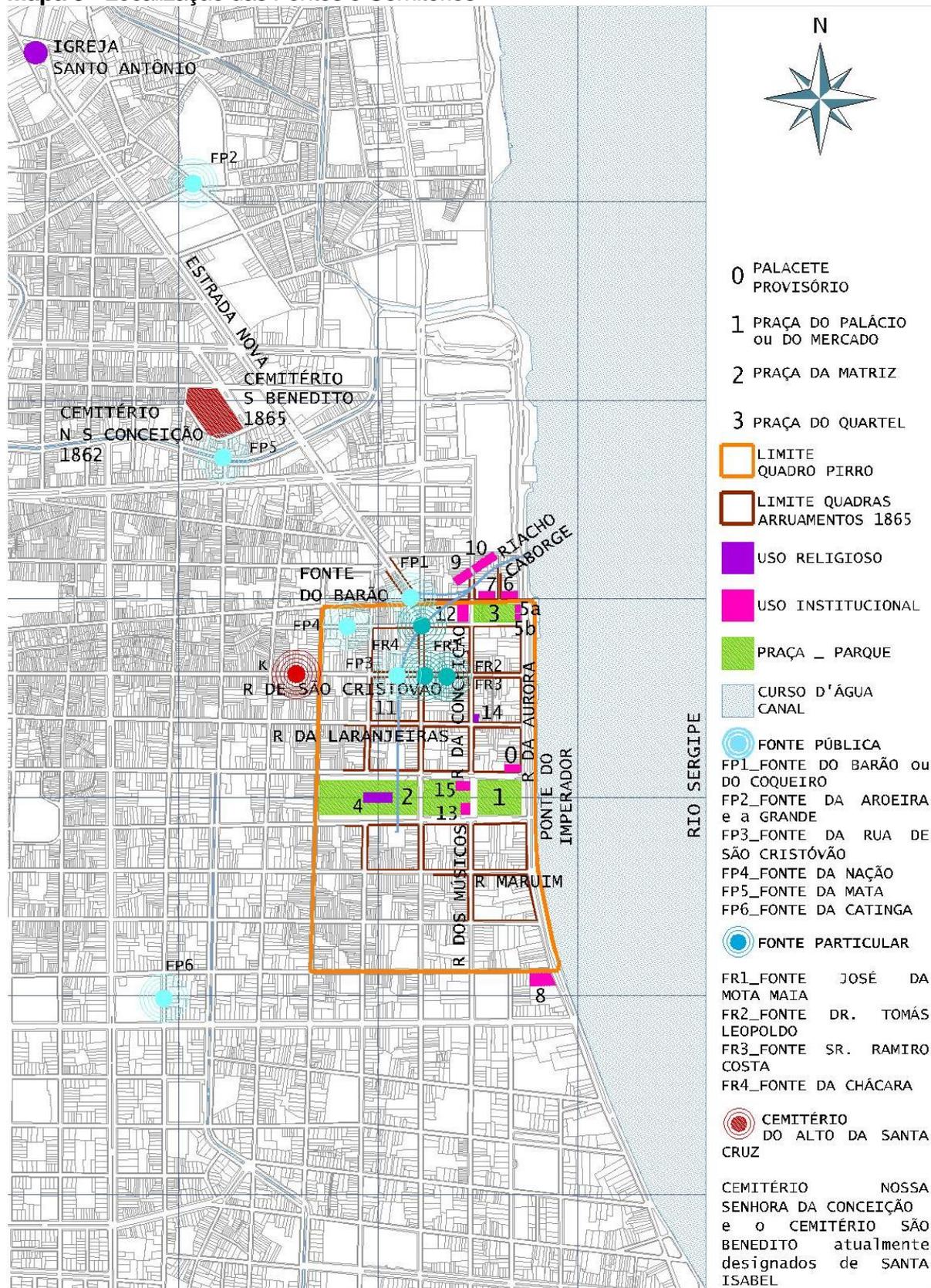
A localização das fontes também auxiliou nossa percepção do posicionamento das áreas vizinhas a elas. Assim, através deste vestígio, infere-se que as fontes deveriam estar próximas da população que ali se abastecia, com suas casas e pequeno comércio. A inexistência de mapas ou outros documentos que pudessem auxiliar nossa compreensão sobre o posicionamento exato dessas edificações e seus usos, assim o mapa 8 foi elaborado para melhor visualização e cruzamento dessas informações com as demais. Os relatos dos memorialistas falam de maneira mais ampla, principalmente para as casas mais modestas, onde a população das camadas médias e do povo deveria residir, assim, “[...] o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam” (PESAVENTO, 2007), permitindo a leitura destas linhas.

Em 1919, o governo local omitiu ao federal o surto de febre amarela que acometeu Aracaju, com o intuito de manter a imagem de que a legislação e os órgãos competentes estavam sendo eficazes no combate às febres e outras epidemias no Estado.

---

<sup>87</sup>BENJAMIN, Walter. 1989. "Paris, capitale du XIX<sup>e</sup> siècle", Le livre des passages. Paris, CERF.

**Mapa 8** • Localização das Fontes e Cemitérios



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

O Instituto Parreiras Horta, criado através da Lei nº 836, de 14 de novembro de 1922, no governo de Maurício Graccho Cardoso, foi inaugurado em 5 de maio de 1924. A estrutura da saúde pública estadual foi formada pela “[...] importação de técnicos, profissionais ligados ao serviço de exame da água, além de terem sido feitos serviços de profilaxia e drenagem e intensivas visitas às habitações e aos lugares que poderiam servir de focos transmissores de doenças.” (SOUZA, 2011, p. 50).

Consolidou-se prática de controle e coação do Estado sobre população, os técnicos visitavam as casas para transmitir informações sobre higienização da casa e do corpo. Era preciso, nesse sentido, segundo Souza (2011, p. 52), “[...] criar novos hábitos e determinados cuidados relativos à alimentação. Os critérios científicos, ou técnicos, não escondiam a explicação da falta da educação, desleixo e promiscuidade como fatores importantes para a problemática da saúde”. Segundo Santos (2007, p. 120), “[...], delineando uma relação de causa-efeito entre o meio físico e social, mesclando, portanto, o saber médico com o poder de polícia”.

Esses critérios científicos também foram aplicados para os novos espaços escolares, as escolas isoladas há muito eram identificadas como espaços inadequados e, com as novas determinações de se construir espaços próprios para essa finalidade; a legislação para a realização da inspeção escolar será responsável por definir como eles serão implementados, apesar de não terem sido viabilizadas nesse período.

O Regulamento da Instrução Pública, Decreto nº 563, de 12 de agosto de 1911, com rebatimento na instrução pública primária, secundária e normal, foi promulgado pelo Presidente de Estado José Rodrigues da Costa Doria. Organizado com a contribuição do professor Carlos da Silveira, Diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista/São Paulo, que esteve em Sergipe e previu a organização do serviço de inspeção escolar. Esse serviço deveria ser encarregado de velar pela saúde das crianças, das escolas públicas e particulares, a ser operada por corpo de médicos, de livre nomeação do Presidente do Estado, que deveria prestar informações ao Diretor Geral da Instrução. Essa determinação não foi capaz de implantar esse serviço nesta época.

A preocupação com a fiscalização das instituições de ensino identificado anteriormente nas propostas de reforma do ensino primário no Rio de Janeiro, projeto de Rui Barbosa no final do século XIX. Segundo Azevedo (2010, p. 46), “[...] neste projeto, sob a denominação de ‘inspeção higiênica nas escolas’, decretava-se a

necessidade de que tal fiscalização deveria ser confiada apenas a profissionais habilitados, razoavelmente remunerados e com a obrigatoriedade de assiduidade dos seus deveres”. Entre as finalidades da inspeção escolar sanitária, ressalta-se, no art. 47 do Regulamento de 1924, a alínea f), que reforça a relação entre a localização das escolas e sua salubridade:

- a) a inspecção medica dos alumnos e do pessoal administrativo;
- b) a vigilancia hygienica das escolas e do seu material, especialmente sob o ponto de vista orthopedico;
- c) a prophylaxia das molestias transmissiveis e evitaveis;
- d) ministrar preceitos elementares de hygiene aos alumnos, guiando os professores nesses misteres;
- e) superintender e ensinar educação physica nas escolas;
- f) estudar as condições locaes, topographicas e hygienicas das escolas, cuidando de sua melhor localização;
- g) pedir ao director geral o fechamento das escolas por medida de hygiene, e decretar suspenso o funcionamento das mesmas em casos urgentes, dando comunicação áquella autoridade;
- h) prestar ao Governo e ás demais autoridades superiores do ensino os informes que forem solicitados, a respeito de suas visitas ou inspecções (SERGIPE - Regulamento de 1924. Art. 47).

As questões de higiene também foram objeto de regulamentação, como evidenciado na alínea k) do art.52, do mesmo Regulamento, que reforça a relação entre questões de higiene, médicas e a prática de atividades esportivas como forma de disciplinar o corpo:

- a) a agua potavel deve ser filtrada ou fervida;
- b) as privadas não devem ter communições com as salas das aulas;
- c) as fossas devem ser estanques e, se a agua potavel for fornecida por poços, deverão estes ser afastados daquellas, quanto possivel;
- d) durante o recreio e após a retirada dos alumnos, deverão ser abertas todas as janellas afim de serem arejadas as salas;
- e) a limpeza do soalho ou pavimento será feita diariamente, sendo preferível applicar um panno humido a varrer a secco;
- f) o pavimento deverá ser lavado semanalmente, com o liquido antisséptico mais apropriado, e as paredes caiadas ao menos uma vez por anno;

- g) a desinfecção das privadas será feita diariamente;
- h) o asseio dos alunos deve ser verificado á sua chegada á escola;
- i) deverá ser combatido o habito nos alunos de levarem o lápis á bocca,para humedecel-o;
- j) o uso do fumo deve ser totalmente combatido;
- k) a gymnastica educativa será obrigatoria, evitando-se practical-a em seguida ás refeições (SERGIPE - Regulamento de 1924. Art. 52).

A Reforma da Instrução de 1924, promovida pelo Governo de Graccho Cardoso, também não conseguiu viabilizar a implantação desta inspeção escolar sanitária, que será retomada e redefinida somente no movimento da Escola Nova.

Contudo, os cuidados relativos à higiene perpassavam toda a organização técnico-pedagógica das instituições de ensino. Tais cuidados iniciavam-se já com a necessidade de preenchimento de determinados requisitos dos alunos no momento da realização das matrículas. Constituem exemplos destes a comprovação de vacinação e a inexistência de doenças transmissíveis. (AZEVEDO, 2010, p. 49).

As práticas implantadas em Aracaju e Sergipe refletem as mesmas implantadas em outras cidades e escolas no Brasil, o modelo modernizador e higienista, importado da capital federal, Rio de Janeiro, e de São Paulo, que, por sua vez, também pretendiam se equiparar às cidades europeias e americanas, revelaram face da nossa história que informações são adulteradas ou estruturas administrativas são criadas somente no papel, para se manter a imagem que a elite idealizava e pretendia para proclamar o discurso de progresso da República.

Coube aos médicos e aos engenheiros a tarefa de transformar as cidades onde ainda predominavam a estrutura colonial e torná-las símbolos do progresso e da civilização. (FARIA, 2015). Apesar de Aracaju não apresentar características de cidade-colônia, era preciso consolidar a infraestrutura urbana com a pavimentação de ruas, serviços e obras de embelezamento, além da construção dos edifícios monumentais dos grupos escolares. O superávit da balança comercial do Brasil, na primeira década do século XX, possibilitou aos governos federais e estaduais contratar grandes obras de urbanização e infraestrutura.

Em Aracaju, o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, foi o responsável, no governo Mauricio Graccho Cardoso, pelo projeto dos canais urbanos, que apresentavam duas funções importantes e indissociáveis: embelezamento urbano e o

saneamento, com visão técnica e econômica; Saturnino defendia que o traçado deveria obedecer à topografia do sítio, hidrografia e vegetação nativa.

Os canais deveriam ser margeados por avenidas e estas deveriam ser arborizadas, pontes deveriam permitir a passagem de pedestres e veículos e a ligação entre o sistema viário existente e os bairros. Em Aracaju as avenidas Engenheiro Gentil Tavares, Gonçalo Prado Rollemberg, Deputado Airton Teles, Visconde de Maracaju, Anísio Azevedo, Pedro Paes Azevedo são exemplos dessa proposta (ver no Apêndice D - Mapa Nomenclatura dos Bairros e Logradouros Públicos). Todas romperam com a regularidade do Quadro de Pirro e transformaram a paisagem urbana e natural dos espaços vizinhos.

Outro marco que merece ser destacado foi a inauguração do Hospital de Cirurgia, em maio de 1926, por influência do médico Augusto César Leite no governo de Mauricio Graccho Cardoso. Oficialmente destinado aos doentes de afecções cirúrgicas, veio a se constituir anos mais tarde em verdadeiro complexo hospitalar (SILVA, 2006). Dessa forma, ampliou-se a rede de assistência à saúde, que contava até esse momento somente com o Hospital Santa Isabel, que funcionava de maneira precária e em condições bastante insalubres com atendimento ambulatorial (enfermaria) e amputações de membros.

Havia dois ramos do conhecimento médico, sabidamente comprovados, capazes de mudar definitivamente a forma de prestação de atendimento de saúde do sergipano: primeiro, os métodos da medicina sanitarista como vacinação, saneamento básico, soros terapêuticos, água potável, esgotamento sanitário, medidas de higiene, e de prevenção de doenças em geral. Segundo os métodos modernos da cirurgia, ramo da medicina que obtinha cada vez mais credibilidade pelo emprego da assepsia, da antissepsia, do avanço dos métodos anestésicos dominando a dor, melhorando os protocolos cirúrgicos, controlando as infecções pós-cirúrgicas. (SILVA, 2006, p. 24).

Mesmo com a oferta de serviços básicos de infraestrutura instalados a partir de 1908 com o abastecimento de água, em 1913, e a primeira rede de esgoto e drenagem na área central, percebe-se um papel em branco na exatidão dessas informações, uma vez que não se logrou êxito na identificação exata e sua forma de expansão até 1930. Mais provavelmente, essa oferta se concentrou nas áreas mais nobres da cidade, ou seja, no Quadro de Pirro e se foi espalhando à medida que os bairros iam se consolidando.

A seguir, apresentam-se os fatos regulados pela legislação que impôs regras e controles para afastar da cidade projetada quem ou o que maculasse o signo de cidade moderna, fazendo com que os moradores menos abastados procurassem as áreas livres e marginais ao Quadro de Pirro, onde a legislação não interferia e era permitida maior flexibilidade das características técnicas e estéticas das edificações.

Cidades são, antes de tudo, *cronotopos*, para usar a consagrada expressão de Mikhail Bakhtin: elas são unidades de tempo e espaço. Todas essas construções imaginárias de sentido que se estabelecem com relação à cidade são históricas, datadas, o que, em última análise, implica dizer que sempre se dão em uma temporalidade e uma espacialidade determinada. (PESAVENTO, 1995, p. 15)

Em Aracaju, a primeira legislação municipal com o intuito de organizar, punir e garantir as melhores práticas de controle, promulgada em 3 de setembro de 1856 - Resolução nº 458, estabelece em seu art. 1º que:

Ninguém poderá edificar casa na Capital da Província, e Villas deste Município, sem previa licença da Câmara. Concedida a licença, a Câmara mandará dar o arruamento e alinhamento das casas pelos seus Fiscais, devendo esse trabalho ser dirigido na Capital por alguns dos Engenheiros ao serviço da Província, que para esse fim será solicitado da Presidência. O contraventor será multado em 10\$000 reis, e a casa será demolida é expensas do dono (SERGIPE - Resolução nº 458 de 1856. Art. 1).

Iniciou-se processo de controle de ocupação e do comportamento de seus cidadãos. Loureiro (1983, p. 50) afirma que “por motivos econômicos, a população pobre de Aracaju não poderia construir suas casas dentro do Quadrado de Pirro, onde as exigências construtivas estavam além das suas posses; exigia-se entre outras coisas, cobertura de telha”.

Apresenta-se a seguir a íntegra de dois artigos para demonstrar como a legislação impôs aos cidadãos a forma de se portar na cidade; os artigos 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16 também tratam dos controles.

Art.º 7º o indivíduo que deitar nas cacimbas, ou fontes, imundícies, ou quaisquer objetos que infeccionem, ou corrompam a água, será multado em 10\$réis e o dobro nas reincidências, e não pagando a multa, sofrerá oito dias de prisão; Art.º 10 proibições de gritos nas ruas, proferir palavras ou gestos obscenos, lavar-se de dia em rios e praias ou qualquer lugar público do município se não estiver vestido de maneira que não ofenda a moral pública. (SERGIPE - Resolução nº 458 de 1856. Art. 7).

As dimensões do lote, o alinhamento das edificações e as características estéticas dos ornamentos contidos nessa legislação municipal estabeleceram relação

muito forte do valor simbólico “[...] de usar referencias do passado como forma de criar símbolos de tradição para uma classe em ascensão social e ainda desenraizada culturalmente” (SÁ, 2005, p. 67) - a burguesia urbana. Assim, a utilização de cornija ou platibanda junto ao telhado, em toda a extensão do edifício, presente no art. 2º, reforça o estilo neoclássico ou eclético de muitas edificações nesse período, registra ainda relação da medida do pé direito (PD) igual à altura do piso até o fundo da laje ou madeiramento do telhado e a dimensão das aberturas de esquadrias (portas e janelas), além da multa e da possibilidade de demolição se não atendesse a esses parâmetros dimensionais. A seguir a íntegra desse artigo:

Toda a casa que se edificar, ou reedificar, terá 20 palmos de vivo pé direito no primeiro, dezenove no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro, e assim por diante, diminuindo sempre um palmo a cada andar, e na frente junto do telhado terá uma cornija, ou platibanda em toda a extensão do edifício. As portas, bem como as janelas de sacadas, terão treze palmos de vivo em alturas, e cinco de vivo em larguras. As janelas de peitoril terão oito palmos de vivo em altura, e cinco de vivo em largura. As portas de cocheira, e armazéns, terão dez palmos de vivo em largura, e quatorze palmos de vivo em altura até a bandeira, e dezesseis palmos e meio até o vivo da verga. Os contraventores, donos, ou administradores da obra serão multados em 30\$reis, e condenados a demolirem a mesma obra (SERGIPE. Resolução nº458 de 1856 - Art. 2).

Nesse mesmo instrumento normativo, no art. 13, Porto (1991, p. 32) destaca “[...] as ruas de 100 palmos de largura”, que ele julgou serem as avenidas, mas que nessa fase da conquista não são descritas ou observadas nos mapas, ou seja, apesar de estarem postas na legislação, ainda não tinham sido locadas, elas só se configuram na década de 1920, a partir do calçamento da Rua da Frente - Avenida Ivo do Prado e Av. Rio Branco e da Avenida Barão de Maruim, como ilustrado nas Figuras 21 e 22, fora do limite sul do Quadro de Pirro. Outro ponto de destaque se refere ao art. 14:

[...] é absolutamente proibido estabelecer dentro do recinto da capital trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, e todas as mais, cujo uso pode corromper a atmosfera, e prejudicar a salubridade publica, devendo a câmara Municipal designar os lugares para essas fabricas. (SERGIPE - Resolução nº458 de 1856. Art. 14).

As fotografias selecionadas nos ajudam a fazer a leitura imagética desse elemento de circulação, as ruas definidas no Quadro de Pirro possuíam a mesma largura, que se expande seguindo o mesmo padrão para dar fluidez à circulação das mercadorias e das pessoas. Os dois exemplos aqui selecionados rompem com esse padrão.

A imagem 21, da antiga Rua da Aurora, com duas imagens sobrepostas, sem datas precisas de sua captura, permite identificar que ela sofre processo de alargamento e se configura como avenida, que tem como característica interligar dois pontos com maior fluidez de velocidade e promover seu deslocamento em sentidos opostos, com faixas separadas por um canteiro central. Nesse caso, percebe-se a demarcação do canteiro central com meio-fio e ainda com uma arborização em fase inicial de consolidação<sup>88</sup> e a mureta de contenção com balaustrada de alvenaria na divisa com o Rio Sergipe, criando, assim, a primeira barreira física entre a cidade e o rio.

**Figura 21** ● Av. Ivo do Prado e Rio Branco (década de 1920)



**Fonte:** Arquivo Público de Sergipe

**Figura 22** ● Av. Barão de Maruim (década de 1930)



**Fonte:** Arquivo Público de Sergipe

Na fotografia da Avenida Barão de Maruim – Figura 22, percebe-se posteamento central e lateral, para distribuição da fiação e iluminação elétrica, e ausência de canteiro central. O calçamento quando realizado utilizou paralelepípedo e meio-fio de pedra.

Essa legislação, elaborada entre 1856 e 1926, constitui material rico de detalhes e de elementos que auxiliam a construção deste mosaico. Segundo Santos, (2007), nem todos os artigos dessa legislação se efetivaram, mas alguns apontam para as preocupações dos legisladores com o comportamento dos usuários da cidade (postura) no espaço público e outros elementos de ordenação desse mesmo espaço.

<sup>88</sup>Nota do autor. A arborização das ruas e avenidas em Aracaju nos dias atuais demarca uma cidade árida, com pouca vegetação de grande porte, que poderia promover um microclima mais agradável ao usuário que se desloca caminhando. Apesar de a cidade ser plana, existe uma dependência muito forte da população para o uso do automóvel, talvez provocada pela ausência de uma política de incentivo de arborização nesta fase de consolidação destes arruamentos.

Dos 17 artigos da Resolução de 1856, 8 (oito), 47%, tratam da postura e conduta social e impunham modos e trajas adequados da população em relação ao espaço.

A resolução nº 537, em 12 de julho de 1858, tem a feira como um de seus temas mais importantes, principalmente para definir um local que mais bem organizasse as questões dos dejetos e na interferência da circulação de mercadorias e do barulho provocado pelos comerciantes<sup>89</sup>. Entender a relação dessas atividades desenvolvidas nesse espaço permite compreender que o dia da feira se converteu em polo de atração das atividades festivas, cívicas e religiosas, por conta da grande concentração de pessoas de diferentes classes econômicas e sociais nesse dia. Assim,

[...] a feira é um espaço de sociabilidade. Nela, todos são vistos e encontrados. [...]. Sendo assim, a feira era e ainda é o espaço onde ocorrem os encontros de enamorados; a reunião de velhos amigos; os “causos” contados por compadres; a conversa fiada entre as beatas e o sacristão; os “acertos” entre os negociantes; os pregões de vendedores e os regateios de antigos fregueses. Esta oportunidade de intensa sociabilidade é entabulada no largo da feira. A agitação, o movimento, a balbúrdia se avoluma neste dia quase sagrado. Os odores de mariscos recendem das bancas. A cidade entra numa desordem pitoresca. Cacarejos, berros, mugidos e relinchos se misturam ao vozerio. Uma intensa agitação (CARDOSO, 2009, p. 31-32).

Essa mesma resolução também apontou os elementos ornamentais exigidos pelo poder público para a distinção sócio territorial, imposta pela arquitetura, o que levou esses artigos estarem presentes em todas as outras legislações. Registra-se aqui o art. 7º:

Fica marcado o prazo de seis meses, à contar da data de publicação da presente postura, para que os proprietários das casas, que estão edificadas antes da Lei de 3 de setembro de 1856, substituam o encachorramento<sup>90</sup> e beirasubeira<sup>91</sup> das casas pelas cornijas ou platibanda, ordenadas no Art.º 2º da mesma lei. O Contraventos

---

<sup>89</sup>Alguns movimentos acontecem na cidade para a mudança da localização da feira. Em 1872 o provedor da saúde pública, Francisco Sabino Coelho de Sampaio, apresenta relatório ao presidente da Província, com a seguinte fala: “deixa exalar bem vezes um cheiro nauseante pelos resíduos que lá ficam e lá se corrompem”; em 1890, a Intendência quis acabar com a feira; em 1907 o jornal Folha de Sergipe também faz suas críticas e a Lei Municipal nº 138, em 29 de abril de 1913, proibiu o funcionamento do mercado, que ocupava prédio na esquina da Rua de Laranjeiras com Rua da Frente (PORTO, 2011).

<sup>90</sup>Cachorro - peça de madeira em balanço apoiada no frechal para sustentar o beiral do telhado. Usado às vezes como elemento decorativo. Nomenclatura antiga – beiral encachorrado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>91</sup>Beiral - parte do telhado que se prolonga além da prumada das paredes externas do edifício. Em geral está em balanço. Beira-Sobeira - beirado do telhado cujas telhas extremas se apoiam em cimalha de boca-de-telha constituída por duas fiadas de telhas engastadas no alto de parede externa. A fiada superior é chamada de beira e a fiada inferior é chamada de sobeira. Nomenclatura antiga beiral em algeroz, beira-sobeira, beira-seveira e beira em algeroz (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

sofrerá à multa de 30\$000 réis, e fica-lhe-há marcado o prazo de 60 dias para fazer a referida substituição: na reincidência sofrerá a multa no duplo (SERGIPE - Resolução nº 537 de 1858. Art. 7).

Os códigos de posturas que se formularam depois de 1889, refletem os anseios de mudança do discurso da República. Assim, no período de 1903 a 1926 determinaram de maneira enfática em seus artigos e incisos as formas de punição das infrações às posturas. A moradia popular continuou sendo motivo de vigilância pelas forças públicas que tentaram disciplinar sua entrada no espaço urbano. No caso específico das formas de edificação em palha ou com telhado de palha, o posicionamento dos gestores públicos e dos médicos higienistas sempre se concentrou em sua eliminação.

A Lei nº 84, de 27 de janeiro de 1903, apresentou a definição dos critérios de insalubridade das edificações para mais bem se compreender como ele era identificado e classificado, no artigo 176:

1º] Quando o solo, sobre o qual estiverem edificadas, for úmido ou alagadiço;2º] Quando todos os compartimentos, e especialmente os dormitórios, não forem convenientemente arejados e clareados;3º] Quando não forem abastecidos de água suficiente para todos os misteres;4º] Quando houver falta de asseio no interior e em suas dependências;5º] Quando nos pactos e quentes houver acomodo de lixo e de emudeceis, águas pútridas estagnadas, cisternas ou fosso;6º] Quando houver descuido na conservação das latrinas e esgotos.(SERGIPE - Lei nº 84 de 1903. Art. 176).

Segundo Santos, (2007), nessa Lei de 1903, existia capítulo específico para regulamentar o lixo urbano produzido na cidade e como ele era retirado. O código de 1912 incorporou elementos do decreto nº 536, de 3 de agosto de 1905, em que o Estado regulamentava seu serviço de higiene. Nesse sentido, capítulo do código foi dedicado exclusivamente ao exercício da Polícia Sanitária e suas visitas domiciliares. Nesse período, o saber médico alcançou seu auge nas políticas públicas de intervenção e controle sobre a cidade de Aracaju.

O Código de Postura de 1912 inicia com algumas erratas, que foram selecionadas em virtude das informações nelas contidas. Para Rua Aurora que está referida nos art. 2º ao 5º, §1, leia-se Avenida Barão do Rio Branco; nos art.º 3º ao 5º, § 2, leia-se, a praça onde está situado o Palácio do Presidente do Estado fica denominada de Praça Fausto Cardoso e a praça em frente a Catedral passa a denominar-se Benjamin Constant; nos art. 7º ao 40, substitua-se por: Os muros a

levantar-se em toda a zona da cidade serão de alvenaria, encimados por cornija, com colunas centrais, medindo no mínimo 2,20 m de altura.

No capítulo 1 – Higiene nas ruas e praças, identifica-se a preocupação com não obstruir o caminho natural das águas servidas ou da chuva, além de não ser permitido “[...] lançar nas ruas, praças, valas, sarjetas, encanamentos, corpos sólidos ou líquidos que causem incomodo ao transeunte”. (SERGIPE - Lei nº112 de 1912. Art. 147).

Através dessa Lei, percebe-se que o traçado urbano seguia normas para a sua composição ou remodelação. Apresenta-se a seguir a íntegra dos art. 3º, 5º, 17, 24, 38, 40, 41, 45 e 48, conforme inscritos no texto original:

Art.º 3º - Divide a cidade em seis distrito municipais para administração policial; As duas avenidas que representam os pontos terminais dos distritos 1 e 3, são <Av. Carlos Burlamaqui> e <Presidente Ignacio Barbosa>; Art.º 5º - Rua Aurora passa a ser denominada <Av. Barão do Rio Branco>; Art.º 17º - Ruas com 13,20m e Avenidas com 26,40m – deve-se manter os alinhamentos já existentes e proporcionar continuidade no traçada das mesmas; Art.º 24º - Os passeios devem ter largura equivalente a 1/6 da largura da via = 2.20m; Art.º 38º - O Pé Direito não deve ser menor de 4.00m; As portas de madeira terão 3m de altura, com bandeira de ferro (principal) e as do interior de madeira com gradil e de largura 1.10m. As janelas com altura de 1.20m (peitoril ao arco) e largura igual das portas; Art.º 40º - Os muros devem ser de alvenaria e ter 2.20m de altura mínima e ter gradil de ferro na metade da altura para mais; Art.º 41º - Os portões principais deverão ter a dimensão mínima das portas comuns (1.10m); Art.º 45º - Os prédios poderão ter porão, com abertura para circulação do ar; Art.º 48º - As coberturas dos prédios no perímetro urbano deve ser de: telhas de barro, ardósia, de cobre ou zinco. (SERGIPE - Lei nº 112 de 1912. Art. 3, 5, 17, 24, 38, 40, 41, 45 e 48).

A Legislação de 1912 e 1926 versou sobre os limites dos Distritos que compõem o espaço do Município de Aracaju, de uma legislação para outra, os distritos se alteram - 1º e 3º em 1912 e 1º e 2º em 1926 corresponderam às áreas centrais, com melhor infraestrutura e mais valorizadas, ver Quadro 3 - Distritos de Aracaju (1912 -1926) - com a grafia original retirada dos Códigos de Postura – comparativo entre as alterações, fruto da expansão da ocupação da cidade.

#### Quadro 3● Distritos de Aracaju (1912 e 1926)

1º Distrito Municipal - 1912 e 1926:

“A parte Sul da Cidade, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua S. Paulo com a rua de Própria, em direcção do actual edifício da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional; e deste ponto para o sul até a avenida Presidente Ignacio Barbosa, formando quadrilátero com a dita rua de S. Paulo.”

<p>2º Distrito Municipal – 1912  “A zona ocupada pelos arraiaes denominados: Luzia, Gragerú, Quirino, Raposa, Barreiras, Sambabaia, Tramandahy, Saquinho, Gila, Porto do Algodão, Jabotiana, Pau-Grande, Capucho, Barro Vermelho, Bugio e outros intermédios até os limites do Município”.</p>	<p>2º Distrito Municipal - 1926  “A parte norte da cidade de Aracaju, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua de São Paulo com a rua de Própria em direcção ao actual edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e deste ponto para o norte á Avenida Carlos Bularmaque, formando quadrilátero com a rua de São Paulo”.</p>
<p>3º Distrito Municipal – 1912  “A parte norte da cidade de Aracaju, compreendendo a zona a começar do ângulo da rua de São Paulo com a rua de Própria em direcção ao actual edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e deste ponto para o norte a Avenida Carlos Bularmaque, formando quadrilátero com a rua de São Paulo”.</p>	<p>3º Distrito Municipal - 1926  A zona ocupada pelos povoados Santos Antônio e arraiaes Cabeça Molle, Sacco, Telha, Aracajusinho, Bairro Industrial, Getimana, Engenho Velho, Urubu, Miramar, Porto das Pedras, Gengibre, Porto Dantas, e unidades outras intermédias, estendendo-se até aos limites do município.</p>
<p>4º Distrito Municipal – 1912  A zona ocupada pelos povoados Santos Antônio e arraiaes Cabeça Molle, Sacco, Telha, Aracajusinho, Chica -Chaves, Getimana, Engenho Velho, Urubu, Miramar, Porto das Pedras, Gengibre, Porto Dantas, e unidades outras intermédios, estendendo-se até aos limites do município.</p>	<p>4º Distrito Municipal - 1926  A zona ocupada pelos arraiaes denominados: Luzia, Gragerú, Quirino, Raposa, Barreiras, Sambabaia, Tramandahy, Saquinho, Gila, Porto do Algodão, Jabotiana, Atalaia, Pontal, Pau-Grande, Capucho, Barro Vermelho, Bugio e outros intermédios até os limites do Município”.</p>
<p>5º Distrito Municipal - 1912 e 1926  “O Povoado Barra dos Coqueiros em toda a extensão da Ilha”.</p>	
<p>6º Distrito Municipal - 1912 e 1926  “O povoado Porto Grande e o restante compreendido entre o oceano e o rio Pomonga”</p>	

**Fonte:** Códigos de Postura de 1912 e 1926 – Elaborado pelo autor, maio 2018.

Percebe-se que nesse período a cidade ocupava espaços que iam além do Quadro de Pirro. Assim, as linhas visíveis, identificadas na cidade através da paisagem edificada – citadina, celebram o urbano, signo de *status* da capital do Estado. As escolas são espaços qualificados e projetados para as instituições educativas, transformam-se nos pontos de encontro entre os alunos, a educação e a cidade. Sua identidade percebida pelo ordenamento e hierarquização da sua estrutura social, são marcas desta representação coletiva. Assim, se o passado

[...] é um ‘lugar’ distante, se ele nos chega como um ‘tempo não vivido”, onde ocorreram fatos ‘não observáveis’, as vozes deste passado podem nos soar estranhas, e suas imagens podem figurar como incompreensíveis para a nossa contemporaneidade. Por vezes, há como que um elo perdido que perpetua os enigmas de um outro tempo. [...] O leitor do presente - historiador empenhado em reconstruir as representações urbanas do passado - lidará com as dificuldades do filtro do tempo, a dificuldade de acesso a códigos e significados, a estranheza da linguagem e das práticas usuais, o inevitável viés da dissimulação na constituição dos discursos, a dispersão e dificuldade

do acesso a fontes e, sobretudo, com a certeza de lidar com materiais que já lhe chegam como representação (PESAVENTO, 1995, p. 287).

A primeira tentativa de pensar a cidade de forma a planejar a composição dos espaços através de zoneamento que compreenderia todas as atividades, serviços e habitações foi esboçada somente na década de 1930, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no código de posturas de 1938, que substituiu o de 1926. Esse código partiu de solicitação feita pela Prefeitura de Aracaju a Lisandro Pereira da Silva, engenheiro e urbanista da prefeitura de São Paulo, quando viajava por Sergipe em 1936 (SANTOS, 2007).

Os anos entre 1918 e 1926 foram de intensa movimentação construtiva. As comemorações do Centenário da Emancipação Política de Sergipe (1820-1920) foram acompanhadas por várias reformas dos edifícios públicos e particulares da cidade. O código de 1926 é fruto desse momento da cidade.

Sobre o calçamento, o art. 27 dispõe que “O calçamento das ruas, avenidas e praças bem como o aterro das estradas, deverão obedecer às regras modernas adaptadas – afim de que o escoamento das águas pluviais se dê com eficiência”. (SERGIPE - Lei nº 338, de 1926. Art. 27). O Código não explica quais eram as técnicas utilizadas para que os calçamentos das ruas não acumulassem as águas provenientes das chuvas; a preocupação do poder público, mais uma vez, era evitar o foco da água parada e a transmissão das doenças já mencionadas anteriormente nesta narrativa.

Neste contexto, visando o desenvolvimento ‘sadio’ e ‘civilizado’ da cidade, as autoridades municipais legislaram um conjunto de disposições normatizadoras do espaço urbano, as quais também regulamentavam os costumes de seus cidadãos e usuários. A maior parte dos projetos de intervenção urbana daquela época esteve pautada numa concepção tecnicista de racionalização da malha urbana, tendo sido desenvolvidos em sua grande maioria por engenheiros sanitaristas e outros técnicos igualmente fundamentados nos conhecimentos de medicina da época e na crença de uma analogia entre a higienização do corpo e da cidade (LIMA, 2001, p. 10).

Assim, as posturas e os códigos de postura promulgados a partir de 1856, pelo Estado, tiveram forte poder de combater, de controlar essas questões e de consolidar as obras dos novos edifícios e das melhorias do espaço urbano. Percebo como as posturas foram determinantes para a consolidação da área urbana, controlada pelo Estado, que arbitra os interesses comuns e os conflitos existentes. Desse modo, a partir de 1908, iniciou-se cultura jurista para a legislação urbanística que legitimou

planejamento sustentado na melhoria, no embelezamento e na remodelação das edificações e dos espaços públicos.

O lugar do poder, aqui representado pelos instrumentos jurídicos, permite perceber que o espaço construído, ordenado, ocupado e transformado na cidade de Aracaju se constitui em um novo registro. Os mapas revelam a organização de informações até então nunca agrupadas e as ruas e avenidas foram os caminhos para desvendar esse imaginário e possibilitar a imersão nesse espaço-tempo. “[...] Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno” (PESAVENTO, 1995, p. 282).

Assim, Aracaju demarca e controla inicialmente o Quadro de Pirro através da legislação municipal – as posturas de 1856, 1858, 1871, 1872 e 1881; e os códigos de posturas de 1903, 1912 e 1926, que registram a cidade além dessa delimitação – como exposto no Quadro 3. A cidade visível, que, através da organização, impôs uma dinâmica aos aspectos da vida urbana, desejava dar a ver a cidade ordenada, bela, higiênica e segura das propostas da classe dominante e hegemônica, onde os médicos e engenheiros militares foram responsáveis pelos códigos.

A grande maioria dos edifícios públicos administrativos se instalou no Quadro de Pirro e sua ocupação deu-se com as edificações dentro dos padrões estabelecidos pela legislação. Somente os moradores que podiam arcar com os custos aqui se estabeleceram, o que permite afirmar que a elite residiu nesse espaço. Os edifícios escolares, a Escola Normal, o primeiro e o segundo edifícios ocupados pelo Atheneu Sergipense e o Grupo Escolar General Siqueira se encontravam dentro desse limite, os outros estão num raio de até 1,5 km do marco zero (edifício do Palacete Provisório).

Entrelaçar a realidade urbana, percebida através dos instrumentos normativos de ocupação do espaço, instituídos de forma a segregar seus ocupantes, deve ser lida de forma conjunta com a legislação imposta para a institucionalização das práticas pedagógicas no ensino primário, que será apresentado no próximo segmento, separada somente para organização e facilidade de consulta.

### **3.2 Instrução Pública**

As diversas mudanças provocadas pela promulgação do novo regime político em 1889 compõem mosaico para compreender os planos de reformas impostos à instrução pública primária, que se caracterizou por leis, decretos e regulamentos,

idealizados para “[...] fazer a revolução no ensino pela lei” (SOUZA, 1998, p. 183) mas que, ante a pressão do meio, não saíram do papel. Esses retrocessos e interrupções foram um freio a mudanças e mantiveram no poder a burguesia latifúndio-mercantilista, mesmo após a promulgação da República. Optei pela continuação da apresentação cronológica para, a partir dessa organização, provocar um encontro, no próximo capítulo, com os edifícios construídos para abrigar os grupos escolares.

Vários pronunciamentos realizados por nossos políticos em prol da educação serão aqui enunciados para assim, iniciar a compreensão desse poder antes de 1889. Princípio em 1867, com Liberato Barroso<sup>92</sup>, que escreveu o livro *A Instrução Pública no Brasil*, em que defendia a obrigatoriedade escolar, a educação como elemento de conservação do *statu quo* e fator da integridade nacional (SAVIANE, 2013, p. 135); em 1870, Tavares Bastos<sup>93</sup>, o admirável pioneiro dos estudos da realidade nacional, traçava o quadro da educação no Brasil, em 1871, Paulino José de Souza, Ministro do Império do Gabinete Visconde de Itaboraí, e João Alfredo, Ministro do Império do Gabinete Marquês de São Vicente identificaram que a educação brasileira não alcançara ainda resultados satisfatórios por estar a cargo das províncias a oferta do ensino primário e secundário desde 1834 e que o Império deveria assumir a responsabilidade por unificar e criar um sistema próprio para a oferta e controle da Instrução Pública.

Esses fatos demonstram os questionamentos, que vinham sendo expostos no Parlamento, nos Relatórios dos Ministros e Presidentes de Províncias, nas ‘Falas do Trono’, na Imprensa e na sociedade em geral, deflagravam processo de debate dos resultados até então obtidos na área educacional, em consequência de política de descentralização imperial, que fazia a legislação ser aplicada de maneira diferente em cada província. As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, vividas nesse momento, são fundamentais para entendermos as falas,

[...] marcada por profundas contradições entre uma aristocracia latifundiária tradicional, de base agrícola e feudal, e uma recente burguesia mercantil urbana, formada do desenvolvimento de bancos, companhias de navegação, ferrovias e indústrias têxteis (NUNES, 1984, p. 109).

---

<sup>92</sup>Nota do autor. José Liberato Barroso (1830-1885), advogado, escritor, tradutor, jornalista e político brasileiro.

<sup>93</sup>Nota do Autor. Aureliano Tavares Bastos (1839 – 1875), político escritor e jornalista brasileiro.

Esse discurso ideológico muito pouco contribuiu para as reais necessidades da instrução pública, gratuita e leiga em nosso país durante o Império e a primeira fase da República. Muitas leis e decretos são assinados e sancionados, mas, depois de algum tempo, quando se percebe a dificuldade de se levar adiante tais decisões de gabinete, volta-se atrás, como se os problemas pudessem ser resolvidos sem as condições básicas necessárias.

A falta de recursos financeiros para ampliar e tornar a carreira de professores com formação compatível para assumir a tarefa de educar a jovem nação, além da falta de infraestrutura de edifícios, mobiliário e material de apoio e da inexistência de um órgão responsável pelo planejamento e fiscalização, são apontados como reflexo da sociedade acomodada e cordial, onde a permanência do *statu quo* e a apatia são marcas do período conhecido como Segundo Império. As mudanças ocorridas após a abolição da escravidão e a proclamação da República são indícios da vontade de mudar de alguns intelectuais e políticos, cuja efetividade só começa a ocorrer nas primeiras décadas do século XX.

Identificar e apresentar essa legislação para auxiliar a construção das práticas e representações que foram sendo incorporadas pela sociedade e que iniciaram o processo de institucionalização da escola primária no Brasil e em Sergipe, faz entender as estratégias que Certeau (1994, p. 99) define como “[...] a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado [...] gesto cartesiano [...] gesto da modernidade científica”. A estratégia postula um lugar, o lugar do poder e do querer próprio, revelando a arte do forte, aqui representado pelos instrumentos normativos.

Para obter sucesso no propósito da educação popular<sup>94</sup>, buscou-se ampliar a representação da identidade da escola pública, dissociada dos referenciais da família, onde o professor e o espaço escolar conquistariam papel de destaque na primeira fase da República, com a política de institucionalização do Estado Federativo para a organização e formalização da Instrução Pública. A atenção dada à educação permite compreender que a ampliação do número de crianças e adultos escolarizados, fez presente a polidez e o sentido de nação para as transformações que foram postas pelos instrumentos normativos. Essas transformações, segundo Magalhães (2004),

[...] buscam um significado e um sentido histórico para o processo de institucionalização da educação escolar, eles surgem sumariamente

---

<sup>94</sup>Termo usado por Souza (1998), para expressar os ideais republicanos em relação a instrução pública.

na resposta à complexificação estrutural e organizativa [...] um processo dialético, marcado por frequentes tensões, quer pela integração e inclusão de novos públicos, quer por desafios de modernização, quer ainda pela conflitualidade com outras instâncias de (in)formação. (MAGALHÃES, 2004, p. 46).

A década de 1880 foi marcada em Sergipe “[...] pela passagem de 20 governantes, dos quais sete ocuparam os dois últimos anos do Império.” (NUNES, 1984, p. 164). Nesse período o Império esteve envolvido em assuntos mais preeminentes que foram tratados com a sociedade, entre eles, a abolição da escravidão (1888), a separação da Igreja e do Estado, a Federação e a República (1899) dominaram as negociações no ambiente político. Segundo Oliveira (2004, p. 49), em 1888, Sergipe apresentava 180 escolas isoladas, em sua maioria composta apenas de uma sala de aula de instrução pública primária, assim distribuídas: 54 para o sexo masculino, 56 para o sexo feminino e 70 mistas, com matrícula de 3.427 alunos, de ambos os sexos, e com frequência de 2.285 alunos. Na instrução secundária, a matrícula foi de 87 alunos e a frequência de 43. Inscreveram-se para os exames gerais preparatórios para o ensino superior 127 alunos dos quais 90 foram aprovados. A Escola Normal masculina não funcionava por falta de candidatos, e na Escola Normal feminina a matrícula era de 51 alunas.<sup>95</sup>

O Governo Provisório do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) iniciou suas ações em relação à Instrução Pública com o Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, em que se estabeleceu ser de competência das unidades federativas a instrução pública em todos os seus graus, além da criação, em 19 de abril de 1890, do Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (OLIVEIRA, 2004, p. 30).

A República representou o coroamento dos ideais liberais na filosofia, na pedagogia, na literatura e na política. Herdeiras do iluminismo, as ideias circulavam guardando a crença no poder da ciência, da cultura e da certeza de que a educação intelectual e a escola seriam os únicos caminhos para melhorar os homens, salvar a nação do atraso intelectual e cultural do país. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A economia estava ainda alicerçada pelo setor agrário-exportador com as monoculturas do: café, cacau, borracha e açúcar, mas percebe-se a ampliação e diversificação da atividade econômica com a implantação de fábricas, empresas de

---

<sup>95</sup>Dados extraídos do relatório do Presidente de Província Olympio M. dos Santos Vidal, dirigido à Assembleia Provincial de Sergipe, em 3 de abril de 1888.

transportes e comunicações, as primeiras estradas de ferro e linhas de bonde; oferta de serviços básicos de infraestrutura (água, energia elétrica, telégrafo e esgoto) e aporte de capital estrangeiro, fatores importantes para formação e consolidação da vida urbana.

A República acabou com o voto censitário e proclamou a coletividade quando instituiu o presidencialismo, que se firmaria nas sucessões presidenciais e no contingente eleitoral – extinguiu-se o critério de renda, mas permaneciam como inelegíveis: os analfabetos, mendigos, mulheres, e as *praças de pré*, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, sendo o voto somente permitido aos homens maiores de 21 anos. Como meio de manter a “ordem e o progresso” - frase incluída como símbolo da nova identidade nacional na bandeira dos Estados Unidos do Brasil, que adotou o modelo político americano de federalismo, perpetuavam-se as mesmas práticas de distinção social vividas no Império, “[...] o saber ler e escrever se convertia em instrumento de identificação dos que dominavam política e/ou economicamente; o analfabetismo passava a ser associado à incompetência e à marginalidade.” (CARTOLANO, 1994, p. 62).

As eleições no Brasil, iniciadas no Império, para os cargos legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado, sempre estiveram sob suspeita de fraude. Na República, em 8 de fevereiro de 1890, o Decreto nº 200-A, promulgado pelo chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, e organizado por Aristides Lobo, considerado a primeira lei eleitoral, tratou unicamente da qualificação dos eleitores. Essa regulamentação visou à ampliação do número de eleitores e, conseqüentemente, a representatividade e legitimação dos eleitos, mas o voto, ainda permaneceu *de cabresto*<sup>96</sup>.

Na gestão do Presidente Campos Sales (1898-1902), os poderes executivos e legislativos, que vinham se exacerbando desde o final do período conhecido como República da Espada, foram minimizados com o ‘Pacto Oligárquico’, que colocou no poder, de forma sequencial na Presidência da República, os partidos republicanos paulista e mineiro, configurando, assim, a chamada “política café com leite”. Para

---

<sup>96</sup>Nota do autor. O voto não era secreto, assim identifica-se o chamado voto de cabresto - a manipulação eleitoral por parte dos coronéis em favor de trocas ou ameaças. O coronelismo deve ser entendido como forma de poder entre o coronel (dono da terra) e seus apadrinhados, que dependiam da troca de favores, que podiam ser econômicos ou políticos (voto e indicação de cargos importantes no setor público. Pode-se destacar a grande influência na indicação das professoras para as escolas isoladas).

garantir esse pacto, instituiu-se o trabalho da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso, que consistia na negação da verdade eleitoral, pois representava a etapa final de um processo de aniquilamento da oposição, chamado "degola". Seu objetivo era reconhecer a legitimidade dos deputados eleitos em cada Estado com o apoio do executivo e excluir os de oposição. O chefe dessa comissão era, normalmente, pessoa de confiança do presidente da República, garantindo-se, assim, o apoio para as eleições presidenciais e as medidas de não intervenção nas políticas que cada Estado poderia vir a promulgar.

O Congresso teria se tornado um espaço que não contava substantivamente no processo decisório: um espaço apático e submisso às preferências do Executivo. A 'Política dos Governadores': arranjos firmados, eleições marcadas e a garantia para os estados – que pactuavam desse acordo – da não intervenção nos assuntos políticos estaduais. Esta abordagem consolida a ideia de um 'arranjo político' traduzido em uma relação direta entre o poder Executivo e as lideranças locais, anulando o papel do Legislativo Federal no 'jogo político'. (ALVES BADARÓ, 2016, p. 101).

Em 2 de agosto de 1916, sancionou-se a Lei nº 3.139, pelo Presidente da República Wenceslau Brás, que, preocupado com a seriedade do processo eleitoral, alterou o modo como era feito o alistamento eleitoral e o entregou ao Poder Judiciário, confiando a esse poder o papel de principal executor das leis eleitorais, fato que é considerado o ponto de partida para a criação da Justiça Eleitoral, que veio a ser concretizada somente em 1932. Esses desgastes nos processos de eleição e a necessidade de derrubar a oligarquia uniram políticos opositores e os tenentes e desencadearam a série de eventos ocorridos sob a denominação de 'tenentismo', na década de 1920.

Em 13 de julho de 1924, o movimento tenentista se fez presente em Aracaju, com a participação do capitão Eurípedes Esteves de Lima; os primeiros tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Mello e o segundo tenente Manoel Messias de Mendonça. Em Sergipe o movimento, que durou apenas até 2 de agosto, apoiou o movimento paulista e não se restringiu aos militares, as ruas de Aracaju foram tomadas e o movimento só foi debelado quando os legalistas, liderados pelo General Marçal Nonato de Faria, assumiram o controle da situação. Nem todos os oficiais se envolveram no movimento, a maior parte permaneceu ao lado dos legalistas (MAYNARD, 2008, p. 11).

Todos os movimentos ocorridos nesse período fracassaram. O levante chefiado por Luís Carlos Prestes, conhecido como Coluna Prestes, percorreu diversas localidades entre 1925 e 1927 e denunciou a pobreza da população e a exploração das camadas mais pobres pelos líderes políticos. A passagem desse grupo pelo Nordeste reacendeu a chama libertária e resultou em que, em Aracaju, em 19 de janeiro de 1926, o movimento, como outros no Brasil, fosse reprimido.

Eram idealistas, politicamente inquietos, que gozavam da admiração da tropa e de simpatia entre os setores médios da população e a massa de trabalhadores urbanos, em face das desigualdades sociais e das fraudes nos processos de eleição, que mantinham no poder os que apoiavam a política dos governadores. Em 3 de outubro de 1930, os militares depõem Washington Luís, após a eleição de Júlio Prestes (PR Paulista) e Vital Soares (PR Baiano), que não tomaram posse em virtude desse movimento.

Em 16 de novembro de 1930, Augusto Maynard Gomes, líder do movimento tenentista de 1924 e de 1926 foi designado Interventor Federal em Sergipe e seus companheiros de revolta, João Soarino de Melo e Eurípedes Esteves de Lima, foram designados, respectivamente, Comandante do 28º Batalhão de Caçadores (BC) e Chefe de Polícia. O tenentismo esteve finalmente no poder em Sergipe, assim como em todo território nacional, com o golpe de 1930.

Os movimentos políticos, sociais e culturais do período, o socialismo, o anarquismo, o nacionalismo, o tenentismo, o modernismo e o integralismo. Estes movimentos, uns mais vigorosos que outros, propõem alternativas teóricas e práticas para a manutenção ou reformulação da ordem social mais ampla. Trazem à tona a discussão sobre as imensas desigualdades sociais no Brasil, insistindo na ideia de que a ampliação das oportunidades escolares e a melhoria qualitativa do ensino determinariam a solução dos graves problemas sociais brasileiros e colocariam o Brasil entre as grandes nações do mundo. É a crença na reforma da sociedade pela reforma da educação (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

Este breve relato dos fenômenos políticos compõe o pano de fundo para o entrelaçamento das linhas com os grupos escolares. Quem esteve por trás dos ideais de mudança propostos pelos republicanos para a escola primária, também defendeu o fortalecimento das escolas normais, responsáveis pela formação do professor, para que, a partir dele, o ensino primário pudesse de fato trazer a muito desejada civilidade e modernidade ao povo. A escola primária exerceu um papel fundamental na elaboração do imaginário Republicano, promovendo a “[...] construção da identidade

e da unidade da nação, não só pela transmissão de uma cultura comum e pela difusão de valores morais e cívicos, mas atuando no nível do imaginário, dos sonhos, das aspirações, das esperanças e do inconsciente.”. (SOUZA, 1998, p. 266).

A seguir apresento os instrumentos promulgados nacional e localmente e sua projeção no ensino primário e na escola normal, quando eles se tornarem necessários à compreensão da realidade e a da representação coletiva que se forma a partir das disputas provocadas pela promulgação dessa legislação.

De modo geral, a legislação é considerada apenas como projeto de determinados segmentos sociais que, uma vez no poder, controlam o Estado em prol de seus objetivos. Essa compreensão da legislação, indubitavelmente, possui seu espaço e validade. Entretanto, a legislação pode proporcionar outros encaminhamentos, pois sendo ela fruto de discussões e negociações públicas e mesmo privadas, permite o vislumbrar das forças presentes em determinada realidade política, econômica e social (AZEVEDO, 2009, p. 255).

A Reforma Benjamin Constant<sup>97</sup>, em 1890, na gestão do Presidente do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, composta pelos Decretos nºs 407, 667, 981 e 1.075, iniciou processo de mudança do modelo acadêmico, com introdução, de maneira específica, das ideias do positivismo do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e alteração do modelo vigente do ensino secundário humanista para o enciclopédico; instituiu os exames de madureza<sup>98</sup> para emissão do certificado de conclusão do ensino secundário; extinguiu os exames preparatórios para acesso ao ensino superior e definiu, mais uma vez, a liberdade de religião, com o Estado laico<sup>99</sup>, com ensino gratuito e livre.(NUNES, 1984, p. 173 e 174).

No Título II, art. 2 as escolas primárias públicas ofereceriam o ensino em duas categorias: 1ª escolas primárias de 1º grau e 2ª escolas primárias de 2º grau, § 1º as primeiras admitiriam alunos de 7 a 13 anos de idade, e as do 2º grau, de 13 a 15 anos. Umas e outras serão distintas para cada sexo, porém meninos até 8 anos poderão frequentar as escolas do 1º grau do sexo feminino; § 2º Nenhum aluno será admitido á frequência das escolas do 2º grau sem exibir o certificado de estudos primários do grau precedente. No art. 3º § 1º Este ensino será repartido em três cursos: o elementar (para alunos de 7 a 9 anos), o médio (para os de 9 a 11) e o superior (para os de

<sup>97</sup>Nota do autor. Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro. Foi um dos fundadores da República e autor da divisa ‘ordem e progresso’ de nossa bandeira.

<sup>98</sup>Nota do autor. Exames de madureza – realizados anualmente com provas escritas e orais, por alunos matriculados no Ginásio Nacional ou por alunos estranhos a esse estabelecimento de ensino, desde que organizados pelos Estados, da mesma forma que no Ginásio Nacional.

<sup>99</sup>Nota do autor. BRASIL - Constituição do Brasil 1891 - No Título IV – Dos cidadãos brasileiros, Secção II – Declaração de direitos, no Art. 72 - § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

11 a 13), sendo gradualmente feito em cada curso o estudo de todas as matérias definidas nesta lei também. Parágrafo único. A instrução moral e cívica não terá curso distinto, mas ocupará constantemente e no mais alto grau a atenção dos professores. § 2º Em todos os cursos será constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, e de acordo com os programas minuciosamente especificados. No art. 8º O Governo providenciará para que se construam edifícios apropriados ao ensino, de acordo com os mais severos preceitos da higiene escolar e com habitações anexas destinadas ao professor. Nenhuma edificação deste gênero se fará sem que o conselho diretor da Instrução primária e secundária formule o projeto ou dê-lhe a sua aprovação. No art. 9º Cada escola primária terá, além das salas de classe e outras dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos (BRASIL - Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890).

Analisando o conjunto da Reforma de Benjamin Constant, segundo Cartolano,

[...] sua elaboração foi fruto, em nível do pensamento, de uma complexidade de influências, de um amálgama de ideias que fervilhavam, entre nossos intelectuais: não só o positivismo difuso, reinterpretado por Benjamin Constant a partir das ciências matemáticas, mas também um certo liberalismo herdado de Rousseau, de Pestalozzi, este traduzido por Rui Barbosa, via Calkins, e adaptado às condições de nosso meio e de nossa cultura. (CARTOLANO, 1994, p. 73).

Em 17 de maio de 1890, o Decreto nº 407 aprovou o Regulamento para a Escola Normal da Capital Federal. No art. 2º, determinou-se que “[...] o ensino é gratuito, integral e destinado a ambos os sexos”. O art. 92 dispunha que “[...] receberão o título de habilitação ao magistério primário as pessoas que forem aprovadas em todas as matérias das series desta escola” (BRASIL. Decreto nº 407, 1890).

Em 16 de agosto de 1890, o Decreto nº 667 criou estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium<sup>100</sup>. Em 8 de novembro de 1890, o Decreto nº. 981 aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Destaque para o quadro com os vencimentos dos professores e demais funcionários que compunham essas instituições, mesma situação se apresenta também no Decreto da Escola Normal e do Pedagogium.

---

<sup>100</sup> Art. 1 - O Pedagogium tem por fim: Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado.

Apesar dos decretos, estes regulamentos e suas decisões também não foram implantados em sua totalidade. Em 21 de janeiro de 1891, o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi extinto e a Instrução Pública foi encampada pelo Ministério da Justiça e Negócios do Interior, com o Ministro Gonçalves Ferreira. O exame de madureza, segundo Nunes (1984, p. 175), foi o mais visado e combatido das Reformas de Benjamin Constant, por várias vezes ele foi protelado em favor da continuidade dos exames preparatórios.

Em Sergipe, o primeiro presidente do Estado, Felisbello Firmo de Oliveira Freire, nomeado por decreto do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, tomou posse em 13 de dezembro de 1889, em substituição à junta provisória<sup>101</sup>, e exerceu o cargo durante oito meses, até 17 de agosto de 1890.

Em 14 de março de 1890, o Decreto nº 30 promulgou o primeiro Regulamento Estadual da Instrução Pública - primária, secundária e normal - e defendia que a educação deveria ser reformulada drasticamente, diante dos resultados e da desorganização. Freire defendia que ela deveria promover a inclusão das classes populares, pois o ensino direcionado para atendê-la era visto como a principal base do bem-estar das nações. Outros aspectos também regulamentados por Freire, que, segundo Nunes (1984, p. 179-180), tinha uma visão pedagógica avançada e teve algumas de suas propostas incluídas na Reforma de Benjamin Constant (novembro de 1890), como a instalação de uma biblioteca em cada cidade, vila ou povoado, conforme art. 152, destinada a propiciar aos professores leitura instrutiva sobre sua profissão e aos alunos leituras aprazíveis que auxiliassem em sua educação.

O art. 24 definiu o material indispensável ao ensino, que deveria ter em cada escola isolada uma mesa sobre o estrado, com uma cadeira de braços e duas simples ao lado, para o professor; mesa e cadeiras para os adjuntos; bancos-carteiras suficientes para os alunos; quadro preto e cabides; um Aritmômetro de Arens e contadores mecânicos; uma coleção de padrões de sistema de pessoas e medidas; um relógio de parede; um globo terrestre, uma carta do Brasil e outra de Sergipe; um museu dos três reinos e um armário para os livros e objetos de trabalho. O art. 45

---

<sup>101</sup>Nota do autor. Duas juntas provisórias ocuparam o governo até 13 de dezembro de 1889, a primeira formada pelo Senhor de Engenho Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, Professor Baltasar de Araujo Góis e Capitão do Exército Antônio José de Siqueira Meneses; a segunda formada somente pelos dois últimos integrantes, pois o primeiro logo renunciou ao cargo.

definiu que a escola funcionaria em duas sessões: uma das 8 h às 11h e 30 min e a outra das 15 h às 17 h<sup>102</sup>. No inverno (1<sup>o</sup>/4 a 30/9), ela funcionaria no mesmo espaço de tempo, começando a primeira sessão às 9 h e a segunda às 14 h. Aos sábados, as aulas se encerrariam às 12 h, e o ano letivo se encerraria em 15 de dezembro<sup>103</sup>.

Mais uma vez não foram implementados os atos baixados, ou por falta de recursos ou em razão das diversas mudanças de comando na esfera estadual na primeira fase do governo do Marechal Deodoro da Fonseca, o que frustrará os anseios de transformação e de avanços gestados no curso das mudanças do regime político em 1889.

Em 3 de dezembro de 1889, o Governo Provisório nomeou uma comissão para elaborar o projeto de Constituição Nacional. Os trabalhos tiveram início em 15 de novembro de 1890, e a primeira carta constitucional do país foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. [...] Os Estados regidos por Constituição própria, passaram a ter autonomia para eleger os seus governantes, realizar transações financeiras externas, organizar suas próprias forças policiais e legislar sobre questões fundamentais como a educação (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Entre 18 de agosto de 1890 e 18 de maio de 1892, Sergipe passou por um período de grande instabilidade política, com seis presidentes e uma Junta Governativa<sup>104</sup>, quando então foi empossado José Calasans (18/5/1892). Durante esse período, os vários decretos promulgados sobre a instrução pública descaracterizaram a reforma de 1890 (OLIVEIRA, 2004, p. 52).

Em 8 de junho de 1891, a primeira Constituição do Estado de Sergipe foi promulgada pelo Presidente Antônio Alves de G. Lima. Em 18 de maio de 1892, uma nova Constituição Estadual revogou a anterior, em virtude da renúncia do Presidente Manuel Deodoro da Fonseca.

A Constituinte Estadual, presidida por Olímpio de Souza Campos, promulgou a Carta Estadual de 1892, que elegeu o primeiro Presidente de Estado, José Calasans (1892-1894), que fora senador na Constituinte Federal de 1891. Em seu art. 16, a Carta dispõe que “[...] compete legislar sobre a instrução pública em todos os graus.”.

---

<sup>102</sup>Nota do autor. Este será um dos pontos alterados no próximo Decreto, passando a funcionar em uma única sessão, das 9 h até 14 h, com uma hora de intervalo para recreio e descanso.

<sup>103</sup>O calendário escolar era definido por ato do governo e os dias de impedimento previstos seriam os de festa e luto nacional, segundo a lei, os de serviço público obrigatório, os das eleições populares, os de incomodo físico do professor ou da pessoa da sua família e os de nojo e gala de casamento (OLIVEIRA, 2004).

<sup>104</sup>Nota do autor. Composta por Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Marcelino José Jorge e Olyntho Rodrigues Dantas.

Calasans, conseguiu equilibrar as contas do Estado e criou condições para regulamentar e reorganizar o ensino público, nos moldes da regulamentação de Freire e Benjamin Constant (NUNES, 1984, p. 179).

Em 19 de janeiro de 1893, na gestão do Presidente de Estado eleito pela Assembleia Legislativa, promulgou-se o Decreto nº 45, que regulamentou, em seus 365 artigos, o ensino público com base na Lei nº 35, de 18 de agosto de 1892 (NUNES, 1984, p. 185), abrangendo inclusive todo o serviço da Diretoria Geral em relação ao serviço de expediente, arquivo e estatística da instrução primária e secundária (OLIVEIRA, 2004, p. 56).

Em 1º de março de 1894, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República, conforme disposto na Carta Constitucional de 1891, que estabeleceu que o Presidente seria eleito por sufrágio direto para mandato de quatro anos, sem direito a reeleição. Nesse pleito foram eleitos Prudente de Moraes (PR Federal) e Manuel Vitorino Pereira (PR Mineiro), como vice-presidente. Prudente de Moraes em seu mandato criou a 'Política dos Governadores', em que presidente da República apoiava os candidatos indicados pelos presidentes de Estado nas eleições estaduais e estes davam suporte ao indicado pelo presidente nas eleições presidenciais.

Essa eleição marcou o fim da República da Espada (1889-1894), período conhecido por ter tido os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto no cargo de Presidente da República. Até 1930 as eleições legislativas e presidenciais ocorreram sem interrupção, sem haver deposição de presidentes.

Em 5 de dezembro de 1894, a Lei nº 107, promulgada pelo Presidente de Estado Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão (24 de outubro de 1894 - 27 de junho de 1896), reorganizou a instrução pública primária e secundária. Essa lei determinou que o ensino primário seria dividido em dois graus: o preliminar e o complementar. Segundo Nunes (1984, p. 189), as escolas isoladas continuaram a ser abertas “[...] para atender a interesses políticos puramente locais, e elevando à categoria de preceptores da infância indivíduos sem competência para exercer o magistério.”

Em 9 de julho de 1897, o Decreto nº 231, promulgado pelo Presidente de Estado Martinho César da Silveira Garcez (24 outubro de 1896 a 13 de agosto de 1899), terceiro presidente constitucional e advogado de formação, reorganizou a instrução primária e secundária, dividindo o ensino primário em dois graus, 1º grau ou elementar, para crianças de 6 a 14 anos, e 2º grau, para alunos maiores de 14 anos.

Em 1899, retornou ao governo do Estado Olímpio Campos (24 de outubro de 1899 - 24 de outubro de 1902). Ele organizou a Diretoria de Instrução Pública e promulgou a Lei nº 366, de 6 de novembro de 1899, com alterações na escola normal; a Lei nº 398, de 31 de outubro de 1900, que consolidou aspectos da legislação vigente para o ensino primário, secundário e normal e baixou o Decreto nº 501, de 5 de agosto de 1900, com novo Regulamento para a instrução pública.

A década de 1890, foi marcada por busca de novos modelos pautados nas descobertas científicas e nas novas ideias defendidas por alguns nomes de destaque em nossa sociedade, aqui representados por Tobias Barreto (1839-1889), com seus Estudos Alemães (1882), e Silvio Romero (1851-1914), com a Introdução à História da Literatura Brasileira (1982), ambos sergipanos, bacharéis de direito.

Era preciso disciplinar e hierarquizar os papéis sociais. Nessa acepção, as medidas legislativas tomadas visavam atenuar os conflitos de classe e aumentar a produtividade. Em Sergipe “[...] começaram a surgir as primeiras usinas modernas” (NUNES, 1984, p. 190), a partir de intervenções nos campos da ciência, da saúde e da educação. Nesse panorama, as escolas normais assumiram papel relevante, pois era nessas instituições que se difundiam os novos preceitos pedagógicos<sup>105</sup>, com a formação das professoras que atuavam nos grupos escolares. Segundo Valença (2005, p. 26), nesse período, iniciou-se o processo de feminização do magistério, que representou para a mulher sergipana oportunidade de ascensão do ambiente doméstico para a independência econômica e social.

Alguns jornais também podem ser destacados na última década do XIX. Os primeiros de posições políticas partidárias, como o *Estado de Sergipe*, que se tornou o órgão oficial de publicação do governo de 1893 a 1919, quando saiu de circulação; a *Folha de Sergipe* (1891-1896); o *Correio de Sergipe* (1891-1896); a *União Republicana* (1891-1894), e outros, de vida efêmera, como *O Operário*, de caráter popular, que circulou em 1891 e ressurgiu em 1896, e *Sociedade Operária Sergipana*,

---

<sup>105</sup>Nota do autor. Entre os pensadores que se destacaram nesse campo e contribuíram para os debates sempre presentes nas abordagens dos métodos de ensino, pode-se citar Comenius (1592-1670); Rousseau (1712-1778); Pestalozzi (1746-1827); Froebel (1782-1852); Dewey (1859-1952); Piaget (1896-1980); Rudolf Steiner (1861-1925) – conhecido como Waldorf; Maria Montessori (1870-1952); Wallon (1879-1962) e Vygotsky (1896-1934), reconhecidos pelo modo como se posicionaram perante os desafios da escola e seus métodos. Para informações mais detalhadas, ver Kowaltooowski (2011, p. 16-29).

em 1895, os dois, ativos durante breve tempo, configuraram-se como as primeiras expressões dessa nova população em nosso Estado (NUNES, 1984, p. 196-197).

O final do século XIX em Sergipe confirmava ainda a hegemonia do açúcar, mas percebe-se o avanço do algodão e das indústrias que aqui se estabeleceram, a primeira em Aracaju (1884) e a segunda em Estância (1896), que contribuíram para transformação da vida urbana dessas cidades. Segundo Lefebvre, (2001, p. 58), o processo de industrialização provoca “[...] as transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e arena dessas interações complexas.”.

As primeiras duas décadas do século XX trouxeram marcas significativas para a efervescência da cidade de Aracaju, ver Apêndice B – Linha do Tempo da cidade de Aracaju (1855-1926), confirmando a relação entre a industrialização e a urbanização, pois, segundo Lefebvre (2001, p. 7), “[...] a sociedade urbana se forma enquanto se procura”. Assim, com a expansão do Quadro de Pirro, a cidade ocupou e consolidou novas áreas. Nas áreas centrais iniciou-se fase de embelezamento, onde o centro irá se especializar e oferecer serviços de comércio e equipamentos culturais, modificando de vez a feição estética dessa área. Esse foi o cenário para que as ideias importadas de São Paulo, como o modelo da Escola Normal e o Grupo Modelo (1890), fossem introduzidas em Aracaju em 1911 e consideradas por Azevedo (2010) e Santos (2009) como nosso primeiro grupo escolar, que funcionou anexo à escola, para que as normalistas pudessem praticar nesse ambiente.

As quatro reformas realizadas pelo governo federal, no início do século XX, legislaram sobre o ensino secundário e superior e reforçaram o caráter reformista de nossa elite política e intelectual, para quem os movimentos pendulares já identificados estabeleceram disputa de poder na esfera política e legislativa, para tencionar o poder nas outras esferas. São os poderes religiosos, militares, econômicos, sociais e culturais, que, de muitas formas se enfrentam e se coadunam em prol de objetivos comuns, reconfigurando essas representações. As estratégias de pensar a realidade e construí-la, são utilizadas como práticas culturais na representação deste projeto reformador. (CHARTIER, 2002).

A primeira reforma federal, proposta em 1901 - Reforma Epitácio Pessoa - Decreto n.º 3.890, na gestão de Campos Sales, aprovou o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário; a segunda, em 1910 - Reforma Rivadávia Corrêa, em 5 de abril de 1911, Decreto nº 8.659, na gestão de Hermes da Fonseca,

aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República e o Decreto nº 8.663, na mesma data, aprovou o Regulamento da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; a terceira, Reforma Carlos Maximiliano, em 18 de março de 1915, na gestão de Venceslau Brás, Decreto nº 11.530, reorganizou o ensino secundário e superior, restringindo o acesso ao ensino superior facilitado pela reforma anterior; e a quarta e última, a Reforma Rocha Vaz, em 13 de janeiro de 1925, com o Decreto nº 16.782-A, na gestão de Arthur Bernardes, aprovou o estabelecimento do concurso da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino e reformou o ensino secundário e o superior. Todas essas reformas têm impacto nos Estados Federativos, em Sergipe, as escolas que ofereciam o ensino secundário, precisaram se adequar.

Em 5 de novembro de 1903, a Lei nº 452, promulgada pelo Presidente de Estado Josino Odorico de Meneses (24 de outubro de 1902 - 23 de outubro de 1905), alterou o programa de estudos da escola normal, e a Lei nº 477, de 9 de novembro de 1904, dispensou as normalistas da apresentação da tese para receberem seus diplomas.

Em 15 de abril de 1907, o Decreto nº 547, promulgado pelo Presidente de Estado Guilherme de Souza Campos (24 de outubro de 1905 - 23 de outubro de 1908), expediu novo regulamento para a escola normal.

Em 12 de agosto de 1911, o Decreto nº 563, promulgado pelo Presidente de Estado José Rodrigues da Costa Dória (24 de outubro de 1908 - 23 de outubro de 1911), reformou a instrução pública primária, secundária e normal. O curso primário com quatro anos de formação, turno único das 9 h às 14 h, com meia hora de descanso. Criou o Regulamento da Escola Normal que instrumentalizou e regulamentou a nova Escola Normal<sup>106</sup>, inaugurou o prédio localizado na antiga Praça da Catedral, atual Olímpio Campos, em 15 de agosto de 1911. O curso Normal ofertado para ambos os sexos, em quatro anos, e o Grupo Modelo, que oferecia o ensino primário para seção feminina.

Segundo Berguer ([20--?]), “[...]diante das críticas feitas aos processos obsoletos e condenados pela moderna Pedagogia, ainda presentes no ensino primário

---

<sup>106</sup>Nota do autor. Em 1923 passa a denominar-se Escola Rui Barbosa. Atualmente a escola tem a denominação de Instituto de Educação Rui Barbosa e funciona desde a década de 1950 na Rua Laranjeiras s/nº. O antigo edifício está ocupado pelo Centro de Turismo e Artesanato.

bem como no ensino normal, que não vem atendendo os fins a que foi criado, é lançado o Regulamento da Instrução Pública de 1911”.

Entre finais do século XIX e meados do século XX, a visão organizacional da estrutura educativa, quer a partir de estratégias legislativas e de controle, quer a partir de uma preocupação de racionalidade e de planejamento, consolidava-se numa integração de natureza sistêmica, por um lado, e no quadro da complexidade e da multifuncionalidade da instituição educativa, por outro. (MAGALHÃES, 2004, p. 48)

Em 19 de outubro de 1912, o Decreto nº 571, promulgado pelo Presidente de Estado General Antônio José de Siqueira Menezes (24 de outubro de 1911 - 23 de outubro de 1914), reformou a instrução pública primária, secundária e normal e criou as “[...] escolas noturnas<sup>107</sup> para adultos de ambos os sexos, que lhe permitissem – ler, escrever e contar” (NUNES, 1984, p. 217), para atender a demanda das indústrias que aqui se instalaram desde 1894.

Essa legislação sistematizou a nomenclatura das escolas primárias, que passaram a ser classificadas como escolas singulares<sup>108</sup> e grupos escolares divididos em duas categorias – de cidade e de capital, destinados aos dois sexos separados em duas sessões: a masculina e a feminina, à exceção do Grupo Modelo, que atendia somente meninas, com quatro anos de duração. Dividiu-se o Estado em cinco distritos para melhor organização administrativa desse nível. O ensino Normal masculino, retornou para o Atheneu, permanecendo o feminino na recém-inaugurada Escola Normal.

O Professor Baltazar Goís, que ocupou interinamente o cargo de Diretor da Instrução Pública de Sergipe em 1905, foi o responsável pela redação do Programa para o Ensino Primário, especialmente voltado para os grupos escolares, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução em 1912<sup>109</sup> (ABREU e BELOCH, 2015). Este foi o primeiro instrumento legal utilizado para configuração do projeto arquitetônico dos grupos escolares, objeto desta pesquisa.

---

<sup>107</sup>Nota do autor. Não identifiquei a localização destas escolas.

<sup>108</sup>Nota do autor. Sinônimo de escolas isoladas.

<sup>109</sup>Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124884/PROGRAMA%20DE%201912-%20%20BALTAZAR%20GOES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Em 15 de março de 1914, foi inaugurado o Grupo Escolar Central<sup>110</sup>, que, depois de três anos, homenageou o presidente que o inaugurou e recebeu a denominação de Grupo Escolar General Siqueira. Localizado na Rua Itabaiana, é o único localizado dentro do Quadro de Pirro.

Em 28 de julho de 1914, a Lei nº 663 realizou novas alterações no ensino primário, secundário e normal, que não saíram do papel.

Em 9 de janeiro de 1915, o Decreto nº 587, promulgado pelo Presidente de Estado Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão (24 de outubro de 1914 - 23 de outubro de 1918), expediu o Regulamento Geral da Instrução Pública de Sergipe para a instrução primária, secundária e normal. Segundo Oliveira (2004, p. 58), “[...] este regulamento tinha como justificativa as contradições e omissões da Lei nº 663, que não chegou a entrar em vigor, tendo sido suspensa sua publicação.”.

Recontar este percurso, em muitos momentos, pode desestimular a continuação desta leitura, porém, este movimento pendular da legislação permite perceber as atualizações e projeções que se operaram na institucionalização da educação e na tensão/compromisso entre o todo e as partes (MAGALHÃES, 2004, p. 102).

Em 27 de outubro de 1915, a Lei nº 686, e, em 24 de abril de 1916, o Decreto nº 630 fizeram pequenos ajustes ao Regulamento no ensino primário e normal. Instituiu-se a Escola Complementar que funcionaria anexa à Escola Normal com a finalidade de completar o curso primário, em um ano, servindo de intermediário entre este e a Escola Normal. (art. 127 e 128 do Decreto nº 630).

Em 8 de julho de 1917, foi inaugurado o Grupo Escolar Barão de Maruim, localizado sobre os alicerces do Asilo Nossa Senhora da Pureza, na atual Av. Ivo do Prado, e, em 1º de novembro de 1918, inaugurou-se o Grupo Escolar General Valladão, na antiga Praça Pinheiro Machado, atual Praça Tobias Barreto.

Em 31 de março de 1921, o Decreto nº 721, promulgado pelo Presidente de Estado José Joaquim Pereira Lobo (24 de outubro de 1918 - 23 de outubro de 1922), “[...] extinguiu o curso normal<sup>111</sup>, o comercial e o integral que continuavam

---

<sup>110</sup>Nota do autor. Alguns apontam que o Grupo Central era o Grupo Modelo, que funcionou anexo à Escola Normal (1911) e que atendia somente seção feminina, que se desvincula para ampliar a oferta para o público masculino e criar identidade própria.

<sup>111</sup>Nota do autor. Ofertado no Atheneu Sergipense para o público masculino.

apresentando baixa assiduidade.” (NUNES, 1984, p. 233). Em 29 de outubro de 1921, o Decreto nº 724 regulamentou o ensino primário, secundário e normal.

Em 30 de outubro de 1923, a Lei nº 852, promulgada pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso (24 de outubro de 1922 - 23 de outubro de 1926), estabeleceu as bases para a reforma do ensino primário e normal. Em 11 de março de 1924, o Decreto nº 867 regulamentou o ensino primário e normal. O ensino primário foi dividido em elementar e superior, com seis anos no total, três para cada grau, idade dos alunos entre 7 e 14 anos, para ambos os sexos.

Em 1923, o Grupo Escolar General Valladão foi transferido para outro edifício, localizado na antiga Rua da Vitória, atual Avenida Carlos Burlamarqui, onde funciona até os dias atuais.

Em 20 de dezembro de 1924, o Decreto nº 892 aprovou os programas para os cursos primários, elementar e superior. O Regulamento da Instrução Pública de 1924, com 471 artigos, estruturou globalmente a educação sergipana, definindo-a desde as escolas maternas e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário<sup>112</sup>, inclusive as instituições particulares.

[...] O ensino primário, dividido em elementar e superior, de três anos cada um, apresentava programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais. [...] faltava, porém, ao professor a formação adequada para executar tão avançado programa de uma escola voltado para a realidade e, como tal pragmática. O ensino vai conservar-se tradicional, rotineiro, apenas com pinceladas modernas que não alterarão sua essência (NUNES, 1984, p. 246-247).

Em 1924, inaugurou-se o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, na Av. Pedro Calazans, e, em 1925, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz, ambos em funcionamento até os dias atuais.

A historização da educação é uma condição da racionalidade educativa e pedagógica, segundo Magalhães (2004, p. 93), esta narrativa genealógica corresponde a mais adequada representação dos processos educativos.

Após o término do Governo Graccho Cardoso, vários de seus atos foram revogados, principalmente aqueles que propuseram a Escola Profissionalizante, com o Liceu Profissional Coelho e Campos, o Instituto de Química Industrial, a Faculdade

---

<sup>112</sup>Nota do autor. Em 1924, a matrícula da primeira série do Atheneu Sergipense registrou a presença de 15 mulheres, ao lado de 18 homens (NUNES, 1984), demonstrando a evolução da presença feminina na busca de ampliar o ler, escrever, contar e cozer do século XVIII.

de Farmácia e Odontologia “Anibal Freire” e a Faculdade de Direito “Tobias Barreto”, justificados pelas dificuldades econômico-financeiras.

Entre 6 de novembro de 1926 e 4 de dezembro de 1926, assumiu o governo do Estado o Presidente Ciro Franklin de Azevedo<sup>113</sup>; em 9 de outubro de 1927, assumiu interinamente o Presidente Francisco de Souza Porto; entre 5 de dezembro de 1926 e 16 outubro de 1930, foi Presidente Manuel Corrêa Dantas. Este último priorizou obras de infraestrutura, entre elas a abertura de algumas rodovias para integrar os municípios e em Aracaju abriu parques, ruas e pavimentou algumas vias já consolidadas.

A relação entre a escola e a criação das cidades, já percebida em outros países, acompanhava a fixação dos colonos no território. Segundo (MAGALHÃES, 2018, p. 10)

“[...] a escola era instância de organização e desenvolvimento do local. Do espaço para o tempo e do tempo para o espaço, a paisagem escolar é trans-geracional, inscreve-se no tempo educativo de modo próprio, mas deixa marcas profundas e configura o olhar sobre a paisagem de modo duradouro.”.

A linhas visíveis aqui apresentadas expõem fenômeno que se perpetuou até a década de 1960, quando foram extintas as escolas isoladas, elas, sim, foram responsáveis por promover a alfabetização da população aracajuana em todas as localidades, continuamente criticadas e pouco difundidas, “[...] eram as escolas necessárias, mas que não eram exibidas.” (SANTOS, 2009, p. 8). Esta convivência entre os grupos escolares e as escolas isoladas, representa a evolução que ocorreu de forma lenta e

“constituem-se mediante multidimensionais e combinatórias de princípios, representações, práticas, apropriações, pelo que as transformações escolares, apesar da sua autarquia e de sua materialidade e o reflexo de preocupações educativas de caráter amplo e profundo cuja implementação pode ser lenta e conflituosa” (MAGALHÃES, 2004, p. 112).

Segundo Amorim (2013, p.100), o papel da legislação “[...] é entendido como ferramenta imprescindível nesse processo de organização da nação”, e entrelaçá-lo com as tensões que contribuíram ou não para as efetivas mudanças que ocorreram neste espaço-tempo, com vistas à construção dessa representação coletiva.

A descontinuidade política e administrativa era visível. Nos quarenta anos da Primeira República as mudanças se sucediam em todos os

---

<sup>113</sup> Renunciou por problemas de saúde e veio a falecer logo depois (NUNES, 1984).

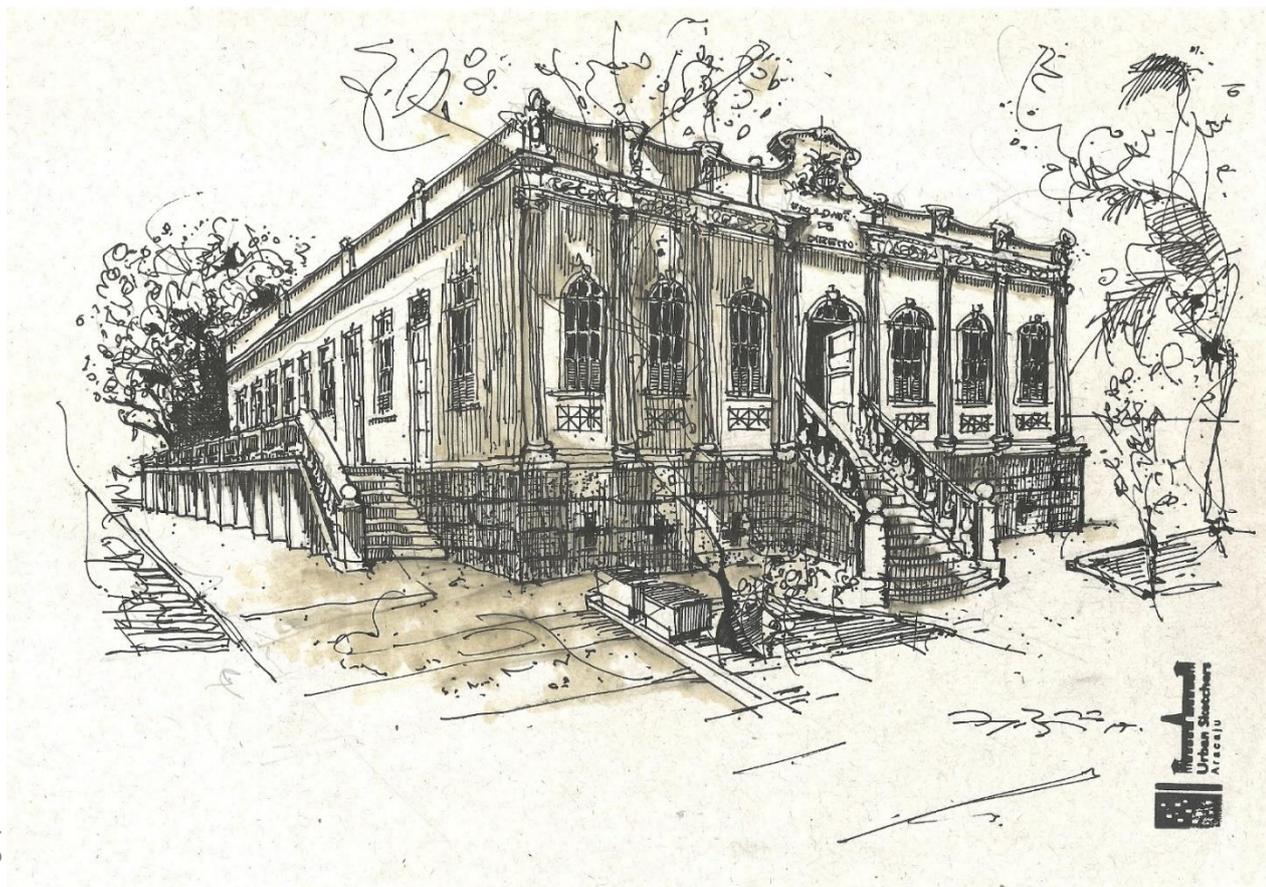
ramos da instrução pública alterando, no todo ou em parte, a organização da escola. No ensino primário foram 27 (vinte e sete) os atos dos Poderes Executivos e Legislativos, no ensino secundário 36 (trinta e seis), e no ensino normal, 35 (trinta e cinco), no ensino profissional 12 (doze) e no superior 3 (três) (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

Segundo dados quantitativos apresentados por Oliveira (2004, p. 67-68), em 1930, somente 3,2% da população de Sergipe (527.130 habitantes) foram atendidos pelo setor público e privado em todos os níveis de educação (16.834 alunos matriculados no primário, secundário, normal e profissionalizante), e a frequência continuava baixa em relação à matrícula (13.299 alunos), girando em torno de 79%.

O período aqui analisado de 1889 até 1930 não representa rupturas precisas e definitivas, a história deve ser vista como um *continuum* em que o passado, o presente e o futuro se entrelaçam, as marcas deixadas pelo Império, não se apagaram com a República, bem como as marcas da primeira fase persistirão após a ascensão de Vargas e gradativamente também vão sendo modificadas pelo próprio redesenho dos instrumentos normativos.

Perceber que posso ampliar a escrita da história da educação aracajuana, com a inclusão da arquitetura dos seis edifícios construídos para criar uma nova identidade, me faz estender o convite para o próximo capítulo, para descortinarmos juntos esse espaço-lugar.

**Grupo Escolar Barão de Maroim**  
Agrupino da Silva Costa Neto



Arquitetura é o desejo de uma época traduzido em espaço.

[...]

É preciso entender que toda arquitetura é conectada a seu tempo,  
que só pode ser manifestada em tarefas vivas e  
com os meios de sua época.  
Em nenhum momento da história foi diferente.

MIES VAN DER ROHE, 1924

#### 4. EDIFÍCIO-ESCOLA: O ENCONTRO DAS LINHAS

A escola primária idealizada e implantada pela República Velha no Brasil instituiu, através dos grupos escolares, novo lugar, inicialmente criado para o agrupamento das escolas isoladas, essa nova modalidade educativa precisou especializar o seu espaço interno e externo, dividi-lo em função dos distintos usos que foram sendo incorporados, que ocorreu na medida em que as práticas educativas foram sendo instituídas e padronizadas. Dessa forma, esse lugar – o edifício-escola – se insere de forma definitiva na vida escolar urbana, estendendo-se para o campo à medida que a expansão das instituições educativas ocorre no século XX, com as primeiras escolas rurais sendo implantadas no início da década de 1950<sup>114</sup>.

A separação entre os sexos, num primeiro momento, com entradas e horários independentes para que cada um pudesse estudar; a criação das bibliotecas<sup>115</sup>, museus, ginásios, pátios para o recreio, sanitários e espaços para as festividades foram alguns dos procedimentos e novos espaços idealizados para apoiar as atividades pedagógicas, não excluídos os espaços administrativos e diretivos, introduzidos para garantir a ordem, a supervisão, a inspeção e a padronização das rotinas educativas. Importaram-se também novos materiais escolares, como a mobília, equipamentos e material didático específicos. A essas características, acrescentam-se as orientações dos preceitos de higiene e da instituição de um sistema de inspeção higiênico-médica, conforme apresentado no terceiro capítulo.

Desvelar as linhas que se entrelaçam entre o edifício-escola e os condicionantes dos diversos elementos urbanísticos e arquitetônicos utilizados para sua configuração espacial, de forma a apoiar e dar condições de operacionalização

---

<sup>114</sup>Localização das escolas em funcionamento em 1953 - em Arauá - com o Grupo Escolar Rural Manoel Bonfim; em Campo do Brito – com o Grupo Escolar Rural Guilherme Campos; em Cedro de São João (Darcilena) – com o Grupo Escolar Rural Manoel Dantas; em Frei Paulo – com o Grupo Escolar Rural Martinho Garcez; em Itabaianinha – com o Grupo Escolar Rural Olímpio Campos; em Itaporanga d’Ajuda – com o Grupo Escolar Rural Felisbela Freire; em Japoatã – com o Grupo Escolar Rural Josino Menezes; Nossa Senhora das Dores – com o Grupo Escolar Rural General Calasans; em Propriá – com o Grupo Escolar Rural Graccho Cardoso; Ribeirópolis – com o Grupo Escolar Rural Abdias Bezerra; Salgado – com o Grupo Escolar Rural Alencar Cardoso. Ver maiores informações em Laísa Santos (2018).

<sup>115</sup>Nota do autor. As bibliotecas identificadas no decreto-lei de 18 de janeiro de 1869, na Espanha, onde na escola deveria ter uma sala para a biblioteca escolar, que deveria ser organizada e estar a cargo do professor, fossem populares, estarem mais próximas da população, abertas ao público nas horas não letivas, às tardes. No primeiro Concurso instituído para o desenvolvimento destes projetos, na Espanha os arquitetos posicionaram a biblioteca no centro de onde parte e irradia, por assim entender, a instrução. Informações complementares em Vinão (2005).

dos métodos de ensino, tempo e ordenamento das práticas educativas para a repetição e aperfeiçoamento desse modelo, nos direciona na escrita deste segmento.

A separação dos alunos em séries, classes, divisões, cursos ou seções, num primeiro momento, gerou confusão na compreensão ou na diferenciação entre essas terminologias, que se foi dissipando após a implantação das primeiras escolas com mais de uma sala de aula, cada classe em uma sala, cada classe com um professor, segundo modelo iniciado na Inglaterra, na década de 1870, com a nomenclatura de escolas graduadas<sup>116</sup>.

Problemas similares também foram percebidos quando se estudaram essas mesmas escolas implementadas na França, Portugal e Espanha, no final do século XIX; como classificar e determinar as regras para a ordenação e organização desse novo modelo de ensino primário, que até então utilizava o método de ensino simultâneo ou multisseriado por um único professor, em uma única sala de aula, onde não existia separação ou classificação entre os alunos, nem por idade e nem por nível de aprendizagem; os professores acostumados com o domínio total da divisão e organização das práticas educacionais, aspectos a serem normatizados e alterados para promover o aumento no número de alunos matriculados e criar uma nova identidade para essa escola e esses sujeitos.

Assim, compreender que até mesmo a nomenclatura dessa nova instituição precisou ser assimilada onde ela foi aplicada e utilizada, de maneira a expressar os novos paradigmas dessas instituições educativas. Essa configuração definida pelo *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, organizado por *F. Buisson, LibrairieHachette et Cic*, 1911 (a primeira edição é de 1874), determinava as regras que as enquadrava: “[...] as condições de admissão dos alunos, a maneira de classificar, os programas de ensino e o emprego do tempo a consagrar a cada uma das matérias que estes programas comportam.” (SOUZA, 2011, p. 32). Outra definição, trazida também por Souza (2011), foi a do ministro do Departamento de Educação do Sena, em 1868, estabelecendo que

[...] para existir uma *classe* era preciso haver três condições: unidade de nível dos alunos, de professores e de local; um *curso* compreendia um agrupamento de alunos abrangendo a idade, a duração normal dos estudos e os programas a serem percorridos. Nesse sentido, classe e

---

<sup>116</sup>Segundo o Dicionário de las Ciencias de La Educacion, México, Santillana, de 1983, os termos escolas graduadas, escolas centrais e grupos escolares são usados no mesmo sentido e para que esta similaridade possa ser de fato compreendida, essas escolas precisavam ter regras que determinavam racionalmente e de forma precisa o modelo de seu funcionamento.

curso coincidiam. Progressivamente a classe passa a corresponder ao agrupamento homogêneo dos alunos e o curso às divisões do programa de ensino.” (SOUZA, 1998, p. 35).

Para a República, esse novo modelo - grupo escolar - baseou-se numa organização administrativa e pedagógica concebida de maneira diferenciada das escolas isoladas, que ofereciam o ensino primário de forma simultânea, por um único professor e, na maioria das vezes, em sua própria casa, modelo herdado do Império. Essa mudança refletiu-se principalmente na complexidade de organização pedagógica e administrativa, e pode ser mais bem compreendida pelos princípios da racionalidade científica e da divisão do trabalho. Identifico similaridade com a estrutura das fábricas, onde cada operário tinha seu papel muito bem definido e o processo de produção era segmentado.

[...] a organização do trabalho fabril, menos que modelo a ser transposto para a organização do trabalho escolar, serviu como símbolo de uma ‘modernidade’ que, uma vez apropriado pelos profissionais e agentes de educação, permitiu a produção de uma representação forte o bastante para se impor, frente a outras, no campo da educação escolar e no cenário da cidade. (FARIA FILHO, 2010, p. 36).

Assim, a racionalidade pedagógica fundamentava-se na classificação dos alunos, no estabelecimento de plano de estudos e na determinação da jornada escolar, que, segundo Souza (1998, p. 16), promoveria como “[...] resultado um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme”. O ensino primário teria por “[...] finalidade promover o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais das crianças, cultivar-lhes a vontade livre, preparar-lhes um físico sadio e assegurar-lhes os conhecimentos úteis à vida.” (Regulamento da Instrução Pública Estadual de 1924).

Dessa forma, o novo regime político buscou apoiar o seu ideário de mudanças na escola pública e na educação popular, respaldado pela necessidade política e social de alfabetizar a população menos favorecida, para votar e garantir a continuidade do regime, além de articular-se com as novas necessidades oriundas dos avanços da industrialização em nosso país, apoiando as mudanças da base econômica através da educação. A ordem social era outro dos aspectos relacionados com essa proposta. Fazia-se necessária a suavização das maneiras de polidez, de civilidade e de dulcificação dos costumes<sup>117</sup>; além da difusão dos demais valores

---

<sup>117</sup>Conceito de civilização utilizado como o empregou Norbert Elias, 1990. Souza (1998).

republicanos baseados na liberdade, na ordem, na identidade nacional e no progresso social. Do povo para o povo.

A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas) tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira. Nesse sentido, ela se articula com o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômicos, tecnológico, científico, social, moral e político alcançados pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução (SOUZA, 1990, p. 27).

A escola da ‘República e para a República’ é, segundo Souza (1998, p. 28), a escola primária ‘(re)inventada’, seguindo os modelos de sucesso dos países europeus e dos Estados Unidos, através dos republicanos paulistas<sup>118</sup>, que, assim, a idealizavam com a substituição do método simultâneo pelo intuitivo ou lição de coisas, escola de várias classes e vários professores, reunidos num mesmo espaço físico.

Foi assim que esse novo modelo de organização começou a ser implementado no Estado de São Paulo. Na década de 1890, com base na Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, e no Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, criou-se o grupo escolar, designação adotada como uma das modalidades ofertadas pela República para o ensino primário. Inicialmente proposto com a justificativa de melhor racionalização dos custos e de controle, onde houvesse mais de uma escola individual no raio de obrigatoriedade escolar<sup>119</sup>, o governo poderia autorizar o seu funcionamento em um único prédio. É esse, sem dúvida, um dos grandes méritos do sucesso desse modelo, a institucionalização desse lugar, a criação desse território (SOUZA, 1998).

Dessa forma, conceituar esse lugar e esse território permite classificá-lo como espaço-lugar e espaço-território, que, segundo Viñao (2005), constitui:

[...] um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar -, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p. 17).

<sup>118</sup>Rangel Pestana, Caetano de Campos, Américo Brasiliense, Silva Jardim, Campos Sales, Prudente de Moraes, Francisco Glicério, entre outros. Ver (SOUZA, 1998) e (BUFFA e PINTO, 2002).

<sup>119</sup>Nota do autor. Esse valor era definido através das leis, decretos e regulamentos expedidos em cada Estado.

Esse espaço-território é a ligação com a cidade, maneira inédita de entrelaçar a cidade de Aracaju e seus seis edifícios-escola inaugurados nesse período para sediar o grupo escolar. O espaço protagonista deste segmento precisa encontrar a sua 'lógica' uma 'lógica social' "[...] derivada de sua condição de lugar e território ocupado, demarcado, desenhado, construído e utilizado para uma finalidade ou função determinada<sup>120</sup>." (VIÑAO, 2005, p. 44). A lógica social do edifício-escola, percebida através do encontro entre as linhas arquitetônicas, que o identificam como majestosos, sua relação com o entorno e formas de acesso.

Para apoiar a nossa escrita, a fundamentação teórica do espaço escolar projetado, edificado com essa função, imbricado com o meio urbano, destacam-se os trabalhos aqui citados: Bencostta (2005 e 2011), Faria Filho (2010), Santos (2009 e 2011), Souza (1998), Viñao (2005) e Zevi (1996).

Para a organização desta escrita, elegi dois autores, que pela sua notoriedade na análise do espaço ajustaram o meu foco, o primeiro, Bruno Zevi, com o livro *Saber Ver a Arquitetura* (1996), onde fui apresentada ainda durante a graduação, um clássico para a formação do arquiteto; e Antonio Viñao em sua conclusão do artigo intitulado *Espaços, Usos e Funções: A Localização e Disposição da Direção Escolar na Escola Graduada*; apresentado na coletânea *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar* de Bencostta (2005), onde tive contato nas disciplinas do mestrado, através de oito autores e seus capítulos, apresenta um panorama sobre instituições brasileiras, situadas no estado do Paraná, dois autores internacionais Viñao e Coeur - o primeiro com as escolas graduadas na Espanha e o segundo com os Liceus parisienses.

Bruno Zevi me permitiu entender a arquitetura de forma mais profunda, na superficialidade enxergamos somente a face externa e estética da fachada do edifício ou do invólucro que a define e protege, mas tenho que submergir e entender as relações entre o interno e externo, entre o homem e suas necessidades, pois são elas que, em conjunto com as características técnicas e funcionais, fundamentam o universo de composição do espaço, que, nas mãos de um profissional sensível, com a concretude de seus traços define esse **espaço**<sup>121</sup> e suas relações com o entorno e com o homem.

---

<sup>120</sup>Hiller e Hanson, *The social logic of the space*. Cambridge University Press, 1984.

<sup>121</sup>Grifo nosso. Para confirmar, segundo Zevi (1996) – *Ver a arquitetura através do espaço*, o espaço é o protagonista dessa análise.

Antonio Viñao me apresentou a possibilidade da análise do espaço escolar pautada nesses três aspectos: 1) sua forma ou estrutura morfológica; 2) sua função e as atividades que nele se realizam; 3) sua organização ou relações existentes entre seus diferentes espaços e funções, a partir dos quais pretendo demonstrar como o modelo se organizou, se firmou e se difundiu na conclusão desta escrita.

Elegi as linhas visíveis dos elementos urbanísticos e arquitetônicos que, através de suas características estéticas monumentais e rebuscadas, criaram o símbolo dos “Templos de Civilização”<sup>122</sup>, aqui analisados através do uso das fotografias do acervo da Brasileira Fotográfica<sup>123</sup> e de outras fontes, pois, segundo Burke (2017), a imagem se configura como testemunha ocular do passado e torna-se evidência de forma a tencioná-la com outras fontes.

Esta análise baseia-se no encontro entre as linhas visíveis e não visíveis, que se materializam no mosaico dos grupos escolares na cidade de Aracaju. Estes edifícios-escola foram idealizados e projetados para serem vistos e admirados. O rebuscamento estético e volumétrico destes edifícios e sua localização na malha urbana da cidade são os pontos de encontro dessas linhas.

A arquitetura corresponde a exigências de natureza tão diferentes que descrever adequadamente o seu desenvolvimento significa entender a própria história da civilização, dos numerosos fatores que a compõem e que, com predominância ora de um ora de outro, mas sempre com a presença de todos, geraram as diferentes concepções espaciais. (ZEVI, 1996, p. 53).

Esta concepção, deve ser analisada por quatro aspectos, segundo Zevi (1996), o primeiro os *pressupostos sociais* – fundamenta-se na situação econômica do país e dos indivíduos que promovem as construções, e no sistema de vida, nas relações de classe e nos costumes que dela derivam; o segundo os *pressupostos intelectuais* – o mundo dos seus sonhos, dos seus mitos sociais, das aspirações e das crenças religiosas; o terceiro os *pressupostos técnicos* – técnica da indústria da construção e à organização da respectiva mão de obra e o quarto e último o *mundo figurativo e estético* – o conjunto das concepções e interpretações da arte e do vocabulário figurativo que, em cada época, formam o estilo arquitetônico que os distingue.

---

<sup>122</sup>Nota do autor. Utilizei o título do livro de SOUZA (1998) para identificar os seis edifícios construídos nesse período.

<sup>123</sup><http://brasilianafotografica.bn.br>

O primeiro aspecto, os *pressupostos sociais e intelectuais* se apoiam numa sociedade oligárquica e escravocrata em transformação, produção de monoculturas (café, açúcar e borracha) voltado para o mercado externo; pós promulgação da República, essa sociedade transforma-se numa burguesia urbana e pré-industrial, onde a elite culta e letrada, influenciada pelos ideais de civilização e modernidade dos intelectuais do século XVIII e XIX formam a base dos aspectos intelectuais, onde o Estado hora se aproxima da Igreja católica, hora se afasta. Para os *pressupostos técnicos e figurativos*, a indústria da construção civil, em fase inicial de configuração, mão de obra artística oriunda das missões europeias, que aqui aportavam. Em Sergipe, recebemos uma vinda da Itália<sup>124</sup>, em 1918, para as obras de embelezamento em comemoração ao Centenário de Emancipação Política (1920). Em Aracaju registram-se edifícios no estilo Neoclássico e Eclético, sendo este último, o de maior predominância neste marco temporal.

Reconstruir esse passado sem criar anacronismo é, com certeza, um dos aspectos que faz parte do cotidiano dos que buscam (re)contar a história e deve ser evitado. Assim, através de protocolo metodológico estruturei este segmento de forma a provocar o encontro entre a compreensão da conquista e a evolução da ocupação da cidade com os instrumentos normativos que foram promulgados para moldá-la e a institucionalização da escola pública primária, na modalidade de grupo escolar, entrelaçando a análise do espaço urbano e arquitetônico dos edifícios-escola.

O estilo neoclássico no Brasil foi “[...] influenciado por Alberti que baseou seu sistema arquitetônico renascentista na parede, adornada com colunas ou pilastras<sup>125</sup>” (ROTHER, 2017, p. 405). As fachadas trazem esses elementos sacados poucos centímetros do plano da parede, fazendo com que a linha e o contorno tenham papel de destaque na composição, características do estilo inicial do renascimento italiano que preferia a coluna endossada, mais plástica, que permitia expressar claramente o espaço e a massa, “[...] é a introdução de variações de módulos e padrões dentro de uma mesma composição, criando, assim, ritmos e andamentos diferenciados” (SÁ, 2005, p. 54).

---

<sup>124</sup>Bellando Bellandi – arquiteto; Oreste Celli – escultor e pintor; Oreste Gatti – pintor; Antônio Frederico Gentil – mestre de obras. (PORTO, 2011).

<sup>125</sup>Pilastra - elemento decorativo de seção retangular ou quadrada, semiembutido no paramento da parede, quando está situado na quina do edifício é chamada de Cunhal (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Dessa forma, o neoclássico buscava resgate das formas greco-romanas puras com a composição baseada no pilar/coluna, arquitrave<sup>126</sup> e frontão, servindo suas funções originais – sistema estrutural e os elementos de fechamento -, as paredes deveriam receber os ornamentos de forma controlada para valorizar a composição, sem os exageros do estilo barroco. Ele pode ser identificado pelo uso da simplicidade volumétrica, com a presença da marcação das colunatas e a ornamentação sem caráter técnico, voltando a apresentar função simbólica de resgate aos elementos clássicos.

O estilo neoclássico antecede ao estilo eclético e, por essa razão, pode-se perceber sua presença na arquitetura local, já que no Brasil esses estilos chegaram de forma tardia e em alguns Estados, foram absorvidos de maneira peculiar, em virtude das influências exercidas pelas missões estrangeiras que aqui aportaram e deram forma a esse lugar.

Em Aracaju, recebe-se a missão italiana em 1918, composta por Bellando Bellandi, arquiteto; Oreste Cercelli, escultor e pintor; Oreste Gatti, pintor e Antônio Frederico Gentil, mestre de obras, ela foi responsável pela reforma de embelezamento do Palácio do Governo, atual Museu Olímpio Campos, em estilo eclético italiano, profuso em adornos, com platibandas munidas de estátuas e outros adornos, como se vê ainda hoje na platibanda cheia de adornos, com quatro estátuas em pé e duas sentadas. Estruturalmente trocou o frontão triangular por outro arco abatido<sup>127</sup>, ladeado pelas duas estátuas sedestres; reuniu as três portas de entrada em uma só, o mesmo fazendo com as três janelas superiores que lhes correspondiam e subdividiu-as por meio de pinásios e nas suas folhas de madeira aplicou motivos *art-nouveau*; manteve as vergas em arco pleno no pavimento superior e retirou as do térreo. Esse edifício classifica-se como eclético.

Os edifícios construídos para abrigar os grupos escolares em Aracaju, nesse marco temporal estão classificados também no estilo **eclético**<sup>128</sup>, que tem por característica a mistura, a personalização de nova classe dominante – a burguesia urbana. Para impor a sua monumentalidade, utiliza a dualidade entre o útil e o

---

<sup>126</sup>Arquitrave - na arquitetura clássica, parte inferior do entablamento, situada abaixo do friso e assentada sobre os capitéis das colunas; Viga mestra ou verga saliente na superfície das paredes, assentada horizontalmente sobre colunas, pilares ou ombreiras de vão (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>127</sup>Arco Abatido – Arco formado por círculos de raios diferentes entre si, sendo sua flecha menor que a metade da distância entre seus pontos de origem. Também conhecido por arco em asa de cesto, arco sarapanel, arco policêntrico, arco de volta abática e arco de geração. (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>128</sup>Grifo nosso. Para destacar o estilo arquitetônico dos edifícios.

decorativo, a “[...] expansão industrial quando surge o contraste entre a utilidade e a vida, entre o mito e a arte, apresentam-se os dois aspectos da civilização industrial: o romantismo dirigido ao passado, e o mecanicismo dirigido ao futuro.” (ZEVI, 2002, p. 145).

Assim, a estética marcada pela mistura de elementos clássicos, sobreposição de formas de diferentes períodos e imitação é utilizada para criar identidade destes edifícios escolares que se distancia das edificações góticas, barrocas e neoclássicas que as antecederam, com o desejo de se “[...] impor, através da fantasia, uma representação da afirmação social da burguesia industrial.” (SÁ, 2005, p. 67).

Pretendia-se, desse modo, criar uma estética própria para identificar a nova classe de burgueses e industriais, que precisavam se apoiar nessa representação, nesse ineditismo e na combinação exótica das referências do passado e criar símbolos de tradição para uma classe em ascensão social e ainda desenraizada culturalmente, além de criar uma nova imagem, que os diferenciasse dos edifícios da época da Monarquia.

Para melhor análise, sistematização e interpretação das fontes, divide-se este segmento em duas partes, na primeira apresento cada grupo escolar, para que ele possa ser apresentado em suas particularidades, o espaço-lugar. Lugar específico, com características determinadas pelas práticas pedagógicas, aonde se vai, onde se permanece algumas horas de certos dias, e de onde se vem - escola.

Na segunda parte, retomo os edifícios-escolares e os entrelaço com a cidade de Aracaju, para demonstrar a forma de ocupação desse espaço-território nesse espaço-tempo. A partir da compreensão da localização desses edifícios-escola e sua arquitetura, constrói-se encontro inédito das relações sociais e urbanas entre eles e a cidade. Transformando o lugar escolar, a partir dessa vivência em território, por aqueles que com ele se relacionam, surge, segundo Bencostta (2005), “[...] o espaço-lugar -, uma noção objetiva e o espaço-território -, uma noção subjetiva”.

#### **4.1 O Espaço-Lugar do Grupo Escolar**

A política de implantação dos grupos escolares em Sergipe ganharia mais clareza a partir do mês de setembro de 1911, quando mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa pelo presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, fez análise do quadro educacional sergipano e apontou o modelo dos grupos

escolares como o ideal para a reforma da instrução pública que se propunha empreender. Assim, os grupos escolares surgem primeiro na capital e depois no interior. Nesse marco temporal, surgem, em 1914, Grupo Escolar Central, mais tarde, denominado Grupo Escolar General Siqueira; em 1917, Grupo Escolar Barão de Maroim; em 1918, Grupo Escolar General Valladão, que será transferido para um outro local em 1923; em 1924, Grupo Escolar Dr. Manoel Luís; em 1925, Grupo Escolar José Augusto Ferraz.

Desses seis edifícios-escola, apenas três continuam em funcionamento até os dias atuais. O General Valladão – 2ª localização, o Dr. Manuel Luís e o José Augusto Ferraz, todos construídos na gestão de Graccho Cardoso, além de estarem localizados em bairros e não na área central da cidade, como os três primeiros.

Registra-se interrupção entre os anos de 1918 e 1921. No governo de Pereira Lobo (1918-1922), em razão da queda das receitas do Estado, o crescimento quantitativo dos grupos sofreu um abalo. Não foram planejados novos grupos e obras iniciadas foram paralisadas. Outro acontecimento, que pode contribuir para entender essa cessação, foi o surto da gripe espanhola que se espalhou por praticamente todas as cidades e vilas do Estado, ocorrido entre 1918 - 1919, sendo Aracaju e Itabaiana as cidades com maior número de óbitos. Somente com a recuperação financeira, ocorrida na década de 1920, os grupos escolares voltaram a ser construídos. O governo de Graccho Cardoso foi o responsável pela expansão de seu número, não só na capital, mas também no interior do Estado.

O projeto arquitetônico desses edifícios deveria atender as práticas pedagógicas e oferecer espaço adequado aos preceitos de higiene. Eles deveriam estar situados em locais que mais bem acomodassem a frequência, evitando os inconvenientes que pudessem perturbar seus fins, afastados de aglomerações, como feiras, casernas e fábricas. Deveriam ter pátio em condições higiênicas para o recreio ao ar livre, com abrigo contra intempéries e mobília apropriada à comodidade das crianças e ao bom andamento do ensino; aberturas amplas e em todas as faces, e estar situados em locais com baixo ruído e poeira. Essas exigências estão presentes nos instrumentos normativos analisados.

Através da arquitetura destes edifícios, a República desejava divulgar uma imagem de estabilidade das administrações, e o investimento para alcançar esses objetivos residiu na composição estética, na monumentalidade e na excessiva preocupação em torna-los visíveis e identificados como espaço da ação

governamental, por isso, os edifícios da Escola Normal, a segunda localização do Atheneu Sergipense e do Grupo Escolar General Siqueira, foram posicionados no Quadro de Pirro.

As estratégias, segundo Certeau (1994, p. 99), “[...] postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”, de posse deste conceito, percebo que a estética desses edifícios foi utilizada como a base para gerar a identidade dos grupos escolares neste período.

Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1920, o Presidente de Estado, Pereira Lobo, declara:

“[...] às vezes, as belezas arquitetônicas, o rendilhado artístico, de feito caro e moroso, excedem, se não prejudicam, às comunidades e outras exigências de caráter pedagógico e higiênico. Prédios mais modestos, de aspecto mais simples e confortável, satisfazem aquele objetivo.” (SERGIPE. Diário Oficial do Estado de Sergipe, 12 de setembro de 1920).

A fala de Pereira Lobo, corrobora com a leitura que faço do excesso de ornamentos como uma das estratégias utilizada pelos administradores para estes edifícios-escola.

Registra-se silêncio nas fontes em relação à descrição da localização e dos parâmetros estabelecidos para as instalações sanitárias, em função da separação dos sexos. Infiro que esses espaços deveriam ser separados também, um para cada seção: feminino e masculino. Também não se identifica a separação de uso para os adultos (corpo administrativo e professores) e alunos. Primeiro e único registro identificado nas fontes, refere-se ao Grupo Barão de Maroim, em que, segundo Santos (2009, p. 92)<sup>129</sup>, “[...] o estabelecimento sanitário está montado dentro de todas as condições de higiene”.

Perguntas para as quais não tenho respostas, mas que devem ser colocadas como pontos de reflexão neste encontro entre a arquitetura e os grupos escolares. A especialização desses espaços internos e externos, iniciado com a construção dos primeiros edifícios, e que nunca parou, não será ainda aqui revelada, pois não localizei os projetos arquitetônicos desses edifícios quando da inauguração. Nossa descrição está focada nos elementos ornamentais externos, na posição do edifício no lote e sua relação com a cidade. Percebo uma cortina de fumaça em relação ao posicionamento

---

<sup>129</sup> O Estado de Sergipe, 1917, p.2

deles e como eles foram sendo incorporados, mesmo com a descrição realizada por Azevedo (2010) e Santos (2009), que expõe em sua escrita a importância do pátio, da sala dos professores e da sala da direção, mas não afirmam como e onde estiveram posicionados.

A preocupação com o desenvolvimento físico das crianças tinha nos pátios o lugar adequado para a prática dos exercícios físicos. As saletas de entrada contribuíam para a boa receptividade do lugar, tanto em relação a visitas de autoridades públicas e educacionais quanto a um público maior em momento de festas escolares. [...] Os professores, além da obrigatoriedade da formação normal, tinham na organização espacial do grupo mais um contributivo para a construção da sua identidade profissional. A existência de sala para professores denota preocupação com a nova categoria profissional, confirmando um momento de institucionalização da profissão do docente de ensino primário. A transformação de um espaço em sala de professores produz um lugar próprio, credencia e cria autoridade aos seus usuários, amplia-se a hierarquização existente no ambiente escolar. Em relação às vivências desse lugar, podemos afirmar a existência de condições efetivas da construção de momentos de troca de experiências educacionais e mesmo políticas da profissão. [...] Fruto da instituição do ensino público primário graduado, o cargo de direção complementava a organização racional que se pretendia com a graduação dos primeiros anos da escolarização na passagem do século XIX para o XX. O mais alto cargo na hierarquia do grupo escolar não ficaria, portanto, sem o seu lugar (AZEVEDO, 2010, p. 124 e 125).

Outra novidade que foi atribuída aos Grupos Escolares foi a presença dos jardins. Além de tentar promover o encantamento dos olhos infantis, era uma estratégia de propiciar a melhor circulação do ar, evitando assim os temidos miasmas. Os primeiros Grupos construídos em Sergipe possuíam jardins na parte frontal ou nas laterais (SANTOS, 2009, p. 96).

Em outro texto, Vinão (2005), apresenta a localização e a importância da Direção Escolar, entendida como disputa de poder entre os professores e a direção, a depender da posição da sala em relação aos demais espaços. O que ele nos revela é que a posição desse espaço permitia ao diretor exercer ou não maior domínio sobre a rotina da escola. Dessa forma, entender as linhas invisíveis amplia a compreensão das representações coletivas, que segundo Chartier (1994, p. 72 e 73), são as divisões da organização social, matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social, que comandam atos. Atos esses percebidos pelas linhas visíveis.

O Código de Postura de 1912 foi responsável pelos parâmetros dimensionais e elementos estéticos obrigatórios em todos os edifícios construídos nesse período. O Regulamento da Instrução Pública de 1912 e, depois, o de 1924 estabeleceram

uma série de requisitos para garantir a adequação da localização, os espaços internos dos edifícios, da mobília e do material escolar.

Com isso, os engenheiros, ao construírem os prédios que seriam ocupados por essa modalidade de ensino, passaram a se preocupar em atender as premissas construtivas, pedagógicas e higienistas. Identificou-se que o formato do lote e a sua relação com o edifício, além da quantidade e dimensão das esquadrias, foram algumas das preocupações higienistas presentes em todos os seus compartimentos, em que renovação de ar deveria ser constante, promovida pelas correntes de ar que arejavam o ambiente, pondo-o, assim, a salvo dos inconvenientes de um ambiente viciado, que poderia ajudar a propagar as doenças infecto-contagiosas do período.

O material de apoio e a mobília também foram alvo dos instrumentos normativos. Para os grupos escolares, no Regulamento de 1912, no art. 81, previa: bancos-carteiras simples ou duplas para os alunos; mesa com escrivaninha, sobre estrado com uma cadeira de braço e horário de trabalho; mapa do Brasil e de Sergipe; globo geográfico ou, na falta, planisférico; mapas para o ensino da aritmética e de sistema métrico; objetos simples para o professor e visitantes; quadro preto para exercícios de giz, relógio para regular o ensino intuitivo; material para trabalhos manuais; livros indispensáveis para a guia do mestre, como dicionário, manuais de pedagogia prática etc.; modelos caligráficos e quadros murais para o ensino de coisas pelo desenho; mapas de história natural e tudo quanto pudesse desvendar, esclarecer e alargar o âmbito da inteligência infantil; um armário, cabides, talhas, tinteiros, régua, compasso, canivetes, tesouras etc. Todos deveriam ser fornecidos pelo Estado, inclusive os compêndios e livros indispensáveis à aprendizagem dos meninos pobres<sup>130</sup>. A maioria desses materiais eram importados dos Estados Unidos.

França, Inglaterra e Estados Unidos são os países, nessa ordem, que mais exportaram modelos de seus avanços em educação para o Brasil. Da França, importou-se proposta do Ministro da Educação, Jules Ferry (1832-1893), que estabeleceu, em 1882, que a sala de aula deveria ter forma retangular, o piso de parquet de madeira resistente, altura do teto de aproximadamente quatro metros, superfície mínima de 1,25m<sup>2</sup> por aluno e não exceder cinquenta lugares; da Inglaterra, foi trazido o manual de Henry Kendal, *Design for Schools and School Houses*, de

---

<sup>130</sup> Foram criadas as caixas de assistência para ajudar as famílias menos abastadas a manterem seus filhos na escola, com o custeio do uniforme e demais itens necessários para que o aluno pudesse estudar.

1847, em que são apresentados projetos de escolas londrinas; dos Estados Unidos, veio o manual de Henry Barnard, *School Architecture*, de 1854, que alertava para o cuidado na escolha do local da escola, do mobiliário, que deveria permitir a circulação livre da professora, para orientar os alunos. Perceber a influência destes modelos, demonstra as influências no desenvolvimento dos projetos arquitetônicos dos nossos edifícios-escolares.

Os edifícios escolares representavam o modelo de escola urbana moderna de melhor qualidade em prédios especialmente construídos para propagar o ideário republicano bem como divulgar a ação do governo. Os prédios eram construídos em locais privilegiados e com projeto arquitetônico que se integrava às construções modernas que iam aparecendo nos centros urbanos. Era a demonstração inequívoca de propaganda do governo e do grau de importância que dava à causa do ensino (OLIVEIRA, 2004, p. 151)

A arquitetura destes seis edifícios apresenta elementos e ornamentos que são idênticos, determinados pela tecnologia construtiva, matéria-prima disponível e atendimento aos requisitos dos Códigos de Postura e Regulamentos da Instrução Pública. Essas são as linhas visíveis, seis pontos que, em nossa visão, são comuns ou sofrem poucas alterações. Essa organização permitiu compreender o que é um padrão e o que dele difere. Quando isso ocorrer, ele será apresentado no subcapítulo específico de cada grupo.

**TECNOLOGIA CONSTRUTIVA.** O sistema de construção dos edifícios seguiu o padrão da época: grossas paredes de tijolos de barro; sistema de cobertura composto de estrutura de madeira, telha de barro, normalmente com quatro ou duas águas, calha de zinco, popularmente conhecida por bica, para recolher as águas pluviais; além da platibanda<sup>131</sup>. Para o posicionamento das esquadrias, percebe-se o recorte em diagonal na parte interna das paredes no encontro entre as ombreiras, peitoril e verga, em virtude da grande espessura da parede, recebe o nome de capialçado<sup>132</sup> e promove maior entrada de luz no interior dos edifícios, além da marcação externa do quadro<sup>133</sup>.

<sup>131</sup>Platibanda ou Ático - meia parede para esconder o telhado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>132</sup>Capialçado - atribuição dada principalmente a sobrearcos e contrapadias inclinados. A inclinação dos elementos capialçados é chamado de vôo, voamento ou capialço. Em geral sobrearcos ou contrapadias capialçados eram utilizados também por uma preocupação estética. Acompanhavam as inclinações laterais dos rasgos que inversamente tinham um aspecto funcional, permitir maior entrada de luz no interior dos edifícios (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>133</sup>Quadro - moldura em alvenaria que circunda as esquadrias no lado externo com uma pequena saliência em relação a parede (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**MODENATURA.** Conjunto de elementos ornamentais e estéticos, que compõem o edifício, seu entablamento<sup>134</sup>, formado pelas cornijas, frisos, arquitrave, molduras, pináculos e estátuas. O ornamento é um elemento estético utilizado desde os primórdios da arquitetura para promover puro deleite visual, segundo Vitruvius<sup>135</sup>. Outras funções do ornamento são: articulação das partes de um edifício, do uso estético para expressar um fim utilitário, além do uso como narrativa, utilizando estátuas de homens ou animais (ROTHER, 2017, p. 79-89).

Esta análise feita de maneira individual, apresentada nos subcapítulos a seguir, permite perceber como os ornamentos foram utilizados e responsáveis em criar o **valor de deleite**<sup>136</sup>, percebido, na fala da imprensa e de seus idealizadores, como monumental, suntuoso, nobre e moderno.

A depender do edifício estes adornos decorativos foram mais utilizados e imponentes. Estes elementos conferem efeitos estéticos específicos na edificação, por criar pontos, linhas, planos e volumes diferenciados, por gerar uma relação entre cheios e vazios, claros e escuros diversificada (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**ESQUADRIA.** A composição das janelas e portas de abrir, de madeira, com a bandeira<sup>137</sup> fixa, numa distribuição proporcional, rítmica e simétrica considerando o eixo central da porta principal. A porta principal sempre se destaca no conjunto, por suas dimensões ou por escadaria que conduz o usuário para o nível que sempre está acima daquele da calçada. As esquadrias são elementos imprescindíveis para a entrada de iluminação e ventilação natural, necessários para garantir local adequado ao ofício de ensinar, conforme os preceitos do Código de Posturas de 1912. As janelas são compostas por quatro elementos, a verga (elemento horizontal superior), duas ombreiras (elemento vertical) e peitoril (elemento horizontal inferior); e nas portas

---

<sup>134</sup>Entablamento - na arquitetura clássica, conjunto de molduras que coroam uma parede ou uma colunata na fachada do edifício. Quando completo, é composto de arquitrave, friso e cornija. Retábulos, portadas, colunas e pilares podem ser encimados por entablamentos (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>135</sup>Marcus Vitruvius Pollio foi um arquiteto e engenheiro romano, que viveu no século I a.C., no período do Imperador Augusto. Vitruvius deixou como legado uma obra em 10 volumes, intitulada "De Architectura". Essa obra constitui o único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos dias atuais, sendo inspiração aos elementos arquitetônicos e estéticos das construções.

<sup>136</sup>Grifo nosso. Para demarcar que a arquitetura é símbolo e forma de comunicação. Ver maiores informações em (ROTHER, 2017).

<sup>137</sup>Bandeira - caixilho situado na parte superior de portas e janelas destinado a melhorar a ventilação no interior da edificação. Pode ser fixa ou móvel. Pode ter subdivisões para efeito decorativo, de madeira ou ferro forjado, rendilhado ou torneado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

retira-se o peitoril e se mantêm os demais; a este conjunto várias molduras<sup>138</sup> e ornatos foram utilizados para destacá-lo;

**MEIO-PORÃO.** Atrelado também às questões de higiene e salubridade, em relação à umidade do solo, a solução utilizada foi o meio-porão<sup>139</sup> ou o porão habitável. Ele confere ao primeiro piso da edificação uma distância adequada para afastá-lo do solo do terreno natural, e, assim, o piso da construção, que, nesse caso, era constituído de tábuas de soalho de madeira, com união mecha e encaixe<sup>140</sup>. Completa esse conjunto o óculo, abertura para entrada de iluminação e ventilação natural, para promover a circulação do ar nesse ambiente;

**FORRO.** Utilizou-se a mesma matéria-prima, madeira de lei em tábuas, com união mecha e encaixe. Nessa época a laje de concreto ainda não era uma tecnologia disponível;

**GRADIL**<sup>141</sup>. Os edifícios que têm essa solução para afastar o edifício do alinhamento com a calçada utilizam mureta de alvenaria baixa, com grade de ferro batido ou forjado, com ornamentos diferenciados e as pilastras de alvenaria marcadas com cornija, pináculos ou pinhas. Essa solução permite que a visualização do edifício não seja comprometida, caso se constitua todo de alvenaria; além de permitir o controle de acesso e saída - via portão, vigiado pelo funcionário ali posto para não permitir nenhum acesso de estranhos ou a saída antecipada ou entrada tardia após o toque da sirene, que demarcava o horário das aulas.

A forma do lote e do edifício, sua posição e a articulação entre eles com os acessos permitem a identificação do pátio, que pode ser percebido pelo formato do prédio. Se em forma de 'U', ele se constitui no centro espaço; os jardins podem ser

---

<sup>138</sup>Moldura - superfície saliente ou reentrante, estreita e alongada, que serve de remate e ornamento a muitos elementos da construção. É quase sempre utilizada em série possibilitando criar efeito de sombra e luz. É comum seu emprego ao redor de portas e janelas, no alto de paredes, na fachada dividindo pavimentos, e em beirais. Um elemento com molduras é chamado de moldurado ou emoldurado e mais raramente estermado. Guarnecer um elemento com moldura é chamado moldurar ou emoldurar. O conjunto de molduras que guarnecem um elemento ou uma edificação é chamado emolduramento, molduramento ou molduragem (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>139</sup>Meio-Porão - assim designado por que não possuir uma altura de pé-direito que acomode a presença de um adulto em pé, se assim permitisse teria a nomenclatura de porão habitável, com uso frequente de depósito ou adega (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>140</sup>Mecha e encaixe - sambladura formada pela junção de uma peça de madeira que possui saliência com outra peça que possui reentrância. Também conhecido como macho e fêmea (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>141</sup>Gradil - qualquer tipo de grade, feita de madeira ou ferro, que circunde ou vede parcialmente um ou mais de um dos lados de um terreno, ambiente ou elemento da construção. Em geral é composto por peças paralelas unidas entre si por corrimão. Também conhecido por gradeado ou gradeamento (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

observados e identificados nos vazios da implantação, as portas de acesso e posição das janelas também contribuem para identificar as repetições ou descontinuidades, o ritmo e a escala do edifício.

Nos subcapítulos que seguem, apresento cada edifício-escola, suas linhas, visíveis ou não, entendendo que não serei capaz de esgotar esta pesquisa. Ela apresenta lacunas que não nos permitem avançar, de forma precisa, na identificação do uso dos espaços internos, somente localizei o Projeto de Reforma Arquitetônico do Grupo Escolar Dr. Manuel Luís (2008), que não reflete a disposição dos ambientes, quando da sua concepção e inauguração.

As linhas arquitetônicas se entrelaçam com as linhas urbanas, através da elaboração dos novos registros, a fachada dos edifícios, desenhadas a partir das fotografias e cartões postais<sup>142</sup>, e o mapa do entorno de cada grupo escolar, para, a partir da compreensão do lote e do edifício, perceber a relação entre eles. Também criei uma tabela para identificar a área do lote, a área edificada ou construída, além dos índices urbanísticos - taxa de ocupação<sup>143</sup> e coeficiente de aproveitamento<sup>144</sup> e o número de salas de aula. Apesar desses índices urbanísticos não serem utilizados no período, acredito que eles podem ser utilizados para esta e demais pesquisas como forma de entender e ampliar a percepção dimensional do lote e da área edificada e ocupada por cada edifício, e compara-los.

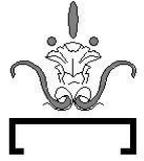
Encerra-se cada grupo com uma ficha técnica, com as seguintes informações: data de inauguração e sua relação com datas cívicas a serem atreladas a esse evento, localização com endereço atual, presidente que inaugurou o edifício, pequena bibliografia do patrono e se o prédio está tombado e qual o seu uso atual.

---

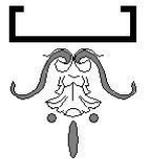
<sup>142</sup>Nota do autor. Utilizei os registros fotográficos e cartões postais existentes, em número reduzido, mas de fundamental apoio para a elaboração dos desenhos das fachadas dos edifícios aqui apresentados. Os cartões-postais confeccionados nos primeiros anos do século XX e que tinham como objeto a cidade de Aracaju, seus monumentos, jardins e principais edifícios, que também ampliaram a circulação destas imagens, criando uma representatividade da nossa cidade. Ver maiores informações em Diniz (2009).

<sup>143</sup>Taxa de Ocupação representa a porcentagem do terreno sobre o qual há edificação, cálculo realizado a partir da relação entre área edificada ou construída do pavimento térreo dividido pela área do lote,

<sup>144</sup>Coeficiente de Aproveitamento representa a quantidade máxima de metros quadrados que podem ser construídos em um lote, somando-se as áreas de todos os pavimentos.



GRUPO ESCOLAR GENERAL SIQUEIRA



#### 4.1.1 Grupo Escolar General Siqueira

Inaugurado em 1914, com a denominação de Grupo Escolar Central<sup>145</sup>, três anos depois, sua denominação foi alterada para homenagear o Presidente de Estado que o inaugurou. Em 1925, devido à necessidade de alojar outro tipo de serviço público, o Serviço Militar com o Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferiram-se os alunos para o primeiro edifício ocupado pelo Grupo Escolar General Valladão. Segundo Santos (2009, p. 67), a justificativa para a transferência desse Grupo está na relação de proximidade entre eles, General Siqueira, Barão de Maroim e o General Valladão. As distâncias entre eles se configuram dessa forma: máximo de 700 m, entre o Siqueira Campos e o General Valladão; entre o General Valladão e o Barão de Maroim, menos de 500 m; e entre o Siqueira Campos e o Barão de Maroim, menos de 400 m. O primeiro a ser transferido foi o General Valladão, em 1923; o General Siqueira, em 1925, e o Barão de Maroim, na década de 1950.

Essa proximidade causou diminuição no número de alunos matriculados nos três grupos. Infere-se que a localização desses edifícios, no momento inicial de implantação dos grupos escolares em Aracaju, considerou somente a proximidade da área mais urbanizada e central da cidade, justamente para torná-los visíveis (SANTOS, 2011). Somente em 1926, com a ampliação dos bondes elétricos, com maior abrangência de linhas e de localidades, que ele poderia ter promovido a circulação dos alunos, trazendo-os das áreas mais periféricas para o centro.

Outra causa apontada, pode ter sido as instalações físicas, que, segundo Azevedo (2010), continha 8 salas, que acomodavam de maneira separada cada sexo e em cada sala uma série. Nesse período o ensino primário era oferecido em 4 anos. Conforme ela mesmo relata

[...] o edifício não possuía todas as dependências requeridas para as efetivas necessidades da prática do ensino intuitivo - metodologia de ensino adequada para as classes graduadas como preceituava a pedagogia moderna. Faltava, ao Grupo, biblioteca e laboratórios onde o ensino prático encontrasse condições de realização. (AZEVEDO, 2010, p. 54).

O edifício principal, ver Figura 23 – Grupo Escolar General Siqueira, está posicionado no alinhamento com a Rua Itabaiana. Gradil com mureta e pilastras de

---

<sup>145</sup>Nota do Autor. Encontrei lacunas de informações sobre a localização do Grupo Modelo, anexo a Escola Normal (1911), e por ser justamente esse um ponto de encontro importante para esta escrita, ele não foi contemplado. Santos (2009 e 2011) e Azevedo (2010).

alvenaria, a mureta é baixa (altura 50 cm) e a grade é de ferro batido; as pilastras são ornamentadas e alinhadas e se intercalam com as grades. Nos portões de acesso, em número de dois, os pilares apresentam no seu coroamento base para apoio de uma compoteira<sup>146</sup>. O pilar possui o mesmo acabamento da platibanda principal, em formato de ameia<sup>147</sup> - cada um dos dentes que delimitam os vãos das ameias na parte superior do muro e da platibanda são identificados como merlão. Originalmente, situavam-se nas muralhas das fortificações ou torres dos castelos. E possuíam largura suficiente para posicionamento de um homem, permitindo proteção aos atiradores.

**Figura 23** • Grupo Escolar General Siqueira



**Fonte:** Memorial de Sergipe

Esta estética, característica dos fortes ou castelos, pode ser compreendida, se ampliarmos o nosso olhar e identificarmos que o grupo foi inaugurado no mesmo ano do início da Primeira Grande Guerra (1914-1918), ou seja, as tensões pré-conflito deveriam estar na pauta da circulação das notícias durante a construção desse edifício. No discurso de inauguração, o engenheiro Firmo Freire do Nascimento

<sup>146</sup>Compoteira - elemento decorativo usado principalmente para ornamentar o coroamento de fachadas ou colunas e pilares ou balaustradas de guarda corpo ou de platibanda. Também conhecido por pinha e borla (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>147</sup>Ameia - cada um dos pequenos parapeitos retangulares dispostos a intervalos iguais na parte superior de muro ou parede externa. Originalmente situava-se nas muralhas das fortificações ou nas torres dos castelos. O elemento ou edifício com ameias é chamado de ameado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

destacou a necessidade de o edifício escolar ser percebido pelos alunos como um 'quartel', para despertar sentimento de pertencimento e de luta pela honra da pátria.

Segundo Santos (2011), essa influência se deve à presença de três Presidentes de Estado vinculados com as forças armadas, o Capitão do Exército José Calasans, (1892 a 1894), o General Antônio José de Siqueira Menezes (1911 a 1914) e o General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, que exerceu o cargo em dois períodos (1894 a 1896 e 1914 a 1918). No mandato do General Siqueira, o prédio foi construído e inaugurado.

O prédio apresentava os principais atributos de uma obra republicana. A começar pela localização, pois a escola foi construída no centro da cidade, na Rua Itabaiana, reforçando a necessidade de exibição. A estrutura arquitetônica do prédio também se destacava. Era uma obra que pretendia ser primorosa e encantar os moradores da cidade, reforçar o patriotismo da população (SANTOS, 2011, p. 35).

A composição do edifício principal é imponente e ricamente adornada, as fachadas têm modenaturas diferentes, a fachada principal – Rua Itabaiana, em três planos, os planos laterais no alinhamento do lote, o central no plano intermediário, interligado por dois planos menores e mais recuados. O entablamento composto de arquitrave, friso, cornija e ameado, com seis torres, uma em cada extremidade, lembrando as fortificações militares, com cimalha em redondo, que percorre todo o edifício, formando o seu coroamento. O insoleiramento<sup>148</sup> da edificação está demarcado por uma moldura estreita e lisa. O embasamento<sup>149</sup> também se constitui de uma marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do meio-porão e destacado pela moldura gola.

O óculo do porão também apresenta diferenças na sua composição de forma, quadro, moldura e fechamento. Os da face leste tem arco abatido, divisão central (montante ou pinázio central) com adorno em forma de leque, em ferro batido, os óculos das laterais norte e sul, a verga é reta e o fechamento em ferro batido simétrico.

---

<sup>148</sup>Insolamento - em antigas construções, base da edificação que em geral se constitui no coroamento dos alicerces. Sobre o insolamento são assentados soco, embasamento ou a própria parede (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>149</sup>Embasamento - em construções antigas correspondia muitas vezes à altura do primeiro pavimento, em geral assoalho. Podia ou não formar um pavimento, usualmente meio enterrado. Quando o pé direito é menor de 2.50 m, chama-se porão (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Todas as esquadrias em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha dividida pelo mainel<sup>150</sup>, na fachada principal, face voltada para leste, apresenta janela rasgada por inteiro<sup>151</sup>, as folhas das janelas rasgadas têm a seguinte proporção, na parte superior em vidro (1/3 da altura) e na parte inferior em veneziana (2/3 da altura), na posição de balcão entalado - quando a balaustrada<sup>152</sup> se encontra entre as ombreiras com bandeira em arco pleno<sup>153</sup>. Assim distribuídas, um conjunto com três peças, nas alas laterais; dois conjuntos de duas janelas na ala central e uma janela rasgada em cada face mais recuada. Nas faces norte e sul, as janelas com peitoril e bandeira reta se intercalam com as janelas rasgadas.

As molduras, quadros e cimalthas<sup>154</sup> compõem o emoldramento das esquadrias e ajudam a reforçar esse conjunto, também formadas de modo desigual, criando um jogo de contrates, de sombra e luz, para dar maior imponência ao edifício. Na face leste, Rua Itabaiana, nas alas laterais e central, o primeiro tipo - quadro superior em arco abatido e armoriado<sup>155</sup>, molduras de ombreira ornamentadas com estrias em espiral – cabo ou canerula<sup>156</sup> até o capitel<sup>157</sup>; no plano mais recuado, o segundo tipo, o quadro superior em arco partido<sup>158</sup> e permanece o detalhe das ombreiras. Ver Figura 24 - Fachada Principal.

---

<sup>150</sup>Mainel - pilarete ou montante que divide o vão da janela, seteira e frestas, em duas ou mais partes. Quando as janelas possuem bandeira, serve também para sua sustentação. Também conhecido por montante e pinásio (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>151</sup>Janela Rasgada por Inteiro - janela cujo vão é aberto até o nível do piso. Como parapeito possui pano de peito, grade ou um caixilho fixo. Como as paredes do vão possuíam grande espessura nas antigas construções, facilitava a aproximação das pessoas para se debruçarem sobre a rua. A janela é rasgada pela parte de fora, não possuindo, portanto, pano de peito (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>152</sup>Balaustrada - anteparo de proteção, apoio, vedação ou ornamentação utilizado frequentemente em balcão, terraço. Apêndice, coroaamento de prédio ou como guarda-corpo de escadas. O termo é mais empregado quando referido ao anteparo formado por uma série de balaústres, com o mesmo espaçamento, arrematados por corrimão ou travessa. Também conhecido por balaustrado e balaustrar (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>153</sup>Arco Pleno - arco em forma de semicircunferência, tendo, portanto, sua flecha igual ao raio que serviu para traçá-lo. Também conhecido como arco de plena volta, arco de meio ponto, arco semicircular, arco de volta inteira, arco de volta redonda, arco de pleno cimbriado e arco círculo (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>154</sup>Cimaltha - arremate emoldurado formando saliências na superfície de uma parede. Em geral situa-se no alto das paredes externas, constituindo uma saliência contínua ao longo de toda a fachada, ou sobre guarnições de portas e janelas. Pode ter ornatos e molduras (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

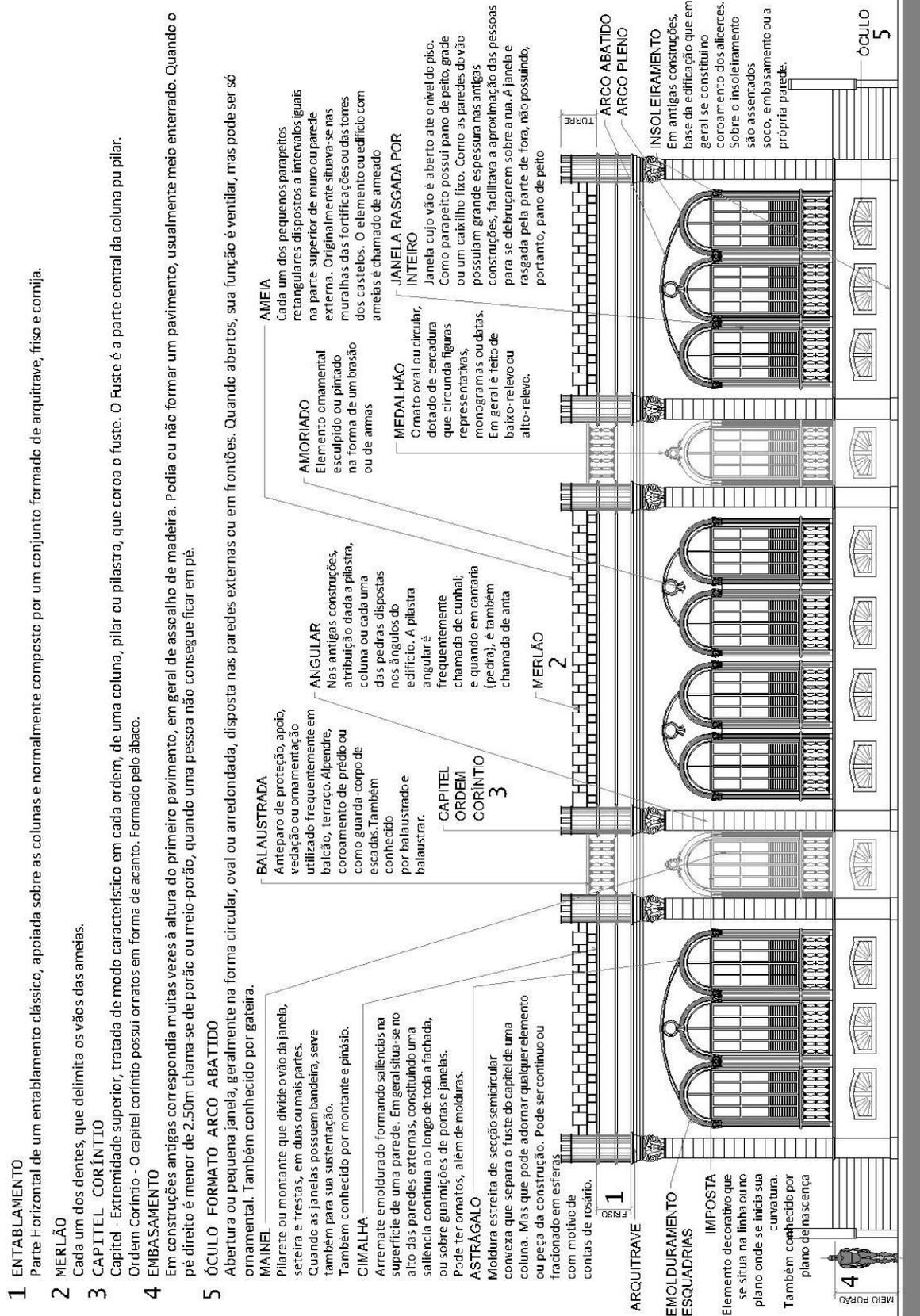
<sup>155</sup>Armoriado - elemento ornamental esculpido ou pintado na forma de um brasão ou de armas (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>156</sup>Canelura - ranhura com seção em arco de círculos escavada verticalmente ao longo da superfície de um elemento arquitetônico para efeito decorativo. É usada particularmente em colunas e pilastras (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>157</sup>Capitel - parte superior de colunas, pilastras ou balaústres. Tem função decorativa. Em geral é o elemento que apresenta a característica marcante das ordens clássicas – dórico; jônico; coríntio; compósita; toscano. (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>158</sup>Arco Partido - arco aberto usado no coroaamento de elementos ornamentados. Também conhecido como arco rompido e arco interrompido (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**Figura 24** • Fachada Principal do Grupo Escolar General Siqueira



Fonte: Elaborado pela Autora, fev. 2019

Na face norte e sul, do recuo, os quadros apresentam-se retos, com quase nenhum ornamento, compõem o terceiro tipo; justifica-se por ser uma fachada de pouca visibilidade. Para as esquadrias temos um quarto tipo, com a seguinte distribuição: um conjunto com duas janelas, uma em cada extremidade e no centro uma janela rasgada; esse conjunto, intercalado por pilares com capitel ordem coríntia<sup>159</sup>, se repete quatro vezes, entre o primeiro e o segundo encontra-se a porta principal de acesso ao edifício, com a escadaria. O conjunto das janelas apresenta quadro reto e a marcação acima da verga assume configurações diferenciadas, as duas janelas das extremidades têm arco abatido e mísula<sup>160</sup>, e a janela com balaustrada, arco partido e medalhão. A porta de madeira com veneziana e duas folhas, o quadro apresenta arco pleno e mísula e a bandeira tem gradil de ferro batido em leque e vidro. Escadaria de acesso em formato linear, patamar central com o lance dos degraus, em duas direções, posicionadas de forma simétrica, nas faces norte e sul.

A marcação dos pilares, semiembutido no paramento da parede que compõem as fachadas, também apresenta a mesma diversidade das esquadrias, com elementos distintos para cada face, mas seguem um ritmo e modulação que impõem uma hierarquia e suntuosidade, a face leste tem o maior número de ornamentos e elementos clássicos que se traduzem na monumentalidade do edifício. Os pilares destacados em meio-relevo, do avanço do plano da alvenaria, capitel coríntio e marcação da imposta<sup>161</sup>, e os que estão posicionados nas quinas das alas, têm frisos horizontais, que formam uma marcação angular<sup>162</sup> e, acima destes, estão as torres ameadas.

---

<sup>159</sup>Coríntio - o capitel coríntio possui ornatos em forma de acanto. Formado pelo ábaco, fuste em ranhura vertical - canelura ou canelado e base (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>160</sup>Mísula - saliência na superfície vertical de um elemento da construção, usualmente mais pronunciada na sua parte superior. Serve de apoio a algum elemento construtivo ou decorativo. Também conhecido por peanha, supedâneo (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>161</sup>Imposta - elemento decorativo que se situa na linha ou no plano onde se inicia sua curvatura. Também conhecido por plano de nascença (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>162</sup>Angular - nas antigas construções, atribuição dada a pilastra, coluna ou cada uma das pedras dispostas nos ângulos do edifício. A pilastra angular é frequentemente chamada de cunhal; e quando em cantaria (pedra), é também chamada de anta (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Balaustrada de argamassa<sup>163</sup> com balaústre<sup>164</sup> torneado composto de uma concavidade na parte superior (colo) e uma convexidade na parte inferior (pança) de dimensões simétricas no eixo horizontal, com detalhes em astrágalo<sup>165</sup> nas extremidades superiores, inferiores e no centro, está presente nas janelas rasgadas e no guarda corpo das duas escadarias de acesso principal ao pavimento interno. Essas características estéticas classificam esse edifício no estilo eclético

Identifiquei, através do uso de imagens fotográficas de períodos posteriores ao marco temporal e visita em campo, o edifício principal, no centro do lote, e um edifício menor (onde a seta aponta), que vamos nomeá-lo como anexo, e uma guarita, que não está enquadrada na foto abaixo - ver Figura 25.

**Figura 25** • Quartel da Força Pública (1931)



**Fonte:** Biblioteca Nacional

<sup>163</sup>Argamassa - material aglutinante constituído por um aglomerante, um agregado miúdo e água, se apresentando, quando imediatamente preparado, como uma massa de consistência plástica que com o tempo endurece (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>164</sup>Balaústre - pequena coluna ou pilar que forma junto com outros elementos iguais, dispostos em intervalos regulares, uma balaustrada. Constitui-se no elemento de sustentação de travessa ou corrimão. O tipo mais comum de balaústre possui forma torneada composto de uma concavidade na parte superior (colo) e uma convexidade na parte inferior chamada pança. Em geral, a distância entre os balaústres é feita de modo a equivaler aproximadamente cheios e vazios na balaustrada. Frequentemente composto de capitel, colarinho, fuste e base emoldurados (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>165</sup>Astrágalo - moldura estreita de secção semicircular convexa que separa o fuste do capitel de uma coluna. Mas que pode adornar qualquer elemento ou peça da construção. Pode ser contínuo ou fracionado em esferas com motivo de contas de rosário (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Apresentam características construtivas e estéticas similares, denotando que foram construídos ou ao mesmo tempo ou em imediata sucessão. Existem atualmente outros edifícios no lote, que, por suas características, foram construídos para acomodar os serviços da Polícia Militar, num período posterior a essa transferência. O anexo e a guarita, situados no nível do acesso do pátio ou rés-do-chão, apresentam uma modenatura mais simples que a do edifício principal. O anexo encontra-se próximo da divisa norte, recuado em todas as faces e a guarita também na mesma divisa. As pesquisas realizadas nas fontes não apresentam informações seguras para afirmar o uso e data de construção, infiro que foram construídos durante ou logo após a ocupação pela Polícia Militar. Utilizando a citação de Azevedo, (2010) sobre a inexistência de instalações para acomodar a biblioteca e o laboratório, concluo que existia somente o edifício principal.

Esta descrição, que se fará também para os outros edifícios-escola, pretende destacar os ornamentos e tecnologias construtivas para reforçar a representação da estética, do seu deleite como valor da identidade social e das práticas culturais utilizadas pelos republicanos para a “[...] demarcação de uma memória, opulenta e representativa dos ideais nos novos tempos” (SANTOS, 2011, p. 35). A escola se tornou nas cidades mais um espaço de encontro, de solenidades e de comemorações, cravado em pontos onde se desejava criar espaço social e cultural, edificado de maneira majestosa, em contraste com as casas simples e as condições precárias de infraestrutura e urbanização da cidade de Aracaju nesse período.

Segundo Magno Santos (2009 e 2011) e Laísa Santos (2018), foram considerados verdadeiros palacetes, pois reuniam os seguintes elementos: escadaria; amplo espaço, bem arejado e ventilado; altura, pintura e janelas elevadas, estas últimas ao mesmo tempo em que evitavam o desvio da atenção dos alunos garantiam boa iluminação; traços retilíneos, sóbrios e simétricos das paredes; os corredores laterais; e os porões que colocavam os grupos acima da sujeira das ruas.

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e as não visíveis, analisando a forma do edifício principal - de um único pavimento, em formato “U”, com três alas ou pavilhões bem distintos – central, lateral esquerdo e lateral direito -, formando conjunto simétrico. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia<sup>166</sup>, que permite a integração visual na parte interna do

---

<sup>166</sup>Lógia - galeria aberta, tendo seus lados abertos para o interior do pátio, marcada por pilares em uma de suas extremidades (ALBERNAZ e LIMA, 2000).

edifício, voltado para esse pátio, permitindo maior controle e vigilância, que deve ter tido uma ou mais escadas para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio interno. O jardim deve ter sido posicionado também de forma simétrica, na face norte e sul. Percebe-se, na Figura 26, um pequeno arbusto, que pode comprovar a suposição.

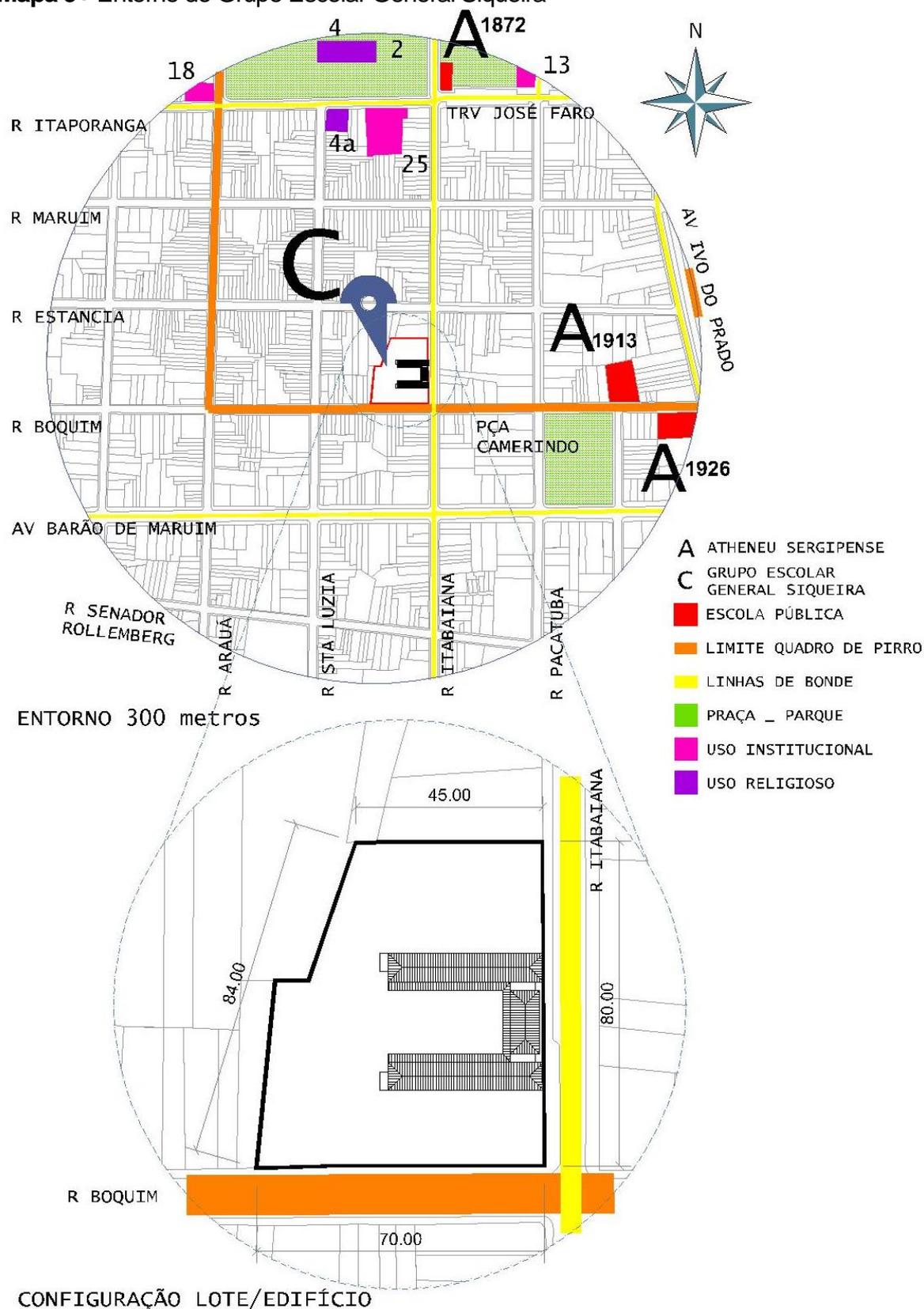
Relacionar o espaço interno com o externo ocupado por cada edifício-escola permite analisá-los, “[...] não mecanicamente, mas no conjunto das suas relações variáveis, apresentam a cena sobre a qual nasce a arquitetura [...] sempre o produto da coexistência e do equilíbrio de todos os componentes da civilização em que surgem.” (ZEVI, 1996, p. 54). Assim, essas edificações e sua localização precisaram ser descritas, para, a partir da escrita, dar visibilidade aos elementos e ornamentos utilizados, para delinear como eles se articulam com a representação coletiva dos grupos escolares majestosos, suntuosos e monumentais.

No entorno do lote, conforme Mapa 9, estipulei um raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Grupo foi posicionado em um lote de esquina, tendo como acesso principal a Rua Itabaiana, esquina sul com Rua Boquim. Ele está situado no limite sul do Quadro de Pirro, sendo o único grupo escolar a estar inserido nele.

Na direção norte, a 200 m, encontram-se o primeiro edifício do Atheneu Sergipense (A), inaugurado em 1872, a Praça Olímpio Campos (2), Catedral, Cúria Metropolitana (4a), Palácio Inácio Barbosa (22), Tribunal da Relação (20), a Praça Almirante Barroso (Jardim Olímpio Campos) e a Assembleia Legislativa Provincial (13). Na direção leste, a 200 m, o segundo (A2) e, a mais 100 m, o terceiro edifício do Atheneu Sergipense (A3). Praça Camerino está neste percurso também e seguindo na mesma direção encontra-se a Av. Ivo do Prado e a balaustrada de proteção do Rio Sergipe. Na direção sul, a 100 m, a Av. Barão de Maruim.

A circulação de alunos e funcionários, que poderia ter sido realizada através do bonde elétrico, não se fez presente, pois esse meio de transporte inicia sua atividade somente em 1926 e a escola funcionou até 1925. O bonde movido a tração animal tinha percurso mais limitado.

**Mapa 9** • Entorno do Grupo Escolar General Siqueira



O registro utilizado para a confecção desse mapa não apresenta essa informação, tem-se apenas as ruas e avenidas por onde o bonde elétrico circulava. São elas: ruas Itabaiana e Itaporanga e avenidas Barão de Maruim e Ivo do Prado, itinerários de mais de uma de suas linhas<sup>167</sup>. Percebe-se que, dessa forma, o Quartel que ali se instalou, sim, fez uso deste meio de ligação.

Lote com formato irregular, próximo de trapézio, de esquina, com duas entradas principais situadas na Rua Itabaiana; cada ala e portão recebia o seu aluno – seção masculina e feminina; na face leste, testada de 80 m e na face sul - Rua Boquim - 70 m; na face leste, linha em diagonal, lindeiro ao lote vizinho com 84 m e fechando o trapézio face norte, também lindeiro ao lote vizinho, com 45 m, totalizando um pouco menos de 4.450 m<sup>2</sup>. Lote com dimensões generosas permitiu que o edifício principal se posicionasse no centro e seu entorno interno ficasse livre para as atividades físicas e para o jardim, que não foi possível identificar, em virtude da ocupação dos novos edifícios construídos pela Polícia Militar. Ver Tabela 1, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do grupo escolar, e, em sequência, Ficha Técnica 1.

Considereei somente um pavimento para a edificação principal, pela altura do embasamento. A escala do edifício, percebida através das relações, aponta que a altura não era suficiente para que um homem pudesse ficar ereto. Assim, ele foi aqui classificado como meio-porão.

**Tabela 1 • Parâmetros do Grupo Escolar General Siqueira**

Parâmetros	Valores
Área do terreno	4.852,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Principal	835,00m <sup>2</sup>
Área do Pátio Central	430,00m <sup>2</sup>
Taxa de Ocupação	17%
Coeficiente de Aproveitamento	0,17
Número de salas de aula	8

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

#### **Ficha Técnica 1 • Grupo Escolar General Siqueira**

Data da Inauguração - 15 de março de 1914.

Data Cívica - 17 de março - Data em que se comemora o dia da assinatura do decreto de fundação da cidade de Aracaju.

Presidente de Estado - General Siqueira de Menezes (1852-1931), encerrou a carreira militar como General de Brigada; em 1911 assumiu a presidência do Estado após vencer a mais disputada das eleições nacionais da Primeira República até aquele momento. Permaneceu no cargo até 24 de outubro de 1914.

<sup>167</sup>Nota do Autor. Não consegui identificar as datas de implantação das linhas, no Apêndice – D, apresento somente a descrição do itinerário das linhas de bonde (1908-1951).

---

Localização<sup>168</sup> - Rua Itabaiana, nº 336, esquina com Rua Boquim no Bairro Centro.

Patrono - General Siqueira de Menezes.

Atual uso do edifício - Quartel da Força Pública, atual Comando Geral da Polícia Militar de Sergipe desde 1925. O Grupo Escolar foi transferido para a Rua de Sergipe, s/nº - Bairro Siqueira Campos.

Edifício Tombado pelo Decreto nº 18.775, de 02/05/2000; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 28.

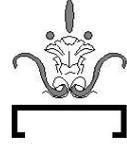
Engenheiro Responsável pelo Projeto - Tenente Firmo Freire do Nascimento.

---

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

---

<sup>168</sup>Nota do autor. Endereço conforme nomenclatura dos logradouros públicos e bairros no momento da escrita desta dissertação.



GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MAROIM



#### 4.1.2 Grupo Escolar Barão de Maroim

Construído sobre as ruínas do antigo Asilo Nossa Senhora da Pureza, que funcionou em Aracaju na segunda metade do século XIX e que durante alguns anos ofertou o ensino normal para o público feminino. No início da década de 1870, um grupo de homens liderados por João Gomes de Mello, o Barão de Maroim, fundou um orfanato destinado a meninas órfãs desvalidas.

O Barão de Maroim doou ao patrimônio do asilo o terreno da Marinha do qual era foreiro. Somente em 1874 foi aprovada a fundação do asilo, pela Resolução nº 979, de 2 de maio. Assim, o então presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda, criou o Asylo Nossa Senhora da Pureza e aprovou o regulamento, no dia 8 de julho de 1874. O asilo deveria atender a meninas órfãs desvalidas, menores de treze anos, como determinava o regulamento da instituição. Segundo o mesmo regulamento, o asilo deveria ser mantido com verbas do governo provincial. No entanto, apesar do empenho dos fundadores, o asilo não obteve muito sucesso, devido aos recursos escassos a ele destinados. Com isso, a sua extinção foi decretada pela Resolução 1341, de 31 de agosto de 1888. Três anos depois, pelo decreto nº 2, de 13 de julho de 1891, o asilo foi definitivamente extinto. Naquela ocasião, nele só existiam três asiladas e todas com mais de treze anos. Com a extinção, a construção ficou abandonada durante três décadas, até a edificação do Grupo Escolar Barão de Maroim (SANTOS, 2009, p. 43-44).

No início do século XX, era prática corrente homenagear na denominação dos grupos os doadores dos terrenos, como ocorreu com o Grupo Escolar Barão de Maroim e outros, como pude identificar, ou homenagear também aqueles que de alguma forma contribuíram para sua efetivação. Segundo Santos (2009), “[...] essa prática visava incentivar o aumento das contribuições particulares à expansão do ensino primário, como também construir uma memória das lideranças locais”, reforçando os laços entre os patronos e a identidade que a República criou quando vinculou seus nomes ao local.

A nova edificação foi construída sobre o que durante 30 anos resistiu ao tempo. Na fala de inauguração do Grupo Escolar, o Presidente Valladão mencionou esse fato. “[...] é sobre esses alicerces que assenta o Grupo Escolar Barão de Maroim, em que ora nós achamos e é também esse *arcaboijo* de parede a quem me referi que, convenientemente modificado, constitui a sua graciosa fachada”.

Seguem-se três reportagens de jornal, relatando as características do edifício e sua localização, a primeira do Diário da Manhã, de 10 de maio de 1917; a segunda do Estado de Sergipe, de 10 de julho de 1917 (após sua inauguração); a terceira, veiculada pelo Correio de Aracaju, em que o Engenheiro Firmo Freire do Nascimento ressalta os pontos importantes do projeto:

As bellas linhas architectonicas, puro estylo grego, a escadaria central e as lateraes dando acesso a um elegante terraço, que circunda todo o edificio, dão lhe um nobre aspecto, tornando-o inexcédível em conforto. Tudo o que o mais exigente pedagogo possa reclamar para os grupos escolares, ali se encontra. Seis salões amplos, bem illuminados, com uma cubagem de ar acima da exigida e sempre renovada, soalhados com madeiras caras do nosso paiz, são separados por um vasto corredor central, construido em cimento armado. **Latrinas e lavatorios estão decentemente installados e convenientemente divididos para os dois sexos. / O vestiario, as salas da directoria, secretaria e bibliotheca; o porão<sup>169</sup>immenso, claro**, bem ladrilhado, podendo prestar-se a varios fins; o espaçoso recreio onde sera montado um pequeno pavilhão para gymnastica; tudo está optimo e até ao menos entendido agrada (Diario da Manhã, 10/5/1917, n. 1771, p. 01).

Às doze horas de ante-hontem inaugurou-se o novo grupo escolar Barão de Maroim. O vasto edificio que está situado em uma área larga de terreno aprazível local a avenida Braão do Rio Branco, no começo do bairro Presidente Barbosa foi construído pelo engenheiro Firmo Freire do Nascimento, e é bastante arejado, ventilado e claro, compreendendo-se nas mais modernas regras de architettura (O Estado de Sergipe, 1917, p.02).

Não tenho pretensão de ter construído um edificio irreprehensivel. Sem embargo é um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagogicos. Aproveitando os antigos alicerces, procurei dar divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: seis salões amplos, confortáveis, com pés direito altos, bem arejados, iluminados fartamente, hygienicos enfim. Todos tem acústica suficiente: os sons não se reproduzem em reflexões sobre as paredes e a pintura é suave, permitindo a fácil acomodação da vista (Correio de Sergipe, nº 2083, de 10/07/1917).

O edificio principal, ver Figura 26 – Grupo Escolar Barão de Maroim, encontra-se recuado no limite frontal da Avenida Ivo do Prado (leste). Gradil com mureta e pilastras de alvenaria, a mureta é baixa (altura 50 cm) e as grade de ferro batido; as pilastras são ornamentadas e alinhadas e se intercalam com as grades. No portão de acesso, centralizado na divisa, os pilares que o demarcam apresentam no seu coroamento base para apoio de uma compoteira. No alinhamento com o portão, o

---

<sup>169</sup>Grifo nosso. Para destacar os ambientes e porão habitado.

acesso principal ao edifício se faz pela porta central, através da escadaria com degraus em arco oblíquo, que não formam ângulo reto com a face de seus limites. Balaustrada de argamassa com balaústre torneado segue o mesmo padrão estético e ornamental do Grupo Escolar General Siqueira.

**Figura 26** • Grupo Escolar Barão de Maroim (1931)



**Fonte:** Biblioteca Nacional

A composição do edifício é imponente e ricamente adornada. As fachadas têm modenaturas diferentes, o edifício é uma caixa retangular, simétrica e não apresenta mudança de planos. Na fachada principal, além da escada central, têm-se dois acessos, um em cada lateral (norte e sul), realizados através de escadaria linear em cada extremidade, de um único lance. O entablamento, composto de arquitrave, friso e cornija, percorre todo o edifício, formando o seu coroamento.

Marcando a porta central, com duas folhas, almofadas com bandeira fixa em arco-pleno, gradil de ferro batido com ornatos delicados e simétricos; o frontão superior em formato de arco abatido com dois olhos de volutas<sup>170</sup> em cada

<sup>170</sup>Olho de Voluta - pequeno círculo a partir do qual se desenvolve a espiral de uma voluta (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

extremidade, com alegoria<sup>171</sup> central em meio-relevo<sup>172</sup>, por um elemento esférico<sup>173</sup>, com duas guirlandas florais, uma abaixo e outra acima, além do ano de inauguração, que se encontra na base dessa alegoria. O embasamento se constitui de uma marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do porão e destacado pela aplicação de cor contrastante do pano de alvenaria com intervalo regular e junta em baixo-relevo, que se encontra um pouco ressaltada por moldura lisa e estreita, reforçando a linha horizontal.

O frontispício da fachada principal (leste) apresenta uma composição modular, alinhada com colunas de ordem jônica, no friso acima do capitel, o ornamento em ondas de Vitruvius<sup>174</sup>, e, acima deste, faixa denticulada e cimalha em gola. Nas extremidades, marcação do acrotério<sup>175</sup> – pequeno pedestal que serve de suporte a compoteira e, entre a extremidade e o frontão de arco abatido, encontram-se três marcações verticais, duas idênticas, com a mesma medida, ornamento de máscara<sup>176</sup>, alinhadas com as colunas, e uma mais estreita. A forma dessa platibanda apresenta arco ligeiramente abatido invertido entre as marcações verticais e a quina do edifício, os pilares na platibanda seguem o mesmo alinhamento das colunas e estão posicionados com o avanço do meio-relevo no plano dessa alvenaria, ver Figura 27 - Fachada Principal. Nas fachadas laterais, a platibanda também apresenta a mesma marcação dos pilares, porém o plano da parede não acompanha essa marcação.

Todas as esquadrias são em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha dividida pelo mainel, na fachada principal, apresenta janela com bandeira fixa em arco pleno, as folhas das janelas têm a seguinte proporção, na parte superior em vidro (2/3 da altura) e na parte inferior em veneziana (1/3 da altura). Assim, distribuídas, três peças de cada lado, simétrico ao eixo da porta principal. Nas faces laterais norte e sul, as janelas com bandeira reta e diminuição dos ornamentos, em virtude da posição menos visível dessas fachadas.

---

<sup>171</sup>Alegoria - ornato ou ornamentação em elemento arquitetônico que represente por meio figurativo e simbólico uma ideia, um personagem, um fato (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>172</sup>Meio-Relevo - relevo feito na superfície de um elemento da construção, no qual os motivos representados se ressaltam em metade da sua profundidade. (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

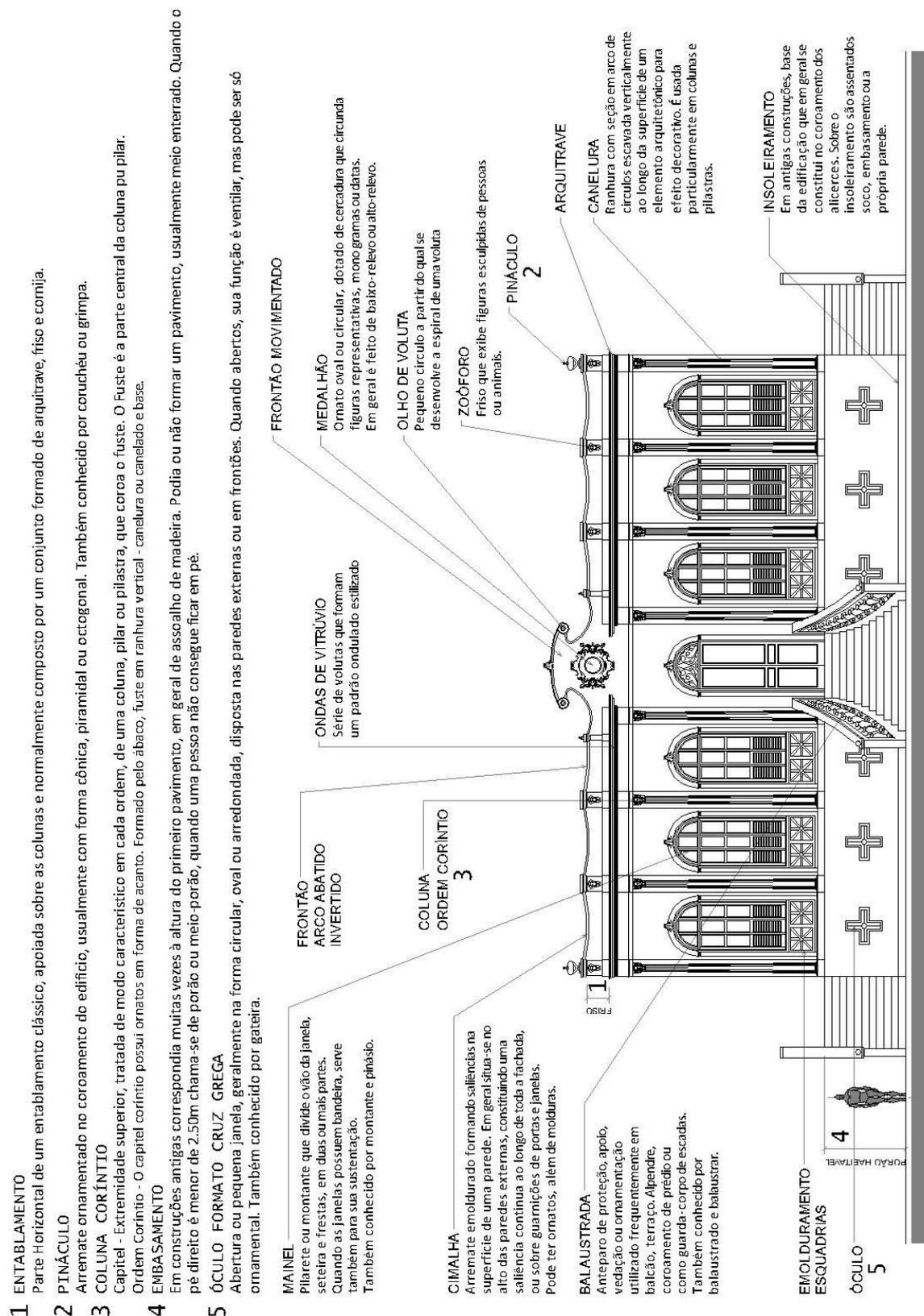
<sup>173</sup> Nota do autor. Corpo redondo cujos pontos superficiais estão equidistantes do centro, na mesma posição, simbolizando o saber.

<sup>174</sup>Ondas de Vitruvius - série de volutas que formam um padrão ondulado estilizado (CHING, 2003)

<sup>175</sup>Acrotério - genericamente, qualquer elemento decorativo que coroa o edifício. Pequeno pedestal colocado nas extremidades ou no vértice do frontão, ou espaçado em balaustrada, servindo de suporte a diversos ornatos, como estátuas e vasos (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

<sup>176</sup>Máscara - representação, normalmente grotesca, de uma cabeça ou rosto utilizada como ornamento arquitetônico (CHING, 2003).

**Figura 27** • Fachada Principal do Grupo Escolar Barão de Maroim



Fonte: Elaborado pela Autora, fev. 2019

Quadros, molduras e cimalthas compõem o emolduramento das esquadrias e ajudam a reforçar esse conjunto, também são formadas de modo desigual, criando um jogo de contrastes, de sombra e luz, para dar maior imponência ao edifício. Na face leste, Av. Ivo do Prado, o primeiro tipo - quadro superior em arco pleno e marcação com ornamento de máscara, no quadrante superior; na marcação do peitoril, moldura alto-relevo, com dois quadros de tamanho idêntico e marcação em leque 0°, 45° e 90°. Na face norte e sul, os quadros apresentam-se retos, com quase nenhum ornamento, compõem o segundo tipo.

A marcação das colunas que compõem as fachadas também apresenta a mesma diversidade das esquadrias, com elementos distintos para cada face. Segue a mesma hierarquia, a face leste tem o maior número de ornamentos e elementos que traduzem a opulência do edifício.

O óculo do porão também apresenta diferenças na sua composição de forma, quadro, moldura e fechamento. Os da face leste têm forma em cruz grega<sup>177</sup>, com quadro em baixo-relevo e fechamento em ferro batido simétrico. Como o porão nesse edifício foi ocupado para espaços escolares, importante destacar que o formato, distribuição e tamanho do óculo não garantem iluminação e ventilação adequadas, se comparados com a do pavimento principal. Os óculos laterais não são perceptíveis no registro fotográfico apresentado na Figura 26, por isso ele não foi analisado. Essas características estéticas classificam esse edifício no estilo eclético.

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e as não visíveis, com a análise da forma do edifício principal - de dois pavimentos, em formato retangular e posição de portas e janelas simétrica. O uso do porão, considerado como esse segundo pavimento, uma ocupação insalubre, pela dimensão e posicionamento das aberturas, realizadas através dos óculos. Na fachada oeste deve ter havido outra escada para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio posterior. O jardim frontal, que se formou no recuo entre a grade e o edifício, permitia maior visibilidade e integração entre os usuários do edifício e a população que ali transitava, preservada mesmo após a saída do ensino primário, percebido pelo tamanho e porte das árvores, que hoje se encontram nesse lugar.

No entorno do lote, conforme Mapa 10, estipulei um raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Grupo foi

---

<sup>177</sup>Cruz grega - cruz composta por uma haste vertical interceptada no meio por uma barra horizontal de mesmo comprimento (CHING, 2003).

posicionado em um lote no meio da quadra, tendo como acesso principal a Av. Ivo do Prado, entre a Av. Barão de Maruim (norte) e Rua Senador Rollemberg (sul). Ele não está situado no Quadro de Pirro, pode-se perceber que algumas quadras em seu entorno não se configuram mais de forma quadrada e regular.

Essa área sul do limite do Quadro de Pirro, após a Rua Maruim, foi alterada, por Inácio Barbosa, para se adequar ao contorno natural do rio, surgindo a primeira ruptura da quadrícula tão marcada até esse trecho. Na direção norte, a 200 m, encontra-se, na mesma avenida, o antigo Quartel de Linha (1855), demolido para a construção do terceiro prédio que abrigou o Atheneu Sergipense (A3)1926, que funcionou até a mudança para o quarto edifício, na Praça Graccho Cardoso, em 1950. Até final da década de 1990, foi ocupado pela Secretaria do Estado da Educação, quando foi abandonado durante 15 anos. Atualmente abriga, sob tutela do Instituto BANESE, o Museu da Gente Sergipana *Governador Marcelo Déda*, inaugurado em 28 de novembro de 2011.

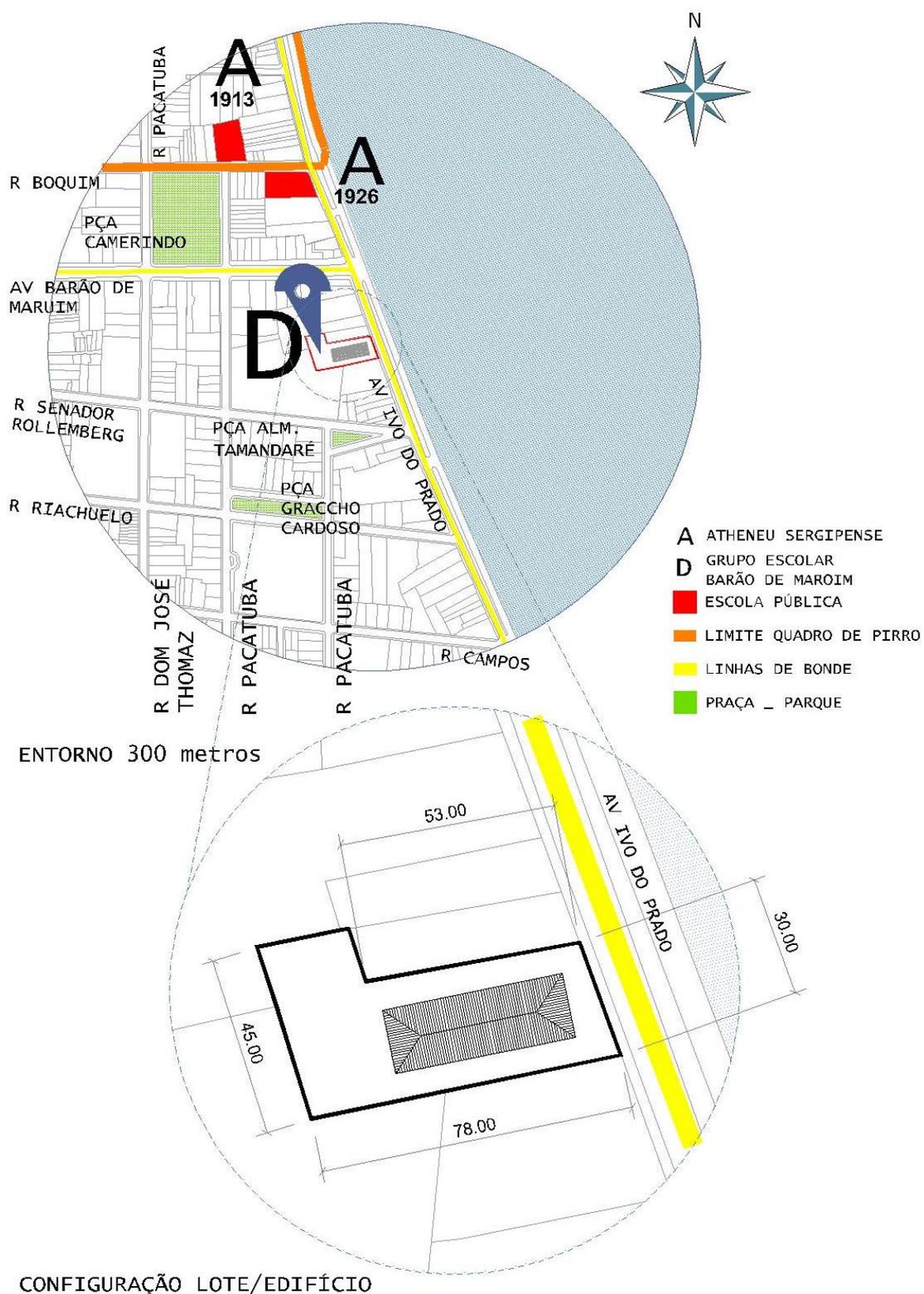
Praça Camerino posicionada no sentido noroeste, a 200 m e a mais 100 m, encontra-se o segundo edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense, que funcionou em conjunto com a Escola de Comércio, e, na década de 1940, no turno diurno, um anexo do Atheneu Sergipense (que não mais comportava o número de alunos que ocupavam o terceiro prédio), sendo depois ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, passou a integrar seu patrimônio, instalando-se o Centro de Civismo e Educação Física até a transferência para o *campus* universitário em 1981, atualmente abriga o Juizado Especial Federal. A Praça Almirante Barroso situa-se, no sentido sul, a 50 m, e a Praça Graccho Cardoso, a mais 100 m no sentido sudoeste. No sentido leste, cravado na avenida que margeia o Rio Sergipe, popularmente identificada até os nossos dias, como Rua da Frente.

O Bairro São José, antigo Presidente Inácio Barbosa, abrigou e ainda abriga residências de uma classe abastada, ainda se encontram casarões onde a elite criou o bairro “nobre” de Aracaju. A Vila Carmem, no lote lindeiro ao grupo escolar; o Solar da Família Rollemberg, ocupada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Residência dos Leite<sup>178</sup>, ocupada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), são algumas das residências, que ainda podem ser apreciadas, estão preservadas e simbolizam a ocupação urbana nesse período.

---

<sup>178</sup>Nota do autor. Leonardo Gomes de Carvalho Leite, casado com Maria Delmira de Faria Leite.

**Mapa 10** • Entorno do Grupo Escolar Barão de Maroim



A circulação realizada através do bonde tem na Av. Barão de Maroim e Av. Ivo do Prado itinerário de uma de suas linhas. Percebe-se que, dessa maneira, a escola esteve interligada em todas as direções com esse meio de transporte.

Lote com formato irregular, próximo de um “L”, com sua menor testada com 30 m, situado na Av. Ivo do Prado, com portão único central nessa face leste. Na face sul, lindeira ao lote vizinho – Vila Carmem - testada de 78 m; na face oeste, lindeira ao lote vizinho, testada de 45 m; na face norte, lindeira ao lote vizinho, temos dois segmentos, o primeiro com 23 m e o outro com 53 m, interligando esses dois pontos; no sentido norte - sul (perna do L), um segmento de 14 m, totalizando um pouco mais de 2.600 m<sup>2</sup>. Lote com dimensões adequadas permitiu que o edifício principal se posicionasse no centro e seu entorno interno ficasse livre para as atividades físicas e para o jardim, que até hoje ocupa o recuo frontal, com árvores frondosas. Ver Tabela 2, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do Grupo Escolar e, em sequência, ficha técnica 2.

Considerei os dois pavimentos para a edificação principal, pela altura do embasamento, a escala do edifício, percebida através das relações, aponta que essa altura era suficiente para que um homem pudesse ficar ereto, assim ele foi aqui classificado como porão habitável. O pátio, local do recreio, para essa tipologia, considerei a área no fundo da edificação com 920 m<sup>2</sup>.

**Tabela 2●** Parâmetros do Grupo Escolar Barão de Maroim

Parâmetros	Valores
Área do terreno	2.618,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Térreo	720,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Porão Habitável	720,00m <sup>2</sup>
Área Total Edificada	1440,00m <sup>2</sup>
Área do Pátio Central	NÃO POSSUI
Taxa de Ocupação	28%
Coeficiente de Aproveitamento	0,55
Número de salas de aula	6

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

**Ficha Técnica 2●** Grupo Escolar Barão de Maroim

Data da Inauguração - 8 de julho de 1917.

Data Cívica - 8 de julho - Data em que se comemora a emancipação política de Sergipe da Bahia.

Presidente de Estado - General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão.

Localização - Av. Ivo do Prado nº 612– Bairro São José.

Patrono - Barão de Maroim (1809-1890), político e senhor de engenho.

Atual uso do edifício - O Grupo Escolar funcionou até 1950; Faculdade de Direito (1950 até 1970); uso atual Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART).

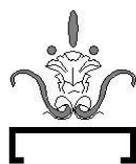
---

Edifício Tombado pelo Decreto nº 4.989, de 23 de abril de 1981, inscrito no Livro de Tomo nº 01 – Geral – fls. 5 e 6.

Engenheiro Responsável pelo Projeto - Tenente Firmo Freire do Nascimento.

---

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019



**GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO**  
1º Localização: Praça Tobias Barreto



#### 4.1.3 Grupo Escolar General Valladão: 1ª localização

O surgimento desse Grupo Escolar difere dos demais. Os sócios do Comício Agrícola, preocupados com os rumos da educação, propuseram a criação de um edifício destinado ao ensino noturno de adultos. Com as obras já adiantadas, os promotores da ideia altruísta, para atingir o seu objetivo e para garantir os recursos necessários à concretização da proposta, doaram ao Estado as obras já em andamento. Segundo Santos (2009, p. 65)<sup>179</sup>, as obras recebidas foram no valor de 15:938\$456, tendo sido na doação incluída a importância de 1:394\$444, saldo das quantias arrecadas para o dito fim.

A sua construção deveu-se à iniciativa particular. Os sócios do extinto Comício Agrícola, uma associação de proprietários de terra existente desde o Império, destinaram à construção de uma escola os recursos da Associação. O jornal Correio de Aracaju ampliou a ideia, numa campanha de donativos para um Grupo que deveria denominar-se “Gal. Valladão” homenageando o chefe político e presidente do Estado. Porém, quando já tinha sido iniciada a construção do prédio, para que esta fosse terminada dentro de um menor espaço de tempo e também pela grande exigência de recursos financeiros para atender às proporções da obra, os promotores do projeto resolveram doá-lo ao Governo, que se responsabilizou pela conclusão do empreendimento (NASCIMENTO, 2009<sup>180</sup>).

O edifício principal, ver Figura 28 – Grupo Escolar General Valladão, está recuado em todos os limites. O acesso principal se faz pela Praça Tobias Barreto, através de porta central com a escadaria em degraus em arco pleno e escalonado, de um único lance e patamar de chegada. O entablamento composto de arquitrave, friso e cornija que percorre todo o edifício, formando o seu coroamento. A composição do edifício é ritmada, porém com menos adornos, se comparado com os anteriores; as fachadas têm modenaturas diferentes.

O edifício em formato “U”, com três alas bem distintas – central, lateral esquerda e lateral direita. O conjunto é simétrico e apresenta pequena mudança de plano no final das alas laterais. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltada para este pátio, permitindo um maior controle e vigilância, que deve ter tido uma ou mais escadas para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio interno.

---

<sup>179</sup>SERGIPE, 11 de setembro de 1917, p.3.

<sup>180</sup>Disponível em: <http://jorge-educahist.blogspot.com/2009/09/grupo-escolar-e-escola-seriada.html>. Acesso em: 4 jan. 2019.

**Figura 28** • Grupo Escolar General Valladão (1920): 1º localização



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Aracaju

Gradil com mureta e pilastras de alvenaria, a mureta é baixa (altura 50 cm) e as grades de ferro batido; as pilastras são ornamentadas e alinhadas e se intercalam com as grades. No portão de acesso, centralizado na divisa oeste, o único registro fotográfico, infelizmente, não permite a identificação precisa dos ornamentos que o demarcam. No alinhamento com o portão, o acesso ao edifício que se faz pela porta central.

Também não visualizamos se existiram as escadarias individuais para acesso dos alunos, característica já identificada no General Siqueira e no Barão de Maroim. Infere-se que o edifício passou por mudanças para receber a Diretoria de Segurança Pública (1926), que podem ter sido retiradas ou de fato nunca existiram. O prédio foi tombado em 1985, pelo Decreto nº 6.821, e, somente após esse ato, suas características estéticas e arquitetônicas são preservadas. Mesmo utilizando imagens atuais, não pudemos precisar quais ornamentos são originais e foram preservados.

Marcando a porta central, com duas folhas, com bandeira fixa em arco-pleno. O frontispício da fachada principal (oeste) apresenta uma composição modular, das pilastras em meio-relevo no paramento da parede, o friso em formato gola, bem marcado da arquitrave, demarcando o início da platibanda, contorna todo o edifício.

Nas extremidades, marcação do pilar na quina, que também se prolonga até o acrotério – pequeno pedestal que serve de suporte a compoteira, entre a extremidade e o frontão central, encontra-se novo frontão dentado com medalhão central. O embasamento se constitui de uma marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do meio-porão. O insoleiramento da edificação está demarcado por uma moldura estreita, alta e lisa, com um acabamento que se diferencia do restante.

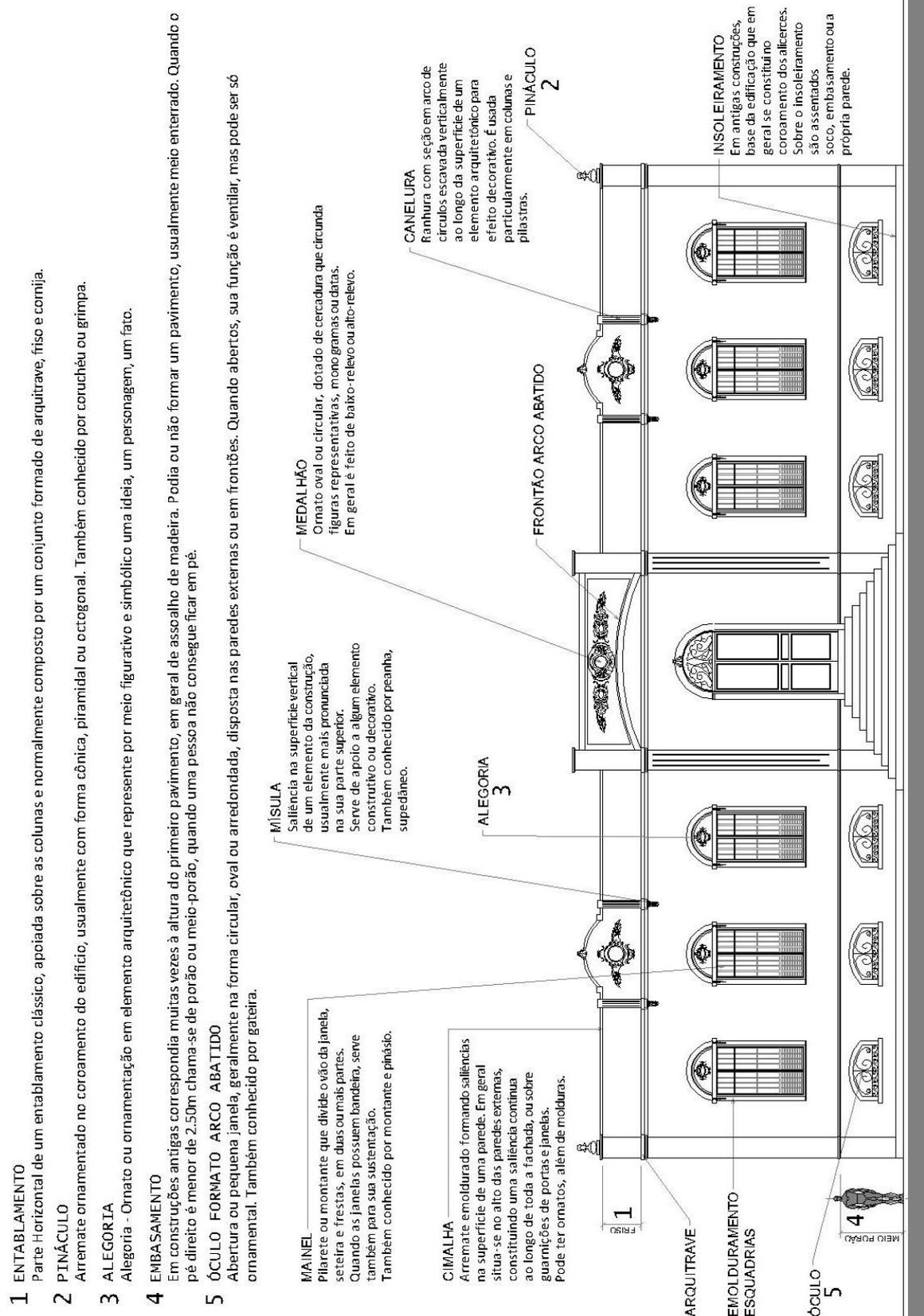
Todas as esquadrias são em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha, dividida pelo mainel, apresenta janela com bandeira fixa reta com vidro; as folhas das janelas têm a seguinte proporção, na parte superior em vidro ( $2/3$  da altura) e na parte inferior em veneziana ( $1/3$  da altura). Assim distribuídas, três peças de cada lado, simétrico ao eixo da porta principal na face oeste. Nas faces norte e sul, dois conjuntos de três peças, intercaladas por uma pilastra e um conjunto de duas peças, são as três salas de aula, situadas de maneira simétrica nas laterais. No plano recuado, uma pequena abertura, retangular, com moldura lisa e grade de ferro batido, com composição simétrica, denotando que essa abertura deve iluminar as instalações sanitárias.

O desenho da fachada principal, em virtude da qualidade da foto e de alguns elementos terem sido alterados antes do ato do tombamento em 1985, pode não corresponder fielmente aos ornamentos originais, além de sua descrição ter sido realizada de maneira mais superficial.

Os quadros das janelas, nesse edifício, se apresentam de maneira idêntica, na fachada frontal e lateral (norte). Moldura lisa nas ombreiras, com marcação na imposta - início da curvatura do arco abatido, com arabescos em alto-relevo no centro e nas extremidades superiores laterais, segue ritmo e modulação que impõem homogeneidade ao conjunto. Justifica-se por elas estarem posicionadas na esquina das Ruas Itabaiana, uma das mais importantes ligações norte e sul da cidade, e Duque de Caxias.

O óculo do porão tem, na sua composição de forma, arco abatido, com quadro, moldura larga e reta, em todo o seu contorno, com o mesmo gradil de ferro batido e simétrico que compõem a abertura das instalações sanitárias, localizadas no final de cada ala. Essas características estéticas classificam esse edifício no estilo eclético. Ver Figura 29 - Fachada Principal.

**Figura 29** • Fachada Principal do Grupo Escolar General Valladão: 1º localização



Fonte: Elaborado pela Autora, fev. 2019

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e não visíveis, a análise da forma do edifício principal - de um único pavimento, em formato “U”, com três alas bem distintas – central, lateral esquerda e lateral direita, o conjunto é simétrico. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltada para esse pátio, permitindo maior controle e vigilância, que deve ter tido uma ou mais escadas para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio interno.

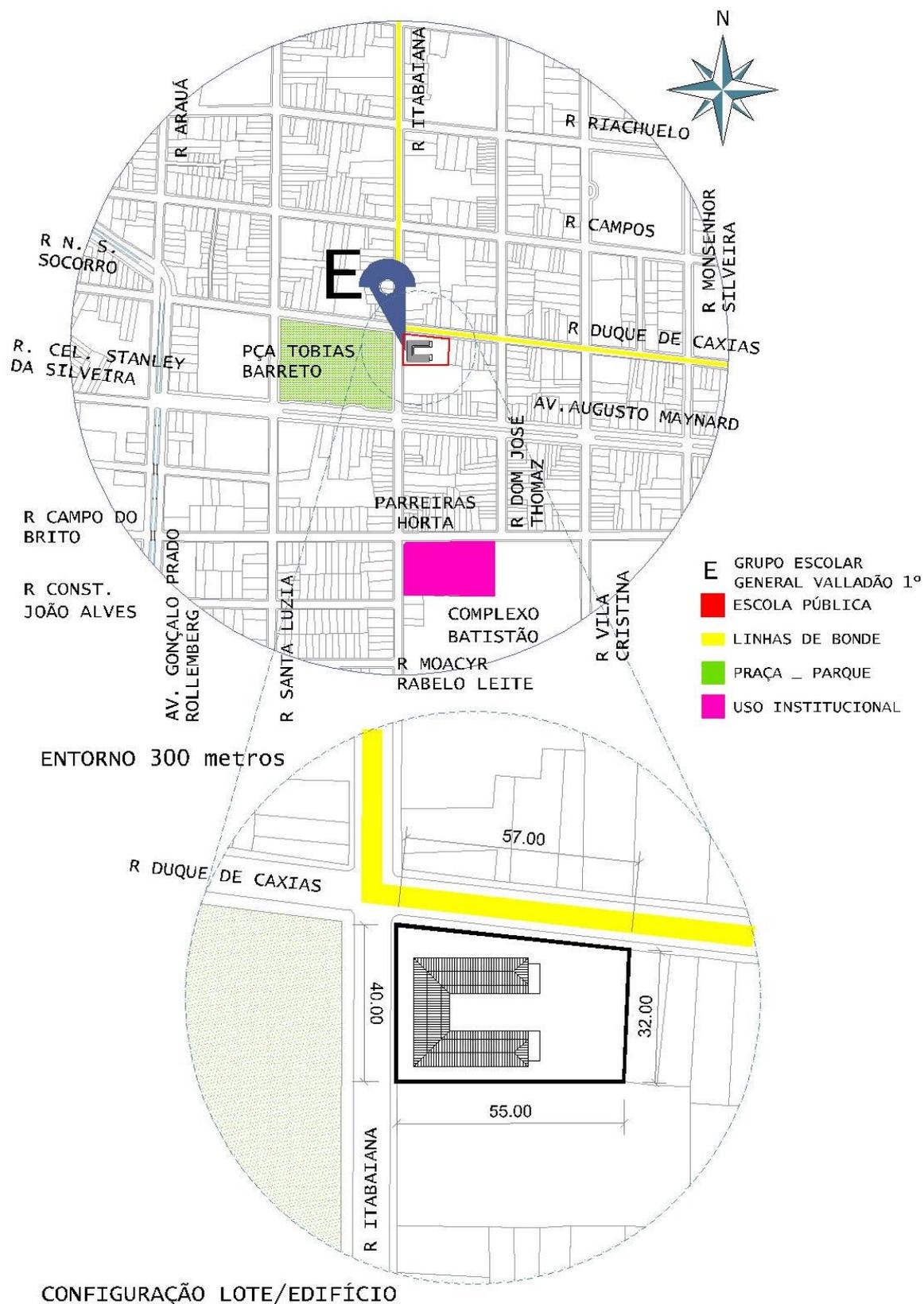
Uma das justificativas do pouco tempo de permanência desse grupo escolar nesse endereço deve ter sido o fato de, além da proximidade entre ele, o General Siqueira e o Barão de Maroim, as características dimensionais e de divisão interna do edifício terem sido idealizadas para oferecer curso noturno a adultos.

No entorno do lote, conforme Mapa 11, estipulei um raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Grupo foi posicionado em um lote de esquina, tendo como acesso principal a Rua Itabaiana – Praça Pinheiro Machado, atual Praça Tobias Barreto (face oeste), esquina norte com Rua Duque de Caxias. Ele não está situado no Quadro de Pirro, pertence ao mesmo bairro (São José) do Grupo Escolar Barão de Maroim e, portanto, carrega a mesma identidade. Foi o único grupo escolar a ser posicionado de frente para uma praça, apesar de nesse período ela ser ainda um espaço sem urbanização.

A Avenida Ivo do Prado encontra-se 550 m na direção leste. O bonde elétrico circulou pela Rua Itabaiana e Av. Ivo do Prado, itinerário de uma única linha. A outra linha circulava pela Av. Barão de Maroim e estava 400 m na direção norte. Percebe-se que, dessa forma, a escola não esteve interligada com esse meio de transporte, mas a Diretoria de Segurança Pública, que ali se instalou, sim.

Na direção sul, a 150 m, o Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso inaugurou, em 5 de maio de 1924, o Instituto Parreiras Horta, localizado na Rua Campo do Brito nº 551. Criado através da Lei nº 836, em 14 de novembro de 1922, o Instituto tinha como finalidade a produção de insumos básicos, combater a raiva, produzir a vacina antivariólica. Possuía laboratório de análise clínica, bacteriológica e química, além de funcionar também como um centro de pesquisas médicas, principalmente para contribuir com o entendimento e tratamento das ‘febres do Aracaju’.

**Mapa 11** • Entorno do Grupo Escolar General Valladão: 1º localização



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Na direção oeste, a 200 m, encontra-se a Av. Gonçalo Prado Rollemberg, uma das vias projetadas pelo engenheiro Saturnino Brito, quando do projeto desenvolvido em 1923, para as obras de saneamento da cidade.

Lote com formato quase regular – retângulo com a face norte com ângulo maior de 90° - obtuso, na Rua Duque de Caxias, de esquina, com sua entrada principal situada na Rua Itabaiana - Praça Tobias Barreto, limite oeste. Infere-se que deveria haver um acesso secundário na face norte. Na face oeste, Praça Tobias Barreto, testada com 40 m; na face sul, lindeira ao lote vizinho, com 55 m; na face leste, também lindeira ao lote vizinho, com 32 m, e na face norte, Rua Duque de Caxias, com 57 m. totalizando um pouco menos de 2.000 m<sup>2</sup>.

Lote com dimensões reduzidas, se comparado com os anteriores, mesmo diante dessa limitação, permitiu que o edifício principal se posicionasse no centro e seu entorno interno ficasse livre para as atividades físicas e para o jardim, que não foi possível identificar, em virtude da ocupação do edifício pelo Instituto de Química (1923). Construído na gestão de Mauricio Graccho Cardoso, possui a águia encimada no frontão central, símbolo característico de sua gestão, ver Figura 30 - Instituto de Química Industrial. Abriga atualmente o Palácio Governador Albano Franco e pertence ao complexo de prédios que compõem a Segurança Pública. Vizinho ao antigo grupo escolar, encontra-se o Instituto Médico Legal de Sergipe (IML). Ver Tabela 3, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do Grupo Escolar, e, em sequência, Ficha Técnica 3.

**Figura 30** • Instituto de Química Industrial



**Fonte:** Acervo A. Gentil

**Tabela 3** • Parâmetros do Grupo Escolar General Valladão: 1ª localização

Parâmetros	Valores
Área do terreno	2.000,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Térreo	610,00m <sup>2</sup>
Área do Pátio Central	210,00m <sup>2</sup>
Taxa de Ocupação	31%
Coefficiente de Aproveitamento	0,31
Número de salas de aula	6

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

**Ficha Técnica 3** • Grupo Escolar General Valladão: 1º localização

Data da Inauguração - 1º de novembro de 1918.

Presidente de Estado - General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão.

Localização - Praça Tobias Barreto, nº 20 na esquina da Rua Duque de Caxias no Bairro São José.

Patrono - General Valladão (1849 -1921). Eleito deputado constituinte por Sergipe em setembro de 1890, participou da primeira Assembleia Nacional Constituinte republicana, instalada em 15 de novembro seguinte, e foi membro da Comissão dos 21, que preparou o anteprojeto constitucional. Com a promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, e início, em junho, da legislatura ordinária, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Foi promovido a coronel em 1892. Governou Sergipe, em seu primeiro mandato de 1894-1896. Reformado, a pedido, em 1900 no posto de general de brigada, Valladão foi eleito deputado federal em 1903 e reeleito em 1906. Deixou a Câmara dos Deputados no ano seguinte, quando ingressou no Senado Federal na vaga aberta em decorrência da morte do monsenhor Olímpio Campos. Renovou o mandato e permaneceu no Senado até 1914. Renunciou ao ser eleito pela segunda vez presidente do Estado de Sergipe. Retornou para o Senado, não concluiu o mandato devido a seu falecimento em 1921<sup>181</sup>;

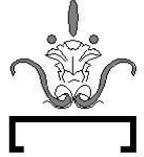
Atual uso do edifício - Faculdade Livre de Direito 'Tobias Barreto' (1924-1926); nele foram alojados também os alunos do Grupo Escolar General Siqueira, cuja sede havia sido transformada em Quartel da Força Pública. Em 1926, o edifício passou a sediar a Diretoria de Segurança Pública, posteriormente transformado em Departamento de Segurança Pública e, na década de 1960, em Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Edifício Tombado pelo Decreto nº 6.821, de 28/01/1985; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9. Em 2009/2010, o imóvel foi completamente restaurado e sofreu pequenas alterações estéticas em sua fachada principal.

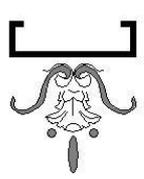
Não identificado o Engenheiro responsável por sua construção ou projeto.

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

<sup>181</sup>Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VALAD%C3%83O,%20Manuel.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2019.



**GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO**  
2º Localização: Avenida Carlos BurLamarqui



#### 4.1.4 Grupo Escolar General Valladão: 2º localização

Transfere-se a localização do Grupo Escolar General Valadão, do bairro São José para o bairro Centro, quase no limite com o bairro Santo Antônio, antiga Rua da Vitória, atual Av. Carlos Burlamarqui. O edifício, para qual o grupo foi transferido, também construído para abrigar essa modalidade escolar, seguiu os mesmos padrões estéticos, tipológicos e pedagógicos.

O antigo prédio teve como destino, inicialmente, a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire e a Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto, criadas por Graccho Cardoso, em 1923, na tentativa, sem sucesso, de implantar o ensino superior em Sergipe nesse período.

A Faculdade de Direito, por sua vez, enfrentou entraves ao seu funcionamento. Apesar de inaugurada em 1924, até o ano seguinte não havia entrado em funcionamento devido à falta de matriculados. Francisco Nobre de Lacerda, diretor interino da instituição, atribuiu tal fracasso ao fato de não ser a Faculdade de Direito Tobias Barreto equiparada aos demais estabelecimentos oficiais congêneres (AZEVEDO, 2009, p. 5).

Num período muito curto, 1922 a 1926, o governo Graccho Cardoso construiu três edifícios-escola para a modalidade do ensino primário, este foi o primeiro e outros dois a serem apresentados na sequência. Segundo Santos (2011), “[...] o perfil majestoso dos prédios que se impunham na paisagem urbana das principais cidades sergipanas, criando ao mesmo tempo imagens de escola pública como prédio público e de cidade moderna, que progredia com os avanços da educação”. Assim, após sua gestão, também ocorreu outro lapso no processo de construção dessa modalidade, retomado na década de 1930, com outras características estéticas, divisão e especialização dos espaços, com o avanço das práticas pedagógicas.

O Grupo Escolar General Valladão, na nova localização, se aproxima da população que morava próxima do limite norte do Quadro de Pirro, um pouco antes da linha ferroviária. Registra-se silêncio nas citações de relatórios ou em materiais de jornais relativamente a este e aos próximos dois grupos escolares. Infere-se que, pelo número elevado de inaugurações promovidas por Graccho Cardoso, elas tenham perdido interesse na divulgação e propaganda das suas características arquitetônicas ou nos detalhes das festas de inauguração. Exceção se faz sobre o registro da inauguração do terceiro edifício do Atheneu Sergipense, agora denominado Atheneu D. Pedro II, que recebeu o presidente do Brasil (1926-1930), Washington Luiz Pereira

de Souza, para essa solenidade, ocorrida em 13 de agosto de 1926, na Av. Ivo do Prado.

O edifício principal, ver Figura 31 - Grupo Escolar General Valladão - 2ª localização, está posicionado na esquina da antiga Rua da Vitória, atual Av. Carlos Burlamarqui e Rua Siriri. A edificação principal encontra-se alinhada com a calçada, de dimensões exíguas, na fachada sul e leste. Somente um acesso, realizado pela antiga Rua da Vitória, com muro fechado no fundo e na lateral esquerda, o edifício apresenta um recuo nos limites norte e oeste; a inexistência de gradil com mureta e pilastras de alvenaria ornamentadas são características que diferem dos anteriores e o aproximam dos próximos grupos escolares.

A composição é imponente e ricamente adornada, as fachadas têm modenaturas diferentes, o edifício é uma caixa retangular, simétrica, não apresenta mudança de planos e está alinhado com o arruamento existente. Na fachada principal, voltada para a avenida (face sul), somente uma escada interna e central compõe o único acesso ao interior. Essa escada também difere das anteriores, pois encontra-se no *hall* interno do edifício. O entablamento, composto de arquitrave, friso e cornija, percorre todo o edifício, formando o seu coroamento.

**Figura 31** • Grupo Escolar General Valladão (1931): 2ª localização



**Fonte:** Biblioteca Nacional

Marcando a porta central, com duas folhas, almofadas com bandeira fixa reta; o frontão superior em formato de arco pleno e encimado pelo acrotério e águia, uma platibanda movimentada<sup>182</sup> por trás, munida de outros adornos que se repetem nas

<sup>182</sup>Movimentado - atribuição dada à fachada com diversos planos (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

extremidades, com alegoria central em meio-relevo composta de maneira distinta da central, o modelo acima da porta principal com uma configuração em forma de cartula<sup>183</sup> e nas extremidades outra alegoria em forma de grinalda ou medalhão, com duas marcações laterais em forma de “L”. Mastro central para hasteamento da bandeira, acima da porta principal, composição simétrica.

O embasamento se constitui de uma marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do meio-porão, que se encontra ressaltado por uma moldura modelo gola, reforçando a linha horizontal. Ver Figura 32 - Fachada Principal. O frontispício das fachadas principal (sul) e lateral leste apresenta uma composição modular, com as colunas de ordem jônica, friso acima do capitel e, abaixo da base dessas colunas, mísulas<sup>184</sup> apoiam e demarcam a moldura que contorna o edifício e demarca a linha do peitoril das janelas. Nas extremidades, marcação de uma quina em cada extremidade da fachada sul. Entre essa quina e a outra extremidade, na fachada lateral, dois frontões de arco pleno e uma platibanda movimentada por trás, intercaladas por três arcos abatidos. Os adornos, alegorias e demais marcações se repetem e são iguais aos da fachada sul.

O desenho da fachada principal, em virtude da qualidade da foto e da descaracterização sofrida nesses elementos durante quase um século de existência, pode não corresponder fielmente aos ornamentos originais, além de sua descrição ter sido realizada de maneira mais superficial. Esse edifício não foi tombado, o que poderia ter garantido a preservação dos ornamentos.

Nas extremidades norte e oeste, o edifício encontra-se afastado dos lotes lindeiros, mas não é possível identificar o modelo do muro. Infere-se que ele seja idêntico ao do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, fechado até determinada altura com balaústres para permitir uma integração e ventilação, pois existem muitas semelhanças entre esses dois edifícios, construídos pela mesma gestão e inaugurados em curto espaço de tempo entre eles.

---

<sup>183</sup>Cartula - superfície oval, oblonga, ligeira convexa, de ordinário circundada por ornamentação em volutas, para abrigar um motivo decorativo pintado ou em baixo relevo (CHING, 2003).

<sup>184</sup>Mísula - saliência na superfície vertical de um elemento de construção, usualmente mais pronunciada na parte superior. Serve de apoio a algum elemento construtivo ou decorativo (ALBERNAZ e LIMA, 1998).



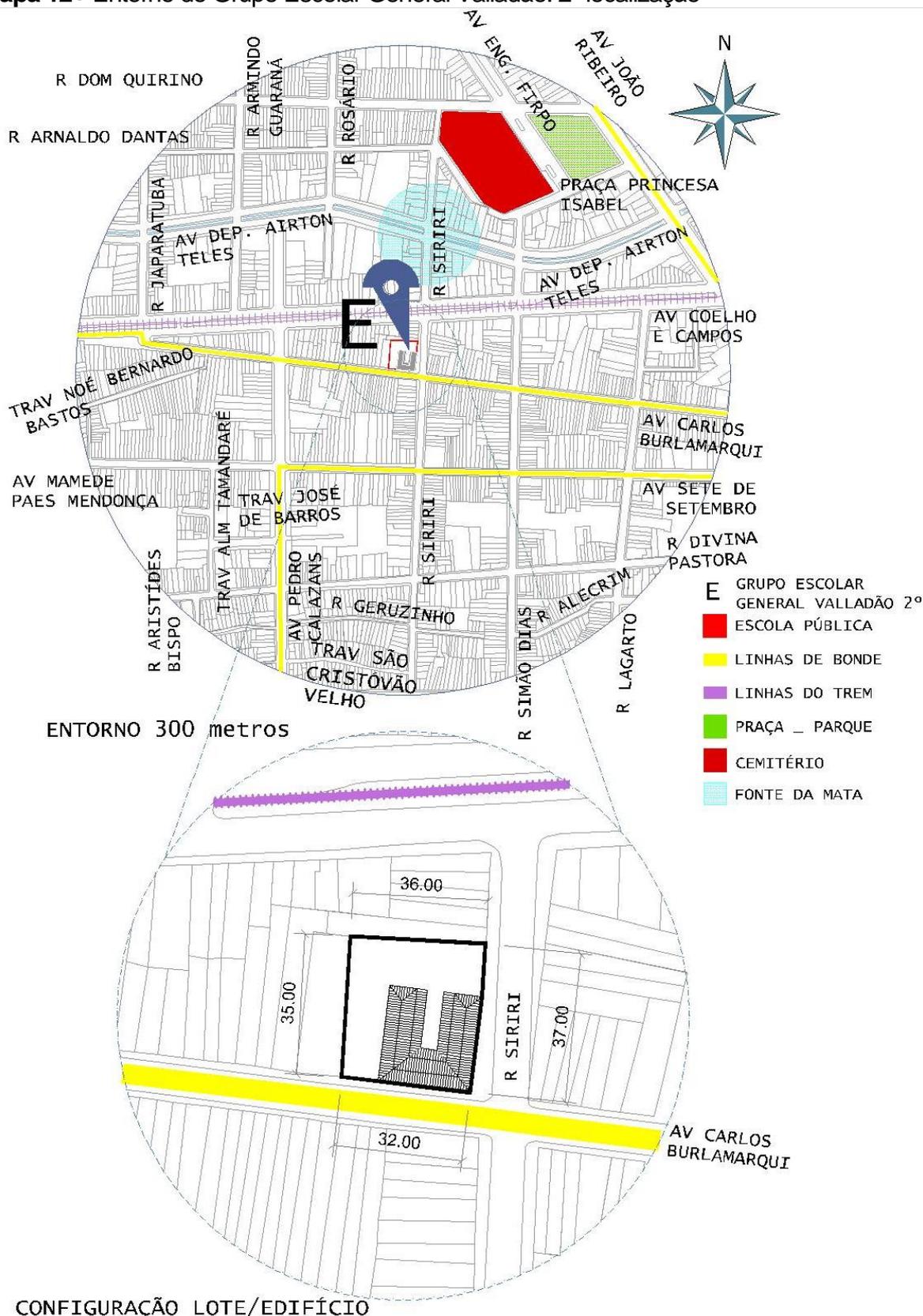
Todas as esquadrias são em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha, dividida pelo mainel, apresenta janela com bandeira fixa reta com vidro; as folhas das janelas têm a seguinte proporção, na parte superior em vidro (1/3 da altura) e na parte inferior em veneziana (2/3 da altura). Assim distribuídas, fachada frontal, uma peça composta de três partes, com vão maior central e dois menores em cada lateral; uma janela entre o conjunto de três peças e a porta principal, simétrico na face sul. Na face leste, também as janelas nas extremidades diferem das três centrais, intercaladas por colunas e posicionadas de maneira simétrica também.

Os quadros das janelas, nesse edifício se apresentam de maneira idêntica, nas fachadas frontal (sul) e lateral (leste). Moldura lisa em todo quadro segue ritmo e modulação que impõe homogeneidade ao conjunto. Justifica-se esse ritmo, por estarem posicionadas na esquina da Avenida Carlos Burlamarqui e Rua Siriri. O óculo do porão tem composição idêntica, sempre alinhada com as janelas, formato retangular. Essas características estéticas classificam esse edifício no estilo eclético.

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e não visíveis. A análise da forma do edifício principal - de um único pavimento, em formato "U", com três alas bem distintas – central, lateral esquerda e lateral direita, o conjunto é simétrico. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltada para esse pátio, permitindo maior controle e vigilância, que deve ter tido uma ou mais escadas para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio interno.

No entorno do lote, conforme Mapa 12, estipulei um raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Grupo foi posicionado em um lote de esquina, tendo como acesso principal a Av. Carlos Burlamarqui (fachada sul), esquina leste com Rua Siriri. Ele não está situado no Quadro de Pirro, pertence ao bairro Centro, muito próximo da divisa com o bairro Santo Antônio e avenida João Ribeiro, antiga Estrada Nova – eixo de ligação entre a colina do Santo Antônio e o Quadro de Pirro, linha em diagonal, que rompe com a quadrícula ortogonal das quadras simétricas.

**Mapa 12** • Entorno do Grupo Escolar General Valladão: 2º localização



**CONFIGURAÇÃO LOTE/EDIFÍCIO**

**Fonte:** Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Na direção norte, a 100 m, encontra-se a avenida Coelho e Campos, local de passagem da antiga linha férrea, que interligava a primeira sede da Estação de Trem da linha Timbó - Aracaju, inaugurada em 1913. Em 1950, dá-se a inauguração da segunda sede da Estação de Trem (atualmente encontra-se desativada), no Bairro Siqueira Campos; e, em 1976, ocorre a demolição do edifício da primeira sede e a retirada de seus trilhos. Hoje, essa linha já não se faz mais presente. Durante 40 anos, este trecho da linha ferroviária (pátio de serviços e a estação) foi responsável pela circulação de mercadorias e pessoas e também uma descontinuidade na malha viária deste entorno. A estação e o porto se encontravam a pouco mais de 800 m, no sentido leste. O barulho da passagem do trem devia incomodar e também ser motivo de algazarra para os alunos durante os dias letivos.

Um pouco mais acima, na mesma direção norte, a pouco mais de 150 m, encontra-se a Avenida Deputado Airton Teles. No canteiro central, configura-se canal a céu aberto, para captação das águas pluviais e acomodação do antigo Rio Aracaju, por isso o traçado dessa via rompe com a rigidez imposta ao Quadro de Pirro. Continuando o percurso na direção norte, a mais 150 m, encontramos o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, fundado em 25 de fevereiro 1862, atual Cemitério Santa Isabel. O campo foi financiado pelo Imperador D. Pedro II, depois da sua visita em 1860 e inspeção no antigo cemitério localizado na estrada para São Cristóvão. Na lateral leste, a 400 m, encontra-se a Praça Princesa Isabel, que se limita com a Avenida João Ribeiro.

A Fonte da Mata, não passava de uma escavação feita no ponto onde existia minador, a fim de proporcionar a acumulação da água e facilitar a sua coleta, localizava-se no cruzamento da Rua Simão Dias, com a Avenida Airton Teles, a pouco menos de 150 m do Grupo Escolar. A Fonte “[...] não tinha obra de alvenaria e nem cobertura e estava num barranco do terraço onde está o cemitério Santa Isabel” (PORTO, 2011, p. 74).

Na direção sul, a 400 m, encontra-se o limite norte do Quadro de Pirro, esquina das ruas Capela e Divina Pastora, onde também se localizava outra fonte, a do Barão, mandada construir pelo Barão de Maroim. Estava situada no início da Estrada Nova. Foi a primeira a ser construída e captava as águas de infiltração do antigo Morro do Bonfim (atual Terminal Rodoviário Gov. Luiz Garcia - desmonte e construção na década de 1960). Também conhecida como fonte do Coqueiro (PORTO, 2011, p. 73-74).

A posição das duas fontes, muito próximas da localização do Grupo Escolar, aponta indícios da ocupação residencial em volta delas, porque o abastecimento de água encanada começa a ser ofertado na cidade somente em 1908. O serviço de transporte e entrega de água era feito pelos aguadeiros. Em 1868, existiam 25 animais de transporte de água registrados e pagando imposto de 3\$000 por animal (PORTO, 2011, p. 73).

Na direção oeste, a menos de 200 m, a Avenida Pedro Calazans, importante eixo de ligação norte-sul da cidade, que irá interligar, no sentido sul, com o Edifício do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, que está distante menos de 1.500 m do General Valladão.

A Avenida Carlos Burlamarqui, sentido oeste, interligava, via bonde, o bairro Siqueira Campos, antigo Aribé (esta denominação foi alterada em 1931, quando da denominação da Praça Siqueira Campos). Esse bairro começou a se consolidar com os primeiros indícios de desenvolvimento do local. A administração municipal determinou seu levantamento topográfico e subsequente plano de arruamento, realizados pelo topógrafo e auxiliar técnico da Intendência, Basílio Martins Peralva, em 1923. “[...]as novas ruas teriam 15 m de largura, em vez dos 13,20 m vigentes no resto da cidade, adotando-se o critério de que elas teriam os nomes dos Estados brasileiros.” (PORTO, 2011, p. 68).

Outras ruas e avenidas por onde as linhas de bonde transitavam. Direção noroeste, Avenida Dr. Carlos Firpo e Avenida João Ribeiro, ligando o centro à colina de Santo Antônio; direção leste-oeste, Avenida Carlos Burlamarqui e Coelho e Campos, interligando o pátio de serviços da estação com a estação de trem e porto; Rua Sete de Setembro e Avenida Pedro Calazans, interligando sentido sul com a Rua de Laranjeiras no sentido oeste até a Rua Basílio Rocha (Siqueira Campos). Percebe-se a forte ligação entre esses três extremos – noroeste com a colina de Santo Antônio, o oeste com Siqueira Campos e leste com o porto, comércio, serviços públicos e a feira/mercado.

Lote formato quase regular - retângulo com a face oeste com ângulo maior de 90° - obtuso, com testada sul de 32 m, na Avenida Carlos Burlamarqui, esquina com Rua Siriri; testada leste de 37 m, lindeira ao lote vizinho, com 36 m; na face norte e também lindeira ao lote vizinho, com 35 m, na face oeste.

Lote com dimensões reduzidas, se comparado com os anteriores, é o menor, totalizando um pouco menos de 1.150 m<sup>2</sup>, permitiu que o edifício se posicionasse no

canto direito, no alinhamento com as duas vias de circulação, ficando seu espaço interno livre no canto esquerdo e superior para as atividades físicas e para o jardim. Não identifiquei a posição do jardim nas fotos de 1931. Hoje, percebe-se vegetação mais densa no fundo norte, próximo da divisa oeste. Ver Tabela 4, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do Grupo Escolar, e, em sequência, Ficha Técnica 4.

**Tabela 4●** Parâmetros do Grupo Escolar General Valladão: 2º localização

Parâmetros	Valores
Área do terreno	1.150,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Térreo	485,00m <sup>2</sup>
Área do Pátio Central	60,00m <sup>2</sup>
Taxa de Ocupação	42%
Coeficiente de Aproveitamento	0,42
Número de salas de aula	6

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

**Ficha Técnica 4●** Grupo Escolar General Valladão: 2º localização

---

Data da Inauguração- 1923.

Presidente de Estado - Mauricio Graccho Cardoso.

Localização - Av. Carlos Burlamarqui, nº 488, esquina com Rua Siriri no Bairro Centro.

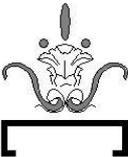
Escola continua em funcionamento até os dias atuais.

Número de salas de aula - 6

Não identificado o engenheiro responsável por sua construção ou projeto.

---

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019



GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL LUÍS



#### 4.1.5 Grupo Escolar Dr. Manoel Luís

O Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz é investigado no artigo publicado pelo Professor Doutor Miguel André Berger<sup>185</sup>, intitulado “O Ingresso da Instrução Pública na Modernidade: Lendo os Arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz”. Essa escrita, apesar de ter como objeto de estudo o Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, apresenta também panorama da educação pública em Sergipe.

O Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz se constitui em um dos estabelecimentos escolares mais antigos e em funcionamento na cidade de Aracaju até os dias atuais, sem **quase**<sup>186</sup> alterar seus ornamentos, permanecendo ainda no estilo arquitetônico original - eclético, segundo levantamento das escolas de educação fundamental, junto ao Setor de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado e Educação de Sergipe e no Catálogo das Escolas Municipais (BERGER, [20--?]).

Berguer apresenta a forma de coleta desses dados. O arquivo da escola, que apesar de estar desorganizado, conserva o material e constitui uma rica fonte de informações, dispondo de Livros de Matrículas e Estatística Escolar; Livros de Registro de Frequência (alunos e professores); Livro de Controle do Caixa Escolar; Livro de Registro dos Termos de Visitas; Livro de Registro das Reuniões Pedagógicas, além de diversas imagens e retratos dispostos nas paredes da instituição referentes a ex-diretores.

[...] o cotidiano da escola, envolvendo as práticas pedagógicas adotadas, a forma de organização da instrução e da administração escolar, que muito se diferenciam do modelo organizacional anterior. No início funcionavam quatro turmas de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do antigo ensino primário em dois turnos - o turno da manhã das 8h30 às 12h30, atendia o sexo feminino, e, o turno da tarde, das 12h30 às 15h30, era frequentado por crianças de ambos os sexos, em alas separadas [...] inicialmente havia somente classes para o sexo masculino, depois para os dois sexos. [...] O ensino misto só vai surgir a partir de 1936 (BERGER, [20--?]).

Apresenta um cotidiano, que se soma aos diversos já citados, para a águia utilizada por Graccho Cardoso para encimar seus edifícios, Berguer, apresenta a seguinte análise:

---

<sup>185</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia e professor aposentado do mestrado em educação e da graduação do curso de pedagogia na Universidade Federal de Sergipe. Não identificado, o ano e local onde ele foi apresentado. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3135.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>186</sup>Grifo nosso. Para identificar que existem pequenas mudanças de ornamento entre os registros fotográficos de 1931 e o atual.

[...] a representação simbólica da águia, recorrente pelos dirigentes educacionais, provavelmente deve-se a expressão de força e poder. [...] também representa uma ave que voa alto, tendo condições de ter uma visão ampla, de espreitar à distância. Sua escolha como símbolo de governo pode ser atribuída à visão avançada de Graccho Cardoso, sua capacidade de prever o futuro e realizar obras para o bem comum e com grande alcance social, numa visão prospectiva de modernização (BERGER, [20--?]).

O edifício principal, ver Figura 33 – Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, está recuado em todos os limites, exceto o avanço do bloco central, com o acesso principal, que se faz pela Avenida Pedro Calazans (leste), quase em frente à Praça da Bandeira. A porta central possui escadaria limitada pelos planos que demarcam e, ao mesmo tempo, valorizam, com degraus retilíneos de dois lances, com patamar intermediário e de chegada dentro do edifício.

**Figura 33●** Grupo Escolar Dr. Manoel Luís (1931)



**Fonte:** Biblioteca Nacional

A composição do edifício é ritmada, porém com menos adornos, se comparados aos do General Siqueira e Barão de Maroim. As fachadas têm modenaturas iguais, o edifício em formato “U”, com três alas bem distintas – central, lateral esquerda e lateral direita, o conjunto é simétrico, apresenta pequena mudança de plano, na face leste - central. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltada para esse pátio, permitindo maior controle e vigilância. Apresenta uma escadaria central e linear para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação do pavimento principal e o pátio interno.

Para esta descrição, contei com o auxílio do Projeto de Reforma Arquitetônico do Grupo Escolar Manuel Luís (2008), elaborado pelo escritório PCL - Projetos e Construções, tendo como Engenheiro Responsável Aroldo França, que permite identificar algumas alterações do registro fotográfico de 1931. Em alguns momentos, esta leitura da descrição dos elementos arquitetônicos de cada edifício-escola pode se tornar cansativa e repetitiva, mas foi preciso percorrê-la para buscar, nos detalhes dos ornamentos e das proporções, que eles foram utilizados para construir essa retórica inédita. Assim, convivo a mais uma descoberta.

O entablamento, composto de arquitrave, friso e cornija, percorre todo o edifício, formando o seu coroamento, com friso em óvalo<sup>187</sup>. O frontispício das fachadas apresenta composição modular, alinhada com as pilastras, semi-embutido no paramento da parede, o friso bem marcado da arquitrave, demarcando o início da platibanda, contorna todo o edifício. O frontão triangular encimado pelo acrotério e pela águia, está posicionado acima da porta principal e, a partir desse ponto, a simetria do conjunto está posta. No centro do frontão principal, medalhão circular e central, com ornamento em folhas. A moldura no seu entorno é retilínea e em alto-relevo. Abaixo desse conjunto, encontra-se a inscrição 'G E Dr. Manuel Luiz', em alto-relevo.

A platibanda, que contorna todo o conjunto, apresenta ornamentação marcada por quadros retilíneos, com bordas inferiores em arco ou semiarco. Composição simétrica, intercaladas por mísulas. Nas extremidades, marcação do pilar, somente na fachada leste e no plano central, além das quinas nas extremidades, adorno superior em forma de cártula e adorno retilíneo no fuste com desenho em meio-relevo, formato curvilíneo, floral e delicado. O embasamento se constitui de uma marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do porão habitável. O insoleiramento da edificação está demarcado por uma moldura estreita, baixa e lisa.

Gradil com mureta e pilastras de alvenaria. A mureta é baixa (altura 50 cm) e a grade de ferro batido com desenho dentado; as pilastras são ornamentadas e alinhadas e se intercalam com as grades. Os pilares do gradil apresentam no seu coroamento volutas invertidas. Identifica-se, na lateral esquerda, fachada da Rua Permínio de Souza, um muro fechado mais ao fundo, que poderia ter outro acesso secundário, mas não identificado na fotografia de 1931.

---

<sup>187</sup>Óvalo - ornato oval, usado em série, encontrado em cornijas e capitéis das ordens jônica e compósita. Também conhecido óvolo.

Todas as esquadrias são em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha, dividida pelo mainel, segue a mesma composição na fachada sul, norte e leste e apresenta as folhas das janelas na seguinte proporção, na parte superior em vidro (1/2 da altura) e na parte inferior em veneziana (1/2 da altura), com bandeira reta de vidro, no vértice superior uma pequena marcação em diagonal no quadro. Assim distribuídas, três peças para cada ala na fachada leste e dois conjuntos de duas janelas na fachada norte e sul. Na marcação acima da janela apresenta moldura em formato de gola e abaixo uma mísula no prolongamento do quadro da ombreira.

As molduras e cimalthas compõem o emolduramento das esquadrias e ajudam a reforçar esse conjunto, criando um jogo de contrastes de sombra e luz, para dar maior imponência ao edifício. A porta de madeira com duas folhas, bandeira reta de vidro com grade em ferro batido, simétrica, dividida em duas partes, com desenho delicado e geométrico. Apresenta marcação do pilar com canelura em baixo-relevo no fuste e capitel compósito, encimado por friso e moldura em gola; no friso meandro em médio-relevo, com motivos florais e apliques em semicírculos.

O óculo do porão, simétrico e igual em todas as fachadas (leste e sul), na sua composição de forma retangular, quadro com marcação de moldura estreita e fechamento de esquadria de madeira com veneziana. Como o porão nesse edifício foi ocupado para espaços escolares, importante destacar que o formato, distribuição e tamanho do óculo não garantem iluminação e ventilação adequadas, se comparados com as do pavimento principal, e o pé direito tem apenas 2,56 m para este pavimento. No outro, o pé direito das salas é de 4,90 m. Ver Figura 34 - Fachada Principal.

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e não visíveis, com a análise da forma do edifício principal - de dois pavimentos, em formato "U", com três alas ou pavilhões bem distintos – central, lateral esquerdo e lateral direito, o conjunto é simétrico. O pátio que se forma no centro tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltada para este pátio, permitindo maior controle e vigilância, que tem uma escada para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e o pátio interno, no mesmo alinhamento da externa, de um único lance.



Não consegui identificar o jardim, pois existem novas construções na lateral norte e ao fundo, que podem ter apagado os vestígios da localização exata quando da inauguração. Também não identifiquei nesse conjunto as escadas independentes para acesso às seções feminina e masculina. Segundo Berguer, cada seção tinha um turno: de manhã, as meninas, e à tarde, os meninos.

No entorno do lote, conforme Mapa 13, estipulei raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Grupo foi posicionado em um lote de esquina, tendo como acesso principal a Avenida Pedro Calazans, esquina sul com Rua Permínio de Souza. Ele está situado no bairro Cirurgia.

Na direção norte, a 1.200 m, encontra-se a Avenida Coelho e Campos, local de passagem da antiga linha férrea, que interligava a primeira sede da Estação de Trem da linha Timbó - Aracaju, inaugurada em 1913.

A fonte da Caatinga, segundo Porto (2011, p. 74), não passava de escavação feita no ponto onde existia minador, a fim de proporcionar a acumulação da água e facilitar a sua coleta. Ela se localizava na Praça da Bandeira, em barranco próximo do lado leste, pouco menos de 200 m do Grupo Escolar, na direção leste, e recebeu esse nome pela semelhança da vegetação nativa, baixa e rasteira, existente no local, muito parecida com a caatinga.

O Liceu Profissionalizante Coelho e Campos está situado na direção nordeste, a pouco mais de 500 m, na esquina da Rua Itaporanga com a Avenida Gonçalo Prado Rollemberg, uma das vias projetada pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, para acomodar a captação das águas pluviais em seu canteiro central.

O Hospital de Cirurgia, inaugurado em 1926 pelo Presidente de Estado, Mauricio Graccho Cardoso, localizado na Avenida Desembargador Maynard, nº 174, na direção oeste, está a pouco mais de 300 m. Essa avenida, também constituiu eixo importante de ligação no sentido leste-oeste, continuação da Avenida Barão de Maruim no sentido leste, e, no sentido oeste, com a Avenida Dr. José da Silva Ribeiro Filho, faz a ligação sentido norte, através da Avenida Presidente Tancredo Neves, com a BR 235, rodovia federal que interliga Aracaju à BR 101, rodovia federal que interliga o Nordeste do Brasil com as regiões Sudeste e Sul; se continuarmos no sentido oeste, teremos ligação com o município de São Cristóvão, via Campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



A linha do Bonde 6 (Inácio Barbosa) fazia a ligação da área central com os atuais bairros Getúlio Vargas, Cirurgia e São José. O eixo oeste, seguia pela Rua Itaporanga, pela Av. Pedro Calazans, pela Rua Estância e pela Rua N. S. das Dores, retornando pelo Hospital de Cirurgia e pela Av. Desembargador Maynard - Barão de Maruim. Próximo, a menos de 100 m, do Grupo Escolar Dr. Manuel Luís, na direção norte ou sul.

Na direção leste, o Rio Sergipe e a Rua da Frente, com pouco mais de 1.100 m, no mesmo alinhamento com a Rua Boquim, em 800 m, o antigo Grupo Escolar General Siqueira, atual Quartel da Força Pública, e, continuando na mesma direção, em mais 250 m, a Praça Camerino, o segundo edifício do Atheneu Sergipense e a Rua Tenente Martinho Garcez. Na esquina desta com a Avenida Ivo do Prado, mais 90 m, está o local onde foi construído o terceiro edifício do Atheneu Sergipense, inaugurado em 1926.

Considere os dois pavimentos para a edificação principal, pela altura do embasamento, a escala do edifício, percebida através destas relações, aponta que a altura era suficiente para que um homem pudesse ficar ereto. Assim, ele foi aqui classificado como porão habitável, confirmado pelo Projeto de Reforma (2008).

Lote formato trapezoidal – testada leste de 30 m, na Avenida Pedro Calazans, esquina com Rua Permínio de Souza; testada sul de 42 m, lindeira ao lote vizinho, com 30 m; na face oeste e também lindeira ao lote vizinho, com 36 m, na face norte.

Lote com dimensões reduzidas, se comparado com os anteriores, totalizando um pouco menos de 1.250 m<sup>2</sup>, permitiu que o edifício se posicionasse no canto direito, no alinhamento com as duas vias de circulação, ficando seu espaço interno livre no canto esquerdo e superior para as atividades físicas e para o jardim. Não identifiquei a posição do jardim nas fotos de 1931. Hoje, percebe-se vegetação mais densa no limite sul, na fachada da Rua Permínio de Souza. Ver Tabela 5, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do Grupo Escolar, e, em sequência, Ficha Técnica 5.

**Tabela 5** • Parâmetros do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís

Parâmetros	Valores
Área do terreno	1.250,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Térreo	380,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Porão Habitável	380,00m <sup>2</sup>
Área Total Edificada	760,00m <sup>2</sup>
Área do Pátio Central	60m <sup>2</sup>
Taxa de Ocupação	30%
Coeficiente de Aproveitamento	0,61
Número de salas de aula	3

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

**Ficha Técnica 5● Grupo Escolar Dr. Manoel Luís**

---

Data da Inauguração - maio de 1924.

Presidente de Estado - Mauricio Graccho Cardoso

Localização - Av. José Calasans, nº 1184 esquina com Rua Permínio de Souza no Bairro Cirurgia.

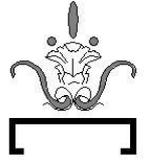
Patrono - Manuel Luís Azevedo d'Araujo (1838-1883), Diretor-Geral da Instrução Pública de 1870 a 1875, através de atos escudados em ideias progressistas, abriu novos caminhos, apontou novos horizontes aos seus contemporâneos. Responsável pelo Regulamento da Instrução Pública, de 24 de outubro de 1870, “[...] foi a mais importante codificação educacional realizada em Sergipe no Império, pelas inovações que trazia, pelas perspectivas que rasgava, calcadas nas mais modernas teorias pedagógicas do momento” (NUNES, 1984).

Escola continua em funcionamento até os dias atuais.

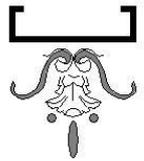
Engenheiros Responsáveis pelo Projeto - Hugo Bozzi, Arthur Araujo e Alfredo Aranha.

---

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019



GRUPO ESCOLAR JOSÉ AUGUSTO FERRAZ



#### 4.1.6 Grupo Escolar José Augusto Ferraz

O terreno para a construção desse Grupo Escolar foi doado por Thales Ferraz, dono da Fábrica Sergipe Industrial - Cruz, Ferraz e Cia. Thales Ferraz homenageou seu pai, José Augusto Ferraz, que, após o falecimento do Sr. João Rodrigues, passou a administrar a fábrica em 1884. A Fábrica Sergipe Industrial (1882) criou e manteve durante as primeiras décadas<sup>188</sup> uma grande área de lazer para os operários e suas famílias, denominada Parque Sergipe Industrial.

A Fábrica Confiança, fundada em 18 de outubro de 1907, pelo Coronel Sabino José Ribeiro, foi a segunda do Setor Têxtil em Aracaju. Sob o nome de Ribeiro Chaves & Cia, a fábrica possibilitou a concessão de benefícios sociais aos operários e familiares como: casas (Vila Operária), assistência médica (Policlínica Operária Sabino Ribeiro), além de creche e de uma Associação Desportiva. Localizava-se vizinho à Sergipe Industrial (face sul) e, durante alguns anos, elas foram as grandes indústrias da cidade, responsáveis por oferecer mais do que renda e trabalho. Esse bairro, hoje denominado de Bairro Industrial, tem na sua origem, a presença de uma mulher, que durante alguns anos foi responsável pela identificação dessa localidade, antes da chegada das fábricas - Chica Chaves era assim conhecida -, mas na fundação da cidade era denominado Massaranduba. No Código de Posturas de 1937, essa área encontra-se designada como Zona Industrial, e, na Planta da Cidade de Aracaju de 1936<sup>189</sup>, está indicada como Bairro Industrial.

Segundo Porto, (2011, p. 132-138), essas denominações ainda se somam ao ato promulgado em 20 de dezembro de 1913, quando era festivamente inaugurado o 'Bairro Siqueira de Meneses'. Siqueira deixou o governo em 1914 e o nome não se consolidou. Outros nomes também se perderam na memória: Ponte do Tecido, Riacho do Tecido, Bonde do Tecido, Feirinha do Tecido e Praia do Tecido (ao norte da Fábrica Confiança, então arenosa e limpa, usada como local de veraneio). Esses nomes perduraram até a década de 1930.

A fábrica Sergipe Industrial também oferecia um cinema ao ar livre - Cinema Parque, sob as árvores de pequeno bosque anexo à fábrica, com mesas e cadeiras rústicas, fabricadas com madeira do local, serradas nos tamanhos e formas convenientes e sem nenhum tratamento. Funcionava em dias que não interferissem

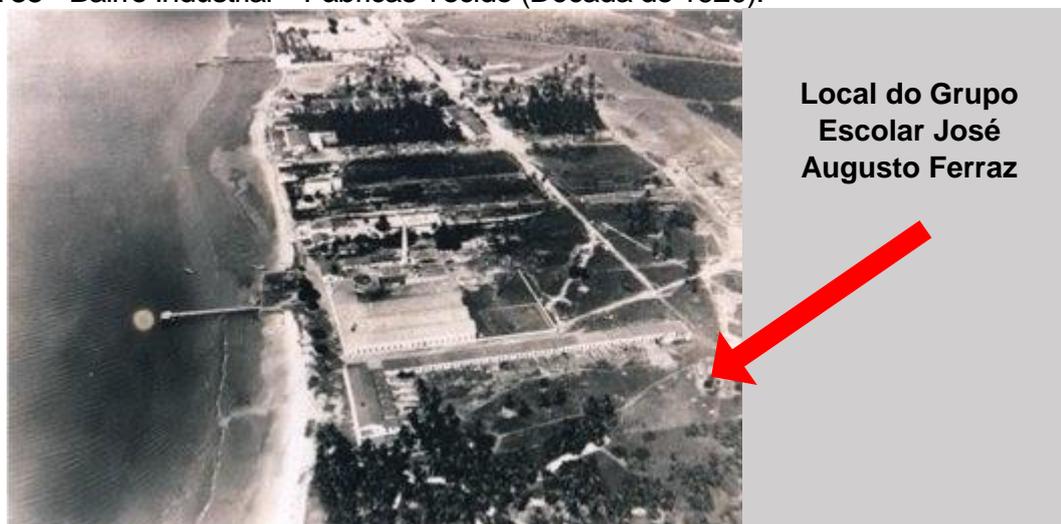
---

<sup>188</sup>Nota do autor. Não identifiquei até quando essa área foi mantida.

<sup>189</sup>Acervo do Arquivo Municipal de Aracaju.

no dia a dia dos operários, exibindo os filmes dos outros cinemas, com entrada gratuita. Ver Figura 35 - Bairro Industrial - Fábricas de Tecido (Década de 1920).

**Figura 35**• Bairro Industrial – Fábricas Tecido (Década de 1920).



**Fonte:** DINIZ, (2009)

Desde 2015, está sendo construído um *shopping center* no local. A fábrica e as casas da vila foram demolidas, somente a igreja foi preservada. As obras se encontram em ritmo lento.

O Grupo Escolar José Augusto Ferraz encerra nossa micronarrativa e foi o último grupo escolar construído na cidade de Aracaju até 1930. Ele se assemelha aos dois últimos, por estar situado no Bairro Industrial e por esta localidade, em particular, estar vinculada ao setor industrial, com mais de 40 anos de sua chegada ao Estado. Seu terreno, tendo sido doado pela Fábrica Sergipe Industrial, reforça os laços construídos entre os destinos da instrução pública na cidade e o poder econômico, exercido por essa atividade. Não encontrei relatos ou dados que possam confirmar a presença dos filhos dos operários como alunos desse grupo, mas com certeza esse encontro se estabeleceu.

O edifício principal, ver Figura 36 - Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1931), está posicionado na esquina entre três ruas, seu acesso principal se faz pela Avenida João Rodrigues, antiga Rua Cruz & Cia, onde se encontra a porta principal, com escada interna e central, compondo o único acesso ao interior. Essa escada também difere das anteriores, pois se encontra no *hall* interno do edifício. A Rua Belém, divisa norte, e a Rua São Luiz, divisa sul, são os confrontantes desse entorno. A edificação principal encontra-se alinhada com a calçada, no limite oeste.

**Figura 36** • Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1931)



**Fonte:** Biblioteca Nacional

Sua configuração tipológica difere dos edifícios anteriores, bloco único retangular com duas varandas ou alpendres, no formato em “L” - posicionadas nas laterais norte/leste e sul/leste, simétricas ao eixo da porta principal. Muro fechado no trecho mais ao fundo dos limites laterais e um pequeno “L” se prolonga na fachada principal, até o encontro com o edifício que não está recuado na face oeste, com uma parte inferior fechada, altura de 1,30 m, e superior com balaustrada, que permite a visibilidade a adulto, mas não a criança; com os pilares de alvenaria seção quadrada e marcação somente do capitel, com moldura lisa. O edifício apresenta recuo nos limites norte, sul e leste; a inexistência de gradil com mureta é característica que o aproxima do grupo escolar General Valladão - 2ª localização. Identifica-se um portão lateral na esquina com a Rua Belém, que pode ser um indicio de acesso para cada sessão.

A composição é imponente, por apresentar dois alpendres laterais com maior número de ornamentos. Porque a fachada principal é modestamente adornada, as fachadas têm modenaturas iguais, somente a marcação do pórtico central, com o acrotério e a águia, altera esse padrão. O edifício principal é caixa retangular, simétrico, apresenta mudança de plano ao fundo com pequena edificação

(cotovelo<sup>190</sup>), que, infiro, eram as instalações sanitárias, conectadas e alinhadas com o alpendre.

O entablamento, composto de arquitrave, friso e cornija, percorre todo o edifício, formando o seu coroamento. A composição do edifício é ritmada, porém com poucos adornos. O pátio que se forma no fundo tem circulação aberta – lógia, que permite a integração visual na parte interna do lote. A configuração e formato desse edifício criam área ao fundo maior, onde, julgo, estavam posicionados o pátio e o jardim, permitindo maior integração, controle e vigilância, com uma escada central para transpor a diferença de nível entre o pavimento da circulação e essa área.

Marcando a porta central, com duas folhas almofadas, com bandeira fixa e os cantos arredondados; a arquitrave superior em formato de arco pleno e encimado pela águia, com uma platibanda dentada, numa altura que a deixa mais imponente, se considerar que esse entablamento é o mais simples, comparado com os anteriores. A única marcação que o diferencia e traz mais ornamentos está no contorno acima da porta.

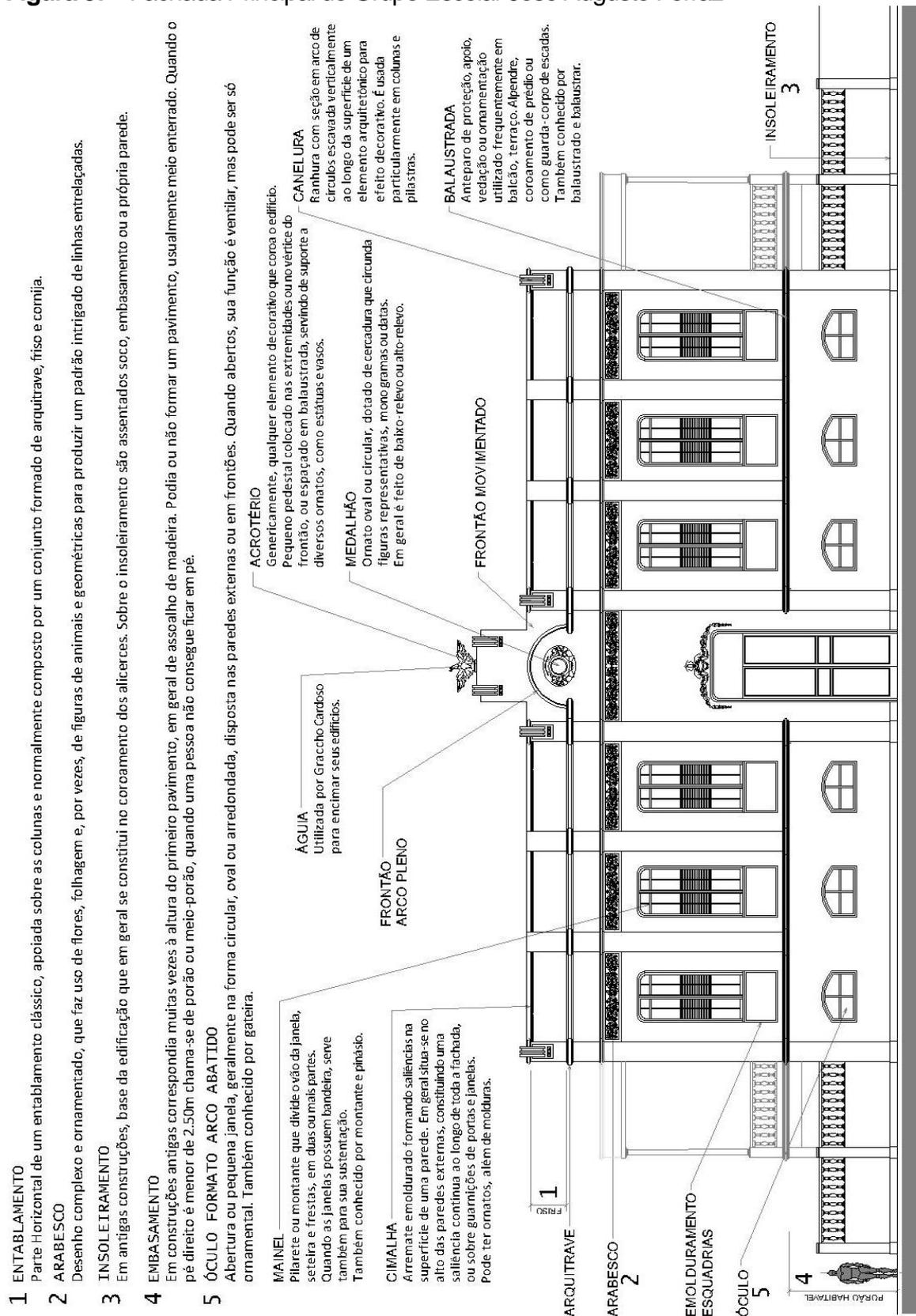
O embasamento se constitui de marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do porão, que se encontra ressaltado por uma moldura modelo gola, reforçando a linha horizontal. O óculo do porão, de proporções maiores, se comparado com os anteriores, tem composição idêntica, sempre alinhada com as janelas, formato retangular com arco abatido. A altura do embasamento permite identificar que o porão habitável se fez presente, com as mesmas características identificadas no Grupo Escolar Manoel Luís.

O frontispício das fachadas apresenta composição modular, com o prolongamento das pilastras, que devem ter os mesmos adornos encontrados no Grupo Escolar Dr. Manoel Luís. Os adornos, alegorias e demais marcações se repetem e são iguais nas fachadas que estão voltadas para a rua, uma faixa de arabescos, demarca a faixa abaixo da arquitrave. O alpendre, que se configura de formato e posição inédita nesse edifício, apresenta três colunas na face lateral, com a marcação da base, intercalada por balaústres mais modestos que aqueles do General Siqueira e do Barão de Maroim, ver Figura 37 - Fachada Principal.

---

<sup>190</sup> Cotovelo - ala que forma um ângulo reto com a construção (CHING, 2003)

**Figura 37** • Fachada Principal do Grupo Escolar José Augusto Ferraz



Fonte: Elaborado pela Autora, fev. 2019

Os quadros das janelas, nesse edifício, se apresentam de maneira idêntica, na fachada frontal e lateral (norte). Moldura lisa em todo quadro, seguem ritmo e modulação que impõem homogeneidade ao conjunto. Justifica-se esse ritmo por estarem posicionadas na esquina da Avenida João Rodrigues e Rua Belém. Estas características estéticas classificam esse edifício no estilo eclético.

O desenho da fachada principal, em virtude da qualidade da foto e da descaracterização sofrida nos elementos durante quase um século de existência, pode não corresponder fielmente aos ornamentos originais, além de sua descrição também ter sido realizada de maneira superficial. Esse edifício não foi tombado, o que poderia ter garantido a preservação dos ornamentos.

Com base nas evidências fotográficas, pude entrelaçar as linhas visíveis e não visíveis. A análise da forma do edifício principal - de dois pavimentos, considerando o porão, como um pavimento nesse edifício, infiro, foi ocupado para espaços escolares. Importante destacar que, apesar de seu tamanho ser maior, não garante iluminação e ventilação adequadas, se comparadas com a do pavimento principal.

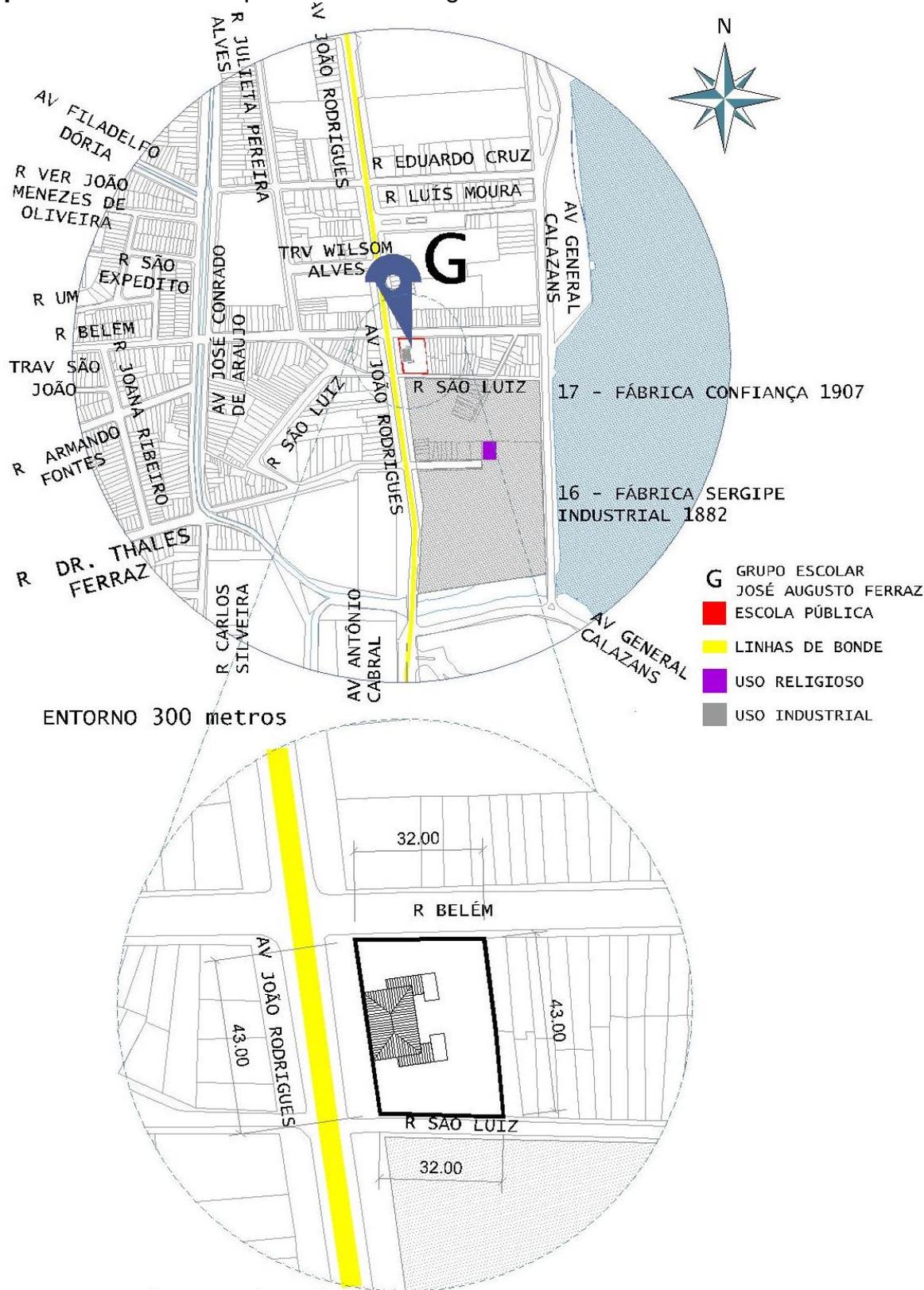
Percebe-se uma edificação posicionada na lateral sul, mas não tenho informações que nos permitem afirmar que ela fazia parte da escola. Ela tem uma composição mais simples, com beiral, bastante distinto da estética utilizada para marcar os Grupos Escolares. Não consegui identificar o jardim, pois existem novas construções no fundo, que podem ter apagado os vestígios da localização exata quando da inauguração. Também não identifiquei nesse conjunto as escadas independentes para acesso às seções feminina e masculina, exceto o portão lateral, na fachada norte.

No entorno do lote, conforme Mapa 14, estipulei um raio de amplitude de 300 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno.

O Grupo foi posicionado em lote de esquina, tendo como acesso principal a Av. João Rodrigues, limite norte com a Rua Belém e limite sul com a Rua São Luiz. Ele está acima, na direção norte, do Quadro de Pirro.

Na direção oeste, faz ligação com o bairro Santo Antônio, mas a Avenida José Conrado, com seu canal a céu aberto e traçado mais sinuoso, configura o entorno com várias travessas. Percebe-se aqui a falta de rigidez, no traçado desse arruamento, com dimensões e tamanhos de lote bastante diferentes da área vigiada do Quadro de Pirro. Posso afirmar que nessa área tivemos a ocupação da cidade da desordem cujas linhas são ainda hoje perceptíveis.

**Mapa 14** • Entorno do Grupo Escolar José Augusto Ferraz



**CONFIGURAÇÃO LOTE/EDIFÍCIO**

**Fonte:** Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Na direção leste, a menos de 200 m, o Rio Sergipe, com o píer de atracação exclusivo para o desembarque do algodão e embarque da produção das fábricas.

Na direção norte, seguindo pela margem do Rio Sergipe, a pouco menos de 1 km, encontra-se o seminário menor do Sagrado Coração de Jesus, onde, segundo Porto (2011, p. 137), morou Chica Chaves “[...] Nobre de Lacerda, nascida em 1869, [...] ‘uma mulata simpática, virtuosa e tratável’, que ‘revelou-se sempre um espírito dosado de muita perspicácia e rara inteligência’”, relato de D. Hortência Fonseca Carvalho, que continua [...] “sempre muito querida das pessoas gradas da terra. O seu sítio foi sempre o ponto escolhido pelos Presidentes na antiga Província para realização de ‘convescotes’<sup>191</sup>”.

Na direção noroeste, a menos de 2 km, o Morro do Urubu, atual Parque da Cidade ‘Governador José Rollemberg Leite’, que não sofreu grandes modificações com a ocupação urbana e se tornou barreira para a expansão da cidade nesse sentido, na conexão com o município de Nossa Senhora do Socorro. Hoje, o Parque é Área de Preservação Ambiental (APA) e, no seu entorno, continua a ocupação desordenada, com problemas de deslizamento e falta de infraestrutura.

Na mesma direção, a menos de 700 m, o Estádio Proletário Sabino Ribeiro, campo de mando da Associação Desportiva Confiança – Azulino, como é conhecido por seus torcedores. A fundação do Cotinguiba Esporte Clube, agremiação esportiva que começou com o remo, em 10 de outubro de 1909; em 1916, criou time de futebol e, quando foi criada a Liga Desportiva Sergipana, disputou o primeiro Campeonato Sergipano Série A1, no ano de 1918. O remo foi a primeira modalidade esportiva de destaque em Aracaju. Em 19 de abril de 1874, foi disputada a primeira regata organizada pelo Club das Regatas; modalidade depois substituída pelo futebol, a paixão nacional.

Lote em formato regular – paralelogramo com a face oeste, com testada de 43 m, na Avenida João Rodrigues, esquina com Rua Belém; testada norte de 32 m; lindeira ao lote vizinho, com 43 m na face leste e esquina com a Rua São João; testada de 32 m, na face sul. Lote com dimensões reduzidas, se comparado com dois primeiros, totalizando pouco menos de 1.350 m<sup>2</sup>, permitiu que o edifício se posicionasse no centro, no alinhamento com a via de circulação mais importante e movimentada.

---

<sup>191</sup>Segundo Porto – convescote foi um neologismo, hoje em desuso, criado pelo filólogo brasileiro Antônio de Castro Lopes, para traduzir o inglês *pic-nic* e o francês *pique-nique*.(PORTO, 2011).

Seu entorno interno esteve livre nas três outras faces, permitindo a criação do pátio no fundo para as atividades físicas e para o jardim. O tamanho do lote mais largo do que profundo, se considerado o acesso principal, é o responsável pela criação dos alpendres nas laterais, uma forma de integrar esse espaço para ser utilizado como pátio. O muro fechado protege a relação entre o meio interno e o externo.

Não identifiquei a posição do jardim nas fotos de 1931. Hoje, percebe-se vegetação mais densa, na face oeste, em frente a edificação lateral já mencionada anteriormente. Ver Tabela 6, com os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos do Grupo Escolar, e, em sequência, Ficha Técnica 6.

Considerei os dois pavimentos para a edificação principal, pela altura do embasamento, a escala do edifício, percebida através das relações, aponta que a altura era suficiente para que um homem pudesse ficar ereto. Assim, ele foi aqui classificado como porão habitável.

**Tabela 6●** Parâmetros do Grupo Escolar José Augusto Ferraz

Parâmetros	Valores
Área do terreno	1.350,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Térreo	300,00m <sup>2</sup>
Área Edificada do Pavimento Porão Habitável	300,00m <sup>2</sup>
Total Área Edificada	600,00
Área do Pátio central	NÃO POSSUI
Taxa de Ocupação	22%
Coefficiente de Aproveitamento	0,44
Número de salas de aula	6

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

**Ficha Técnica 6●** Grupo Escolar José Augusto Ferraz

Data da Inauguração - 1925.

Presidente de Estado - Mauricio Graccho Cardoso.

Localização - Av. João Rodrigues, nº 55 esquina com as Ruas Belém e São João no Bairro Industrial.

Patrono - José Augusto Ferraz (? - 1906), administrador da Fábrica Sergipe Industrial e pai de Thales Ferraz.

Escola continua em funcionamento até os dias atuais.

Engenheiro(s) Responsáveis pelo Projeto - Hugo Bozzi, Arthur Araujo e Alfredo Aranha

**Fonte:** Elaborada pela Autora, jan. de 2019

Compreender as relações entre o interno e externo, entre o homem e suas necessidades, que, em conjunto com os elementos estéticos e tecnologias construtivas construíram essa arquitetura marcante dos edifícios-escola, permite alargar essa história da educação para além das percepções já apresentadas. Primeiro é a relação entre os nomes dos grupos escolares e seus homenageados,

homens influentes, políticos, servidores públicos e empresários, que deram notoriedade a esses espaços e que ainda se perpetuam através dessa coexistência; segundo é o encontro entre a definição de implantar o grupo escolar e o poder econômico da localidade onde ele seria construído. Dos cinco municípios com fábricas de tecido<sup>192</sup>, todos receberam um grupo escolar, incluindo Aracaju, o que torna evidente a relação da localização dos grupos com o poder econômico e social impulsionado por essas indústrias, que necessitavam de mão de obra alfabetizada; terceiro, é a constatação que alguns prédios, reformados para abrigar os edifícios-escola, não atenderam de modo satisfatório à ocupação necessária para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e, com o tempo, foram sendo reposicionados para edifícios construídos para esse fim, o que não ocorreu em Aracaju.

No interior do Estado, no marco temporal deste trabalho, foram implantados os seguintes edifícios-escola: Grupo Escolar Coelho e Campo (1918), na cidade de Capela; Grupo Escolar Gumercindo Bessa (1923), em Estância; Grupo Escolar Vigário Barroso (1923), em São Cristóvão; Grupo Escolar Sylvio Romero (1924), em Lagarto; Grupo Escolar Fausto Cardoso (1925), em Simão Dias; Grupo Escolar Coronel João Fernandes (1925), em Propriá; Grupo Escolar Olympio Campos (1925), em Neópolis, e Grupo Escolar Severiano Cardoso (1926), em Boquim. Na gestão de Graccho Cardoso foram inaugurados 11, dos 14 grupos escolares, se somarmos os da capital e do interior.

A letargia na incrementação dos grupos escolares em Sergipe fez com que os primeiros prédios fossem vistos como pequenas ilhas da modernidade. Eram pequenos palácios que emergiam em meio aos casebres com aspectos rústicos. A paisagem urbana das cidades começou a transformar-se aos poucos (SANTOS, 2011, p. 32).

Após analisar as características estéticas utilizadas em cada edifício e sua forma de ocupação no lote, reafirmo a próxima fala de Santos (2011) de que os edifícios foram classificados e percebidos como suntuosos e majestosos por suas características estéticas, que os diferenciavam das outras edificações ao seu redor, mas as dimensões do seu edifício são bastante exíguas, mesmo estando em lotes de dimensões generosas, se comparadas ao padrão dos lotes lindeiros. Assim,

[...] a visibilidade das fachadas mascarava o restrito tamanho das dependências internas dos ícones da modernidade, das ilhas de

---

<sup>192</sup>Nota do Autor. Aracaju, São Cristóvão, Estância, Neópolis e Propriá.

civilização. Era a educação estética para o povo, que promovia o regime, legitimava novos sujeitos e heróis, mas permanecia sem conseguir alavancar a propagação das primeiras letras (SANTOS, 2011, p. 35).

A configuração do espaço escolar, esse ser percebido, num primeiro momento, modificou a relação entre seus usuários e a especialização dos espaços. Início minhas considerações com as instalações sanitárias, local invisível que, quando se analisa como elas foram projetadas, construídas e posicionadas nos grupos escolares, nenhum documento comprova ou demonstra como elas estiveram configuradas; infiro que estavam adequadas e em número suficiente para atender a demanda, segundo os relatos aqui citados; quando, de fato, deveriam ser mais bem equipadas e projetadas, se comparadas com as instalações sanitárias residenciais.

A sala de aula, espaço próprio para as atividades relacionadas ao ensino, é lugar que se transforma, se renova quando da criação dos grupos escolares. Apresento somente os dados do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, cuja configuração física está assim constituída: 5,70 m de largura x 7,80 m de profundidade, totalizando pouco menos de 45 m<sup>2</sup>. Se utilizarmos a relação 1,25 m<sup>2</sup> por aluno, estabelecida por Jules Ferry, em 1882, além do formato da sala de aula ter uma forma retangular, o que implica 35 alunos como capacidade máxima por sala de aula. Como não identifiquei se este parâmetro foi utilizado aqui em Sergipe e os instrumentos normativos não definem a capacidade de aluno por sala, estas informações a priori, ficam sem comparativo, quem sabe uma outra pesquisa possa ampliar esses dados.

Apesar de apresentar o número de salas de cada grupo, identificado nas fontes, não irei relacioná-las com as áreas edificáveis, por perceber que poderia criar dado irreal, proporcionado pela inconsistência das informações disponíveis. Será que todas as salas de aula estavam posicionadas no pavimento principal? Para os preceitos higienistas, sim, elas deveriam estar aí posicionadas. No entanto, baseado na relação entre o tamanho e posicionamento das aberturas do porão – óculos, analisados em cada grupo, essa relação não era satisfatória, ou seja, esses espaços não recebiam iluminação e ventilação adequadas aos discursos apresentados aqui.

Assim, reuni na Tabela 7, os dados apresentados de forma individual em cada subcapítulo, permite olhar comparativo entre os grupos escolares (1914-1925).

**Tabela 7•** Comparativo entre os Grupos Escolares (1914 – 1925)

	Grupo Escolar General Siqueira	Grupo Escolar Barão de Maroim	Grupo Escolar General Valladão 1ª localização	Grupo Escolar General Valladão 2ª localização	Grupo Escolar Dr. Manoel Luís	Grupo Escolar José Augusto Ferraz
Área do terreno (m2)	4852,00	2618,00	2000,00	1150,00	1250,00	1350,00
Área Edificada do Pavimento Principal (m2)	835,00	720,00	610,00	485,00	380,00	300,00
Área Edificada do Porão Habitável (m2)	0,00	720,00	0,00	0,00	380,00	300,00
Área Total Edificada (m2)	835,00	1440,00	610,00	485,00	760,00	600,00
Área do Pátio Central (m2)	430,00	não possui	210,00	60,00	60,00	não possui
Taxa de Ocupação (%)	17%	28%	31%	42%	30%	22%
Coefficiente de Aproveitamento	0,17	0,55	0,31	0,42	0,61	0,44
Número de sala de aula	8	6	6	6	3	6

Fonte – Elaborada pela Autora, jan. 2019.

De pronto, percebe-se similaridade entre os três últimos grupos escolares, pela proximidade nas datas de inauguração e por terem sido construídos na Gestão de Graccho Cardoso, com área média de lote de 1.250 m<sup>2</sup>. Quando comparado com o lote maior, que pertenceu ao General Siqueira, obtém-se diferença quase três vezes para maior.

A área edificada do pavimento principal também apresenta amplitude muito forte entre o primeiro e o último grupo escolar, obtém-se diferença de pouco mais de três vezes e meia para menor.

A área total edificada varia em função do uso do porão. Para os grupos em que essa área foi comprovada como habitável, em ordem decrescente, o maior, com 1.440 m<sup>2</sup> é o Barão de Maroim; o intermediário, com 760 m<sup>2</sup>, é o Dr. Manoel Luís; e o menor, com 600 m<sup>2</sup> é o José Augusto Ferraz. O menor edifício com área edificada é o General Valladão, 2ª localização, com apenas 485 m<sup>2</sup>.

A taxa de ocupação, um índice que relaciona a proporção entre área livre e área de projeção ocupada pelo edifício, apresenta a seguinte amplitude: O General Siqueira, com 17%, e o General Valladão, 2ª localização, com 42%. Significa que o primeiro tinha mais área livre para as atividades com essa característica, que incluiria o jardim.

O coeficiente de aproveitamento, outro índice que relaciona área total edificada e sua relação com o lote, apresenta a seguinte amplitude: O Manoel Luiz, com 0,61, é o maior, e o menor é o General Siqueira, com 0,17. Significa que a relação se mostra mais equilibrada para o primeiro grupo, porque otimizou a área edificada com a verticalização, o uso do porão e ocupou somente 30% da área do lote.

Percebe-se, também, uma relação que existiu entre os anos para formação do ensino primário, o número de salas de aula e a oferta para seção feminina e seção masculina, assim definidos em cada período de vigência dos Regulamentos da Instrução Pública, de 4 anos, de 1911 a 1924, e posteriormente de 3 anos, para o primeiro grau.

A localização dos edifícios na malha urbana da cidade deve ser entendida como a melhor escolha, diante dos desafios apontados e os desejos idealizados. Percebo que os critérios de locação do edifício e posicionamento das salas somente levou em consideração o melhor ângulo de visibilidade entre ele e a cidade. Das seis localizações, somente o Grupo Escolar Barão de Maroim ocupa um lote de meio de quadra, todos os demais estão posicionados em esquinas, sempre a porta ou portão principal posicionado para a rua de maior circulação.

O conforto térmico (calor e ventilação natural) ainda não era um condicionante considerado na implantação dos edifícios nesse período. Vale, no entanto, o registro da forma como esses edifícios estão posicionados em relação à incidência do sol, considerando a fachada principal. Três edifícios posicionados na fachada oeste, que recebe maior incidência de sol no turno da tarde - General Valladão, 1ª localização, Dr. Manoel Luís e José Augusto Ferraz; General Siqueira e Barão de Maroim posicionados na fachada leste, maior incidência de sol na parte da manhã; e o General Valladão, 2ª localização, na fachada sul, que recebe muito pouco sol durante todo o dia.

Em relação à ventilação natural, eles também apresentam alguns padrões que perduram até os nossos dias: bandeiras vazadas acima das portas internas, para promover a circulação cruzada, porque todos eles apresentam janelas de dimensões e quantidade generosas em todas as faces, quando consideramos o pavimento principal. Todas as janelas apresentam uma parte de vidro para entrada da iluminação natural e uma parte de veneziana, responsável pela entrada permanente das correntes de ar, que, em Aracaju, são predominantes nas faces sudeste e leste.

Organizar e compreender as linhas dos edifícios-escola, com sua arquitetura e sua inserção na cidade, me permitiu perceber como essa representação coletiva foi sendo construída de maneira lenta e gradual. Identifiquei a necessidade de apontar, no próximo segmento, alguns traços e indícios que demarcam o espaço da cidade e constroem a relação subjetiva entre os moradores, o homem ordinário, o herói comum, e esses edifícios.

#### **4.2 A Demarcação do Espaço-Território**

A cidade e o grupo escolar impuseram linguagem e estrutura que pode ser percebida pela linha que, a princípio, os delimita: o muro. Segundo Faria Filho (2010), “[...] o muro configuraria simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se auto institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquele como lugar maléfico às crianças”. A rua, local de distração, de brincadeiras, de encontro entre a família e amigos nas portas para a conversa no início da noite. Em Aracaju, essa cena foi sendo modificada ao longo da construção dos edifícios-escola.

Os três primeiros grupos escolares tinham como fronteira entre a rua e o edifício um gradil vazado, que permitia a integração visual entre o interno e externo, e a criação da percepção da monumentalidade e suntuosidade do edifício estava preservada por essa transparência. Identifica-se um espaço de transição, o jardim frontal ou lateral, modificado nos três últimos grupos escolares, quando os muros se tornam elemento de ruptura e de interrupção, porém o edifício ainda continua majestoso, todos os acessos principais estão posicionados no limite com a calçada, impondo formas legítimas ou não de sua apropriação e de sua utilização.

A relação entre a cidade e o edifício-escolar deve ser compreendida como produtora e produto, como lugar e território, entretecidos para criar, de maneira renovada e articulada, a representação coletiva dessa modalidade escolar em seus usuários. Assim, a mesma imagem de nobreza e modernidade que se impôs ao edifício deveria ser percebida no território onde o edifício foi construído. Segundo Viñao (2005, p. 17), a configuração como território está baseada “[...] na ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam”, e Faria Filho (2010, p. 69) afirma que no “[...]”

momento de sua constituição, foi o palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados para um mesmo lugar projetado pela arquitetura escolar”.

Que significados podem ser destacados nesse entrelaçamento? Busquei estruturar este segmento de forma a descrever a relação estabelecida pela similaridade que se percebe entre eles ou não.

Os três primeiros edifícios escolares - General Siqueira, Barão de Maroim e General Valladão (primeira localização) -, situados em lugares privilegiados da cena urbana central da cidade de Aracaju, os dois primeiros expressam uma imponência de ornamentos, que, de fato, marcam e dão visibilidade aos progressos e modernidade que as administrações estaduais e locais desejavam impulsionar na região, além de marcar de maneira bastante específica essa nova modalidade educacional, criando a identidade do grupo escolar dessa primeira fase.

Os outros três edifícios - General Valladão (segunda localização), Manoel Luís e José Augusto Ferraz -, estão situados em áreas da cidade que já apresentavam vocação de se firmar como áreas que deveriam ser urbanizadas, ocupadas inicialmente por população que não podia atender as regras impostas pelas áreas vigiadas do Quadro de Pirro. Assim, junto com as escolas, essas áreas se consolidaram, criaram notoriedade e seus espaços urbanos se transformam em novos bairros, a exemplo do Getúlio Vargas, tendo estes edifícios atuados como símbolos de atração e de referência para seus vizinhos

A segunda localização do General Valladão ocupa a área **noroeste** da cidade, no bairro Centro, no limite com o Santo Antônio, ou seja, o núcleo inicial do povoado que se aglutina, via antiga estrada nova, atual Avenida João Ribeiro. O Manuel Luís, no limite entre o bairro Centro e o Getúlio Vargas, ocupa a área **oeste**; e o José Augusto Ferraz, no bairro Industrial, ocupa a área **norte**, junto às indústrias têxteis que moldaram esse território.

As escolas de bairro, vamos classificar assim as três últimas, pela posição geográfica que ocupam, em pontos quase equidistantes, considero o marco zero no antigo Palacete Provisório, reforçam a relação de proximidade da escola com a população que ali residia e promovem a inclusão de camadas sociais de menor poder aquisitivo, criando nova centralidade e se tornando pontos de referência e de pertencimento para o entorno e seus usuários. Segundo Lefebvre (2001, p. 58), “[...] as transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar

dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e arena dessas interações complexas”, confirmando a percepção de Viñao (2005) e Faria Filho (2010), apresentada no início deste segmento.

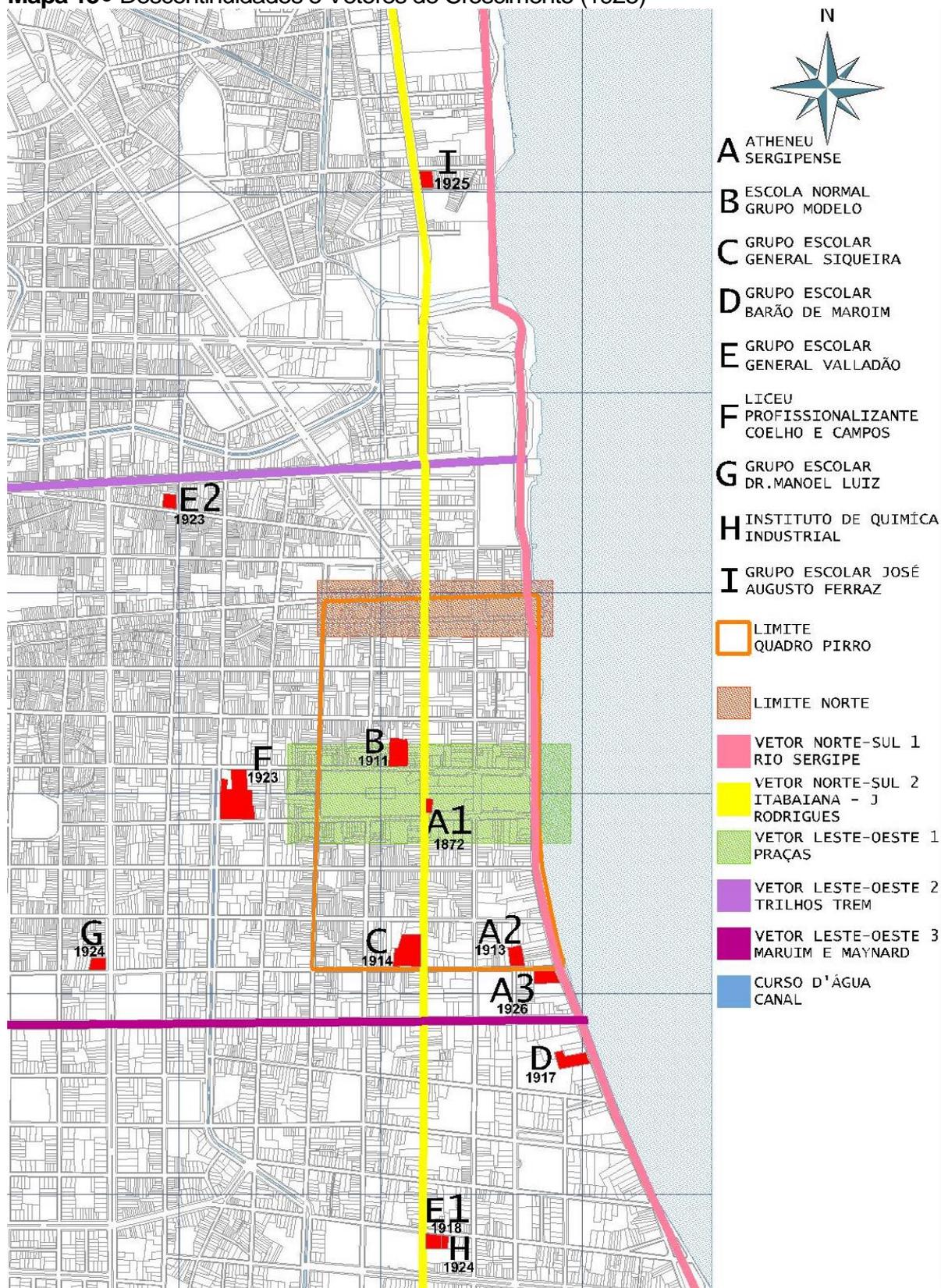
Essa localização dos edifícios-escola, pode ser melhor visualizada e compreendida através do Mapa 16 – Descontinuidades e Vetores de Crescimento (1925), apresenta o encontro da cidade e os edifícios que foram construídos para abrigar as escolas, aqui ampliadas para os doze edifícios públicos – seis grupos escolares, três edifícios ocupados pelo Atheneu Sergipense, a Escola Normal Rui Barbosa, o Instituto de Química Industrial e o Liceu Profissionalizante Coelho e Campos<sup>193</sup>. Utilizei a nomenclatura atual dos logradouros públicos e bairros para facilitar a precisão e compreensão dessas informações<sup>194</sup>, identifiquei 1 descontinuidade e 5 vetores de crescimento e expansão da cidade. O extremo norte, como uma descontinuidade do traçado do Quadro de Pirro, limitado pelos condicionantes naturais, que impediram, num primeiro momento, a concretude do traçado e formato original da quadra. Dois vetores norte-sul, o primeiro utilizando o corredor da Rua da Frente - Av. Rio Branco - Ivo do Prado; o segundo, com Rua Itabaiana - Av. Antônio Cabral. Três vetores Leste-Oeste, o primeiro, mais ao norte, formado pela Linha de Trem - Av. Coelho e Campos; o segundo, no marco zero da cidade, Praças Fausto Cardoso, Almirante Tamandaré e Olímpio Campos; e o terceiro, Av. Barão de Maruim - Desembargador Maynard, que pode ser melhor compreendido com os textos apresentados na sequência após o mapa.

---

<sup>193</sup> Antigo Lyceu Profissional Coelho e Campos, localizado na esquina da Rua Itaporanga com Siriri.

<sup>194</sup> Ver Apêndice D - Mapa divisão dos bairros e nomenclatura atual dos logradouros públicos (2018).

**Mapa 15** • Descontinuidades e Vetores de Crescimento (1925)



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

• **LIMITE NORTE.** A partir do extremo norte, do Quadro de Pirro, as quatro quadras limítrofes não possuem as dimensões exatas no sentido norte-sul – aqui se faz referência ao conjunto formado entre a Praça General Valladão (leste) e Rua Capela (oeste), que apresenta diferença de 60 m menor que o previsto. Uma das justificativas apresentadas por Porto (2011) foi o limite natural do Riacho Caborje, que impediu, num primeiro momento, a demarcação exata e, após a consolidação de alguns prédios públicos, como a Cadeia, o Quartel e a Alfândega, construídos nos primeiros anos de fundação da cidade, não permitiu essa alteração. A configuração da Av. João Ribeiro, que rompeu com o traçado paralelo ao Rio Sergipe, também imposta pela articulação com o povoado inicial e a capela de Santo Antônio do Aracaju, é mais uma das características desse entorno. Mais ao norte, vamos encontrar o Morro do Urubu, formação do Tabuleiro Costeiro e dos vales entalhados nos sedimentos da Formação Barreiras, encostados nas falésias fósseis da mesma formação, que tem como variação de altitude 50 m, contido entre o cume e o sopé da serra. Um acidente geográfico que limitou, até final do século XX, a expansão urbana nesse sentido norte.

• **VETOR NORTE-SUL 1 - RIO SERGIPE.** Composto pela paisagem natural mais emblemática e significativa da cidade, as águas calmas do Rio Sergipe e a linha de coqueiros da Ilha de Santa Luzia - Barra dos Coqueiros, confirmando o forte valor simbólico de sua maior riqueza - cidade das águas. Percebe-se que Pirro, quando locou a Rua Aurora, pressionado por Inácio Barbosa (1855), acompanhou a leve curva convexa do leito do rio no sentido sul. Identificou-se que os condicionantes naturais impuseram, sim, mudança da racionalidade técnica projetada no papel. Registra-se a primeira ausência na paisagem urbana atual com a mudança do porto para o município de Barra dos Coqueiros (198?), além da mudança da feira (1926, que se concentrava nos primeiros trechos da Av. Rio Branco e atualmente se encontra no entorno dos mercados e dentro deles. A linha de bonde somente circulou entre os trechos da Praça Getúlio Vargas (sul) e Mercado Thales Ferraz (norte) – a demolição da Praça Inácio Barbosa para implantação do segundo mercado e a eliminação dos trilhos eletrificados em todo o percurso que o bonde elétrico se fizeram presentes. Dois edifícios-escola estiveram posicionados no trecho da Av. Ivo do Prado – entre a Praça Fausto Cardoso e a Praça Getúlio Vargas, a terceira sede do Atheneu Sergipense (1926-1969) e o Grupo Escolar Barão de Maroim (1917-1950), que foi construído sobre os alicerces do Asylo Nossa Senhora da Pureza (década de 1870-

1891). Atualmente os dois edifícios abrigam, respectivamente, o Museu da Gente Sergipana e o Cultart.

- **VETOR NORTE-SUL 2 - RUA ITABAIANA e AV. JOÃO RODRIGUES.** Interligando as duas áreas que se expandiram além do Quadro de Pirro, para o norte com as indústrias têxteis (1882) e para o sul com o Palacete dos Rollemberg - esquina da Praça Getúlio Vargas com Av. Ivo do Prado – lugar das famílias de posse - burguesia. Nesse corredor, temos a construção de quatro edifícios-escola, a primeira sede do Atheneu Sergipense (1872-1913), e os Grupos Escolares – General Valladão, primeira localização (1918-1923), o General Siqueira (1914-1925) e o José Augusto Ferraz (1925), reforçando que os edifícios escolares se posicionaram para potencializar esses percursos e acompanhar a ocupação residencial nessas áreas, constituindo também corredor utilizado pelas linhas de bonde, o que ressalta importância desse eixo até os dias atuais. O José Augusto Ferraz é um dos três edifícios-escola, construídos para abrigar grupos escolares, que ainda permanece com o mesmo uso.

- **VETOR LESTE-OESTE 1 – PRAÇAS.** Formado pelas praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos, configura-se desde o primeiro momento com a construção do Palacete Provisório no “Paço Imperial” – lugar da Corte dos Príncipes, dos Reis, dos Imperadores, que, mesmo após a República, continuou ocupado pelos principais e mais ricos edifícios públicos em termos de ornamentos arquitetônicos, perpetuando-se como símbolo do *statu quo* do Poder Público. A interrupção no sentido Norte-Sul das Ruas de Santa Luzia e Santo Amaro criou descontinuidade para os veículos que precisavam se deslocar nesse sentido, mas imprimiu convite aos pedestres e alunos que aqui chegavam. Nesse entorno, foram edificadas dois importantes edifícios-escola, a primeira sede do Atheneu Sergipense (1872-1913) e a Escola Normal (1911-1950), com as linhas de bonde que circulavam desde 1908, e a imponente Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira, abençoando sua gente. É também a área mais arborizada, com os Jardins Olympio Campos e o Parque Teófilo Dantas. Nesse entorno se instalaram os primeiros cinemas, o precursor na Rua João Pessoa, no trecho entre Laranjeiras e São Cristóvão – Cine Teatro Carlos Gomes (1904).

- **VETOR LESTE-OESTE 2 - TRILHOS DO TREM.** Com a chegada da primeira estação de trem (1913) em Aracaju, esse eixo de ligação Leste-Oeste, torna-se a via de escoamento que permite a ligação, através das estradas de ferro, entre o interior

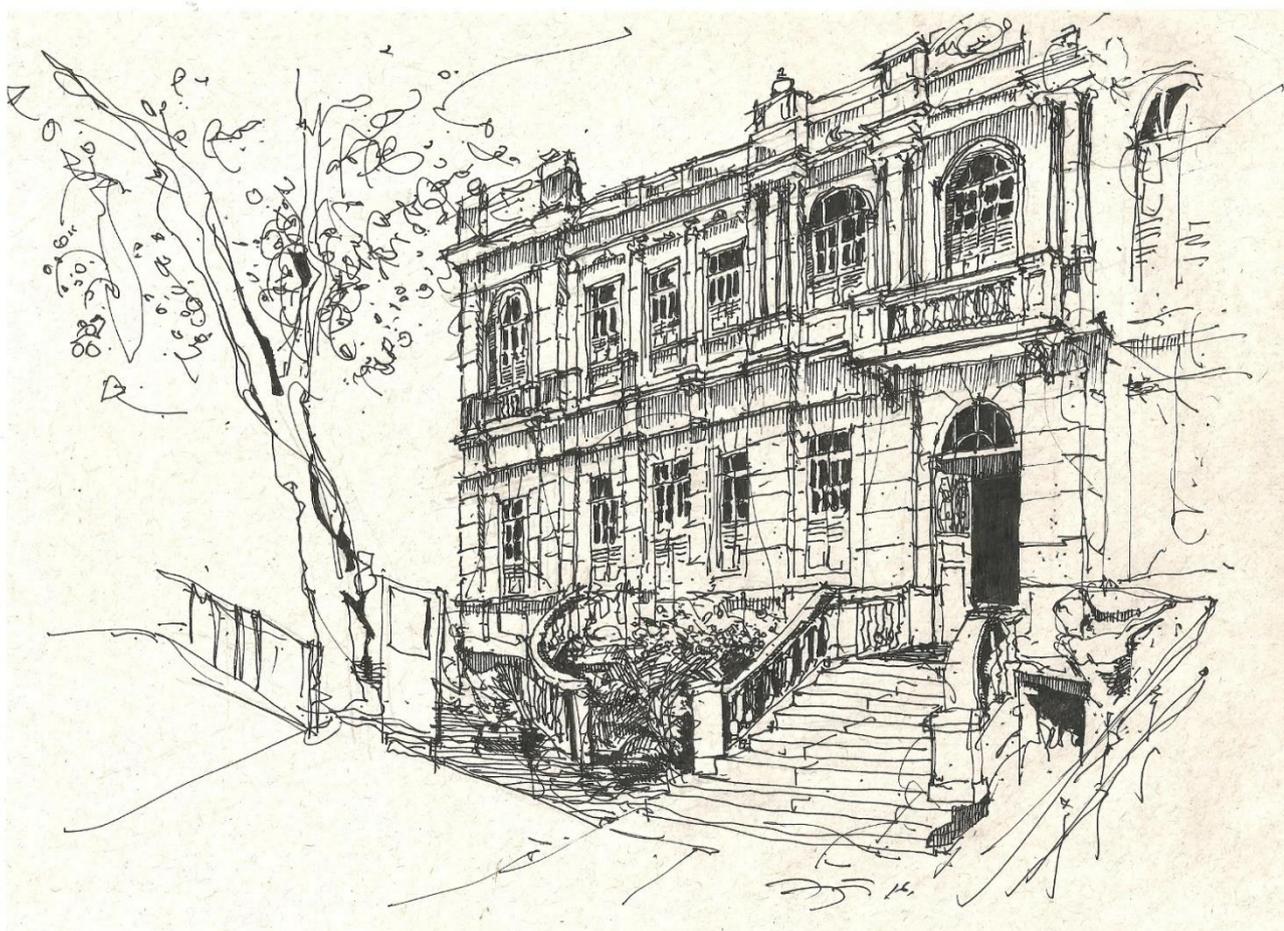
do Estado, sua cidade-capital e seu porto. Apesar das características, já apresentadas, o trem manobrava no pátio de serviços (localizado na Praça dos Expedicionários) e percorria de ré o corredor da Av. Coelho e Campos até chegar a estação. Essa área e seu entorno consolidaram-se de maneira simultânea como área de comércio com os trapiches e as primeiras oficinas de manutenção e ofícios. O desenho da linha do trem também causou descontinuidade das ruas no sentido norte-sul e a interligação entre os bairros Santo Antônio e Centro ocorre até os dias atuais pelo corredor Av. Dr. Carlos Firpo e João Rodrigues, entre os bairros Industrial e Centro também ocorre até os dias atuais via Rua Apulcro Mota. A ligação entre o bairro Centro e o Siqueira Campos, que ocorria via Av. Carlos Burlamarqui, atualmente é feita pela Av. Coelho e Campos. Na Carlos Burlamarqui, esquina com a Rua Siriri, encontra-se em funcionamento o Grupo Escolar General Valladão (1923). Quando a estação foi abandonada, na década de 1950, esse trecho se transformou e hoje não se percebe a passagem desse importante meio de transporte. Atualmente a rede ferroviária que atravessou Aracaju está totalmente abandonada e as avenidas, que antes se caracterizaram por esse uso, estão órfãs deste movimento. Nas proximidades dessa área está o primeiro cemitério de Aracaju – Santa Isabel e os antigos Trapiche Brown (atual mercado governador Albano Franco) e Entreposto ou Trapiche Cruz & Irmãos, em frente à Praça Inácio Barbosa (atual Mercado Thales Ferraz - 1949).

- **VETOR LESTE-OESTE 3 - AV. BARÃO DE MARUIM e AV. DESEMBARGADOR MAYNARD.** Apesar desse arruamento começar a se consolidar na década de 1930, não se pode desvalorizá-lo. Sua importância se fez através da implantação e calçamento da primeira avenida – Barão de Maruim. No encontro com a Praça da Bandeira, no trecho acima com a Rua Permínio de Souza, localiza-se o Grupo Escolar Dr. Manuel Luís (1924), um dos três edifícios-escola, construídos para abrigar os grupos escolares que ainda permanece com o mesmo uso, próximo ao Hospital de Cirurgia (1926), confirmando mais uma vez que essa expansão buscava racionalização de investimentos. Registre-se a posição da Fonte da Catinga nos arredores da Praça da Bandeira, que oferece indícios da ocupação residencial nesse entorno. E linha de bonde oeste-sul percorria a Av. Barão de Maruim até o trecho da Rua N. S. das Dores, esquina do Hospital Cirurgia.

Busquei elaborar esses novos registros, através da construção paulatina, compondo primeiro a pesquisa documental e, na sequência, a elaboração dos mapas,

com base nos achados aqui identificados. Essa ousadia só foi possível, porque as diversas fontes me indicaram o caminho para promover esse encontro, que se fundamenta na definição de estar diante da tríade espaço-escolar, legislação e cidade, que compõe esta micronarrativa. Segundo Carpintéro e Cerasoli (2009, p. 70), essa perspectiva da história serve de suporte necessário e incontestável, repleto de conceitos cristalizados no tempo, um passado fragmentado, mas possivelmente 'recuperável' pelos historiadores. E assim hoje me percebo uma historiadora da educação.

Terceira Sede do Atheneu Sergipense – Av. Ivo do Prado  
Agripino da Silva Costa Neto



Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro

não basta olhar, é necessário ver.

Para reconhecer é necessário atribuir significado,

Isto é,

ler e indicar os signos e os vestígios como sinais.

RAGAZZINI, 2001

## 5. CONCLUSÃO

Iniciar este segmento indica que a escrita está próxima do fim, mas o percurso e o encontro, esses sempre me acompanharam e continuarão seguindo comigo. Ver a cidade e traduzi-la em discursos ou imagens implica fenômeno de percepção, que envolve complexo conjunto de 'lógicas sociais'. Estas podem ser mais bem entendidas utilizando o conceito de representação coletiva de Chartier (2002, p. 11) de que julgar ou classificar as divisões do mundo social, através dos esquemas de percepção e de apreciação dos indivíduos, processos esses que implicam em julgamentos sociais, vivências, lembranças e posições estéticas que gera uma ação que os classificam.

Assim, fui lapidando essa percepção, buscando respostas para as lacunas, desenhando as linhas visíveis, entrelaçando-as com as fontes, e, a cada leitura, um ponto se firmava no papel.

A cidade objeto deste estudo caracteriza-se como cidade planejada em 1855, segundo os preceitos dos Filipinos, com o traçado de suas ruas em quadras quadradas, com uma configuração ortogonal e simétrica. Além da vontade política e econômica de se conectar via porto com os países que consumiam o nosso açúcar, os senhores de engenho do Vale do Cotinguiba garantiram sua hegemonia, quando Aracaju é localizada na margem direita do Rio Sergipe. Os condicionantes naturais precisaram ser subjugados, para que a cidade pudesse ocupar esse sítio. Assim, os biomas fluvial e marinho sofreram alterações ou foram suprimidos em prol da cidade e sua urbanização.

O Rio Sergipe, razão da posição geográfica da cidade, porta a água para abastecer a cidade, a água para banhar-se, a água para o lazer e festividades. A relação imposta entre os moradores e esse recurso natural foi de vigiar e punir. A primeira legislação municipal, promulgada em 3 de setembro de 1856, Resolução nº 458, estabelecia que os indivíduos não poderiam "[...]deitar nas cacimbas, ou fontes, imundícies, ou quaisquer objetos que infeccionem, ou corrompam a água" ou "[...] lavar-se de dia em rios e praias ou qualquer lugar público do município se não estiver vestido de maneira que não ofenda a moral pública"., e se o fizessem "[...] seriam multados em 10\$réis e o dobro nas reincidências, e não pagando a multa, sofreria oito dias de prisão" (SERGIPE. Resolução nº 458 de 1856 – art. 7º e 10º). Inicia-se processo de apartar-se à cidade, de um lado os moradores e do outro o rio. A construção da balaustrada de proteção da Rua da Aurora, atual Av. Rio Branco/Ivo do

Prado, ou popularmente conhecida, até os dias atuais, como Rua da Frente, demarca e marca esse espaço, o rio não se integra mais. Ele é e foi durante muitos anos um meio de comunicação com outros povos, com outras cidades, com outros países.

Aracaju implantou na área central, em 1908, o primeiro ramal de abastecimento de água e, em 1913, a primeira rede de esgoto e drenagem. Não identifiquei com precisão a área que foi beneficiada com esses serviços. Infiro que o Quadro de Pirro tenha sido escolhido, porque, nesse período, o número de edifícios públicos e privados e a circulação de mercadorias (feira e porto) nele se estabeleceram com maior pujança. Nesse marco temporal, essa área também recebeu as primeiras obras de embelezamento, no final da década de 1910.

A população que aqui residia utilizou durante meio século, ou mais, as fontes públicas e particulares para seu abastecimento de água. Encontrar o registro da localização delas, através de Porto (2011), permitiu a construção do Mapa 8 – Localização das Fontes, através do qual se pode inferir ocupação nas vizinhanças, de residências e de outros usos, que utilizavam a fonte para abastecer seus reservatórios - água para beber e água para banhar-se e usar nas atividades domésticas, através dos carroceiros. A qualidade da água determinava o seu uso.

Quase tudo entrava e saía via porto, a feira da colônia, que abastecia os moradores, se situava nas margens do Rio Sergipe, na Rua da Frente. Esse encontro do porto e da cidade moldou a ocupação do Quadro de Pirro, espaço urbano regulado e vigiado para edificar uma cidade que desejava ser percebida como moderna.

A conquista desse espaço-território inicia-se em 1855, com o decreto de fundação da cidade, em 17 de março, e se encerra em 1872, com a inauguração, em 3 de dezembro, do primeiro edifício do Atheneu Sergipense. Nesse período pode-se registrar o aporte de recursos públicos e privados para garantir a fixação da capital nesse local, com o desmonte de morros e dunas, aterros e destruição dos ecossistemas de manguezais - ações antrópicas que foram prática não só nessa fase, mas em todas as que a sucederam. Deu-se também a construção dos primeiros prédios para garantir a oferta dos serviços públicos administrativos. Chegavam os produtos necessários para o cotidiano dos habitantes; exportava-se a produção dos nossos engenhos, via porto; a economia era de base agrícola; o poder político era monárquico; a mão de obra era escrava; a elite era educada por preceptores e implantavam-se as cadeiras de primeiras letras nas cidades e vilas mais importantes da Província.

A escolha da data de inauguração do primeiro edifício-escola do Atheneu Sergipense para marcar o final dessa fase deve-se ao fato de que, segundo Magalhães (2018), “[...] a escola era instância de organização e desenvolvimento do local”, ou seja, quando se projeta e materializa o edifício-escola na cidade, ela está pronta para uma nova fase.

A nova fase, de 1872 até 1908, é de vicissitude, de transformações, não no sentido de revés, mas no movimento pendular de idas e vindas, no pulsar da cidade. Com a chegada de novos habitantes, com as primeiras fábricas de tecido (1882), institui-se a vila operária, lugar próprio, segregado ao norte do Quadro de Pirro, rompe-se o limite da cidade projetada. Ocorrem no Brasil, com rebatimentos em Sergipe, grande seca; dificuldade de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, reflexo da crise de decadência<sup>195</sup> da lavoura; déficit nas finanças públicas; abolição da escravidão (1888), mudança do regime político, morte do Império, nascimento da República (1889), ascensão da burguesia-mercantilista, aporte de investimentos privados estrangeiros para as primeiras estradas de ferro. Para marcar o final dessa fase, o início da oferta de infraestrutura urbana, com a água encanada e o bonde movido à tração animal é marca visível que aponta um novo ciclo.

Fase da Efervescência, 1908 até 1926, ebulição com a construção dos edifícios-escola, em todos os níveis. Ensino primário, com seis edifícios para abrigar o Grupo Escolar - invenção da República; ensino normal, com um dos edifícios mais imponentes na Praça da Catedral; e ensino secundário, com a mudança do Atheneu, em 1913, para a Praça Camerino e, em 1926, para a Rua da Frente. Alocação dos livros da biblioteca pública no recém-reformado prédio da Rua Itabaiana, antiga sede do Atheneu. Reformas de embelezamento, calçamento e obras de infraestrutura, com a chegada do trem e início da oferta de energia elétrica em 1913. Chegada da missão italiana, em 1918, inauguração dos primeiros monumentos, homenageando – Fausto Cardoso (1912) e Olympio Campos (1916), com o Jardim, que também recebeu seu nome. Em 1926, a circulação dos bondes passou a ser movida pela energia elétrica.

Marco final desta escrita, 23 de outubro de 1926, quando o Presidente de Estado, Mauricio Graccho Cardoso, encerra gestão (1922-1926) pautada pelas ideias ambiciosas de programa amplo de modernização e a construção de vários edifícios, que ainda marcam a paisagem urbana de Aracaju: Palácio Inácio Barbosa (1923);

---

<sup>195</sup>Problema de Rotina em Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade (MOTT, 1986).

Instituto Parreiras Horta (1924); Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1925); Mercado Augusto Franco, Associação Comercial, Hospital de Cirurgia, Matadouro Modelo, Penitenciária Modelo, todos em 1926.

Erigem-se os edifícios-escola, com os grupos escolares, em Aracaju - o General Valadão, na antiga Rua da Vitória, hoje Avenida Carlos Burlamarqui, esquina com a Rua de Siriri; o José Augusto Ferraz, na Avenida João Rodrigues, no Bairro Industrial; e o Manoel Luís, na esquina da velha Praça da Caatinga, hoje Praça da Bandeira. O Atheneu ganhou sede nova, na Avenida Ivo do Prado. Para o ensino técnico profissional, criaram-se o Instituto Profissional Coelho e Campos (1923), na Rua Itaporanga, e o Instituto de Química Industrial (1924), na Rua Duque de Caxias.

No interior foram edificados novos grupos. Em Simão Dias, o Fausto Cardoso; em Boquim, o Severiano Cardoso; em Estância, o Gumercindo Bessa; o Coronel João Fernandes de Brito, em Propriá (BARRETO, 2002). Todos os edifícios inaugurados por Graccho podem ser facilmente identificados porque os encima uma águia, símbolo adotado pela engenharia contratada, que traduz poder e autoridade.

Gracho apoiava o seu ideário de educação em quatro pontos, que, segundo Barreto (2002), estavam expressos em sua plataforma política:

1. Reduzir o número de horas de trabalho escolar aplicando o excesso a jogos, desportos, exercícios ao ar livre e diversões educativas;
2. Reformar os métodos e descongestionar os programas, estabelecendo o princípio da diferenciação entre o ensino e os respectivos núcleos, a partir de um certo grau em diante;
3. Implantar o autogoverno na escola e desenvolver a vocação dos alunos num ambiente saturado de boa vontade e alegria;
4. Criar o ensino para a vida cívica e para a escolha de uma profissão futura (BARRETO, 2002).

O legado construtivo de Graccho Cardoso deve ser observado, também, pela oportunidade que ele encontrou, em termos econômicos, para viabilizar as obras. A Primeira Guerra Mundial promoveu superávit na balança comercial, impulsionando a economia nacional e local, situação que não se mantém, e o déficit já se apresentava no final de seu mandato<sup>196</sup>.

Nesse período, apesar da criação e implementação da modalidade do grupo escolar para a oferta do ensino primário, as escolas isoladas continuaram a ser

---

<sup>196</sup>Devido à queda dos principais produtos de exportação, com destaque para o algodão, e à necessidade de reorganização da Força Pública, dobrada em seus efetivos para o enfrentamento do Estado a duas revoltas militares e a proteção aos sergipanos contra duas ameaças de invasão do banditismo, como ele se referia aos cangaceiros. Ver maiores informações em Azevedo (2009).

implantadas e regulamentadas, elas só foram extintas, no Estado de Sergipe<sup>197</sup>, na década de 1960. Segundo Faria Filho (2010), a leitura que os usuários e moradores faziam dessas escolas isoladas evocava realidade muito distante daquela projetada pelos ideais republicanos e, portanto, não significava rascunho a ser aperfeiçoado, mas, algo a ser substituído, apagado, e, ao mesmo tempo, algo produzido na memória como passado que fora (ou deveria ser) extirpado para dar lugar ao novo.

Não é o que a história nos evidencia, a escola isolada conviveu imbricada na escola graduada - os grupos escolares durante cinquenta anos. E por que essa realidade perdurou? O processo de construção e expansão que envolvia, além da arquitetura, a materialidade, os métodos de ensino e o quadro de funcionários, não era simples e nem rápido de ser equacionado. Segundo Magalhães (2004), as instituições educativas se configuram como um complexo organizado e um todo interativo e comunicacional que influencia de maneira determinante a realidade.

O discurso político percebia as reformas como necessárias, mas também as via como dispendiosas e desnecessárias em alguns momentos, com o excesso de ornamentação dos edifícios-escola, são algumas das controvérsias evidenciadas nas falas dos presidentes de Estado.

Era necessário continuar o processo de civilização, imposto pelos ideais republicanos, sob custódia da educação e, conseqüentemente, das modalidades educativas regulamentadas pelo Estado. A baixa aprovação e o número alto de alunos que se matriculavam, mas não concluíam o ano, eram motivo de discursos em prol da melhoria da formação das professoras, simbiose evidente, quando se analisam os dados.

Muitos pontos se colocam e são percebidos quando analiso a cena, reduzi-los a dicotomias de novo-velho, elite-proletariado, urbano-rural, feio-bonito não completa e contempla todas as linhas que compõem essa trama. Por isso, meu percurso metodológico para a leitura dessas representações se fez através da montagem por superposição, que permitiu a tomada de consciência aos poucos, durante todo o processo da pesquisa, e não por efeito da revelação ou por choque, segundo Willi Bolle<sup>198</sup>, dessa forma o percurso aqui empreendido e apresentado se compôs auxiliado pelo paradigma indiciário de “[...] que não se prende às evidências

---

<sup>197</sup>Nota do Autor. Não identifiquei esta data para a cidade de Aracaju. Ver maiores informações em Laísa Santos (2018).

<sup>198</sup>BOLLE, Willi. A Fisionomia da metrópole moderna. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

manifestas, mas sim aos pormenores, aos sinais episódicos, aos elementos de menor importância, marginais e residuais, que, contudo, permitirão a decifração do enigma e o desfazer de um enredo” (PESAVENTO, 1995, p. 287), parafraseando Mies van der Rohe, “Deus está nos detalhes”.

A implantação dos grupos escolares, idealizada pela República, buscava a homogeneização cultural do povo brasileiro, tornando-se lugar identificável; visava romper com a ideia de descentralização do ensino, que permeava a educação do período imperial, e a relação entre cidade e a escola, dimensões sociais nas quais “[...] projetar a educação e o urbano é arquitetar a modernidade e o progresso, é racionalizar as condutas” (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 33). Condutas que foram forjadas nesse ambiente, que deveria ser educativo, ou seja, agradável e funcional, e estar situado numa paisagem envolvente, que pudesse criar - e de fato criou - identidade entre o edifício-escolar e a cidade.

Os princípios que deveriam reger as edificações construídas para sediar uma escola se pautavam em necessidades pedagógicas: salas para aulas, salas para outras atividades - como a biblioteca e o museu -, espaços administrativos e diretivos, espaços de apoio e de serviços, pátios de recreação, ginásio para a prática de atividades físicas, jardins para observar as coisas; necessidades de conforto: adequada iluminação e ventilação, elementos móveis para permitir o controle da incidência do sol, da chuva e dos ventos, prevenção de poeira e barulho, instalações sanitárias adequadas e separadas para atender cada sexo e público adulto e infantil; necessidades de estética e comunidade: gosto pelo belo e pelo artístico, sentimento de pertencimento à nação brasileira e aos ideais de ordem e progresso, defendidos pelos republicanos.

Como exposto em nosso texto, nem todos os edifícios construídos em Aracaju contemplavam esses princípios. Percebe-se olhar focado em três princípios: 1. prédios imponentes e ornamentados no melhor estilo eclético; 2. localização privilegiada, mesmo que essa escolha acarrete mudança de curto prazo para outro endereço; 3. pequena diversidade na oferta dos espaços pedagógicos, basicamente resumidos em salas de aula, sala administrativa e diretiva, instalações sanitárias e o pátio em ‘U’, que só não se configura no Grupo Escolar Barão de Maroim e no José Augusto Ferraz.

Infere-se que o aproveitamento dos alicerces do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza tenha limitado esse partido quando da construção do edifício para abrigar

o Grupo Escolar Barão de Maroim, e, para o Grupo Escolar José Augusto Ferraz, as dimensões do lote, com profundidade de pouco menos de 30 m, pode ter sido o motivo pela ocupação diferenciada que apresentava.

Os edifícios que ainda hoje continuam sendo utilizados por escolas evoluíram de forma diferente. O Grupo Escolar Valladão e o José Augusto Ferraz foram os mais alterados em termos de estética, o edifício principal totalmente descaracterizado. Os ornamentos de difícil reparo e manutenção cederam espaço a edifício de arquitetura contemporânea, sem identidade, uma caixa asséptica. O Grupo Escolar Manuel Luís ainda conserva a maior parte dos elementos originais, em seu edifício principal. Todos os três edifícios atendem ao Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e passaram a ser nomeados como Escola Estadual, todos apresentam áreas edificadas acrescidas, para se adequarem às mudanças impostas na educação ao longo de quase um século de existência.

O espaço-escolar nunca deixou de se reinventar, ampliando a especialização dos seus espaços e abrindo cada vez mais a escola para a comunidade na qual está inserida. A escola em que essa relação se estabeleceu encontra-se, até hoje, em funcionamento; aquela posicionada próximo dos espaços públicos, visível somente aos olhos de todos, não se consolidou. O espaço da escola contém o caminhar e sentir, a separação entre os sexos, o espaço proibido, o encontro não permitido, as memórias afetivas, que foram sendo construídas para consolidar esse modelo, em expansão no percurso entre a casa e a escola, nas festas cívicas. Não restrito aos saberes científicos, mas vinculado ao homem urbano contido nesse espaço-território, vontade de pertencimento começa a ser fortalecida.

A cidade cria a identidade dos espaços qualificados e apropriados, na arquitetura dos edifícios (monumentais ou não) e na forma e adequação dos espaços urbanos de circulação e convivência: as avenidas e ruas, os meios de transporte, as praças, a arborização, a paisagem natural, a feira, o porto, a fábrica, a igreja, a assembleia legislativa e a escola, espaço este que se expande um saber não visível que forma culturalmente o meio social e é por ele influenciado.

A legislação imposta à cidade e as instituições educativas devem ser entendidas como movimentos pendulares de força entre os diversos interesses contidos nesses fenômenos. Para as cidades, as posturas e depois os códigos de postura, que, em Aracaju, foram promulgados entre 1856 e 1938, moldaram a cidade, segregaram seus moradores, impuseram elementos estéticos para distingui-los. Os

Regulamentos do Ensino Primário, iniciados no Império, se intensificaram e se tornaram mais abrangentes a partir da criação dos grupos escolares. Em Sergipe, o de 1911, na gestão José Rodrigues da Costa Doria; o de 1912, na gestão General Antônio José de Siqueira Menezes; o de 1915, que sofre pequenas alterações em 1916, na gestão General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão; o de 1921, na gestão José Joaquim Pereira Lobo; e o de 1924, na gestão de Mauricio Graccho Cardoso. Ao todo, cinco regulamentos são promulgados, num intervalo de 15 anos.

Muitas dessas determinações aqui reguladas se encontram muito mais como um discurso idealista do que uma realidade de fato implantada. Segundo Certeau (1994), as estratégias das relações de forças em que um sujeito de querer e poder, aqui representado pelo Estado, determina o lugar do poder e do querer próprios são evidências importantes para o estabelecimento das representações coletivas.

Percebo nessas “falas da legislação” sempre o zelo com a sala de aula; os materiais que deveriam ser adquiridos para dar suporte às atividades e práticas pedagógicas; a formação do professor e seu enquadramento; a preocupação com as questões ligadas ao serviço de inspeção médico-sanitária, que não foi implantado nesse marco temporal; a inspeção técnico-escolar, que já vinha sendo exercida nas escolas isoladas, de maneira perfunctória, ou seja, fazer apenas para se dizer que se fez, caracterizado pelo acompanhamento e fiscalização dos inspetores para acompanhamento das práticas pedagógicas e outros assuntos<sup>199</sup> que, por ventura, deveriam ser encaminhados ao Diretor da Instrução Pública, atos de inspeção que nem sempre eram realizados, em virtude das dificuldades decorrentes da dispersão das escolas isoladas e das constantes paralisações provocadas pelos pedidos de licença protocolados pelas professoras.

Percebi um vazio na legislação em relação aos espaços específicos para acomodar as áreas administrativas: sala do diretor, da secretaria, sala para os professores ou de reuniões para receber os inspetores. Segundo Viñao (2005, p. 23), a importância desses espaços, quando não percebida, sinaliza para uma concepção minimizadora na qual subsiste a tentativa de reduzi-la a sua mínima expressão. Esse

---

<sup>199</sup>Como os professores estavam cumprindo seus deveres, o ensino ministrado, a administração das escolas, necessidade de transferência para locais mais convenientes, conservação dos edifícios, aplicação dos programas e horários, material escolar, competência e condições do pessoal docente, veracidade dos mapas estatísticos (OLIVEIRA, 2004).

papel em branco revela uma disputa de poder entre as professoras e diretoras, que ainda não foi revelada, mas com certeza existiu.

Os edifícios-escola, em Aracaju, foram todos construídos para sediar os grupos escolares, mas o Grupo Escolar Barão de Maruim deve ser classificado como readequação, uma vez que, por entender que o posicionamento do antigo alicerce do asilo, restringiu a sua implantação no lote. A nova construção, pensada para acomodar o grupo escolar, rompe com a tipologia em “U”, para se adequar ao que foi preservado.

Finalizando a análise do espaço escolar desses grupos escolares, segundo Viñao (2005), baseado nos três aspectos por ele elencados como caminhos obrigatórios, concluo assim:

A estrutura morfológica e a forma como se constituiu o edifício, o primeiro aspecto é percebido pela tipologia ou padrão que se mantém entre a forma do edifício e o posicionamento das salas de aula, nesse período, em formato de “U”, presente em quatro dos seis edifícios aqui edificadas: General Siqueira, General Valladão, 1ª e 2ª localização e Dr. Manoel Luís.

A função e as atividades que nele se realizavam, o segundo aspecto desta tríade, podem ser percebidas nos Regulamentos da Instrução Pública para o ensino primário; na definição da metodologia intuitiva; na segregação entre as seções – lado das meninas e lado dos meninos ou separado por turnos; na não efetivação da inspeção medico-sanitária; no silêncio do posicionamento dos espaços de administração e apoio. Importante confirmar que o programa de necessidades, instrumento essencial na elaboração de um projeto de arquitetura e urbanismo, deve ser elaborado em conjunto, de forma multidisciplinar, o que não pode ser comprovado no objeto deste estudo, em que esse processo se desenvolveu de maneira muito peculiar, baseado também em modelos importados de países como França e Estados Unidos.

O terceiro e último aspecto relaciona os diferentes espaços e funções, ou seja, ele entrelaça o primeiro com o segundo. É então que se percebe que a arquitetura promoveu esse encontro - e vou um pouco além - quando o *modelo* serve de base para promover melhorias ao longo da própria existência do edifício-escola. Quando falo de arquitetura, não a desassocio do urbano nem do homem que a ocupa, pois, a partir dessa ocupação, o espaço determina como os valores, as condutas e as práticas

serão decodificados e identificados para as próximas gerações, constituindo-se na lógica social.

A arquitetura utiliza o estilo para imprimir o seu tempo, criando, com isso, identidade que a distingue. Somente a partir dessa percepção, pode-se compreender porque o estilo eclético foi beber da fonte dos elementos das ordens clássica e foi aplicado para marcar esses edifícios. O resgate dos valores de beleza e proporção, até hoje percebidos nos edifícios que utilizam esses ornamentos, mostra que o ecletismo reflete bem os dilemas vividos nesse espaço tempo. A descrição dos elementos arquitetônicos e o desenho da fachada principal de cada grupo escolar amplificam esses valores estéticos e demonstram que nem sempre o resultado estético é proporcional e ritmado no conjunto.

Mais esta é a força destes edifícios, sua riqueza e diversidade de elementos estéticos - imponentes, rebuscados e majestosos; posicionados no involucro mural - nas principais fachadas posicionadas para as vias de circulação, sempre mais ricas em ornamento. Porém, o espaço interno também se faz importante, sem ele não temos arquitetura, segundo Zevi (1996), caracteriza o espaço encerrado, em que o homem interage, anda e se apropria, que nos rodeia e nos inclui, essencial para distinguir a arquitetura das outras artes.

A representação coletiva destes edifícios-escola, se apoiou nos elementos estéticos que criaram a identidade de “Palacete” de cada edifício, ou seja, ele tinha uma distinção estética e classificação muito próxima dos Palácios ocupados pela nobreza, por serem todos edificadas no estilo eclético – pautado na dicotomia racional e fantasia - pobre e rico - manual e industrial; e estarem estrategicamente posicionados nas esquinas, onde está visibilidade podia ser melhor evidenciada. Baseado nestes valores estéticos, alguns destes edifícios não apresentavam uma harmonia e proporção no uso de seus adornos, mais nem por isso posso deixar de mencionar que cada ornamento tinha a sua **exuberância**<sup>200</sup>, que o distinguia ou ainda o distingue – um exemplo é o frontão do Grupo Escolar Barão de Maroim. Segundo Sá (2005), o estilo eclético se diferencia dos anteriores, pela imitação, mas não a fidelidade e sim a fantasia e a recriação.

Essa percepção do involucro mural exuberante, não se incorpora quando analiso o espaço edificado, este era exíguo, pobre de especialização, mesmo os

---

<sup>200</sup> Segundo Dicionário Priberam on-line: Abundância excessiva. Intensidade e vigor. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/exuber%C3%A2ncia>. Acesso em: 14 fev. 2019.

instrumentos normativos determinando a exigência deles, percebe-se que neste momento estes edifícios estão apenas organizando as salas de aula em número suficiente para cada seção e para cada ano do ensino superior, os sanitários e para os demais espaços existe uma ausência de registros ou de fato uma ausência física. Os espaços de jardim e do pátio que se traduzem em espaços de convivência, de contato com o meio externo, vigiado e controlado, pelo formato do pátio, pela configuração da *lógia* e dos muros, assim considero, que este foi o espaço que se incorporou e se consolidou de forma definitiva nos edifícios-escola deste *modelo*.

A inquietação que definiu a construção desta micronarrativa e que se traduz na hipótese confirmada pela formação de uma relação renovada e apropriada dessa representação coletiva, comprova os traços e indícios aqui apresentados e analisados das relações de entrelaçamento entre o espaço urbano, a localização dos edifícios-escola, os discursos regulatórios das medidas deliberativas do Estado na organização administrativa e pedagógica da instrução pública na modalidade grupo escolar, na cidade de Aracaju.

De posse desta confirmação, vou expor prática que me acompanha há muitos anos. Gosto de escrever 'diário', aqui entre aspas, pois não se trata de registro diário, mas registro que acalma a alma, que organiza o pensar e, assim, quando estava próximo desta escrita, o segmento da Conclusão, vi-me escrevendo o texto abaixo, inserido com fonte diferente, parecida com a letra bastão, tão característica da formação do arquiteto, para indicar essa escrita e convidar para este último encontro.



O encontro da arquitetura, da escola e da cidade de Aracaju, com seus instrumentos normativos, não fazia parte das minhas estratégias de objeto de estudo, quando iniciei o mestrado. Quando defini fazer este percurso em final de 2016, não imaginei que me encontraria com esta escrita, que iniciei, vou confessar com as linhas ainda muito imperceptíveis, sem identificar um caminho possível.

Iniciada a fase do levantamento de dados e da investigação, onde a leitura, o caderno de anotações, que muitas vezes era através de diagramas e desenhos, que fui percebendo e buscando ver, por de trás do que estava posto, como ele poderia

ser escrito e apresentado. Em muitos momentos me senti perdida, pois a minha linguagem não era o texto, quando percebi que poderia trazer o desenho e reescrever esta história através dele, me encontrei, sempre fui uma menina do desenho.

E assim avancei com a sistematização e interpretação das fontes, buscando construir a minha fala. Primeiro fui buscar as minhas memórias do espaço escolar, das professoras, das festas e das aulas. Confesso que a minha lembrança da escola da década de 1970, bastante distante do nosso marco temporal e da cidade, pois nesta fase, morava em São Paulo, não parecia adequado, mais precisei trazer este lugar da memória, sentir e rememora-los para perceber que este espaço-escola não existia, desta forma, antes da criação e implementação dos Grupos Escolares no início do século XX.

Iniciei o primeiro ano do primário em 1972, em escola pública na cidade de São Paulo e o que me marcou foram: a disciplina, o dever de casa, o hasteamento da bandeira e do respeito as minhas professoras, sim todas mulheres, e o barulho do silencio, só interrompido pelo estrondoso sinal que avisava do fim da manhã. Do edifício de linhas simples, impessoal, com paredes brancas, grandes janelas de vidro, portas com visores e a eterna vigilância, o prédio onde eu estudei, era do estilo modernista. Me lembro também do carinho e atenção das professoras, da fila para a entrada e das letras escritas em pedaços de papel almaço com letras cursivas, os mapas e um armário cheio de coisas esquisitas.

Lugar de memória que foi sublimado, para que a construção desta micronarrativa, se apoiasse em dados e fatos, busquei me enamorar dos 'intelectuais' , como sempre disse a minha orientadora, que aqui estão citados, e vou chamá-los assim, por entender que eles, através da sua percepção, foram meus mentores, ajustaram o meu foco.

Para promover o discurso da modernização e da civilização, propagado pelos republicanos, não posso deixar de destacar as marcas mais visíveis, na minha visão, deste período – eleições fraudulentas, coronelismo, as diferenças de gênero em

tudo, o movimento pendular da legislação, a grande quantidade de instrumentos normativos precisando impor padrões e multas para os que não se enquadravam pudessem rever o seu posicionamento.

Falta de tudo nas escolas isoladas, a mistura entre a casa e o ensino vivenciados pelos alunos nestas escolas, a ausência de uma escola para todos, sem distinção de classes. A transformação provocada, para poucos, com a inauguração dos Grupos Escolares, os **exuberantes** edifícios ecléticos deste marco temporal, situados nos locais mais visíveis da cidade, a estética marcada pelo excesso de ornamentos destes edifícios é a face mais marcante deste encontro, o contraste entre a arquitetura inédita e a cidade, com muitas ruas de terra batida, seus moradores de casas simples e suas professoras.

A cidade é reflexo e ao mesmo tempo promotora de muitas desigualdades, aqui visualizadas, a cidade da *belle époque* com seus prédios majestosos, com os sinais do progresso – água encanada, energia elétrica, telegrafo, bonde, trem, automóvel, com a elite e a camada média frequentando as três Praças, símbolo deste espaço de poder da nossa cidade, a cidade sem memória, a cidade onde a paisagem natural foi descaracterizada em prol da ‘conquista’ . A cidade que já nasceu segregada, onde se instalaram os operários que demarcaram as ruas, que construíram os primeiros edifícios? ... ninguém sabe, nenhum registro... e o modelo se repete – as cidades satélites de Brasília – o plano urbanístico não pode ser borrado.

A relação direta entre analfabetos e não eleitores, a migração do campo para a cidade, a mudança da base econômica, as indústrias e os operários, e os escravos pós abolição? Muitas linhas ainda para serem entrelaçadas, mas a certeza de completar este encontro, me impulsiona a continuar pesquisando.

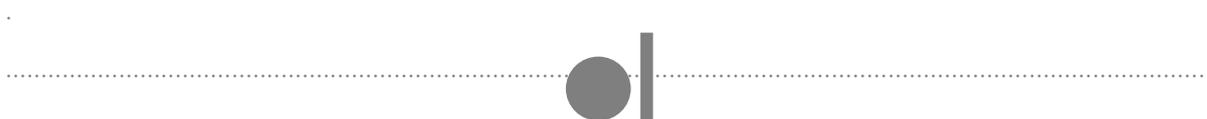
Portugal trouxe, ainda durante o período da colônia, os colégios jesuítas e uma imagem muito forte no imaginário de uma paulistana, a cidade nasceu em volta do Colégio São Bento, demonstrando todo o poder do catolicismo, que se mistura com a arquitetura das igrejas, do convento e do claustro. As primeiras escolas que

são trazidas para o Rio de Janeiro com a vinda da família real, em 1808 foram as de nível superior... os grandes edifícios imponentes, seguindo os padrões neoclássicos europeus, e as escolas de aprender a ler, escrever, contar e cozer? Como elas foram formalizadas? Iniciamos no Brasil Colônia aprendendo em casa, com as preceptoras e depois.... como este quadro se constituiu? Bem esse foi o meu desafio, recontar esta renovação, e desenhar e desvelar este encontro, a Cidade do Santo Antônio do Aracaju, que recebeu e que foi transformada pelos Grupos Escolares e seus sujeitos.

E como eu cheguei aqui? Filha de Itabaienses que moravam em São Paulo e que todos os anos vinha passar natal na casa dos avós. Assim nasceu esta relação e pouco depois da formatura em arquitetura e urbanismo, aqui ainda estou.

A escola isolada, que não era identificável ou percebida no contexto urbano, e com a construção destes edifícios-escolares, esta linha se torna visível, sim, elas foram reconhecidas, se criou uma nova representação coletiva que moldou e continua moldando novas transformações e relações entre a arquitetura e seus usuários – herói anônimo.

As duas modalidades conviveram por quase 50 anos, as escolas isoladas e os grupos escolares, me surpreendi com esta marca e assim ... essa percepção quem sabe no doutorado, deve ser ampliada e entretida. Enfim, me vejo hoje encerrando este percurso, com a certeza da amplitude dos meus encontros.



## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. D.; BELOCH, I. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 07 set. 2018.

AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro Extensão - Remodelação - Embelezamento**. Tradução de Francesca de Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura - A a F**. Rio de Janeiro: ProEditores, v. Volume I, 1998. Disponível em: <http://www.pt.scribd.com/doc/102763843/Dicionario-ilustrado-de-Arquitetura-ALBERNAZ-Maria-Paula-Vol-01-A-a-I-otimizado>. Acesso em: 28 maio 2018.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura - J até Z**. Rio de Janeiro: PróLivros, v. II, 1998. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/LetiziaBertone/dicionario-ilustrado-de-arquitetura-vol1>. Acesso em: 28 maio 2018.

ALMEIDA, F. C. D.; FREIRE, E. O. D. L. **Entre a Terra, o Rio e o Mar: A tradição de aterros dos Ecossistemas de Manguezais Aracajuanos - Sergipe (1855 - 1923)**. III Encontro da ANPPAS. Brasília: [s.n.]. 2006.

ALVES DE LIRA, L.; NETO, M. F. D. S. Planos para o Império: Os Planos de Viação do Segundo Reinado (1869-1889). **Investigaciones Geográficas**, Mexico, v. 80, p. 137-141, abr. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-461120130001000012](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-461120130001000012). Acesso em: 27 jan. 2018. Resenha do livro elaborado por Neto, M. F. de S. (2012).

AMORIM, S. S. **Configuração do Trabalho Docente: A Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-188)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ANDRADE, É. B. D. **Nas Trilhas da Co-Educação e do Ensino Misto em Sergipe (1842-1889)**. São Cristóvão: UFS, 2009. Disponível em: [https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1788/1/ELIA\\_BARBOSA\\_%20ANDRADE.pdf](https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1788/1/ELIA_BARBOSA_%20ANDRADE.pdf). Acesso em: 1 out. 2017. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe.

AZEVEDO, C. B. **O Ideário Modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma da Instrução Pública de 1924 em Sergipe**. Natal: Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14266>. Acesso em: 25 set. 2018.

AZEVEDO, C. B. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: Uma Relação entre Espaço e Educação na Escola Primária. **Dossiê História e Educação**, São Cristóvão, v. 7, p. 119 - 142, 2010. ISSN 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v7i10.93>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BARRETO, I.A.F. Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais. In: LEITE, R.P.; (ORG) **Cultura e Vida Urbana: Ensaio sobre a cidade**, São Cristóvão: UFS, 2008.

BARRETO, L. A. **Graccho Cardoso: Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2002. Disponível em:

<http://clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/183/Graccho%20Cardoso%20Vida%20e%20Pol%C3%ADtica.doc>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BARROS, N. C. C. D. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100021>. Acesso em: 20 maio 2018.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e Espaço Escolar: Reflexões Acerca do Processo de Implantação dos Primeiros Grupos Escolares de Curitiba (1903 - 1928). **Educar em Revista (on-line)**, Curitiba, v. 18, p. 103-141, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e Espaço Escolar: O Exemplo dos Primeiros Grupos Escolares de Curitiba (1903 - 1928). In: BENCOSTTA, M. L. A.; (ORG) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGER, M. A. **O Ingresso da Instrução Pública na Modernidade**: Lendo os Arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís. cbhe2. [S.l.]: Sociedade Brasileira de História da Educação. [20--?].

BIBLIOTECA IBGE. **IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BITTENCOURT, A. C. S. P. et al. Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e da Costa Sul do estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 13(2), p. 93-97, 1983. Disponível em: Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e da Costa Sul do estado de Alagoas. *Revista Brasileira de Geociências*. 13(2): 93-97 [http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_6/b\\_fdi\\_35-36/41892.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_35-36/41892.pdf). Acesso em 17 mar. 2018.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. D. **Arquitetura e Educação**: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BURKE, P. A Escrita da História. In: \_\_\_\_\_ **A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327-348. Disponível em: <http://metodosdahistoria.blogspot.com.br/2011/10/peter-burke-e-escrita-da-historia.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

BURKE, P. **Testemunha Ocular**: O uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: UNESP, 2017.

CACCIARI, M. **A Cidade**. Tradução de José J. C. SERRA. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2009.

CARDOSO, A. As filhas da peste: fome, morte e orfandade - Sergipe -1855-1856. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, p. 25-48, 2009. ISSN N-38. Acesso em: 01 set. 2018.

CALVINO, I. **As Cidades invisíveis**. Biblioteca Folha, 1972. Disponível em: [https://monoskop.org/images/c/c7/Calvino\\_Italo\\_As\\_Cidades\\_Invisiveis.pdf](https://monoskop.org/images/c/c7/Calvino_Italo_As_Cidades_Invisiveis.pdf). Acesso em: 15 fev. 2019.

CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. A cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61 - 101, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CARTOLANO, M. T. P. Benjamin Constant (1890) e Hoje? **Pró-Posições**, Campinas, v. 5, n. 3, novembro 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644303>. Acesso em: 26 maio 2018.

CASAL, M. A. D. **Corographia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Disponível em: Corographia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=38018](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=38018). Acesso em 20 maio de 2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, P. M. G. B. D. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. **Faces da História**, v. 03, p. 130-244, set. 2017. ISSN 2. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/392>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CERQUEIRA, R. S. R. **Combatendo miasmas, higienizando a cidade**: O discurso dos presidentes de província sobre a criação de cemitérios em Sergipe entre os anos de 1856 a 1871. VIII Encontro Estadual de História. Feira de Santana: [s.n.]. 2016.

CERTEAU, M. D. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Nova Edição - estabelecida e apresentada por Luce Giard. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: A História entre Incertezas e Inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHING, F. D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHOU, J. W. T. Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação. In: FRANÇA, V. L. A.; FALCON, M. L. D. O. **150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

CRUZ, F. D. S. L.; OLIVEIRA, P. **A Formação do Território Sergipano sob a Ótica da Cartografia Histórica**. Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Belo Horizonte: [s.n.]. 2016.

CRUZ, J. A. D. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro**: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926). Alagoas: UFAL, v. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1376/1/Uma%20m%C3%A3o%20de%20verniz%20sobre%20o%20Tabuleiro%20de%20Pirro%3A%20Ecos%20da%20Belle%20%C3%89%20poque%20em%20Aracaju%20%281918-1926%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

DINIZ, D. N. L. **Aracaju**: A Construção da Imagem da Cidade. São Paulo: [s.n.], v. Dissertação apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

ESCOLANO, A.; FRAGO, A. V. **Currículo, Espaço e Subjetividade: A Arquitetura como Programa**. 2<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/130/41/ARQUITETURA%20COMO%20PROGRAMA.%20Curr%C3%ADculo%2C%20espa%C3%A7o%20e%20subjetividade.%20FRAGO%2C%20Antonio.%20ESCOLANO%2C%20Aust%C3%ADn.%202001.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FARIA FILHO, L. M. D. **Dos Pardieiros aos Palácios: Cultura Escolar e Urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. 1<sup>a</sup>. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

FARIA FILHO, L. M. D.; VIDAL, D. G. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2000. ISSN 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>. Acesso em: 18 set. 2017.

FARIA, T. D. J. P. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. Especial, p. 115 - 122, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/19375/pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. I, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FIGUEIREDO, P. K.; PEREIRA, M. S. Histórias do corpo e da água em Aracaju (1871 - 1875). **Atos de Pesquisa em Educação**, PPGE/MEFURB, v. 7, n. 2, p. 436-453, mai/ago 2012. Disponível em: <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/3159/1993>. Acesso em: 06 fev 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Ligia M. Pondé VASSALO. Petropólis: Vozes, 1986.

FRANÇA, V. L. A. O Direito à cidade de Aracaju. In: FALCÓN, M. L. D. O.; FRANÇA, V. L. A. **Aracaju 150 anos de vida urbana**. Aracaju: SEPLAN, 2005. p. 95 - 118.

FRANCO, J. F. **Atheneu "Pedro II" Memória e Restauro**. Aracaju: Edise, 2015.

GALVÃO, M. D. C. **Viagem Imperial a Província de Sergipe**. Bahia: Typographia do Diário, 1860.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2014.

JESUS, A. L. S. D. **Uma história da primeira estação ferroviária de Aracaju (1910 - 1976)**. São Cristóvão: UFS, v. Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6799>. Acesso em: 24 mar. 2018.

KOWALTOOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura Escolar: O Projeto do Ambiente de Ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001. Disponível em: [https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf). Acesso em: 08 dez. 2018.

- LEITE, J. VITRUVIUS.COM.BR. **ARQTEXTOS - A cidade como escrita: O aporte da comunicação na leitura do espaço urbano**, 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.067/400>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- LEMOS, C. A. C. **Como nasceram as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2016.
- LIMA, S. M. D. **Saneamento e higiene como signos de uma urbs moderna: Uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju**. São Cristóvão: TOMO, 2001. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4999/4132>. Acesso em 17 mar. 2018.
- LOUREIRO, K. A. S. **A Trajetória Urbana de Aracaju, em Tempo de Intervir**. Aracaju: 1983, 1983.
- LOUREIRO, K. A. S. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: [s.n.], 1999.
- MAGALHÃES, J. A. Institucionalização Educativa na Modernização do Local. Perspectiva Histórico-Pedagógica. **Rivista Di Storia Dell'Educazione**, v. 5, 2018. Disponível em: <https://www.rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/RSE/article/view/130>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- MAGALHÃES, J. P. D. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MAPA. **Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br>. Acesso em 2 fev. 2018.
- MAYNARD, A. S. C. **A Caserna em polvorosa: A Revolta de 1924 em Sergipe**. Recife: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7247/1/arquivo3298\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7247/1/arquivo3298_1.pdf). Acesso em: 25 ago. 2018.
- MAYNARD, A. S. C. A 10 quilômetros por hora: automóveis em Sergipe no início do Século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 2009. ISSN N-38. Acesso em: 1 set. 2018.
- MELINS, M. **Aracaju romântica que vi e vivi anos 40 e 50**. 2ª. ed. Aracaju: UNIT, 2001.
- MORRISON, A. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/ac/acm.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- MOTT, L. R. B. **Sergipe Del Rey População, Economia e Sociedade**. Aracaju: FUNCAJU, 1986.
- NOGUEIRA, A. D. **Abordagem sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju, de 1855 a 2003**. Bahia: UFBA, v. Tese de Doutorado em Urbanismo apresentado a Universidade Federal da Bahia, 2004.
- NUNES, M. T. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NUNES, M. T. Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, Educador da Ilustração. In: \_\_\_\_\_ **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas 1984**. Brasília: INEP, 1984. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

NUNES, M. T. **Sergipe Provençal I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

OLIVEIRA, D. M. A. D. **Legislação e Educação: O Ideário Reformista do Ensino Primário em Sergipe na Primeira República (1889 - 1930)**. São Carlos: [s.n.], v. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2371/684.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 jul. 2018.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 279 - 290, 1995. Acesso em: 21 dez. 2018.

PMA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju - Diagnóstico Municipal**. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju, p. Capítulo III - Dinâmica Urbana. 2015.

PORTO, F. F. **A Cidade do Aracaju 1855 - 1865: Ensaio de Evolução Urbana**. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

PORTO, F. F. **Alguns Nomes Antigos do Aracaju**. 2. ed. Aracaju: Grafica J. Andrade, 2011.

RAGAZZINI, D. Para Quem e o que Testemunham as Fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602001000200003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602001000200003&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 06 out. 2018.

ROTHER, L. M. **Entender a Arquitetura Seus Elementos, História e Significados**. Tradução de Joana CANEDO. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2017.

SÁ, M. M. D. **Ornamento e Modernismo: A Construção de Imagens na Arquitetura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SABOYA, R. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. **Urbanidades Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. D. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: [s.n.], 1845. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/13878/browse?value=Milliet+de+Saint-Adolphe%2C+J.+C.+R.&type=author>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SANTOS, M. F. D. J. **Ecoss da Modernidade - A Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: UFS, 2009. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://btd.ufs.br/handle/tede/1865>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SANTOS, M. F. D. J. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a Política Educacional na Primeira Metade do Século XX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. v. 2, p. 37-52, jan./jun 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2202/1873>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SANTOS, M. F. D. J. O Quartel Infantil: Representações dos Grupos Escolares Sergipanos. **Scientia Plena**, v. 7, 2011. ISSN 7. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/viewFile/197/155>. Acesso em: 15 jan 2019.

SANTOS, M. F. D. J. Palácios da República: Os Grupos Escolares de Sergipe (1911 - 1926). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, p. 25-49, 2011. ISSN 41. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1488199/volume---n%C2%BA-41-ano-2011---instituto-hist%C3%B3rico-e-geografic..> Acesso em: 18 jan. 2019.

SANTOS, W. R. D. A. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão: UFS, v. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, 2007. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4107>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SANTOS, W. R. D. A. **Modernização Centralizadora: Território e Desenvolvimento Urbano na Província de Sergipe (1855-1860)**. Recife: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11875>. Acesso em: 24 jan. 2018. Tese apresentada a Universidade Federal do Pernambuco.

SAVIANE, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, C. M. D. A Organização do Espaço nas Primeiras Escolas Graduadas (Décadas de 1870 - 1880). **Repositório da Universidade de Lisboa**, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6348>. Acesso em: 03 out. 2017.

SILVA, H. B. História da Medicina em Sergipe. **Editoração Eletrônica**, 2006. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/a%20hstria%20da%20medicina%20em%20sergipe.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

SILVA, J. C. D. **Aracaju e outros temas sergipanos. Esparsos de José Calazans Brandão da Silva**. Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

SIQUEIRA, L. **De La Salle a Lancaster: Os Métodos de Ensino na Escola de Primeiras Letras Sergipanas (1825 - 1875)**. São Cristóvão: UFS, 2006. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/handle/tede/1732>. Acesso em: 02 abr. 2017. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, A. L. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. **Ponta de Lança**, p. 43-53, 2011 Abr - Out 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3078/2700>. Acesso em: 28 abr 2018.

SOUZA, R. F. D. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VALENÇA, C. D. A. **Entre Livros e Agulhas: Representações da Cultura Feminina na Escola Normal em Aracaju (18711 - 1931)**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As Lentas da História: Estudos de História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2005. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32773799/as\\_lentes\\_da\\_hist\\_cap02\\_%281%29.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548035057&Signature=e4kV%2BinXRM3567BCMKrUONK11hc%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DDados\\_Int](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32773799/as_lentes_da_hist_cap02_%281%29.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548035057&Signature=e4kV%2BinXRM3567BCMKrUONK11hc%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DDados_Int). Acesso em: 07 set. 2018.

VIÑAO, A. F. Espaços, Usos e Funções: A Localização e Disposição Física da Direção Escolar na Escola Graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

ZEVI, B. **Saber Ver a Arquitetura**. Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## Figuras

Figura 1 - Disponível em: <http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/palacio.jsp>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Figura 3 - Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1464449/icon1464449.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464449/icon1464449.jpg). Acesso em: 12 jan. 2019.

Figura 4 - Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/764>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Figura 5 - Disponível em: <http://aracajuantigga.blogspot.com/2009/09/praca-olimpio-campos-e-parque-teofilo.html>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Figura 6 – Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/742>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 10 - Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf). Acesso em: 8 dez. 2018.

Figura 12 - Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/737>. Acesso em: 7 set. 2018.

Figura 13 - Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo/html?id=440712&view=detalhes>. Acesso em: 7 set. 2018.

Figura 16 – Disponível em: <http://antiguidadecolecoeseartes.blogspot.com/2012/02/antigo-mercado-de-aracaju.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Figura 17 e 18 - Disponível em: <http://www.tramz.com/br/ac/ac.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

Figura 19 - Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba\\_propria/aracaju.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_propria/aracaju.htm). Acesso em: 8 set. 2018.

Figura 20 - Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/736>. Acesso em: 12 out. 2018.

Figura 21 – Disponível em: <http://aracajuantigga.blogspot.com/2010/11/cemiterio-santa-isabel.html>. Acesso em: 13 out. 2018.

Figura 26 – Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/767>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 27 – Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/784>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 29 - Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=64603>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 31 - Disponível em: <http://sergipeemfotos.blogspot.com/2013/04/galeria-de-fotos-aracaju-antiga.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Figura 32 - Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/778>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 34 – Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/784>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Figura 37 - Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/778>. Acesso em: 18 jan. 2019.

## Legislação

BRASIL - **Lei 15 de outubro 1827** - Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, de 15 de outubro de 1827. Art. 6º. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 16**, de 12 de agosto de 1834. Coleção Leis do Império do Brasil - 1834. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm). Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 523**, de 20 de julho de 1847. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1847. Rio de Janeiro, Vol. pt II, pg. 83. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-523-20-julho-1847-560333-publicacaooriginal-83096-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A**, de 17 de fevereiro de 1854. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854. Rio de Janeiro, vol. 1, pg. 45, pt I. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL - **Decreto nº 981**, de 8 de novembro de 1890 - Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 de jul. 2018.

BRASIL - **Constituição do Brasil 1891** - No Título IV – Dos cidadãos brasileiros, Secção II – Declaração de direitos, no Art. 72 - § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 8 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879. Rio de Janeiro, vol. 1, pg. 196, pt II. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9818**, de novembro de 1890. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1890. Rio de Janeiro, vol. Fasc. XI, pg. 3474. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

SERGIPE - **Resolução nº 458**, de 1856. Art. 1 e 2, 7 ao 9, 11 e 12, 14 ao 16.

SERGIPE - **Resolução nº 537**, de 1858. Art. 7.

SERGIPE - **Decreto nº 30**, de 14 de março de 1890. Art.24, 45 e 152.

SERGIPE - **Constituinte Federal de 1891**. Art. 16. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224222>. Acesso em: 8 jul. 2018.

SERGIPE - **Lei nº 84**, de 1903. Art. 176.

SERGIPE - **Lei nº112**, de 1912. Art. 3, 5, 17, 24, 38, 40, 41, 45, 48 e 147.

SERGIPE - **Regulamento Instrução Pública, de 1924**, Art. 47 e 52.

SERGIPE - **Lei nº 338**, de 1926. Art. 27.

## **APÊNDICE A - DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA (1647-1936)**

23 Fichas organizadas de forma cronológica com os seguintes itens: – ano, título do mapa, elaborado por, publicado por. Além da fonte e data de acesso, quando utilizado as bases digitais. Transcrito com a grafia original e elaborado pelo autor em abr. 2018.

Ano\_  
**16**\_\_

Titulo\_  
Accuratissima Brasiliae Tabula  
Mapa com relevo e hidrografia das Capitanias desde Pernambuco até S. Vincent.  
Localização entre a Capitania de Pernambuco e Bahia identifica-se Seregippe del Rey e os seguintes rios: São Francisco, Vasabarris, Real.

Elaborado por: Hondius, Hendrik, 1597-1651  
Publicado por: Amstelodami. Henricus Hondius excudit.  
Holanda: 16\_\_  
Fonte\_  
Biblioteca Nacional Digital do Brasil



Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart534563.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534563.pdf). Acesso em: 25 mar. 2018

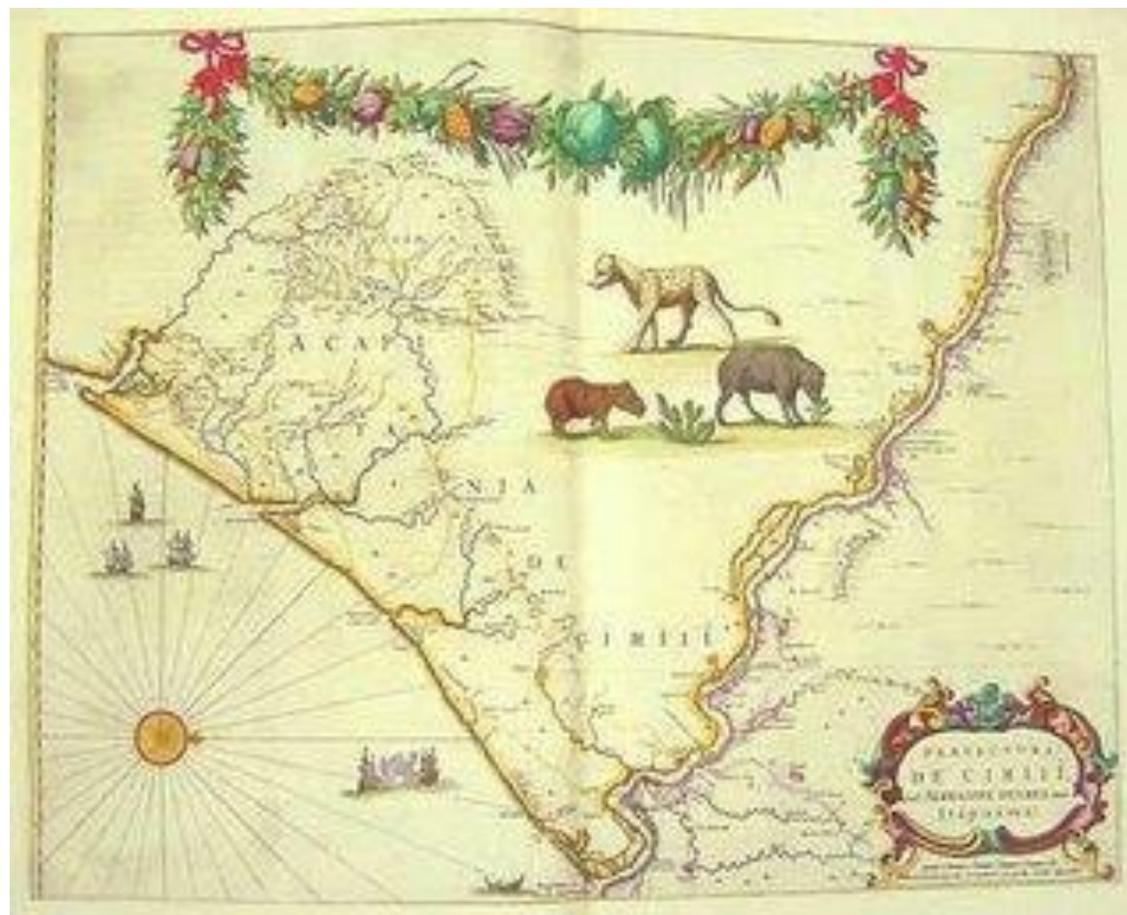
Ano\_  
**1665**

Título\_

Mapa da Capitania de Cêrîií  
Prefectura de Cêrîií, vel SEREGIPPE DELREY cum  
Itâpuâma.  
Primeiro mapa da História de Sergipe

Cartógrafo Blaeu, Joan.  
Elaborado por: Georg Marcgraf, possivelmente entre  
1638-1643, e organizado Blaeu, Joan em 1647.  
Publicado por: Holanda - 1665

Fonte\_  
A História de Sergipe através da Cartografia -  
Observatório de Sergipe. Sergipe:2015



Disponível em:  
[http://observatorio.se.gov.br/images/Geografia\\_e\\_Cartografia/Publicacoes\\_de\\_Geografia\\_e\\_Cartografia/Atlas\\_Historico\\_de\\_Sergipe/A\\_Historia\\_de\\_Sergipe\\_atraves\\_da\\_Cartografia.pdf](http://observatorio.se.gov.br/images/Geografia_e_Cartografia/Publicacoes_de_Geografia_e_Cartografia/Atlas_Historico_de_Sergipe/A_Historia_de_Sergipe_atraves_da_Cartografia.pdf). Acesso em: 17 mar. 2018

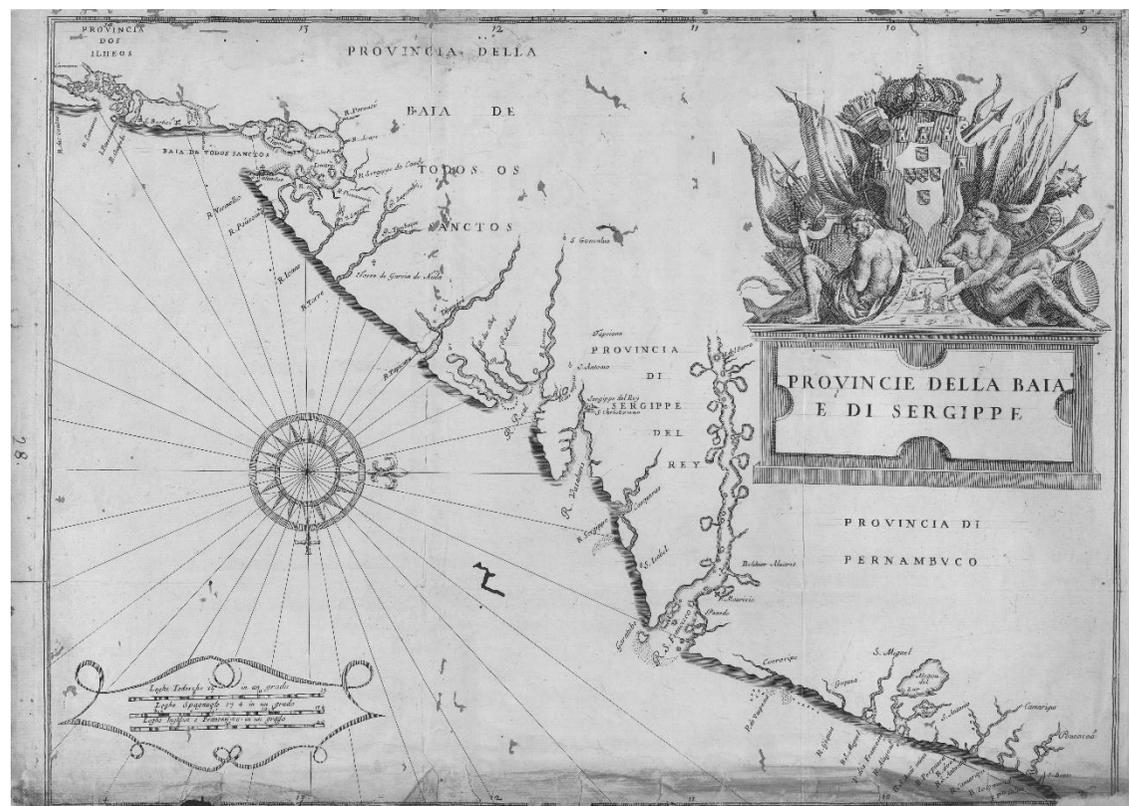


Ano\_  
**1698**

Titulo\_  
Provincie della Baia e di Sergippe  
Faz parte da obra completa "Istoria delle guerre del regno del Brasile"..., em 2 volumes.  
Provincia di Sergippe Del Rey, rio S. Francisco, Sergippe, Vasabarris, Real, TAPICURU

Elaborado por: Orazi, Andrea Antonio, 1670-ca. 1749

Fonte\_  
Biblioteca Nacional Digital do Brasil



Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1360006/cart1360006.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1360006/cart1360006.jpg). Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1729**

Título\_

Le Bresil: Suivant les nouvelles observations de Messrs.  
Mapa com relevo e hidrografia da costa do Bresil - S  
Vincente (SP) até Cruz de Macapá (AP).  
Capitania de Seregippe com a identificação dos rios: S.  
François, Guaratiba, Seregippe, Vazabaris, Real.

Elaborado por: Aa, Pieter Van der, 1659-1733

Publicado por: Leiden por Pieter van der Aa (1659-1733).

Holanda

Fonte\_

Biblioteca Nacional Digital do Brasil



Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart163395.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart163395.jpg). Acesso em: 25 mar. 2018

Ano\_  
**1801**

Titulo\_  
Comarcas da Cidade da Bahia e Comarca de Cirigipe del Rey

Cartas XIV, XV, XVI e XVIII -

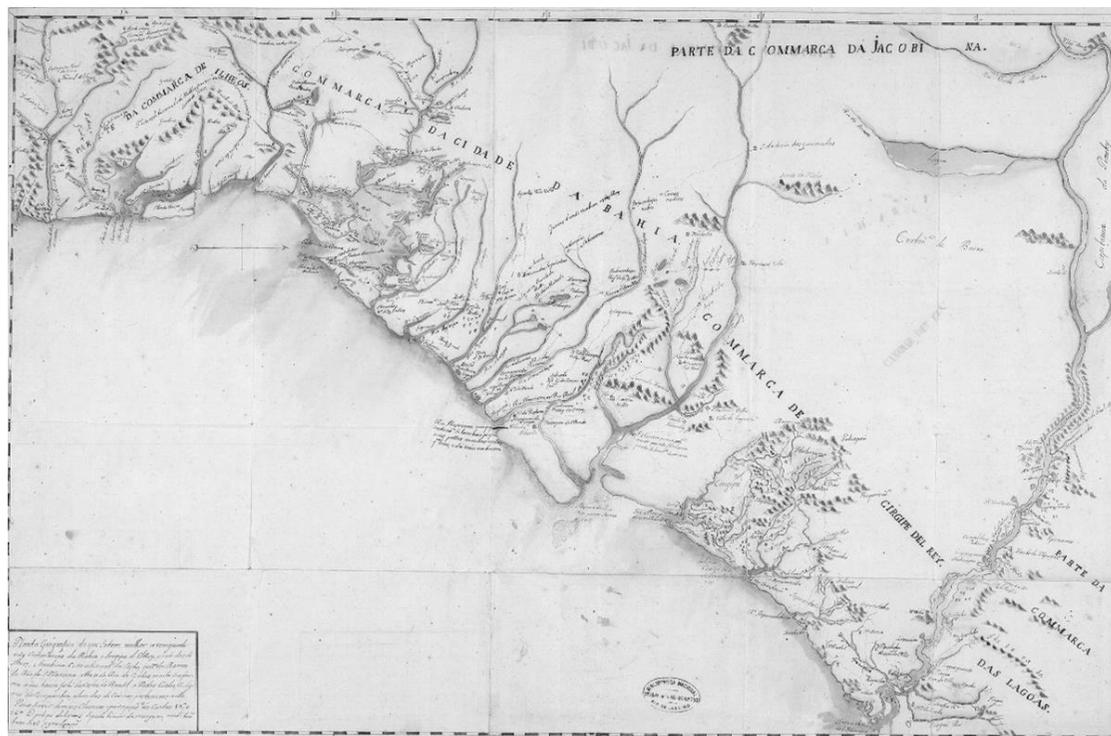
Planta geográfica do que se tem melhor averiguado nas comarcas da Bahia, Sergipe do El Rey, parte de Ilheos, e Jacobina com a direção da costa que vai do banco do Rio de S. Francisco athe os Rio das Contas e Comarca das Lagoas.

Destaque para os rios São Francisco, Japaratuçu, Cirigipe, Cotinguiba, Ipoxi, Pihauy e Real.

Elaborado por: Aleteia, Amador Verissimo de Vilhena; Luís dos Santos (1744-1814).

Publicado por: Benedicto Ottoni. 1801

Fonte\_  
Fundação Digital do Patrimônio IberoAmericano



Disponível em:  
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/35825>.  
Acesso em: 17 mar. 2018.

Ano\_  
**1817**

Título\_

Atlas Guia de Caminhantes - Reinos e Províncias da America, especialmente do Brazil

Conteúdo: Carta 1 - [Planisfério]; Carta 2 - De todo o Brazil dividido em suas capitánias...; Carta 3 - Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul...; Carta 4 - Capitania de S. Paulo; Carta 5 - Capitania de Matto Grosso e Cuyabá; Carta 6 - Destrito do Rio Negro pertencente à Capitania do Pará...; Carta 7 - Capitánias do Pará e Maranhão...; Carta 8 - Capitánias de Pernambuco, Ciará e Piauí...; Carta 9 - Capitania do Rio de Janeiro...; Carta 10 - Capitania de Gos...; carta 11 - Capitánias da Bahia, Minas Gerais e Piauí...; Carta 12 - Enseada da Bahia de todos os Santos...; Carta 13 - Enseada do Rio Grande de São Pedro do Sul.

Sergipe ainda não tinha sido emancipado da Bahia. Destaque para os rios: S. Francisco, Cotinguiba, Sergipe e Real. Destaque para os Arrayaes: Itabayana, Purpiá e Vila Nova.

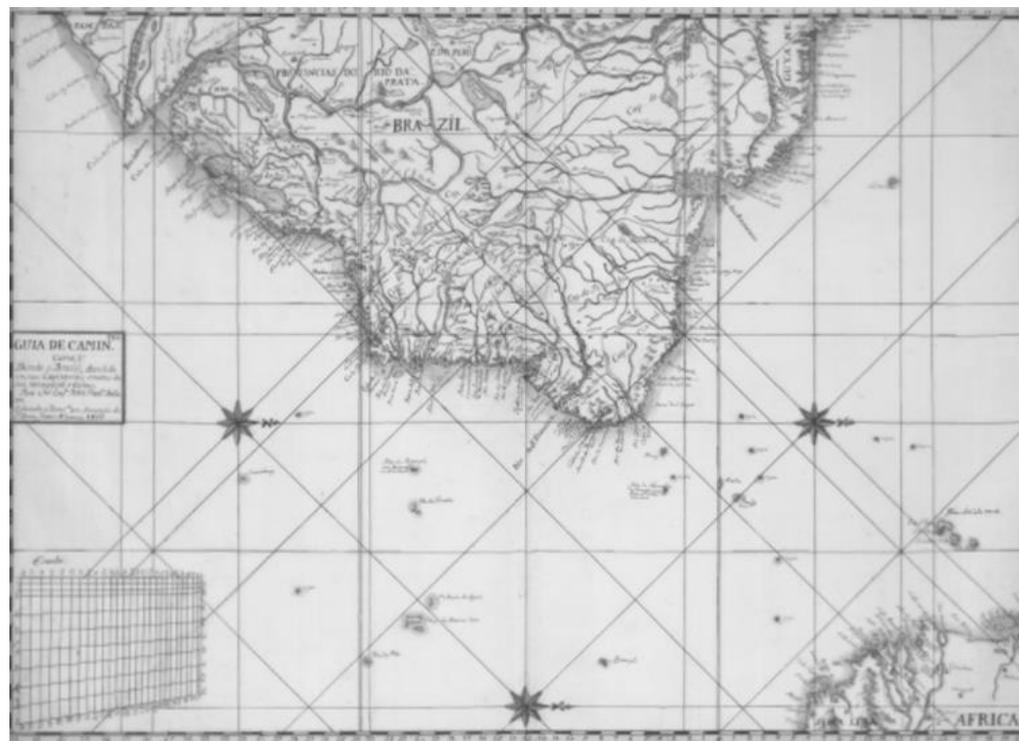
Elaborado por: Santana, Anastácio de.

Coleção: Moreira da Fonseca

Impresso por: sem identificação. 1817.

Fonte\_

Fundação Digital do Patrimônio IberoAmericano



Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart325616/cart325616.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.htm). Acesso em: 17 mar. 2018.

Ano\_  
**1842**

Título\_

Mapa do Brazil

Este mapa faz parte do Atlas Universal contendo mapas dos vários impérios, reinos, estados e repúblicas do mundo. Compreendido com 70 folhas e 117 mapas, planos e seções.

Mapa do Brazil com dois recortes do Paraguay e da cidade do Rio Janeiro.

Destaque para a grafia de Seregippe e Sergippe.

Elaborado por: J. Knight.

Publicado por: H.S. Tanner. Philadelphia: 1842.

Fonte\_

David Rumsey Historical Map Collection



Disponível em:

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMS EY~8~1~266975~90041497>. Acesso em: 01 abr. 2018

Ano\_  
**1844**

Titulo\_

Carta Corographica da Provincia de SERGIPEDELREY  
Divisão das Comarcas, Termos e Municipios da  
Provincia.

Indicação para o relevo: Serra de Itabaiana, Serra do  
Macaco, Serra Cahahibe e de alguns montes.

Identificação das Comarca da Villa Nova e Comarca de  
Sergipe além das vilas e cidades. Apresenta também a  
hidrografia: Rio S. Francisco, Rio Japarutuba, Rio  
Cotinguiba, Rio Pochim Merium, Rio Vaza Barris e Rio  
Real.

Mapa com informações mais detalhadas e com a grafia  
mais próxima dos nossos dias atuais.

Destaque para o canal entre o Rio Pochim Merim e Rio  
Vaza Barris e Porto Grande e Fundão - Rio Pomonga e  
Rio Japarutuba.

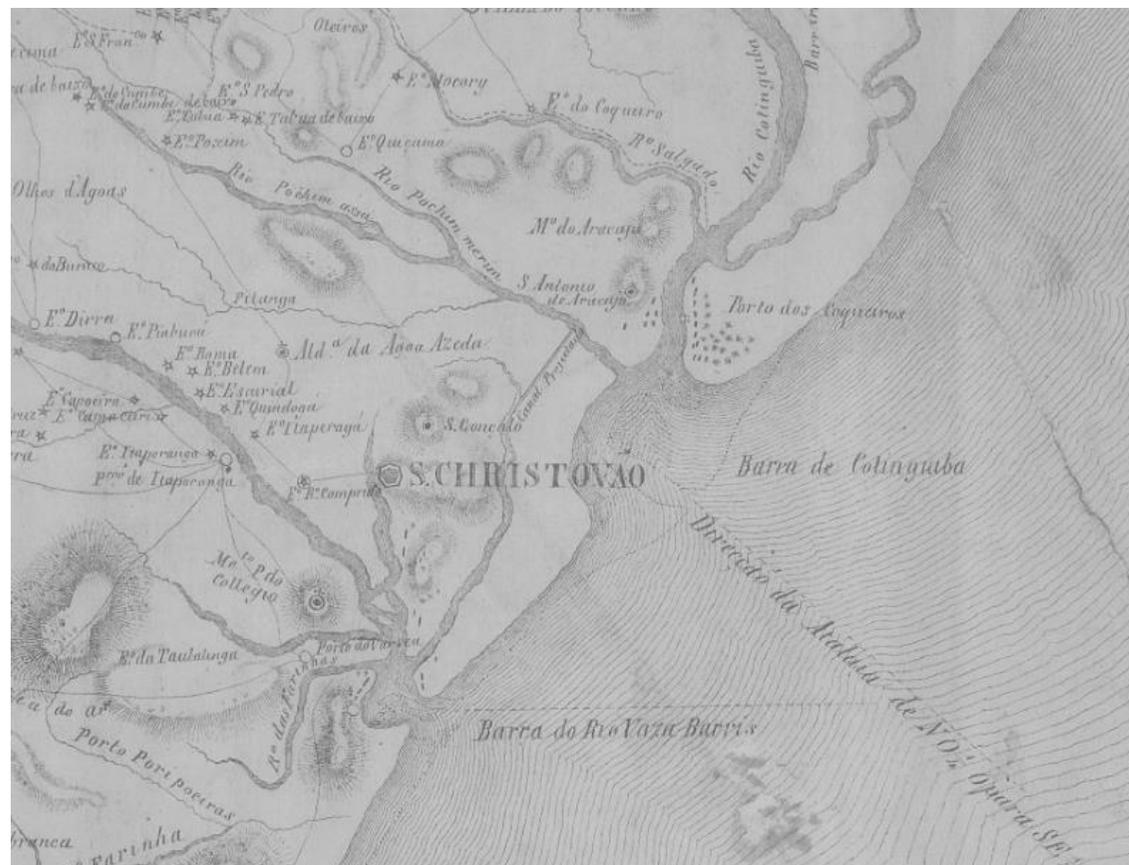
Elaborado por: Bloem, João.

Por ordem do Presidente da Provincia Sr. Brigadeiro José  
de Sá Bethencourt e Camara. 1844

Fonte\_

Fundação Digital do Patrimônio IberoAmericano

Esta imagem é um recorte ampliado do mapa original



Disponível em:

<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/20366>.

Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1848**

Título\_

Carta Topographica e Administrativa das Provincias Do Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Este mapa faz parte das Cartas Topographicas e Administrativas das Provincias do Brasil, no total de 16 cartas. Em Sergipe identificam-se as divisões das quatro Comarcas: Da Capital, De Larangeiras, Da Estancia, De Villanova (atual Neópolis).

Identificam-se os cursos d'água, destaque para o Rio Cotinguiba, Rio Poxim, Rio Pomonga, Rio Fundo e Rio Real; e as Serras: do Machado, do Sobrado e Serra Preta.

Denominação do "Aracaju Porto da Pedra" única vez que esta grafia surge nos mapas, pode ser um indício da futura localização da nova capital.

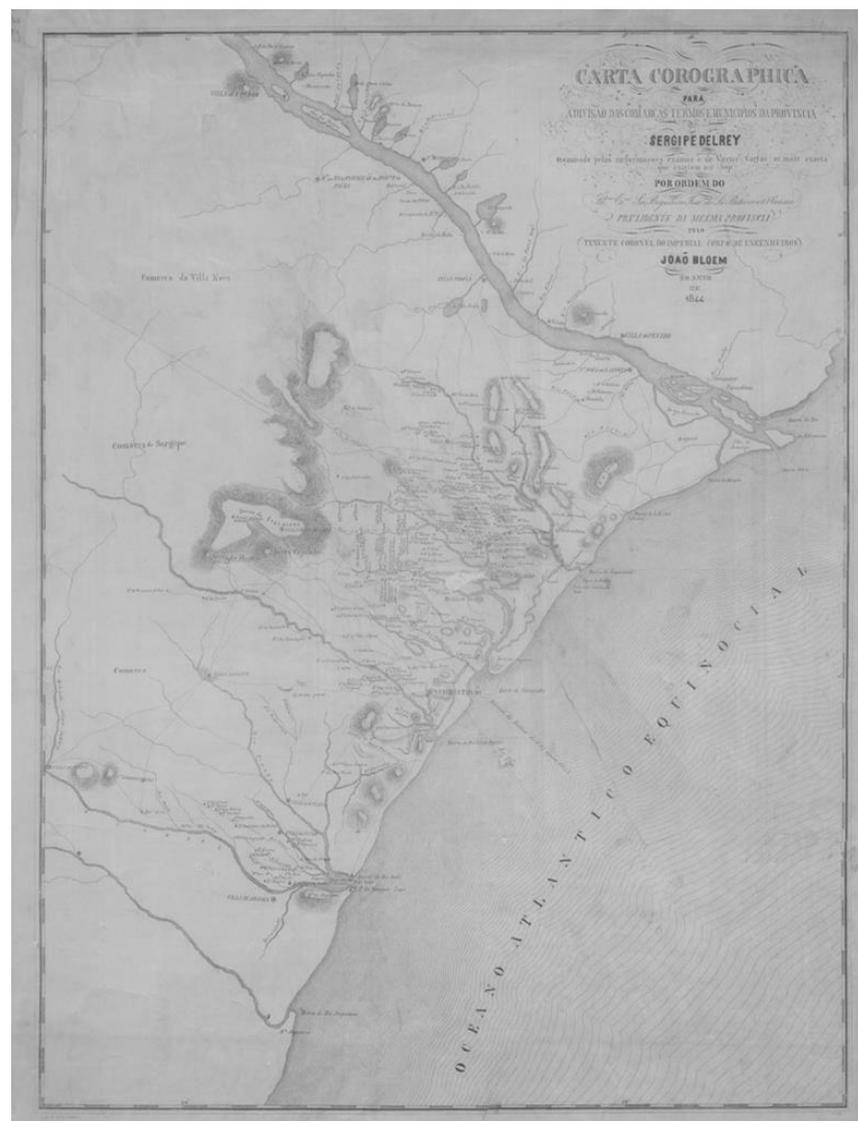
A atual capital está grafada "Cidade de Sergipe".

Elaborado por: Villiers de L'Ile-Adam, J. de, Visconde - 1852

Publicado por: Não identificado

Fonte\_

Fundação Digital do Patrimônio IberoAmericano



Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm). Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1855**

Título\_

Portos Marítimos e Fluviais em 1855 - Sergipe  
Mapa com a indicação da Bacia da Cotinguiba, Rio Real, Rio Piauí, Rio Vasabarris, Rio Cotinguiba, Rio Sergipe, Rio Japarutuba e Rio S. Francisco.

Vilas e Cidades: Capivaras, Estancia, Pedreiras, S. Cristovão, Itaporanga, Sto Antonio do Aracaju, Laranjeiras, Porto das Pedras, Maruim, Japarutuba e Vila Nova.

Elaborado por: Porto, Fernando. Com base nos originais do Eng. Francisco Pereira da Silva.

Publicado por: Porto, Fernando. 1945 - 1ª ed.

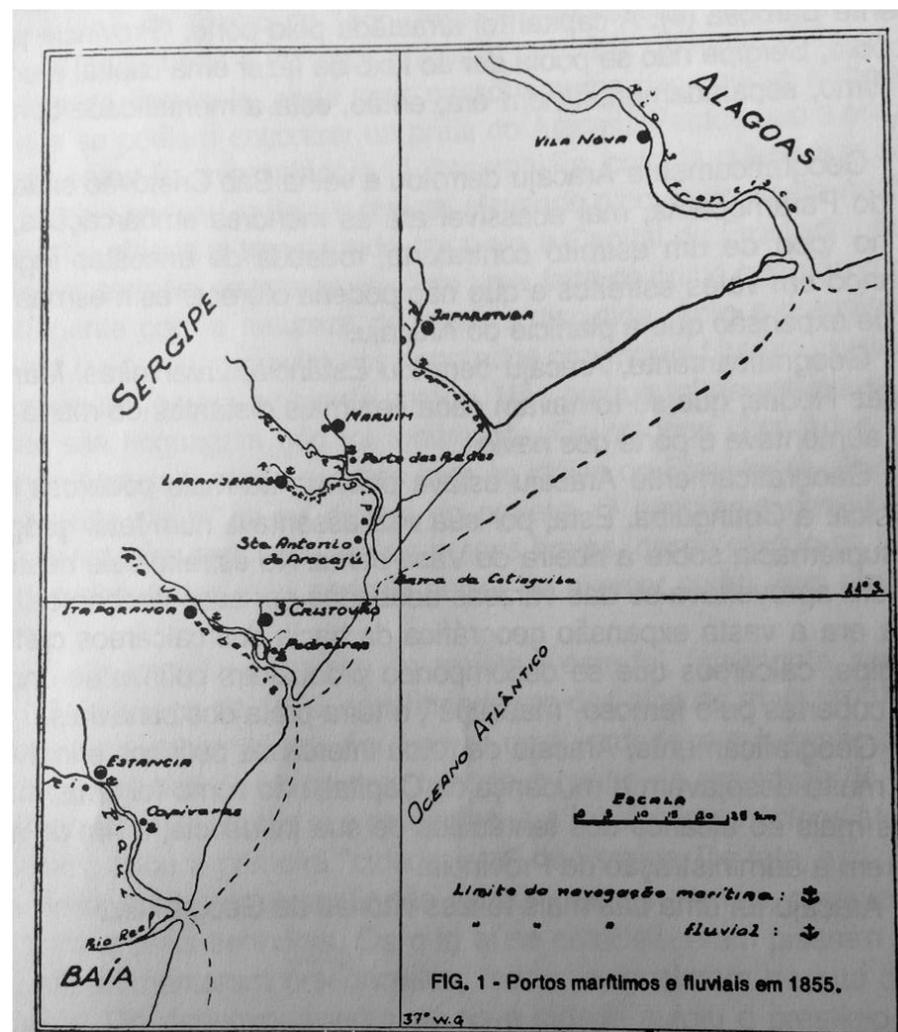


FIG. 1 — Portos marítimos e fluviais em 1855

Fonte\_

PORTO, Fernando de Figueiredo A cidade do Aracaju 1855 - 1865: Ensaio de Evolução Urbana - 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. p.18.

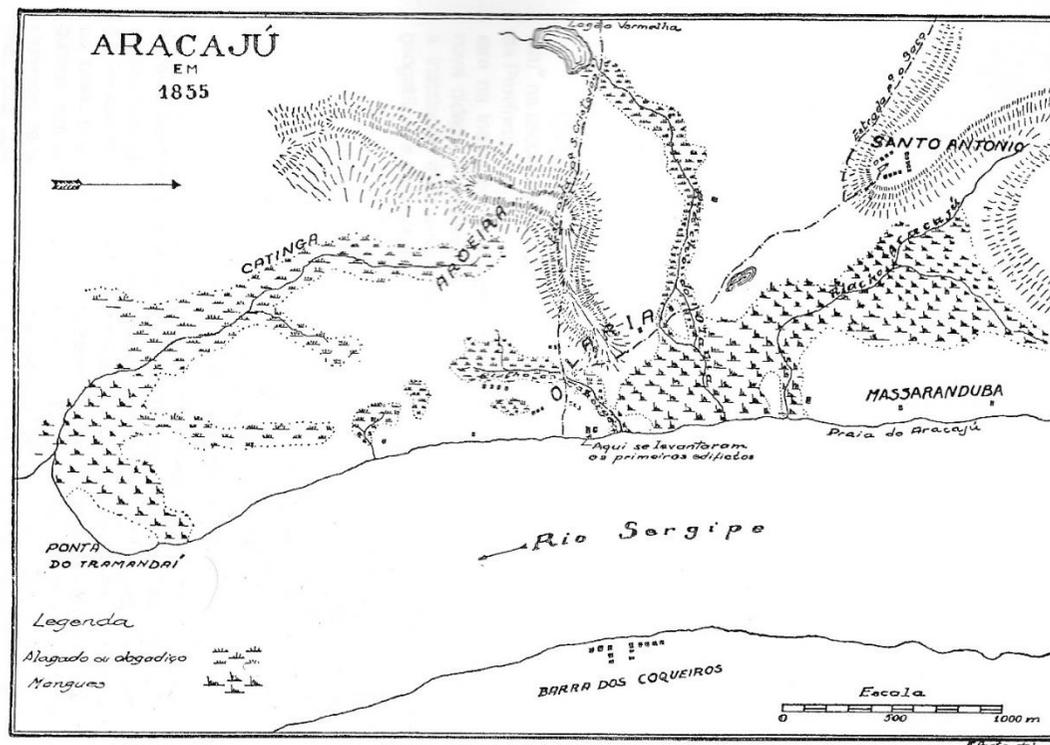
Ano\_  
**1855**

Aracajú em 1855

Mapa com relevo e hidrografia de Aracaju. Nele estão contidas a representação gráfica da vegetação: Alagado ou Alagadiço, Mangues; algumas localidades: Catinga, Aroeira, Olaria, Santo Antônio, Massaranduba e Barra dos Coqueiros; representação do relevo da cidade; dos caminhos: Estrada para São Cristovão, Estrada para o Saco; cursos d'água existentes na época: Rio Sergipe, Ponta do Tramandaí, Riacho do Caborge, Riacho da Olaria que inicia-se no Rio Sergipe e abastece a Lagoa Vermelha, Riacho e Praia do Aracajú. Além da indicação de pequenas construções, com destaque para a Capela de Santo Antonio e os primeiros edifícios que foram erguidos no núcleo inicial da cidade.

Elaborado por: Porto, Fernando. Com base nos originais do Eng. Francisco Pereira da Silva.

Publicado por: Caderno de Aracaju nº 2, de 1944.



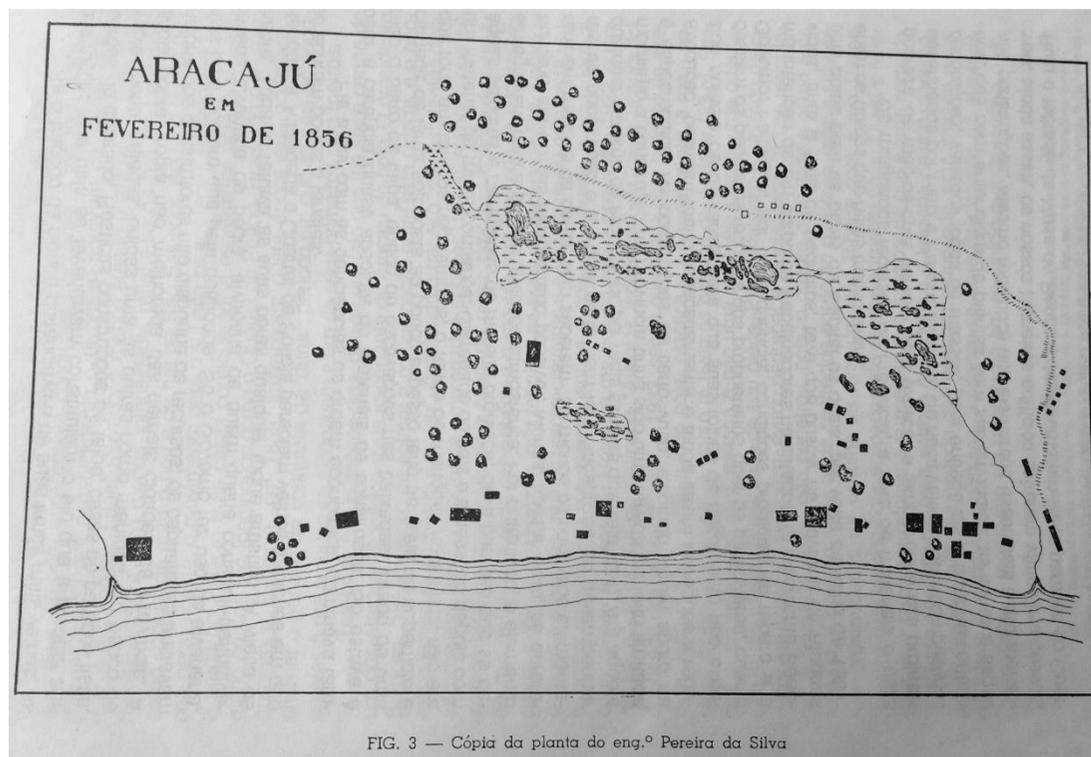
Fonte\_

PORTO, Fernando de Figueiredo A cidade do Aracaju 1855 - 1865: Ensaio de Evolução Urbana - 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. p.19.

Ano\_  
**1856**

Titulo\_  
Aracajú em 1856  
Nele estão representadas a cópia da planta do Eng.  
Francisco Pereira da Silva de 1856.

Elaborado por: Porto, Fernando. Com base nos originais  
do Eng. Francisco Pereira da Silva.  
Publicado por: Porto, Fernando. 1945 - 1ª ed.



Fonte\_  
PORTO, Fernando de Figueiredo A cidade do Aracaju  
1855 - 1865: Ensaio de Evolução Urbana - 2ª ed. Aracaju:  
Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. p. 40.

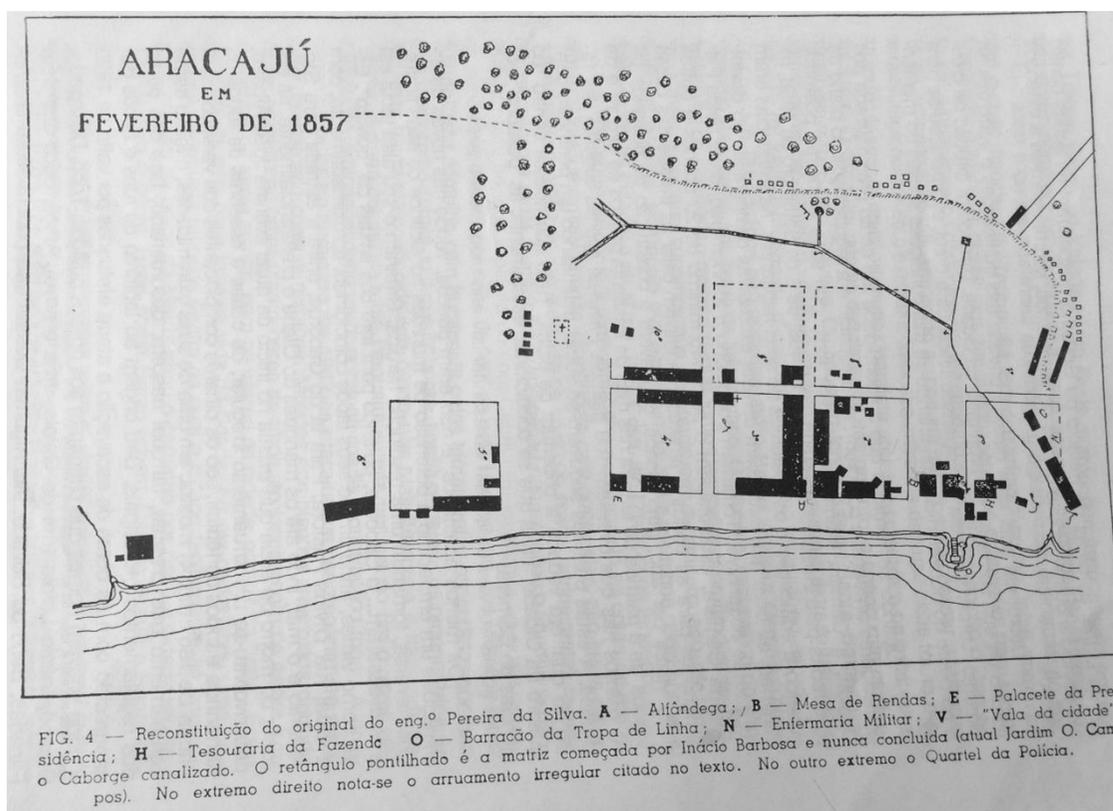
Ano\_  
**1857**

Titulo\_  
Aracajú em FEVEREIRO DE 1857

Nele estão representadas as quadras iniciais ocupadas com os prédios públicos, o Porto a indicação dos cursos d'água, a vala da cidade (Riacho Caborge canalizado) e vegetação. Destaque para a estrada que rompe o desenho ortogonal das quadras e faz a ligação com a Capela de Santo Antônio.

Elaborado por: Porto, Fernando. Com base nos originais do Eng. Francisco Pereira da Silva..

Publicado por: Caderno de Aracaju nº 2, de 1944.



Fonte\_  
PORTO, Fernando de Figueiredo A cidade do Aracaju 1855 - 1865: Ensaio de Evolução Urbana - 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. p. 41.



Ano\_  
**1868**

Título\_

Provincia de Sergipe - compõem o Atlas do Império do Brazil - 1868

Este é o primeiro atlas do Brasil e foi idealizado e destinado à Instrução Pública pelo Imperador D. Pedro II. Além dos mapas das províncias, retrata as questões de fronteiras do Brasil, os quadros dos donatários das capitanias hereditárias e ainda a distribuição dos territórios descobertos por eles. À margem das informações geográficas, contempla estatísticas da população brasileira, e diversos dados administrativos, eleitorais e eclesiásticos, de cunho histórico, acerca das províncias da época e de suas comarcas, que são até hoje relevantes para a compreensão e estudo do Brasil.

Apresentam-se informações dos cursos d'água e das oito Comarcas de Sergipe: Da Capital; De Larangeiras, De Itabaiana, De Villa Nova, Da Estancia, Do Lagarto, De Maroim, Da Capella – pg. 54

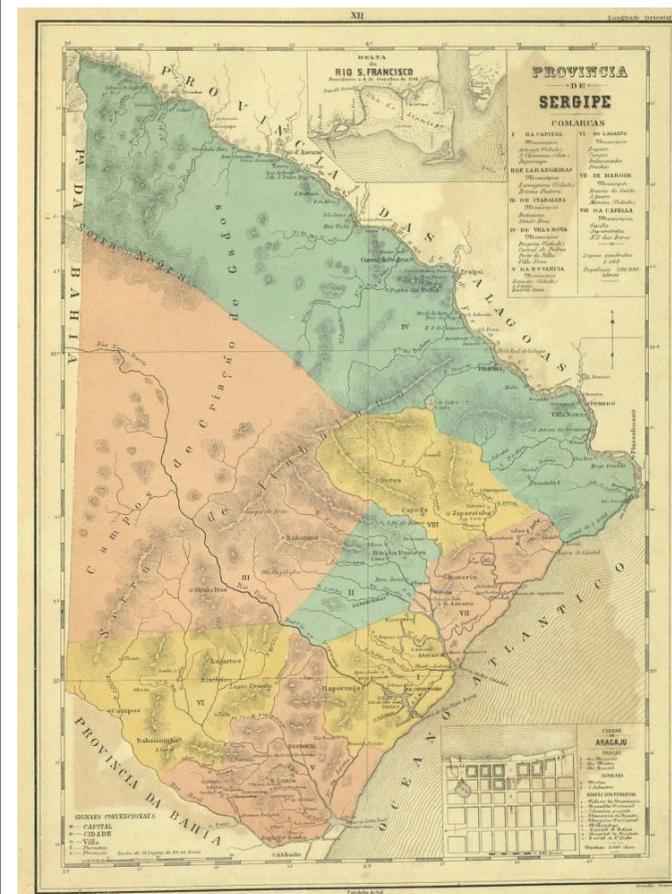
Observa-se também a representação de dois canais construídos para interligar importantes rios favorecendo o escoamento da produção açucareira - o canal Santa Maria - ligando o rio Vaza Barriz ao rio Pochim e o segundo ligando o rio Pomonga ao Japarutuba. População de 300.000 almas

Organizado por: Mendes, Cândido de Almeida<sup>201</sup>.

Publicado por: Lithographiia do Instituto de Philomathico, 1868.

Fonte\_

Senado Federal



Disponível em:

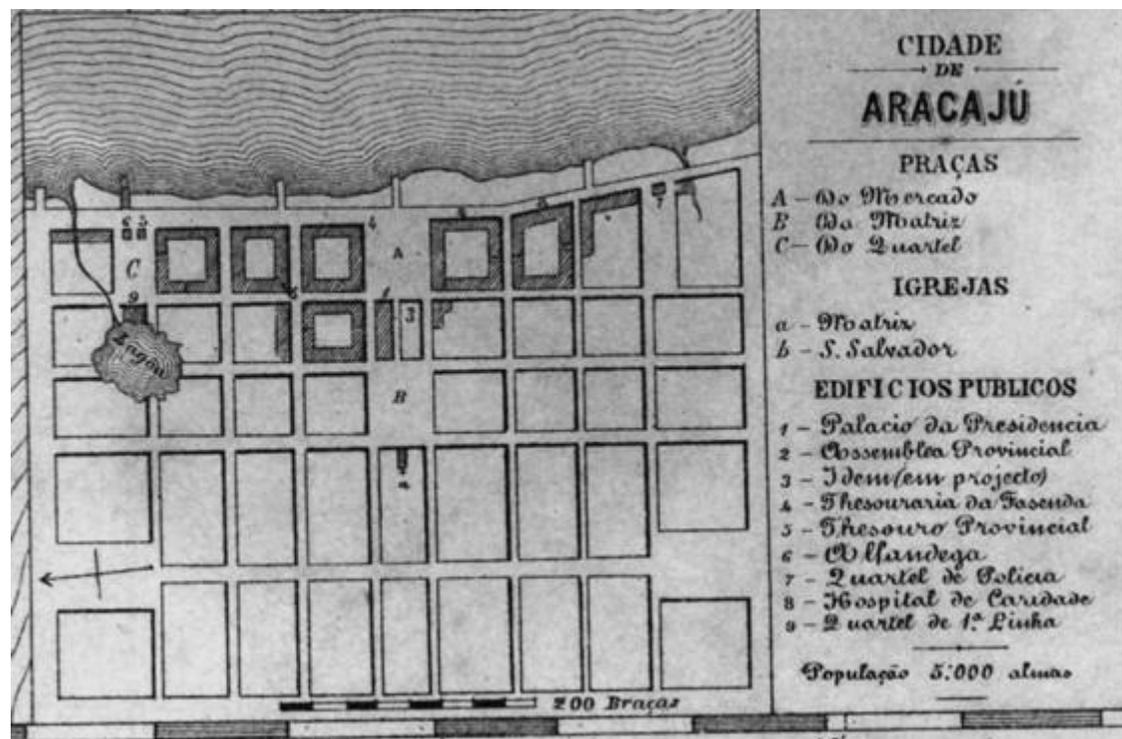
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1868**

Título\_  
Provincia de Sergipe – Mapa da cidade de Aracaju que compõem o Atlas do Império do Brazil – 1868

Destaque para o recorte do mapa da cidade de Aracajú com as Praças, Igrejas, Edifícios Públicos e a Lagoa atrás da Praça do Quartel; e população de 5.000 almas - Este mapa foi elaborado em 1855 pelo Capitão de Engenheiros Sebastião Basilio Pirrho, aumentada com os novos edificios, e rectificada com as alterações supervisionadas pelo Engenheiro P. de Andrade em 1863 (manuscripta).

Organizado por: Mendes, Cândido de Almeida.  
Publicado por: Lithographiia do Instituto de Philomathico, 1868.  
Fonte\_  
Senado Federal



Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1883**

Mappa Geral dos Estudos da Estrada de Ferro da Província de Sergipe.

O mapa consiste em um projeto de construção da estrada de ferro partindo de Simão Dias para Aracajú, passando por Pedra Mole, Itabaiana e Larangeiras. E outra linha saindo de Aracajú, passando por Larangeiras e Maroim até Capela. O objetivo do estudo era implantar uma estrada de ferro para escoar a produção de algodão e cana de açúcar destes municípios, dois grandes produtos da agricultura sergipana na época. No mapa estão descritos o caminho dos trilhos e possíveis desvios, as fazendas de algodão, os engenhos de cana, as mattas e terrenos pedregosos, os cursos d'água e as estações.

Elaborado por: Não Identificado

Publicado por: LITH: Paulo Robin & Cia. R de janeiro, 1883.

Fonte\_

Fundação Biblioteca Nacional



Disponível em:

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/44425>.

Acesso em: 17 mar. 2018

Ano\_  
**1898**

Título\_  
Mapa Sud-Amerika

O mapa identifica as colônias e faz uma indicação através do uso das cores para identificar o país europeu colonizador.  
Sergipe - identificação da nova capital: Aracaju.

Elaborado por: Debes, Ernst.  
Publicado por: H. Wagner & E. Debes, 2 ed., 1898

Fonte\_  
David Rumsey Historical Map Collection

Disponível em:  
[https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~266733~90041187:No--58-SudAmerika?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=q:Brasilien;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=19&trs=26](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~266733~90041187:No--58-SudAmerika?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:Brasilien;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=19&trs=26). Acesso em: 14 abr. 2018.



Ano\_  
**1908**

Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil  
Na parte superior do lado esquerdo o brasão da República e no lado direito um desenho do Presidente da República Dr. Affonso Penna.

Destaque para mapa com o oceano Atlântico e os portos que o Brasil opera internacionalmente, com a distância em milhas para as principais cidades-porto.

Quadro de dados estatísticos após a chegada de D. João VI.  
Texto de Sergipe - Alguns mineraes - Produz algodão, maniçoba etc. - A sua industria desenvolver-se, como a assucareira, a pastoril etc. O seu commercio é pequeno; importa tudo.

Elaborado por: Não Identificado

Organizado pela Companhia Lithographica Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro.

Original na Biblioteca do Congresso dos EUA

Publicado pelo: Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, Almeida, Miguel Calmon Du Pin, para exposição nacional de 1908.

Fonte\_

Library of Congress - USA



Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g5400.ct000637/>.  
Acesso em: 09 abr. 2018.

Ano\_  
**1918**

Titulo\_

Mappa do Estado de Sergipe

Aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Publica do Estado pela comissão do Instituto Historico e Geografico de Sergipe em 1918. O arquivo digital é do mapa revisado em 1935.

Identificação da Hidrografia, com a nomenclatura das Barra do Rio Real, Barra do Rio Vasa Barris, Barra do Rio Sergipe, Barra Nova. 32 milhas Barra Rio Real até Barra do Rio Sergipe e 48 milhas desta para a Barra Nova, além dos Rios e Lagoas..

Aracajú, localização do farol visível a 19 milhas, identificação da Atalaia Velha - margem esquerda e Atalaia Nova margem direita do Rio Sergipe.

Identificação da estrada de ferro em trafego e estrada de rodagem actual, além da capital, cidade e villa. Destaque para a Ilha dos Coqueiros (atual Barra dos Coqueiros).

Representação do Relevo e linha de limite estadual segundo a Bahia.

Elaborado por: Lima, Avila A<sup>202</sup>

Fonte\_ Cópia de Octavio E. Santo. Aracaju, 4 fev 1936



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/professoruilson/geografia-desergipe>. Acesso em 09 abr. 2018

<sup>202</sup> Ávila Lima - Professor por concurso do Atheneu Sergipense, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro do conselho superior de Instrução Pública do Estado.

Ano\_  
**19**\_\_

Título\_

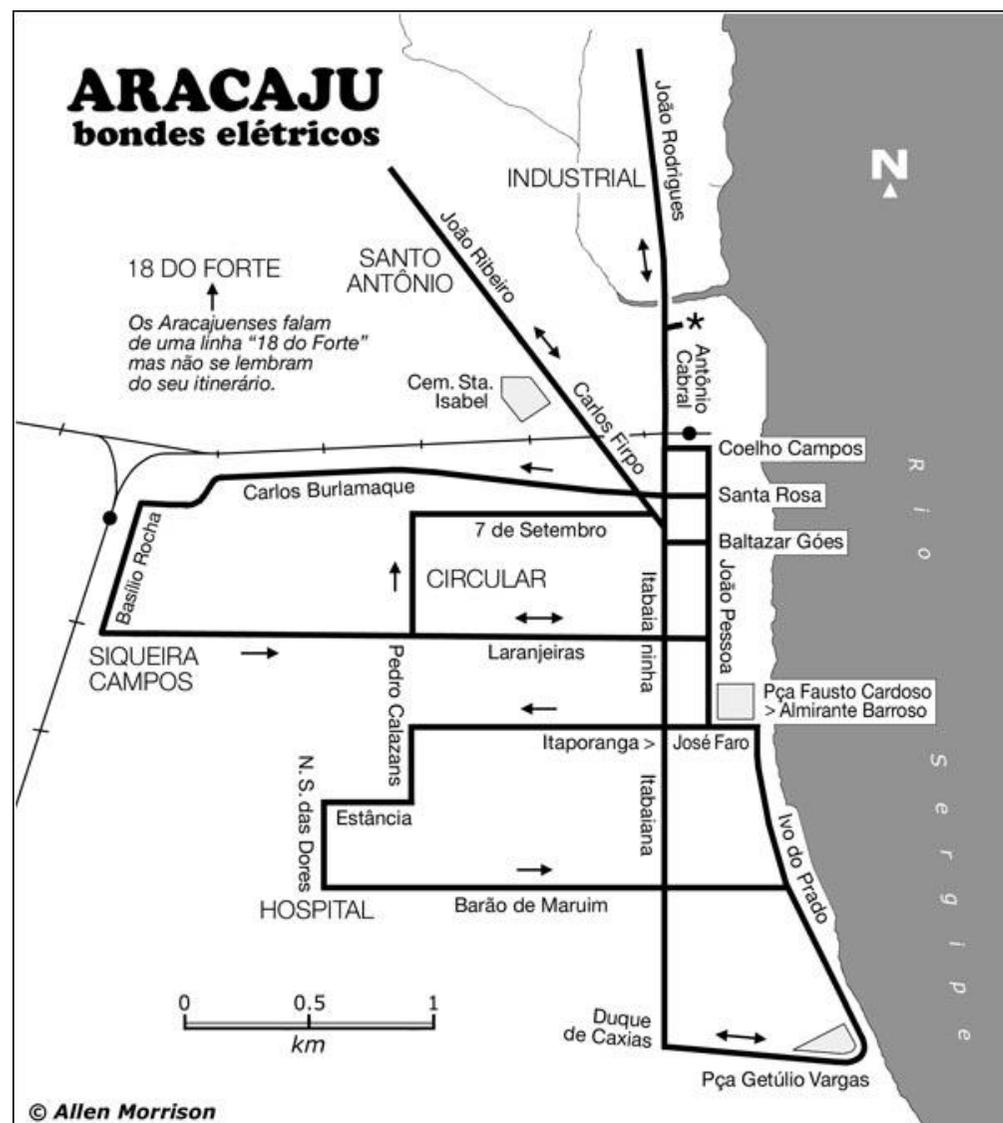
Mapa de Aracaju Bondes Elétricos

As primeiras linhas de bonde tração animal iniciam-se em 1908, em 1926 passam a ser movidos a energia elétrica e permanecem em operação até 1951.

Elaborado por: Não identificado

Fonte\_

Allen Morrison



Disponível em: <http://www.tramz.com/br/ac/acm.html>.  
Acesso em 9 abr. 2018.

Ano\_  
**1930**

Titulo\_

Mapa Brésil N. E. Et Guyanes

Este mapa faz parte do Atlas Público sob os auspícios do Ministério da Guerra inclui 80 cartas de sepultura de cobre e desenhos de litografia e um índice alfabético de nomes contidos no Atlas.

Mapa com a delimitação do litoral norte-nordeste do Brasil - Ilha de Marajó até a cidade de S. Salvador, carta 74.

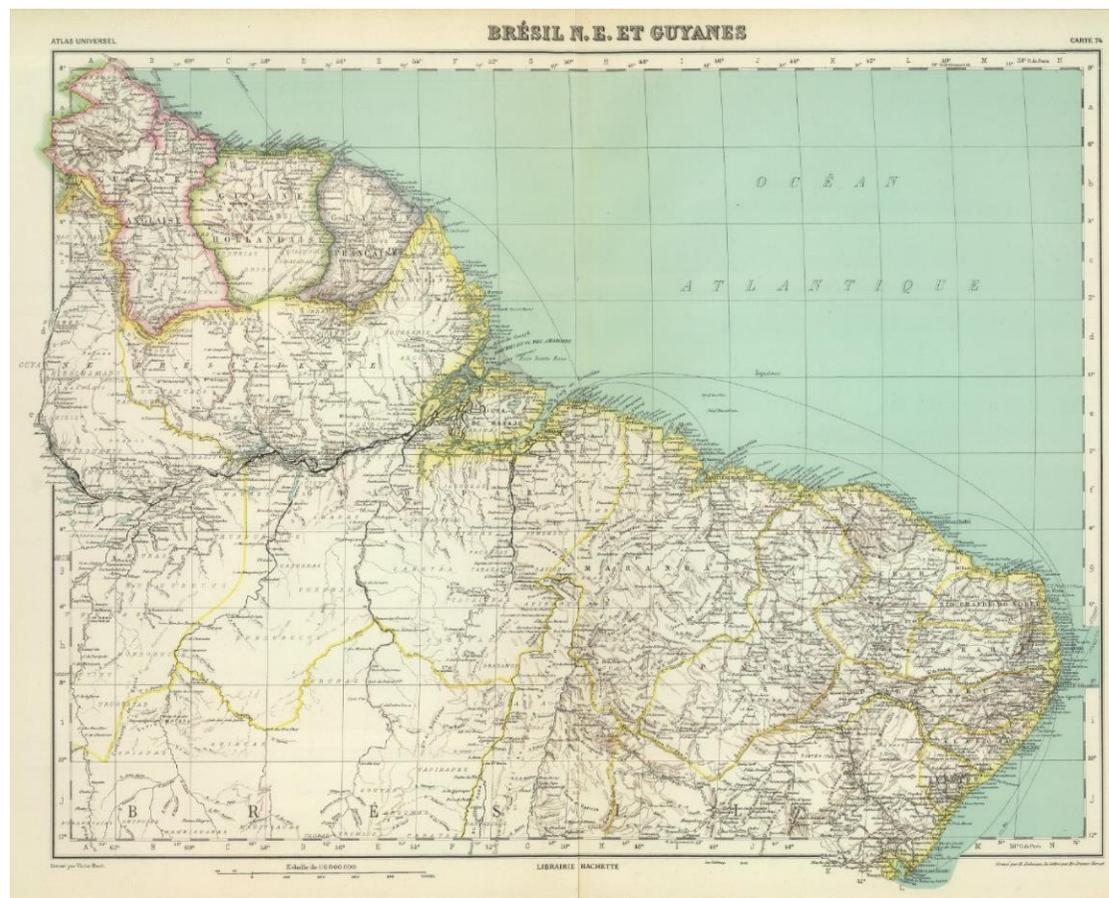
Em Sergipe destaque para o traçado da linha férrea que ligava Aracaju a S. Salvador e Propria. Além do Rio Cotinguiba e Vaza Barris.

Elaborado por: Schrader; Vivien St Martin, L.

Publicado por: Librairie Hachette. Paris: 1930.

Fonte\_

David Rumsey Historical Map Collection



Disponível em:

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~36569~1201124>. Acesso em: 01 abr. 2018

## APÊNDICE B – LINHA DO TEMPO CIDADE DE ARACAJU (1855 – 1926)

### Quadro 4● Fase 1 - 1855 a 1872 – Conquista

1855 - Movimentos iniciais de implantação da cidade com os aterros e demarcação das 32 quadras do Plano de Pirro; Racionalidade técnica para domar as condições naturais do sítio – Construção dos primeiros edifícios públicos - Mesa de Rendas, Alfândega, Quartel de Polícia, Palacete Provisório, Tesouraria Provincial da Fazenda, Barracão da Tropa de Linha e Enfermaria Militar;

1855/1856 - Primeiro surto do *Cholera Morbus* na cidade;

1856 - Início da construção da Antiga Casa de Oração São Salvador – Atual Igreja São Salvador;

1856 - 22 de maio - Festivamente batida a primeira pedra da futura Matriz da Imaculada Conceição, a obra esteve a cargo do engenheiro Coronel Francisco Pereira da Silva;

1856 - Incentivos Fiscais - Isenção da Décima Urbana e adiantamento de um ano de seus ordenados para garantir a transferência dos servidores públicos para a nova capital;

1856 - Resolução nº 458, de 3 setembro de 1856 – primeira legislação que aprovou posturas – exercia um poder de controle e fiscalização da cidade, emitida pela Câmara Municipal. Presidente da Província Salvador Correia de Sá e Benevides;

1857 - 01 de janeiro - Primeira festa de Bom Jesus dos Navegantes;

1858 - Resolução nº537 12 de julho de 1858 –aprova posturas, emitida pela Câmara Municipal, e que normatizou entre outras coisas, o funcionamento da feira semanal -que ocupava desde os primeiros dias de funcionamento (29 de novembro de 1856) a Rua da Frente, desde a praça conforme identificação do Mapa de 1869 até o Porto; aqui identificamos que ela se expandiu, tempos depois e ocupou também o galpão da Associação Sergipana de Beneficências - localizado na Rua da Frente, atual Av. Rio Branco esquina com Rua Laranjeiras até a sua transferência para o Mercado Modelo em 1926 no extremo norte do Quadro de Pirro;

1858 - 24 de maio de 1858 inaugurado o Hospital de Caridade Senhora da Conceição; em de 23 de outubro de 1900, de conformidade com o Decreto Lei nº391 passou a ser chamado Hospital Santa Isabel. Em 30 de Setembro de 1924, foi fundada a Associação Aracajuana de Beneficência, mantedora do Hospital Santa Isabel;

1859 a 1863 – Construção do Palácio do Governo - Projeto inicial do Engenheiro Francisco Pereira da Silva;

1860 - Visita do Imperador<sup>203</sup> D. Pedro II e sua esposa Imperatriz Teresa Cristina - poder do império com os ritos de celebração, distinção entre a elite – formada pelos oficiais militares, juizes de direito, comendadores, cônsules, membros da Assembleia Legislativa Provincial, Deputados da Assembleia Geral, funcionários públicos civis e militares e os eclesiásticos e a população local; inspeção de obras e estabelecimentos públicos;

Na visita de S.M. D. Pedro II a Rua do Barão foi utilizada para a passagem do cortejo;

Rua do Barão – oficialmente nomeada de Rua da Conceição (no mapa do Arruamento de Aracaju em 1865), mas popularmente reconhecida como Rua do Barão, depois Rua de Japarutuba (A Câmara Municipal altera o seu nome em 8 de janeiro de 1873) e Rua João Pessoa - Atual Calçadão da João Pessoa;

O Barão de Maruim levantou 15 casas no primeiro trecho, por isso a população se referia a Rua do Barão;

O Barão de Propriá também construiu sua casa nesta rua, dando lugar ao Cine Palace;

Em 1919 a rua é calçada de paralelepípedos entre o trecho da Praça até a Estação Ferroviária para as comemorações do Centenário da Independência;

Passa a ser denominada de Rua João Pessoa em 5 de novembro de 1930;

A rua no início de sua consolidação era essencialmente residencial, a partir da linha de bondes, a construção da estação ferroviária em 1913 e o desenvolvimento dos bairros Industrial e Santo Antônio ela será uma via importante para esta ligação norte;

Nos bons tempos, terminada sessão do cinema Rio Branco a sociedade realizava o *footing* pelo primeiro trecho para ver as vitrinas e tomava um café no Ponto Chic ou no Central; Somente a partir de 1920 a rua consolida-se como a rua comercial mais importante de Aracaju;

1860 - 9 de maio de 1860, publicado pelo Correio Sergipense, o Mapa de Distâncias de Sergipe elaborado pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva, por ordem do Presidente Manoel da Cunha Galvão;

1862 - 25 de fevereiro –Inauguração do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, atual

<sup>203</sup> Viagem Imperial à Província de Sergipe (GALVÃO, 1860).

---

Cemitério Santa Isabel. O campo foi financiado pelo Imperador D. Pedro II, depois da sua visita em 1860;

1864 - 16 de julho - Resolução nº 708, em seu Art.º 29 autoriza o governo a aproveitar para a praça do mercado a obra abandonada da cadeia da capital (que será demolida em 1869). Letra Morta;

1864 - 7 de julho - Resolução nº 698, aprova posturas, emitida pela Câmara Municipal;

1865 - Inaugura-se o Cemitério São Benedito, sob a administração da Arquidiocese de Aracaju – Praça Santa Isabel, no bairro Santo Antonio, vizinho ao Cemitério Santa Isabel;

1868 - Companhia de Aprendizes de Marinheiros de Sergipe – Decreto Imperial nº4.143 de 5 de abril 1868; instalou-se numa casa na Rua de Aurora<sup>204</sup>, que não oferecia comodidades adequadas;

1868 - Assembleia Legislativa, atual Palácio Fausto Cardoso, teve sua construção iniciada em 1868, na administração do Presidente da Província, Coronel José da Trindade Prado, Barão de Propriá. O Palácio abrigou a Assembleia Provincial, prosseguindo com algumas interrupções até 1874. No início do século XX, o Palácio, que ainda apresentava os traços arquitetônicos característicos do neoclássico, sediou a Assembleia Legislativa e outras repartições até 1987. Atualmente no Palácio estão localizados a Escola do Legislativo Deputado João de Seixas Dória e o Memorial do Legislativo Deputada Quintina Diniz. Tombado pelo decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987;

1869 - Cadeia Pública – Projeto do Engenheiro Firmino Rodrigues Vieira, formato em “T” com dois pavimentos; demolida para a construção do Palácio Serigy, na atual Praça General Valadão;

187? - Iniciam as atividades das primeiras organizações teatrais – União e São Salvador;

1872 - 6 de abril - Lei nº 926 – aprova posturas, emitida pela Câmara Municipal - Ver Lei de 16 de junho de 1871;

1872 - Início da implantação dos fios dos telégrafos.

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor, maio 2018

### **Quadro 5● Fase 2 - 1872 a 1908 – Vicissitude**

1872 - 3 de dezembro, inaugurado o prédio do Atheneu Sergipense na gestão do presidente Joaquim Bento de Oliveira Júnior situado na antiga Praça da Conceição, atual Praça Almirante Barroso;

1873 - Câmara Municipal define as nomenclaturas das ruas do Tabuleiro. Capela, Santa Luzia, Arauá eram incluídas no mapa como novos logradouros públicos. Já a Rua dos Músicos vira Pacatuba; a Rua Jabotiana se torna Itabaiana; Independência vira Santo Amaro; Rua da Assembleia muda para Itaporanga; Rua Pirro é alterada para Socorro e a Rua da Conceição vira Japarutuba (hoje Rua João Pessoa). Enquanto as Ruas da Aurora (a popular Rua da Frente), São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Estância conservaram os mesmos nomes desde a fundação da cidade. A partir dessa alteração as ruas do Bairro Centro levaram os nomes dos principais municípios sergipanos até os dias atuais;

1873 - 8 de janeiro - A antiga Praça da Cadeia é nomeada de Praça 24 de Outubro pela Câmara Municipal;

1874 - 19 de abril – a primeira regata organizada pelo Club das Regatas, esporte bastante popular aqui em Aracaju;

1875 - Inauguração da Igreja Matriz;

1881 - 11 de maio Lei nº 1196 - Código de Postura, emitido pela Câmara Municipal;

1882 - A Fábrica Sergipe Industrial foi criada em 15 de fevereiro de 1882 por João Rodrigues. Com sua morte passou a ser administrada em 1884 por Thomaz Cruz (Família Cruz), José Augusto Ferraz e seu filho Thales Ferraz, Engenheiro Têxtil formado em Manchester, Inglaterra; Thales Ferraz criou e manteve uma grande área de lazer para os operários e suas famílias, denominado Parque Sergipe Industrial, o qual possuía cinema e teatro, além de palco para apresentações musicais. Localizava-se na Avenida João Rodrigues (antiga Rua Cruz & Cia) a fábrica tinha 13 casas de aluguel, além da Igreja São João Batista;

1888 - Farol – Instalação da nova estrutura metálica do farol situado no atual Bairro Farolândia;

189? - Tribunal da Relação (antigo Fórum Desembargador Vasconcelos atual Memorial do Poder Judiciário Palácio Silvio Romero). Edifício em estilo Neoclássico que adota a repetição regular de janelas e pilastras, uma janela sempre entre duas pilastras que é também adotado no Palácio Imperial de Petrópolis. Fachada composta de pedestal, coluna e entablamento, pilastras

---

<sup>204</sup> Nota do Autor. Não se conseguiu identificar em qual trecho da Rua da Aurora.

---

salientes, platibanda cheia, com figuras de louça nos cantos, janelas de madeira com arco pleno; grades de ferro importadas da Inglaterra, de desenho art-nouveau compõem a balaustrada das portas janelas à francesa (porta de abrir com duas folhas, cujo sentido de rotação é para o interior do edifício, possibilitando o acesso ao pequeno avanço da soleira que forma o balcão;

---

1890 - 07 de março – Código de Postura – emitido pela Câmara Municipal;

---

1892 - Lei nº15 e o Decreto nº38, que instituiu o Regulamento Sanitário do Estado de Sergipe;

---

190? - Início do calçamento de algumas ruas na área central;

---

190? - Durante o governo do Presidente de Estado Josino Menezes, (1902-1905); a Praça 24 de outubro (antiga Cadeia) recebe sua primeira reforma, sendo instalados um catavento e um depósito de água para abastecer a cadeia e fornecer água para o jardim que estava sendo construído;

---

1902 - Inaugura-se o cemitério da Cruz Vermelha – na Praça Dr. Ranulfo Prata, no bairro Getúlio Vargas;

---

1903 - 27 de janeiro - Lei nº 84, baseada no ato nº 8, de 05 de julho de 1902 – Código de Postura aprovado pelo - Intendente Francisco Monteiro de Carvalho Filho;

---

1904 - Teatro Carlos Gomes - o italiano Nicolau Pungitori inaugurou na Rua Japaratuba (hoje João Pessoa); Ponto de encontro de vários artistas, na década de 1920 transformado em Cine Teatro Rio Branco - lá não eram apenas exibidos filmes, mas, em época de carnavais as cadeiras eram afastadas e o espaço era destinado aos concorridos bailes carnavalescos;

---

1905 - 3 de agosto - Decreto nº536, regulamentava o Serviço de Higiene Estadual;

---

1906 - Delegacia Fiscal – reforma do antigo Palacete Provisório – mudança para o Estilo Eclético, atualmente fechada; seu último uso foi a Secretaria do Ministério da Fazenda;

---

1907 - 07 de setembro - Primeira partida de futebol na Praça da Cadeia, atual General Valadão – times eram formados pelos oficiais inferiores da “tropa de linha do 26º Batalhão de Infantaria” – Major Dr. Crispim Ferreira foi o introdutor do futebol em nossa terra;

---

1907 - A Fábrica Confiança, fundada em 18 de outubro; pelo Coronel Sabino José Ribeiro, foi a segunda do Setor Têxtil em Aracaju. Sob o nome de Ribeiro Chaves & Cia., a fábrica possibilitou a concessão de benefícios sociais aos operários e familiares como: casas (Vila Operária), assistência médica (Policlínica Operária Sabino Ribeiro), além de creche e de uma Associação Desportiva;

---

1907 – 24 de outubro - a inauguração dos Jardins do Palácio Olímpio Campos, que naquele período além de ser sede do poder executivo sergipano era a residência oficial do Presidente do Estado. O evento foi realizado no dia do aniversário de 87 anos da emancipação política de Sergipe, como nos mostra o jornal Correio de Aracaju: A uma hora da tarde, inaugurou-se, perante compacta multidão, o “Jardim Olympio Campos”, pronunciando o orador oficial um longo discurso adequado ao ato, sendo em seguida aberto á frequência ao nosso público, tocando por esta ocasião as duas charangas militares. Um dia festivo e cercado pela inauguração de um espaço, que através do seu nome fazia os aracajuanos lembrarem o Monsenhor Olímpio Campos, líder político e Presidente do Estado, entre 1899 a 1902; Senador da República e Deputado Federal e provincial durante o Império. O referido político sergipano foi assassinado no Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1906 pelos filhos do Deputado Fausto Cardoso, que lhe acusaram de matar seu pai no episódio conhecido por “Revolta de Fausto Cardoso”. O nome dado não partiu da população, pois o governante da época era justamente o irmão do homenageado, Guilherme de Campos;

---

1908-1909 - Intendência Municipal – estilo neoclássico com vistosa cúpula esférica, demolida (sem identificação da data) atual Edifício Walter Franco;

---

1908 - Oferta da Água Encanada – não se tem registro das áreas onde foram beneficiadas, mas infere-se que a região do Quadro de Pirro, deve ter sido a primeira a ter esse serviço organizado em benefício da população que era abastecida até este momento pelas fontes espalhadas pela cidade

---

1908 - 24 de outubro - primeira linha de bonde - tração animal - Rua da Aurora;

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor, maio 2018.

### Quadro 6● Fase 3 - 1908 a 1926 – Efervescência

1909 - 10 de outubro – Fundação do Cotinguiba Esporte Clube – Agremiação esportiva que começou com o remo e em 1916, inicia com o time de Futebol; quando foi criada a Liga Desportiva Sergipana, disputou o primeiro Campeonato Sergipano Série A1 no ano de 1918;
1910 (década) - Criação da Sociedade Sergipana de Cultura;
1910 - Criação da primeira Associação Médica do Estado, a Sociedade de Medicina de Sergipe por Daniel Campos;
1911 - 15 de agosto – Inauguração da Escola Normal e o Grupo Modelo – prédio neoclássico que apresenta torrões cobertos por cúpulas metálicas, pelo Presidente Rodrigues Dória; Localizado na Praça da Conceição atual Praça Olímpio Campos nº 769, atual prédio do Museu do Artesanato de Sergipe, engenheiros José Calazans e Firmo Freire. Tombamento: Decreto nº 6.129, de 06/01/1984; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls.7 e 8.
1911 - Nova alteração na divisão administrativa do Município de Aracaju constituído em 3 distritos assim nominados: Aracaju, Barra dos Coqueiros e Porto Grande;
1912 - 16 de abril - Lei nº 112 - Código de Postura aprovado por Lei do Conselho Municipal pelo Intendente Aristides Napoleão de Carvalho. Em execução provisória por ato nº 20 de 13 de outubro de 1911;
1912 - 8 de setembro - a antiga Praça do Palácio, recebeu um monumento em homenagem ao líder político Fausto Cardoso, e ganhou novos jardins com dois coretos em estilo art-nouveau. A ideia de construir um Monumento à Fausto Cardoso foi pensada por Siqueira de Meneses durante a campanha para suceder a Rodrigues Dória. Em abril de 1911, presidida por Olegário Dantas, surgiu a comissão promotora do Monumento, que se empenhou para arrecadar fundos para a realização da obra. Em novembro de 1911, os promotores da campanha celebraram um contrato com o escultor italiano Lorenzo Petrucci. Após a assinatura, foi necessário fazer a escolha do local onde o Monumento seria erguido. No primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade para Praça Fausto Cardoso e, em 15 de agosto, os restos mortais do deputado foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do Monumento. Em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a Estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano. A Estátua tem um braço estendido em posição de oratória e segura um chapéu nas mãos. Em sua base, além dos restos mortais do homenageado, se encontram o de Nicolau Nascimento, outro personagem importante da revolta. Na coluna, lê-se a frase: Vou morrer defendendo a honra de minha terra. O Monumento foi o primeiro com estátuas em local público de Sergipe.;
1912 - 08 de dezembro – Início da operação da “Linha 2” do bonde puxado por burros, facilitando o transporte dos cidadãos entre o Santo Antônio e outras regiões da capital;
1913 - 29 de abril – Lei Municipal nº138, no Art.º 2, letra A – proibia o funcionamento do mercado. Mas essa lei não altera o funcionamento da feira, permanecendo assim até 1926;
1913 - Inaugurada a Primeira sede da Estação de Trem e a linha Timbó – Aracaju, em 1940 - Fechado o trânsito de passageiros; em 1950 inauguração da segunda sede da Estação de Trem no Bairro Siqueira Campos (atualmente encontra-se desativada); e em 1976 - Demolido o edifício da primeira sede;
1913 - 07 de dezembro – Início da oferta de luz elétrica na área central;
1913 - Início da oferta da Rede de Esgoto e Drenagem na área central;
1913 - Entre os dias 6 e 23 de março chega em Aracaju, trazido pelo negociante local Arnold da Silveira Coelho, um automóvel moderníssimo, luxuoso, com acomodação para seis pessoas;
1914 - 15 de março – Inauguração do Grupo Central depois denominado Grupo Escolar General Siqueira pelo Presidente General Siqueira de Menezes; Localizado na Rua Itabaiana nº 336 esquina com Rua Boquim, atual prédio do Comando Geral da PM de Sergipe, ANTIGO Quartel da Força Pública, desde 1925. O Grupo Escolar foi transferido para a Rua de Sergipe, s/nº - Bairro Siqueira Campos.
1914 - Biblioteca Pública – primeira sede na cidade de Aracaju, localizava-se no segundo andar da primeira sede do Atheneu Sergipense, atual Câmara Municipal de Aracaju; Os livros passaram por três prédios desde a sua transferência da cidade de São Cristóvão; o primeiro para a Tesouraria Provincial da Fazenda (1855 – 1857); o segundo para a Secretaria da Assembleia Legislativa; e quatro anos depois para a secretaria do Palácio do Governo; no governo Graccho ele implantou um novo regulamento e ampliou o atendimento para as crianças de 7 a 12 anos, além das salas de leitura já destinadas para adultos;

1914 - Praça 24 de Outubro (Cadeia), atual Praça General Valadão - recebe seu primeiro calçamento, com meios-fios de granito. E, dois anos depois, postes de ferro para iluminação e término da construção do coreto. Ainda na década de 1920, a praça passa por uma grande reforma, perdendo aspectos da sua originalidade como o cata-vento, o depósito de água e a fonte luminosa;

1915 - 21 de dezembro - a Capela de Santo Antônio foi elevada à Paróquia. A capela de taipa que resistia aos anos, com o seu Santo Antônio, no ano de 1843 veio abaixo depois de uma forte chuva e ventos; foi reconstruída (sem identificação da data) e passou a ostentar os traços do ecletismo e em especial o estilo gótico, bem destacado na sua singular torre;

1916 - 16 de julho – inauguração da estátua do Monsenhor Olímpio de Souza Campos na parte central da Praça da Matriz;

Em homenagem ao Coronel Teófilo Correia Dantas, Prefeito no período de 1927 até 1930 a Praça passa a ser denominada pelo Conselho Municipal de Aracaju, como Parque Teófilo Dantas em 17 de julho de 1928. O Parque foi projetado e executado pelo arquiteto e escultor Corinto Mendonça, que introduziu no seu projeto inicial alguns elementos decorativos da antiga Praça de Santa Maria de Belém, no Pará. No Parque Teófilo Dantas foram introduzidos vários elementos decorativos, como taba de índios, lago das ninfas, cascata, o rio onde navegavam barcos infantis, parque zoológico, aquário e parque de diversões, alamedas e uma iluminação bem atrativa. No decorrer do tempo, oitizeiros, tamarindeiros, jatobás, ipês e uma vasta vegetação de espécimes da Mata Atlântica, decoraram o logradouro, que, também abrigava pássaros como faisões, pavões, garças, marrecos e animais da fauna brasileira. Nessa época existia uma nascente de água límpidas que abastecia estas atrações;

1917 - 08 de julho - Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim, pelo Presidente General Oliveira Valadão; Localizado na Av. Ivo do Prado nº 612 (erguido sobre os alicerces do extinto orfanato denominado Asilo Nossa Senhora da Pureza); Faculdade de Direito (1950 até 1970); atual prédio da CULTART, Engenheiro\_ Firmo Freire; edifício tombado: Decreto nº 4.989, de 23/04/1981; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls. 5 e 6;

1918 - Chegada do grupo de artistas italianos que muda radicalmente a estética de nossos edifícios. São eles: Bellando Bellandi – arquiteto; Oreste Cercelli – escultor e pintor; Oreste Gatti – pintor; Antônio Frederico Gentil – mestre de obras. Reforma do Palácio do Governo, atual Museu Olímpio Campos, estilo eclético italiano, profuso em adornos, com platibandas munidas de estátuas e outros adornos, como se vê ainda hoje na platibanda cheia de adornos, com quatro estátuas em pé e duas sentadas. Estruturalmente trocou o frontão triangular por outro arco abatido, ladeado pelas duas estátuas sedestres; reuniu as três portas de entrada em uma só, o mesmo fazendo com as três janelas superiores que lhes correspondiam e subdividiu-as por meio de pinásios e nas suas folhas de madeira aplicou motivo *art-nouveau*; manteve as vergas em arco pleno no pavimento superior e retirou as do térreo;

1918 - Campo de Futebol do Adolfo - Cedido por Adolfo de Faro Rollemberg para um clube elitista e dirigido para a High Society, próximo à Rua Vila Cristina;

1918 - 01 de novembro – Inauguração do Grupo Escolar General Valladão, pelo Presidente Pereira Lobo; Localizado na Praça Tobias Barreto nº 20 esquina com Rua Duque de Caxias; Faculdade Livre de Direito 'Tobias Barreto' (1924 – 1926); nele foram alojados também os alunos do Grupo Escolar General Siqueira, cuja sede havia sido transformada em Quartel da Força Pública. Em 1926, o edifício passou a sediar a Diretoria de Segurança Pública, posteriormente transformado em Departamento de Segurança Pública e, na década de 1960, em Secretaria de Estado da Segurança Pública; edifício tombado: Decreto nº 6.821, de 28/01/1985; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9 – 1924;

1919 - 2 de abril - Decreto Estadual nº 688 - Aprovação do projeto de embelezamento da Av. Rio Branco que inclui obras do cais de proteção e a balaustrada correspondente à frente da Praça Fausto Cardoso; demolido o velho arco de alvenaria, com o garbo militar de suas ameias, na entrada da Ponte do Imperador, construídos em 1926 os novos dois pilonas ornamentados e encimados por duas estátuas de índios – projeto de Hugo Bozzi. Em seguida, cais e balaustradas foram levadas para o sul, até a Rua de Estância e, para o norte, até à Alfândega – atual Centro Cultural da Prefeitura de Aracaju;

1919 - A primeira rua a ser calçada, a Rua do Barão, atual João Pessoa, teve seu calçamento realizado deste a Praça Fausto Cardoso até a Estação Ferroviária, soando como preparativo para os festejos do centenário da emancipação política de Sergipe, no ano seguinte;

O calçamento foi feito com paralelepípedos de rochas magmáticas, identificadas aqui em

---

Sergipe pelo italiano *Rafael Alfano*, que chegou junto com o grupo de italianos para as obras de embelezamento da cidade. Pouco tempo depois começamos a usar os paralelepípedos da cidade do Tomar do Geru, de melhor qualidade, escolhidos por *Alfano*;

---

1920 - Embelezamento e reforma da Igreja São Salvador, Padre Solano Dantas – em estilo neogótico, indo muito além das simples ogivas;

---

1921 - Institui-se o 28º BC, que começou a funcionar em 11 de julho de 1922. O Quartel funcionava na Praça 24 de Outubro, atual Praça General Valadão. O corpo de tropas dividia-se em Estado-Maior; 1ª, 2ª e 3ª Companhias. A unidade militar contava com uma Escola Regimental, que funcionava a noite no quartel e se aprendia a “ler, escrever e contar” ou aperfeiçoava os que já dominavam o básico;

---

1923 - Prédio da Prefeitura – Palácio Inácio Barbosa (atualmente desativado) – a cargo do italiano Hugo Bozzi, em estilo eclético – inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso;

---

192? - Inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; Localizado na Rua Itaporanga, o Liceu Profissionalizante Coelho e Campos. Abriga atualmente o SENAI Coelho e Campos.

---

192? - Criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Ferreira, pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso;

---

1923 - Arquivo Público Estadual criado pela Lei nº 845 de 15/10/1923 e Serviço de Estatística do Estado pela Lei nº 859 de 7/11/1923, ambas assinados pelo Governador Graccho;

---

1923 - Instituto Profissional Coelho e Campos e a escola de Comércio Conselheiro Orlando, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; localizado na Praça Camerino, onde funcionou em paralelo com o Atheneu Sergipense;

---

1923 - 27 de junho criado pelo Decreto nº825 o Instituto de Química Industrial, pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso. Laboratório de Análises e Pesquisa e a Escola de Química (formação técnica) – esta foi a proposta entregue ao Presidente pelo engenheiro Archimedes Guimarães e Antônio Tavares de Bragança;

---

1923 - Grupo Escolar General Valladão, transferido para este novo edifício, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso, localizado na Rua da Vitória, atual Av. Carlos Burlamarqui esquina com Rua Siriri;

---

1924 – Inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; Localizado na Rua Duque de Caxias, o Instituto de Química. Abriga atualmente o Palácio Governador Albano Franco e pertence ao complexo de prédios que compõem a Segurança Pública.

---

1924 - 05 de maio – Instituto Parreiras Horta, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; Localizado na Rua Campo do Brito nº 551. Criado através da Lei nº836 em 14 de novembro de 1922, o Instituto tinha como fim, a produção de insumos básicos, combater a raiva, produzir a vacina antivariólica, possuía laboratório de análise clínica, bacteriológica e química, além de funcionar também como um centro de pesquisas médicas, principalmente para contribuir com o entendimento e tratamento das “febres do Aracaju”;

---

1924 - Grupo Escolar Dr. Manoel Luís; inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; Localizado na Av. Pedro Calazans nº 1184 esquina com Rua Perminio de Souza; engenheiros\_ Hugo Bozzi, Arthur Araujo e Alfredo Aranha;

---

1925 - Grupo Escolar José Augusto Ferraz, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; no terreno doado por Thales Ferraz; localizado na Av. João Rodrigues, 55 128 esquina com Rua São Luiz e Rua Bélem; Engenheiros\_ Hugo Bozzi, Arthur Araujo e Alfredo Aranha;

---

1925 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes - mantido pelas Religiosas Irmãs Sacramentinas – funcionou em regime de internato e somente para mulheres, oferecia inicialmente o curso primário e ginásial e depois o científico e o Normal;

Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso cedeu o terreno e apoiou a construção do edifício localizado na Rua João Pessoa, hoje o edifício encontra-se parcialmente abandonado;

---

1926 - 8 de fevereiro – Mercado Modelo, atual Antônio Prado Franco, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso;

---

1926 - Associação Comercial, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso – localizada na Rua João Pessoa nº 557.

---

1926 - Hospital de Cirurgia, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso – localizado na Av. Desembargador Maynard, nº 174;

---

1926 - Inicia da oferta de Bonde Elétrico, inaugurado pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso;

---

---

1926 - Início do funcionamento da Empresa Tração Elétrica de Aracaju (ETEA) atual Energisa;  
1926 - 13 de agosto, inauguração da segunda sede do Atheneu Sergipense (Colégio Atheneu “Pedro II”), pelo Presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso; Localizado na antiga Rua da Aurora, atual Avenida Ivo do Prado nº 398, atual Museu da Gente Sergipana; engenheiros\_ Hugo Bozzi, Arthur Araujo e Alfredo Aranha;

---

1926 – 6 de setembro - Lei nº 338 - Código de Postura aprovado pelo Conselho Municipal, pelo Intendente Municipal Hunald Santaflor Cardoso.

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor, maio de 2018.

## APÊNDICE C – LINHAS DE BONDE (1908 – 1951)

---

Linha Norte (01 - Bairro Industrial) percebe-se a ligação da área central com a Av. João Rodrigues, importante avenida que interliga a estação de trem, com a Escola José Augusto Ferraz (1925), as fábricas de tecido e o bairro Industrial (região da Massaranduba também conhecida por Chica Chaves). Destaque para a ocupação residencial das vilas de operários;

---

Linha Noroeste (02 - Santo Antônio) percebe-se a ligação da área central com a atual Av. João Rodrigues (antiga Av da Independência, Estrada Nova), importante ligação do centro com o antigo povoado de pescadores;

---

Linha Oeste - Norte (03 - Aribé) percebe-se a ligação da área central com o atual Bairro Siqueira Campos, percebe-se uma forte ligação com esta área sempre utilizando a Rua de São Cristóvão (antiga estrada) ou a Rua de Laranjeiras com o bonde. A interligação mais ao sul pelo Eixo da Av. Carlos Burlamaque, já que neste período a Av. Coelho e Campos comportava a linha de trem. Limite da Rua Basílio Rocha - Ligando com a segunda estação de trem de Aracaju.

---

Linha Oeste (04 - 18 do Forte) - Não encontramos indícios em outras fontes que pudessem nos auxiliar na identificação do possível percurso desta linha. A linha de trem da Av. Coelho e Campos causava uma descontinuidade entre os bairros 18 do Forte e Siqueira Campos, como estes bairros eram considerados fora do Plano de Pirro, identifica-se pelo traçado das ruas e a grande quantidade de travessas e vilas que esta área era ocupada pela população de menor poder aquisitivo e que estava fora do olhar fiscalizador das posturas e códigos. Infere-se que esta linha e a linha Oeste-Norte 03 deveriam abastecer a área central com os trabalhadores do comércio e funcionários públicos. O Hospital Santa Isabel, está no limite oeste desta linha.

---

Linha Central (05 - Centro) identificada como circular, interligava o núcleo central ao sul pela Av. Ivo do Prado, Rua Duque de Caxias, subindo pela Rua Itabaiana e atravessando a Praça Fausto Cardoso, ao norte pelo binário Rua Itabaianinha e Rua João Pessoa, passando pela frente do Palácio do Governo e Assembleia Legislativa. O ponto mais ao norte interligava com a primeira Estação de Trem;

---

Linha Oeste Sul (06 - Inácio Barbosa<sup>205</sup>) fazia a ligação da área central com o atual Bairro Getúlio Vargas, Cirurgia e São José. O eixo oeste pela Rua Itaporanga, Av. Pedro Calazans, Rua Estância, Rua N. S. das Dores retornando pelo Hospital de Cirurgia e Av. Desembargador Maynard - Barão de Maruim. Próximo em menos de 100 metros do Grupo Escolar Dr. Manuel Luís (1924), na direção norte ou sul.

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor, maio 2018

---

<sup>205</sup> Praça em frente à estação de Trem.

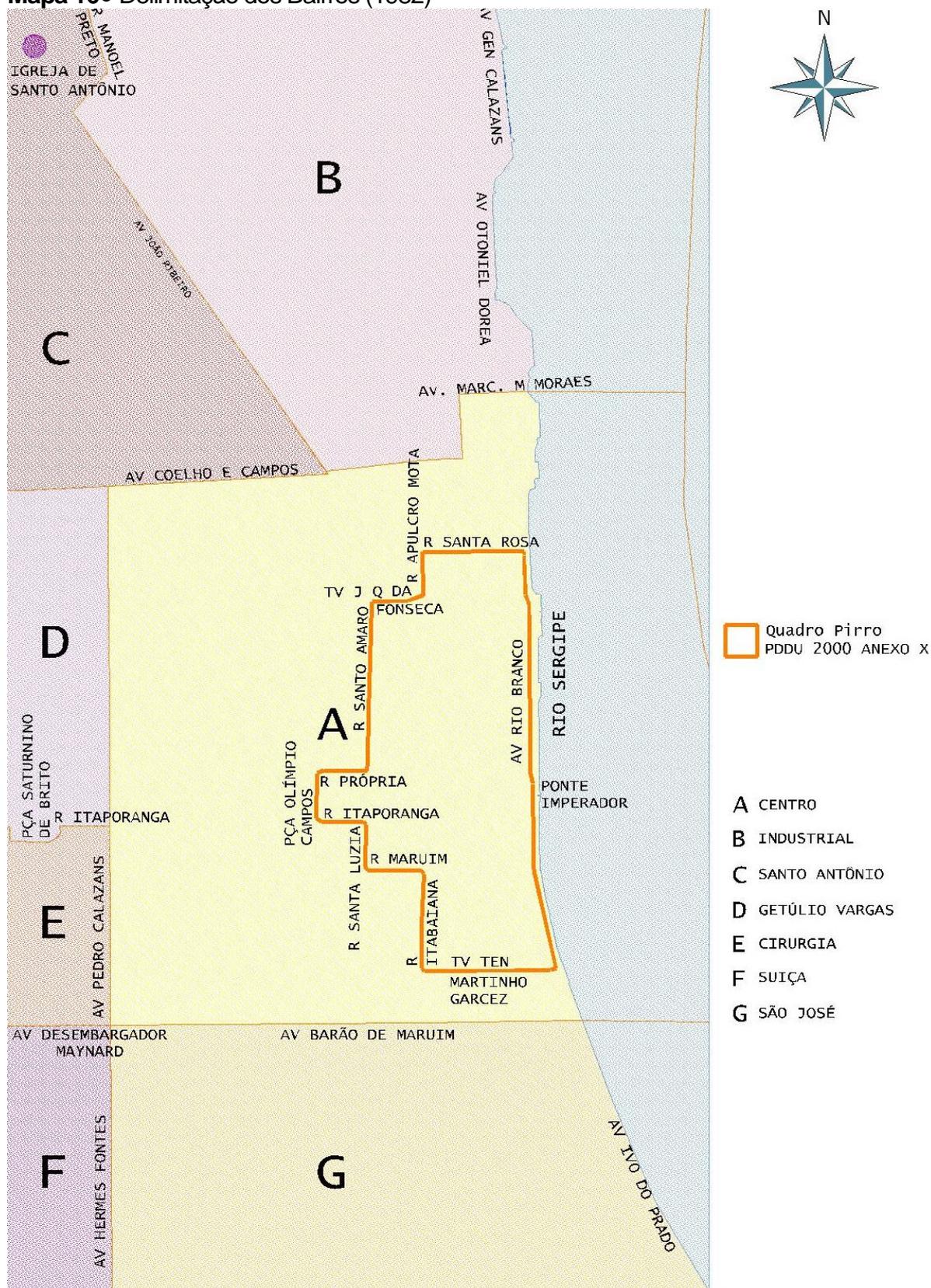
## APÊNDICE D - ARACAJU – BAIRROS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (2018)

O mapa 16 e 17 fruto da necessidade de atualização das informações coletadas em Jesus (2017); Loureiro (1983); Porto (1991 e 2011); Nunes (1984), dos limites dos bairros e logradouros públicos.

O mapa 16 foi elaborado com base na Lei nº 873/82 de 01 de outubro de 1982, estabelece nova delimitação dos Bairros de Aracaju. O bairro **Centro** – que incorporou o Quadro de Pirro e limita-se ao norte com o Industrial, Noroeste com o Santo Antônio, Leste com Getúlio Vargas e Cirurgia, Sudoeste com o Suiça ao Sul com o São José.

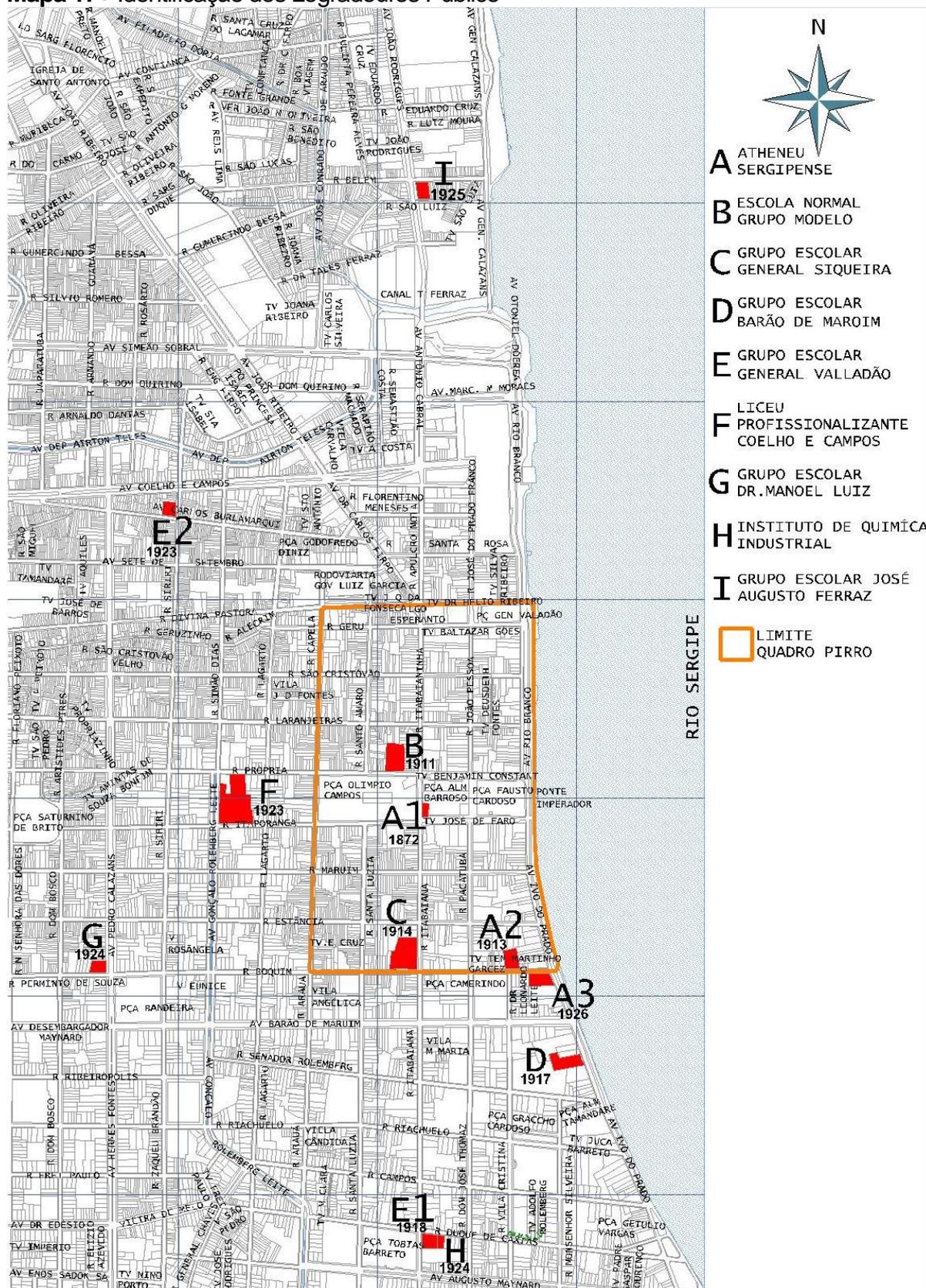
O mapa 17 recorte do MUB - base cartográfica digital (arquivo extensão dwg) disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju em março de 2018, com os limites territoriais, lotes, bairros, meio ambiente natural e construído, cadastro técnico dos principais equipamentos urbanos.

**Mapa 16** • Delimitação dos Bairros (1982)



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

Mapa 17 • Identificação dos Logradouros Público



Fonte: Recorte do Mapa Base Urbano 2018 (MUB) de Aracaju. Elaborado pela Autora, fev. 2019

[daysearaujolapa@gmail.com](mailto:daysearaujolapa@gmail.com)

